GETULIO VARGAS

Mensagem

AO

CONGRESSO NACIONAL

RIO DE JANEIRO — 1953

GETULIO VARGAS

Mensagem

AO

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1953

RIO DE JANEIRO — 1953

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Em obediência a preceito constitucional, é-me grato, mais uma vez, dar-vos conta da situação geral do País e especialmente dos negócios públicos.

Na oportunidade em que se instala a sessão legislativa de 1953, desejo exprimir meu júbilo pela perfeita harmonia de propósitos assegurada entre o Poder que representais e o que tenho a honra de exercer. Êsse entendimento em cuja manutenção tanto me empenho, é condição básica para cumprirmos, com êxito, o mandato que nos foi confiado pelo Povo brasileiro.

Estou certo de que o trabalho que conjuntamente realizamos nos dois últimos anos corresponde à expectativa da opinião nacional, embora, no funcionamento dos dois poderes, haja muitas deficiências cuja superação nos preocupa igualmente.

O panorama atual do Brasil nada tem de desfavorável, a não ser na versão alarmista dos eternos agentes da inquietação. No plano internacional, a verdade é que o Brasil é respeitado e vê engrandecido cada vez mais o seu prestígio. Internamente, reina ordem e liberdade e são crescentes os índices gerais de progresso econômico e social.

Mas nem por isso é lícito adotar uma atitude de descuidado otimismo. Grandes massas suportam um nível de vida muito baixo, agravando-se suas carências e sofri-

mentos resultantes da crônica inflação interna, ainda não vencida; da economia internacional de guerra e da estiagem que tem afetado a quase todo o País e se tornou dramática no Nordeste.

Embora haja interêsses políticos ansiosos de retirar vantagens das agruras populares, é certo que mesmo os efeitos da calamidade que assola o Nordeste, no terceiro ano de sua dolorosa incidência, conquanto graves, têm sido menores que os da terrível sêca de 1932, graças às obras feitas na região a partir da Revolução de 1930 e ao incremento dos meios de assistência.

A melhoria das condições de consumo e de vida é patente, e quando não se generaliza a todo o País, ao menos alcança parcela cada vez mais importante da população. O Brasil está progredindo. Alguns dos seus índices de desenvolvimento são dos mais expressivos do mundo. Mas é também evidente que êsse progresso ainda não atende às necessidades e aspirações das massas populares, e as perspectivas da política internacional, na quadra que vivemos, reclamam de nós maior fôrça econômica e organização política, sob pena de sermos arrastados pelas marés incertas dos acontecimentos mundiais.

Entretanto, o Brasil apresenta possibilidade de um progresso mais rápido e mais amplo. Cumpre-lhe, para isso, libertar-se dos embaraços internos decorrentes da insuficiência do aparelhamento de base da economia nacional; das distorções que têm sua raiz na inflação; dos desequilíbrios inter-regionais; do desajuste de muitas instituições aos imperativos da nossa época e às reais necessidades do Brasil, e da falta de uma consciência nacional, razoàvelmente unificada quanto à solução dos nossos problemas, a qual resguarde o País do clima de confusão, de exploração política, de competição distrital e de aproveitamento particularista a que muitos procuram levá-lo.

A fim de vencer os embates da conjuntura internacional e as insuficiências da situação interna, impõe-se não poupar nem dispersar esforços; ao contrário, precisamos de nos concentrar no reaparelhamento econômico e no aperfeiçoamento da nossa organização política e social.

Meu Govêrno se tem dedicado, com firmeza, aos programas de fundamental interêsse para a emancipação da economia nacional. E prossegue neste rumo, apesar dos fatôres de retardamento, fora do âmbito de sua ação. Tenho insistido e insistirei no combate à inflação. Se ela não foi ainda debelada, pois que tal objetivo requer, nas circunstâncias atuais, mais tempo, é certo que a política até aqui seguida contribuiu para atenuá-la.

Assegurou-se continuidade ao trabalho administrativo em todos os seus setores, mesmo quando os programas não eram os mais bem inspirados, salvo quando se impunha imperiosamente mudança de rumo, ou tal era determinado pelo Congresso. Mas não posso dizer que a eficiência dos diversos órgãos e o rendimento econômico das aplicações do orçamento público tenham atingido índices ótimos, uma vez que foram prejudicados por medidas legais, encontradas em vigor, que minaram a disciplina e o estímulo na Administração; pela falta de planejamento adequado na adoção de programas e projetos; pela conseqüente pulverização de recursos, no espaço e no tempo, de tudo resultando insuficiente concentração de meios para a realização rápida e mais econômica dos empreendimentos e falta de ordenação hierárquica, prioridade e coordenação das medidas, tendo em vista os superiores interêsses da comunidade nacional.

E' impossível corrigir essa anômala situação em pouco tempo, pelo próprio imperativo da continuidade administrativa, sobretudo se persistem as condições políticas que a determinam, e que esperamos sejam superadas

o quanto antes, pelo aperfeiçoamento dos métodos de ação partidária, que requer o esfôrço de tantos estadistas de visão que militam em nossas agremiações políticas.

Como acentuei no discurso do segundo aniversário da atual gestão, os programas que o Govêrno tem lançado, ou cujos estudos estão em andamento, pela sua coerência e unidade fundamental, apresentam, em conjunto, o característico de um plano de Govêrno. Não era, entretanto, possível retardar o início de programas parciais — tão desprovido estava e ainda está o País de recursos básicos e tão carente de técnicos — até que se elaborasse um plano global.

A integração formal e funcional dos programas parciais de energia, transportes, agricultura, indústrias de base, de obras sociais e da política monetária, na unidade de um plano, com as retificações recíprocas que se impuserem, é tarefa que já determinei e está sendo realizada em coordenação com os órgãos próprios. Para elaboração definitiva do plano e sua permanente atualização, torna-se cada vez mais notória a necessidade da criação de um Conselho de Planejamento e Coordenação contando com serviços técnicos suficientemente equipados.

Para a solução dos problemas econômicos e sociais, é indispensável que tôda a sociedade tenha a consciência das necessidades do País e dos sofrimentos do Povo, quando não da própria época em que vivemos. O Brasil precisa do trabalho árduo de todos os cidadãos, mas seria injusto apelar para maiores sacrifícios dos menos favorecidos, enquanto não se desestimula, corajosamente, o espírito do lucro fácil, da fortuna especulativa, da ociosidade e do golpe, e o florescimento, nas classes abastadas e nos grandes centros urbanos, de um padrão de vida de manifesta falsidade, que contrasta brutalmente com a pobreza do Povo, particularmente do Interior, e é até chocante quando se compara ao de países capitalistas mais avançados.

Esta contradição, atualmente indisfarçável à observação mais elementar, é incompatível com o desenvolvimento equilibrado da economia nacional, pela ação do Govêrno conjugada à legítima iniciativa particular, e se constitui um fermento de desagregação e ameaça à paz social.

No que diz respeito à organização partidária, persistem ainda, no cenário nacional, os sintomas de desajustamento entre as corporações políticas e os anseios populares. De modo geral, os quadros políticos não se manifestam suficientemente sensíveis às necessidades da estrutura econômica do País e às novas tendências populares — já bastante nítidas ao observador atento, por ocasião das eleições de 1950 —, nem se mostram capazes de interpretá-las seguramente e de dar-lhes expressão, no complexo de fatôres que atuam na economia e no Estado moderno. Os métodos e processos de nossos partidos, a despeito da clarividência de muitos dos seus líderes e dos progressos recentes da organização partidária, não se transformaram ainda, na medida em que se faz mister, para acompanhar os fatos recentes da vida material e espiritual da Nação.

A conseqüência dêste alheamento dos partidos, com respeito aos eleitores, é dupla: tolda-se o espírito cívico, esmorece o interêsse popular pelos negócios públicos, firma-se um conceito pejorativo ou cético da função política; e, no seio do eleitorado mais inquieto, ganha terreno o trabalho dos que empreitaram a causa extremista.

Na verdade, existe no País um perigo extremista; e êle é tanto maior, quanto mais distante dos anseios populares estiver a atuação das corporações políticas em funcionamento. Não combateremos eficazmente o extremismo pela mera ação policial ou por meio de discriminações

cívicas, mas vencendo os agitadores na capacidade de atrair e motivar politicamente as massas, firmando autoridade sôbre elas, formulando e resolvendo os seus problemas.

Creio estar cumprindo um dever de lealdade para com a Nação, quando me pronuncio com franqueza e espírito construtivo sôbre suas dificuldades. Dela, exclusivamente, me considero servidor. No exercício dos poderes constitucionais que me foram conferidos pelo Povo, tenho procurado sempre orientar as fôrças propulsoras do orgânismo nacional na direção dos supremos interêsses coletivos. Essa diretriz, que tem presidido a todos os atos da minha vida, assume, nos dias que correm, um significado muito particular. Há momentos em que o cumprimento do dever é uma tarefa cômoda ou em que as virtudes nada custam aos que as praticam, tão favoráveis são as circunstâncias. Todavia, os momentos que o País está vivendo exigem de todos, do Govêrno assim como dos indivíduos, austeridade e espírito de renúncia em favor dos interêsses coletivos.

A perplexidade política reinante entre nós exprime quão dificilmente as nossas elites se estão ajustando às graves responsabilidades que lhes impõe o período de transição que atravessamos.

Não estarei muito longe da verdade ao afirmar que as eleições de 1950 constituíram para as nossas elites um desafio. Custa a crer que o significado daquele prélio democrático não tenha sido ainda devidamente apreendido pelos nossos quadros dirigentes. E' estranho que, ao advertir o País dêste fato, seja o Govêrno alvo de diatribes e de imputações as mais equívocas.

Investido na magistratura suprema do País por uma decisiva deliberação das massas, procurei, desde o início do meu Govêrno, estruturar um corpo de medidas orgâ-

nicas, tendentes a firmar, em bases sólidas, o arcabouço da economia nacional. E' iniludível que o Povo alcança o sentido criador dessas medidas, pois, apesar das suas dificuldades, mantém-se ordeiro e laborioso. Nenhum indício significativo da existência de propósitos de perturbação da ordem é perceptível no seio das massas, apesar dos tenazes esforços dos aproveitadores de todos os matizes.

Os pequenos surtos de agitação que têm sido registrados ùltimamente provêm, paradoxalmente, de círculos que, pelas suas responsabilidades na hierarquia social, deveriam ser os primeiros interessados na manutenção de um clima de paz.

A conjuntura interna do País está a exigir substanciais mudanças, de caráter econômico e político.

O Brasil possui, hoje, uma economia em vias de propiciar à população níveis de consumo equiparáveis aos vigentes nos países desenvolvidos. Carece, entretanto, para atingir êste objetivo em tempo útil, de vencer certas insuficiências, de remover certos obstáculos, de transformar-se de modo mais acelerado e dirigido, através da ação deliberada do Govêrno, fundada no assentimento da opinião nacional.

A composição dêste assentimento, em bases democráticas, é precisamente o problema político dos nossos dias e sua resolução implica o compromisso das fôrças representativas do País com os objetivos de superação do subdesenvolvimento nacional.

O Govêrno não sugere que cesse a oposição, cujo papel criador reconhece e estima. Reclama, porém, uma necessária renovação dos processos de atuação partidária, em face da significação especial dos fatos contemporâneos. Reclama seja contida a onda demagógica deflagrada pelos

agentes da inquietação e da desordem ou pelos manipuladores de clientelas. Espera que os partidos combatam a prática de colocar o exercício da representação política a serviço da distribuição de favores aos clãs eleitorais. Em resumo, preconiza a substituição da política de patronagem por uma política de princípios, orientada segundo as necessidades objetivas das classes sociais.

Acresce que nenhuma capitulação de princípios ou abdicação de personalidade partidária se faz mister para que agrupamentos políticos de diferentes origens e tendências possam firmar uma diretriz comum para a solução de problemas básicos do País, oferecendo, sem suspicácia, os meios indispensáveis à ação do Govêrno.

Vereis a seguir um retrato da situação nacional. Não é má, antes muito tem de tranqüilizadora. Mas está a requerer a colaboração das fôrças vivas da Nação. A ação do Govêrno, creio não desmerecer do grande esfôrço dos brasileiros. O Govêrno não se considera indene de erros, mas julga ter direito ao reconhecimento público pelos esforços que tem feito e deseja a colaboração geral para levar avante o seu programa, voltado para o futuro do Brasil e a melhoria das condições de vida do nosso Povo.

PANORAMA INTERNACIONAL E POSIÇÃO DO BRASIL

PANORAMA INTERNACIONAL E POSIÇAO DO BRASIL

Durante o curso do ano passado a tensão entre o bloco das Nações democráticas e o mundo soviético não decresceu. O ano de 1952 foi o sétimo de guerra fria entre o Ocidente e o Oriente e o terceiro de conflito armado na Coréia. Não foi, entretanto, um tempo de dramáticas crises políticas. De lado a lado, os dois blocos de potências que se defrontam empenharam-se a fundo em vastos programas armamentistas, enquanto que na Coréia a luta se caracterizou pela ausência de operações bélicas de grande envergadura. As negociações em busca de um armistício, capaz de assegurar a volta de um clima de paz na Ásia, não conseguiram vencer o impasse na devolução dos prisioneiros de guerra. Também no seio da Assembléia Geral das Nações Unidas, tôdas as tentativas que visavam à cessação das hostilidades na Coréia esbarraram com a tenaz oposição dos soviéticos.

Não conheceu assim 1952 qualquer modificação fundamental de posições no cenário da política internacional. Enquanto isso, mais e mais se fortalecem as Nações democráticas, através do rearmamento material e de uma crescente coesão em tôrno dos interêsses comuns e dos mesmos ideais políticos.

Por outro lado, a União Soviética e seus satélites cuidaram de garantir as posições conquistadas, por meio de sucessivas e severas depurações nas fileiras dos que estão a serviço de seus interêsses.

O soerguimento econômico dos países europeus e o gradual restabelecimento do seu poderio industrial constituem um grande passo na criação da barreira defensiva do Ocidente contra a possibilidade de uma agressão soviética. Consideráveis progressos foram feitos no sentido da união política dos povos europeus. Através de tratados internacionais — que estabelecem uma verdadeira comunidade de nações no que toca à comercialização de importantes produtos — e de alianças políticas, intensificaram-se os laços

entre os países da Europa ocidental, dentre os quais a Alemanha, já em gôzo dos direitos de Nação soberana.

Intensificou-se, de outra parte, o movimento nacionalista do mundo árabe. Unidos pelos mesmos ressentimentos contra o colonialismo e pelo desejo comum de lutar por uma completa independência política e econômica, passaram os Estados da Liga Árabe a constituir uma fôrça importante e uma influência decisiva no curso dos acontecimentos internacionais. O irridentismo dos povos árabes, ainda política ou econômicamente enfeudados a potências européias, uniu todo o mundo muçulmano na luta pelos ideais comuns. O petróleo iraniano, os anseios de independência da Tunísia e de Marrocos foram as bandeiras da héjira surda e universal que demonstrou a vitalidade e a combatividade do mundo árabe.

Embora combalidas pelas graves dissensões políticas de um mundo dividido em dois formidáveis blocos de potências, as Nações Unidas continuaram a ser ainda o depositário das esperanças de paz de todo o universo. Medida da opinião pública do mundo e fôro onde são julgados os atos dos Estados, a Organização avulta, na consciência dos homens, como a única via através da qual se poderá lograr uma solução para as controvérsias internacionais e o único instrumento de realização e concretização da paz mundial.

Em meio a um mundo conturbado por conflitos ideológicos e interestatais, soube o Brasil preservar a linha constante de sua política externa, tradicionalmente contrária a soluções violentas e orientada sempre em direção à concórdia internacional, sob a égide dos princípios jurídicos que tornam possível a coexistência dos Estados.

Cônscios de que só a forma democrática de govêrno poderá proporcionar aos povos uma feição de viver condizente com a dignidade humana, prosseguimos em nossa linha política de apoio às Nações do bloco democrático, na sua luta contra as ameaças de um regime totalitário, que não encontra raízes na nossa formação histórica de povo sempre ufano de suas liberdades. Procuramos estreitar os nossos laços internacionais com os países do mundo livre e particularmente com os Estados Unidos da América, a que incumbem as mais graves responsabilidades no esfôrço comum pela preservação dos padrões da civilização cristã.

Estamos seguros de que a nova Administração dos Estados Unidos da América — integrada por estadistas experimentados nas

vicissitudes da guerra — saberá medir todo o significado do fortalecimento econômico e industrial do Brasil, como contribuição para a política de segurança continental.

O Govêrno concentrou o melhor de sua capacidade técnica na elaboração de projetos susceptíveis de aceitação, para financiamento pelas entidades bancárias previstas nos acordos de cooperação econômica assinados em Washington. Nesse desiderato, vem contando com a colaboração eficiente da Secção Americana da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. E' de esperar que se alcance maior rapidez no exame e decisão final sôbre o financiamento de tais projetos.

As declarações do Presidente Eisenhower e do Secretário de Estado John Foster Dulles sôbre a necessidade de intensificar a cooperação com a América Latina deixam-nos a impressão de que os problemas das relações econômicas entre os nossos dois países serão encarados com perfeito realismo e compreensão.

Estamos desenvolvendo uma política de incremento progressivo do intercâmbio comercial com as Nações latino-americanas, visando a um maior entrelaçamento no terreno do comércio exterior tornado possível graças ao ritmo acelerado por que se processa a emancipação econômica das Repúblicas da América Latina.

Mantivemos as mais cordiais relações com as Nações vizinhas, às quais estamos presos por laços consolidados numa amizade histórica, que logrou sobreviver a controvérsias particulares e à diversidade de interêsses locais.

No terreno do comércio externo, o desajustamento entre os preços dos produtos nacionais de exportação e aquêles vigorantes no mercado internacional produziu sensível retração nas vendas do País no exterior, apesar da intensificação da política de conclusão de acordos comerciais bilaterais. Como medida de desafôgo, o Govêrno ressaltou a necessidade de apressar a aprovação da lei de câmbio livre, que terá como conseqüência o incremento considerável das exportações nacionais.

Vemos com simpatia os movimentos nacionalistas de povos que anseiam pela sua completa emancipação política e econômica, continuando em nossa orientação adversa ao imperialismo escravizador e ao colonialismo tentacular, que visam apenas a locupletar-se com a miséria das Nações subdesenvolvidas.

Batemo-nos pela garantia a todos os povos do pleno exercício de seus direitos soberanos.

Não escondemos o desagrado com que consideramos qualquer desrespeito aos direitos fundamentais do homem, onde quer que tenha lugar.

Em suma, o balanço das atividades de nossa política exterior em 1952 mostra que continuamos fiéis à linha tradicional que fêz sempre do Brasil, no campo das relações internacionais, um membro leal e devotado da comunidade dos Estados, um adversário constante das soluções de fôrça e um paladino irredutível dos princípios que regem a ordem jurídica internacional.

VII SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Em 14 de outubro de 1952, instalou-se em Nova York a VII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. A Delegação do Brasil, presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, foi integrada, entre outros Delegados, por um membro do Senado Federal e um representante da Câmara dos Deputados.

Cumprindo as instruções que lhe foram dadas pelo Govêrno, a Delegação Brasileira participou ativamente dos debates. Ao Brasil coube a Presidência da Comissão Política e de Segurança. No trato dos problemas políticos e das questões que dizem respeito à preservação da paz e da segurança no mundo, orientou-se sempre a Delegação no sentido de apoiar as soluções que visavam à composição dos interêsses em choque, afastando os elementos de atrito, que poderão ser fonte de conflitos internacionais.

Foi assim o Brasil favorável à proposta apresentada pela Delegação da Índia, que tinha como objetivo encontrar uma solução para o impasse, criado, nas negociações de armistício na Coréia, pela questão dos prisioneiros de guerra. Consciente da legitimidade das aspirações nacionalistas da Tunísia e de Marrocos e desejoso de encontrar uma fórmula capaz de conciliá-las com os interêsses da França, tomou o Brasil a iniciativa de uma proposta que foi aprovada, a qual concita as duas partes a novo entendimento sôbre as suas divergências.

A Delegação do Brasil patrocinou também a resolução, aprovada pela Assembléia, em favor do restabelecimento da plena soberania da Áustria. Exprimindo os anseios de todo o povo brasileiro por um clima de respeito aos direitos fundamentais do homem em

todo o mundo, a Delegação apoiou a tese da competência das Nações Unidas para conhecer da questão da discriminação racial na União Sul-Africana, dando o seu voto em favor de um apêlo ao Govêrno sul-africano, para que ponha fim às práticas discriminatórias ali adotadas. No terreno econômico, a nossa Delegação tomou parte ativa nos debates, pugnando pela ampliação do programa de assistência técnica das Nações Unidas e sugerindo estudar-se a possibilidade da criação de um fundo especial internacional para subsidiar o desenvolvimento econômico de países membros da Organização, mediante empréstimo a juros baixos. Defendeu a Delegação do Brasil o princípio da autodeterminação dos povos mantendo-se fiel à posição anticolonialista, que retrata a simpatia com que o Govêrno considera o movimento nacionalista dos povos, política ou econômicamente subordinados a outros Estados. Advogamos também a tese de que, nos territórios não-autônomos e sob tutela, deve existir estreita correlação entre o desenvolvimento econômico e o progresso social, para que não fiquem tais territórios reduzidos à situação de meros fornecedores de matérias-primas para as potências metropolitanas, sem que sejam levados em conta os interêsses de seus habitantes. Opusemo-nos, na Comissão Jurídica, à tentativa soviética de estabelecer uma definição casuística de agressão internacional, para cercear a liberdade de ação do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral na execução do sistema de defesa coletiva.

Norteou sempre a ação da Delegação do Brasil o propósito de defender os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, e preservar a paz internacional, através do respeito constante às normas do direito internacional.

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O PERU E CUBA

No Palácio Itamarati, a 14 de julho, os Senhores Felipe Tudela e Gabriel Landa, Embaixadores, respectivamente, do Peru e Cuba, firmaram uma ata na qual se consignou o acôrdo que restabelece as relações diplomáticas entre os dois países.

A assinatura dêsse documento, no Rio de Janeiro, foi um gesto dos Governos peruano e cubano que honrou o Govêrno brasileiro, sempre consagrado à concórdia interamericana, revelando o quanto fôra apreciado o nosso empenho amistoso de conciliação, na procura da fórmula capaz de pôr têrmo ao dissídio verificado em 1949 entre essas duas Repúblicas do Continente.

RECONHECIMENTO DE GOVERNOS

O Brasil reconheceu, a 22 de março, o novo Govêrno de Cuba chefiado pelo General Fulgêncio Batista, que depusera o Govêrno constituído daquela República, presidido pelo Senhor Carlos Prío Socarrás.

A 2 de junho, o Brasil reconheceu o novo Govêrno boliviano, sob a chefia do Senhor Victor Paz Estensoro, que havia deposto a Junta Militar presidida pelo General Hugo Ballivián.

A QUESTÃO DE LIMITES PERU EQUADOR

Realizou-se no Itamarati, a 17 de setembro, a Quinta Reunião dos Estados Garantes — Argentina, Chile, Estados Unidos da América e Brasil — do Protocolo de Paz, Amizade e Limites entre o Equador e o Peru, durante a qual prosseguiu o exame dos problemas relativos à execução do referido instrumento diplomático, firmado no Rio de Janeiro em 1942.

Espera o Govêrno brasileiro, com a ajuda dos demais Garantes, levar o Equador e o Peru a um entendimento, auxiliando-os a conciliar suas pretensões, no interêsse das relações de amizade existentes entre os dois países e a bem da solidariedade continental.

ACÔRDO MILITAR BRASIL-ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A 15 de março, foi assinado nesta capital um Acôrdo de Assistência Militar entre o Brasil e os Estados Unidos da América, negociado com a participação de conselheiros civis e militares dos dois países.

O Acôrdo é uma seqüência natural das obrigações e princípios já estabelecidos na Carta das Nações Unidas, nas Resoluções da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança da ONU, no Tratado do Rio de Janeiro, na Carta de Bogotá e nas recomendações da IV Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Não impõe ao Brasil, na realidade, compromissos novos. Por outro lado, de acôrdo com as suas provisões, o Brasil receberá fundos votados pelo Congresso americano, bem como assistência técnica para desenvolvimento da capacidade defensiva nacional. Compromete-se o Govêrno brasileiro, em contrapartida, a participar de operações importantes para a defesa do Continente e a fornecer aos Estados Unidos da América, em bases comerciais normais e em condições a serem discutidas, certas matérias-primas essenciais, respeitadas as exigências da nossa legislação e salvaguardado o contrôle de nossas autoridades.

ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

O Brasil fêz-se representar em 142 Congressos, Conferências ou Reuniões Internacionais em 1952. Cumpre salientar, entretanto, que a maioria das Delegações foi designada sem ônus para o Tesouro Nacional.

Trinta e um atos internacionais foram assinados pelo Brasil, sendo vinte e sete atos bilaterais e quatro convenções multilaterais.

Durante o ano, o Brasil ratificou e promulgou quinze atos internacionais, merecendo especial menção o Tratado de Paz com o Japão; os Tratados de Migração, assinados com a Itália e os Países-Baixos; os Acordos sôbre Transportes Aéreos com a Turquia, Líbano, Chile e Itália; os Acordos Econômicos e Comerciais com a França, Itália, Alemanha e Chile; e as Convenções sôbre a concessão dos Direitos Civis da Mulher, sôbre a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio e sôbre a aplicação dos princípios do Direito de Organização e Negociação Coletiva.

Realizaram-se no Brasil, em 1952, cinco Congressos Internacionais: o Congresso Interamericano de Estudantes, a VIII Assembléia da Comissão Interamericana de Mulheres, o XII Congresso da União Internacional contra a Tuberculose, o II Congresso Americano de Medicina do Trabalho e a Conferência dos Estados da América, membros da Organização Internacional do Trabalho.

O. I. T.

Em junho, na cidade de Genebra, por ocasião da 35.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, os representantes brasileiros salientaram o desenvolvimento atingido, em nosso País, pela legislação de assistência social e amparo ao trabalhador.

Foi eleito Presidente da referida Sessão o Chefe da Delegação brasileira.

F. A. O.

Outra prova do prestígio da nossa posição no concêrto dos Estados civilizados foi a eleição do Brasil para o Comitê de Relações com Organismos Internacionais do Conselho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

O Brasil foi beneficiado, no ano próximo findo, através do "Programa Ampliado de Assistência Técnica" da referida Agência Especializada da ONU, com serviços num montante de 250 mil dólares, para a realização de trabalhos de natureza diversa, que incluem, entre outros, os estudos sôbre a exploração da Amazônia, análise e classificação de solos, estudos sôbre política agrária e vinda de técnicos para assistência aos programas nacionais, visando à expansão da produção de alimentos.

O. M. S. Também foi eleito o Brasil, em 1952, para o Conselho Executivo da Organização Mundial de Saúde, por ocasião da sua V Assembléia, realizada de maio a junho em Genebra.

F. I. S. I. Foram muitos os serviços prestados aos Estados do Nordeste do Brasil pelo Fundo Internacional de Socorro à Infância, tais como fornecimento de leite em pó, produtos vitamínicos e equipamento para hospitais, doados a dezenas de milhares de crianças e a cêrca de uma centena de estabelecimentos hospitalares.

U.N.E.S.C.O. No tocante às atividades da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, no Brasil, teve início no ano passado o estudo sôbre a possibilidade da instalação, em nosso País, de um Centro de Educação de Base, nos moldes do Centro de Patzcuaro, que a referida Agência Especializada da ONU criou no México, com âmbito de ação ampliado a tôda a América Latina; o Centro brasileiro teria âmbito nacional e constituiria valiosa contribuição para o êxito dos atuais programas de melhoramento do nível educacional das populações rurais brasileiras.

A assistência prestada pela UNESCO ao Brasil, no domínio científico e técnico, com a vinda de pesquisadores estrangeiros ao País e a oferta de bôlsas de estudo a jovens cientistas brasileiros, importou, em 1952, em cêrca de 220 mil dólares, soma consideràvelmente superior à contribuição do Brasil para a Organização.

O. E. A. No decorrer de 1952, o Brasil esforçou-se por executar e ativar uma série de medidas visando à realização de programas previstos e a colocar o País em posição de maior prestígio dentro da Organização dos Estados Americanos.

Foi eleito o representante do Brasil para o Comitê de Ação Cultural, órgão permanente do Conselho Interamericano Cultural.

Releva notar, outrossim, que foram assentadas as facilidades que o Govêrno concederá, para que sejam instalados no Brasil, pela Organização dos Estados Americanos, o Centro de Ensino de Estatística Econômica e Financeira e o Centro de Treinamento para Avaliação de Recursos Naturais.

G. A. T. T. Foi promulgado em agôsto o Protocolo de Annecy sôbre os têrmos de adesão de novos países ao Acôrdo Geral sôbre Tarifas

Aduaneiras e Comércio e sôbre as negociações tarifárias realizadas em 1949 naquela cidade.

Em Genebra, recentemente, quando da VII Reunião das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio, que é um instrumento de política comercial internacional que vigora para 34 países, a Delegação do Brasil logrou aprovação da proposta que defendeu em plenário no sentido de que a presidência do Comitê Interino de Coordenação dos Acordos relativos a Produtos de Base seja rotativa, o que permitirá, além da modificação do *statu quo* existente, favorável aos países consumidores, a possibilidade de designar-se para presidir àquele Comitê o representante de um país essencialmente produtor e exportador de matérias-primas.

Finalmente, vale referir que mereceu aprovação do Congresso Nacional o Protocolo de Torquay, para o qual conseguiram as Delegações do Brasil à VI e VII Reuniões do G. A. T. T. dilatação do prazo inicialmente acordado.

C. I. M. P.

Os esforços do Govêrno, no que diz respeito à crise de materiais escassos, continuaram dirigidos no sentido da obtenção, não só de maior quota de matérias-primas, mas também da prioridade para projetos e assistência especial de suprimento para bens de produção, considerados essenciais ao desenvolvimento econômico nacional.

O Brasil está representado na Comissão Central da Comissão Internacional de Matérias-Primas e em cinco de seus Comitês de Produtos Especiais, ou seja, nos Comitês do Enxôfre, do Manganês-Níquel-Cobalto, do Algodão e Linters, do Tungstênio e Molibdênio, e do Papel e Polpa de Madeira.

POLÍTICA DE PREÇOS-TETO

Por ocasião da visita, ao Brasil, do Senhor Dean Acheson, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, em julho de 1952, foi examinado, entre outros assuntos, o sistema de preços-teto vigente naquele País.

Todos os trabalhos que serviram de base para a troca de pontos de vista ressaltaram a inconsistência dos argumentos que precederam a instituição do preço-teto para o café e para o cacau, salientando, outrossim, a influência do sistema sôbre as cotações dêsses produtos, suas repercussões na economia brasileira e, em particular, seus reflexos negativos sôbre a formação da receita cambial do País.

C. E. P. A. L. Em abril próximo será realizado no Rio de Janeiro o V período de Sessões da Comissão Econômica da ONU para a América Latina. Constitui motivo de satisfação para o Brasil ter sido a sua capital escolhida para sede de tão importante reunião, durante a qual hão de ser examinados diversos aspetos da economia latino-americana de interêsse para o País.

COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Assinamos com a ONU, em 1952, três novos Acordos de assistência técnica. Os dois Acordos básicos e os sete suplementares, que já se encontram em execução, tiveram como conseqüência a vinda ao Brasil de seis professôres, todos de reputação mundial; a concessão de 10 bôlsas de estudo no estrangeiro a técnicos brasileiros e o fornecimento de equipamento científico, perfazendo essa contribuição o total de 115 mil dólares, fora o valor da assistência da Organização Mundial de Saúde, calculado em 50 mil dólares.

Com referência ao programa de cooperação técnica da Organização dos Estados Americanos, conseguiu o Govêrno, no ano findo, a localização, no Brasil, do Centro Pan-Americano de Combate à Febre Aftosa. Cuida o Govêrno, como tive ocasião de salientar, de obter da OEA a instalação no País de outros de seus Centros, incumbidos de estudar os problemas de desenvolvimento econômico das nações do Continente.

A Comissão Nacional já encaminhou à ONU pedidos de assistência técnica para a Prefeitura do Distrito Federal (um técnico em estabilização de solos e revestimentos de rodovias e um técnico em instalações e arquivos de microfilmes); para a Associação de Assistência à Criança Defeituosa de São Paulo (um técnico em organização e direção de serviço destinado a crianças defeituosas); para o Serviço de Trânsito do Departamento Federal de Segurança Pública (técnicos em operações de tráfego); para o Ministério da Agricultura (um técnico em cultivo e industrialização do sisal e um técnico holandês especializado na cultura da "batatinha"); para a Escola Superior de Agricultura, da Universidade de São Paulo (um técnico em sericicultura); para o Instituto Joaquim Nabuco, de Recife (um técnico em habitações rurais); para a Comissão Nacional de Folclore (aparelhos de gravação de som e de filmagem em côr para registro de material folclórico); para o Departamento Nacional da Criança, do Ministério da Educação e Saúde (um técnico da Organização Mundial de Saúde que se incumbisse do exame dos aspetos médicos do programa do FISI no Nordeste e um fisioterapista); para o Museu Nacional (orientadores

técnicos em ecologia e antropologia, bôlsas de estudos para aperfeiçoamento de pessoal brasileiro nessas especialidades e equipamentos para trabalho de campo) e, finalmente, para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI (15 técnicos de ensino industrial). Outrossim, a Comissão Nacional de Assistência Técnica entrou em contato com a CEPAL, a fim de ser enviado ao Brasil um especialista encarregado de assisti-la no levantamento de um quadro do pessoal técnico brasileiro.

COMISSÃO DE EXPORTAÇÃO DE MATERIAIS ESTRATÉGICOS

Instalou-se em abril de 1952, no Ministério das Relações Exteriores, a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, destinada especialmente a supervisionar a venda de materiais estratégicos ao exterior e a colaborar com a Presidência da República na formulação das linhas gerais da política nacional brasileira em relação a êsses materiais.

A referida Comissão ultima a classificação e definição de materiais estratégicos, cuidou da política de exportação e industrialização do berilo, e está estudando não só as normas para fomentar a industrialização de minérios estratégicos no Brasil mas também os elementos para uma política nacional do lítio.

COMISSÃO DE REPARAÇÕES DE GUERRA

A Comissão de Reparações de Guerra, durante o ano de 1952, continuou suas atividades dentro do âmbito do Decreto n.º 8.533, de 4 de janeiro de 1946, que a criou, julgando os processos de indenizações devidas a brasileiros por danos de guerra, a serem pagos pelo "Fundo de Indenizações", bem como aquêles referentes à liberação de bens de estrangeiros residentes no Brasil atingidos por leis de guerra e enquadrados na Lei n.º 1.224, de 4 de novembro de 1950.

Medida de grande alcance é a que se consubstanciou no Decreto n.º 23.013, de 29 de dezembro último, sôbre os planos de indenizações. Conforme os têrmos do referido Decreto, serão pagos os saldos restantes do plano original, bem como as indenizações por perdas de vida e danos à saúde previstas no "Plano Suplementar".

A Comissão de Reparações de Guerra prepara-se para o término dos seus trabalhos, com a liquidação do terceiro e último plano, que englobará as indenizações reclamadas dentro de 120 dias da data do mesmo decreto.

ACORDOS COMERCIAIS

O intercâmbio comercial do Brasil, no ano transato, obedeceu, via de regra, a princípios de política seletiva de importação e exportação.

Por outra parte, procurou o Govêrno incentivar ao máximo os seus ajustes com novos países, quer para garantir-se contra as flutuações de mercados, quer para dar continuidade ao disciplinamento das suas trocas.

Após o pronunciamento opinativo da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais do Ministério das Relações Exteriores, que, por sua vez, procedera, em audiências públicas, a amplo e democrático inquérito junto às partes interessadas, foram assinados Acordos com a Espanha, Grécia, Islândia, Itália, Iugoslávia, Japão e Polônia. Além disso, foram negociadas novas listas de mercadorias, que passaram a integrar os Ajustes comerciais firmados com a Áustria, Portugal, Checoslováquia e França.

Vale registrar que, em confronto com o total das importações, as cifras referentes às exportações nêles previstas apresentam um *superavit* de mais de 455 milhões de cruzeiros.

O montante da importação de produtos essenciais e de relativa essencialidade representou 95,6% do valor geral negociado. E os restantes 4,4%, referentes a produtos considerados supérfluos, serviram, ainda assim, de contrapartida à exportação dos excedentes gravosos brasileiros.

POLÍTICA AERONÁUTICA

Para acompanhar o desenvolvimento da aviação comercial brasileira, novos Acordos Aéreos com o Chile, a Itália, o Líbano e a Turquia foram, em 1952, ratificados e promulgados. Acordos semelhantes estão sendo negociados com o Canadá, a Colômbia, o Uruguai e a Venezuela. Em estudos, encontra-se o convênio com o México. Aguardando aprovação do Congresso, acham-se os Ajustes com a Argentina, a Espanha e o Paraguai.

O Govêrno brasileiro solicitou e obteve autorização do Govêrno venezuelano para a concessão, a uma emprêsa do País, de uma freqüência semanal na rota Maiquetia-Boa Vista. Outrossim, conseguiu do Govêrno espanhol uma modificação no quadro de rotas do ajuste aéreo firmado anteriormente. Logrou ainda a revogação de restrição imposta pela Espanha a uma Companhia brasileira, quanto ao transporte de passageiros embarcados em Madri com destino a cidades além de Roma.

Finalmente, foram propostos aditamentos aos Quadros de Rotas dos Acordos assinados com a Grã-Bretanha (rota Manaus-Georgetown e vice-versa), com o Paraguai (rota Uruguaiana-Assunção e vice-versa), com a França (rota Belém-Caiena e vice-

versa) e com a Argentina (rota através do território argentino-Uruguaiana-Assunção).

DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

A Comissão Mista de Inspeção e Caracterização da Fronteira Brasileiro-Colombiana, constituída por notas reversais trocadas no Rio de Janeiro a 27 de agôsto, inspecionou a linha Tabatinga-Apapóris, tendo construído os marcos necessários à caracterização eficiente da dita linha e executado os serviços técnicos complementares da atuação no terreno.

Em nossa fronteira com o Paraguai, a demarcação na serra de Maracaju, entre os vértices Caaverá e Jacareí, foi feita numa extensão de 33 quilômetros do Salto das Sete Quedas.

Prosseguiram normalmente os demais trabalhos afetos à Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1.ª Divisão, que tem por incumbência os serviços de fronteira com as Guianas Francesa, Neerlandesa e Britânica, e com a Venezuela, a Colômbia e o Peru. e à Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 2.ª Divisão, cujo setor de trabalho abrange as fronteiras com o Uruguai, Paraguai, Argentina e Bolívia.

ESTRADA DE FERRO BRASIL-BOLÍVIA

Quinhentos e cinqüenta quilômetros da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia já foram construídos, dos 650 que terá a linha na sua extensão total. Os trilhos que partem de Corumbá talvez alcancem Santa Cruz de la Sierra ainda em meados dêste ano.

Êsse empreendimento, de grande alcance político, econômico e social, constitui um motivo de justificado orgulho para a diplomacia do Brasil.

Pouco falta para que se chegue ao entrosamento dos sistemas ferroviários do Brasil com os da Bolívia. Nos 100 quilômetros por construir, foram terminados os serviços de terraplenagem numa extensão de 90 quilômetros. Êsse trecho, em plataforma já concluída, aguarda apenas a instalação dos fios telegráficos e o assentamento da linha, sendo de registrar que o estoque disponível de trilhos foi fornecido pela Companhia Siderúrgica Nacional.

PETRÓLEO BOLIVIANO

A Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos de Petróleo, em 1952, logrou determinar a qüinquagésima estrutura petrolífera subandina, nos três milhões de hectares da área delimitada geogràficamente para a exploração. Efetuada a compra de equipamentos de sondagem, serão abertos os primeiros poços pioneiros.

Um novo instrumento internacional foi firmado entre o Brasil e a Bolívia, a 17 de janeiro do ano findo, prevendo o concurso econômico brasileiro e definindo as questões relativas aos limites das zonas de pesquisa, à organização de Sociedades Mistas para exploração comercial das jazidas, aos prazos de concessões e lavra, aos reembolsos das quantias adiantadas à Bolívia na construção da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra e aos estudos realizados naquela região por emprêsas estrangeiras, em períodos anteriores à assinatura do Tratado de Petróleo.

LIGAÇÃO RODOVIÁRIA BRASIL-PARAGUAI

A estrada de rodagem entre Coronel Oviedo e Presidente Franco, no Paraguai, construída em conexão com a que liga Ponta Grossa à Foz do Iguaçu, no Brasil, já se encontra em fase de conclusão.

O Govêrno retomou, em 1952, os entendimentos com o Govêrno paraguaio sôbre a execução dessa rodovia. Falta construir apenas um trecho de 70 quilômetros, dos 205 quilômetros totais do seu trajeto.

AÇÃO CULTURAL

A obra informativa *Brasil*, editada em modêlo reduzido e impressa em alemão, espanhol, francês, inglês e italiano, foi fornecida aos milhares às Missões diplomáticas e aos Consulados do País, para sua distribuição. Uma pequena História do Brasil e um estudo sôbre a nossa literatura foram impressos em idiomas estrangeiros e repartidos fartamente. As edições, no exterior, de obras de autores brasileiros, mereceram encorajamento, com a garantia antecipada da aquisição de uma parte da tiragem. Distribuíram-se 150 mil mapas em seis edições, cada uma das quais com as legendas em um idioma determinado. Pequenos folhetos, sôbre os mais variados assuntos da vida brasileira, foram editados nos aludidos cinco idiomas, atingindo o total das edições a cifra de quase dois milhões de exemplares. Promoveu ainda o Itamarati a distribuição de variado material de divulgação, como sejam exposições de fotografias, álbuns e coleções de vistas do Brasil, diapositivos, discos e partituras.

Professôres, técnicos, estudantes e profissionais de tôda ordem vieram fazer estágio de alguns meses no Brasil, graças a bôlsas de estudos que lhes haviam sido concedidas pelo Govêrno brasileiro.

Para aquêles que, em cada nação da América, terminem o curso secundário com as melhores qualificações, se instituiu, no ano passado, o "Prêmio Brasil", constante de uma viagem ao Rio de Janeiro e aos Estados. Um primeiro grupo de tais estudantes foi entre nós acolhido entre agôsto e setembro.

Os cursos que mantemos em Montevidéu, Buenos Aires, Rosário e Assunção tiveram considerável impulso, representando valiosa contribuição para o melhor conhecimento de nossas coisas.

Em significativa consagração de amizade brasileiro-paraguaia, foi, em novembro último, lançada a pedra fundamental do edifício que será construído pelo Govêrno do Brasil em Assunção, destinado a um instituto secundário de preparação para a Faculdade de Filosofia da Universidade daquela cidade.

Finalmente, deu-se início à criação de Cadeiras de Estudos Brasileiros em universidades da maior parte dos países americanos e em alguns da Europa.

CORTESIA INTERNACIONAL

Em 1952, o Brasil fêz-se representar por Embaixadas Especiais nas solenidades da comemoração do Cinqüentenário da Independência de Cuba e de posses dos Presidentes da República Dominicana, do Panamá, do Equador, do Chile e do México.

VISITANTES ILUSTRES

Dois Ministros de Estado das Relações Exteriores, o Senhor Dean Acheson, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, e o Senhor Karl Gruber, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria, visitaram oficialmente o Brasil no ano próximo findo.

Recebemos a visita oficial de outras ilustres personalidades estrangeiras, com projeção no cenário político do mundo: o Senhor Pierre Montel, Ministro da Aeronáutica da França; o Senhor Alberto Lleras Camargo, Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos; o Marquês de Reading, Sub-Secretário Parlamentar da Grã-Bretanha para os Negócios Estrangeiros; o Deputado Francesco Maria Dominedó, Subsecretário dos Negócios Estrangeiros da Itália; o Senhor Mohamed Hussem Youssef Pacha, Subchefe do Gabinete Civil do Rei Farouk I; o Senhor Paul Reynaud, ex-primeiro Ministro da França; o Senhor Paul Ruegger, Presidente da Cruz Vermelha Internacional, e o Deputado Edouard Bonnefous, do Parlamento francês.

NOVAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS

A título de reciprocidade, o Govêrno anuiu em criar uma Embaixada em Jacarta, uma Legação em Kabul e uma Legação em Reykjavik, esta com ação exercida cumulativamente pela Missão brasileira em Oslo. Essa decisão de estabelecer relações diplomáticas entre o Brasil e a Indonésia, o Afganistão e a Islândia foi tomada simultâneamente com os Governos dos mencionados países, para atender a considerações e conveniências de ordem política e econômica.

ELEVAÇÃO DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS À CATEGORIA DE EMBAIXADA

O Govêrno brasileiro recebeu com agrado a iniciativa dos Governos iugoslavo, austríaco e neerlandês de elevar à categoria de Embaixada suas Missões diplomáticas no Rio de Janeiro.

Tal proposta, revelando o empenho da Iugoslávia, Áustria e Países-Baixos em fortalecer suas relações políticas, econômicas e culturais com o Brasil, levou em 1952 o meu Govêrno a retribuir, elevando à categoria de Embaixada as nossas Legações em Belgrado, Viena e Haia.

RÊDE CONSULAR

A rêde consular brasileira ter-se-á de ampliar, entre outras razões, porque o vulto do comércio exterior do País, inclusive em áreas novas, assim o aconselha. Em 1952, oito Consulados de carreira foram criados: os de Munique, Dusseldorf, Jacarta, Casablanca, Tanger, Palermo, Veneza e Hong Kong. Dois Consulados privativos: os de Iquitos e Rocha. Nove Consulados honorários: Jacksonville, Pireu, Palma de Maiorca, La Plata, Aruba, Wellington, Stuttgart, Hanover e Colônia. E foram elevados a Consulado Geral o Consulado de carreira em Marselha e a Consulado honorário o Vice-Consulado honorário em Melbourne.

REFORMA DO ITAMARATI

O Ministério das Relações Exteriores, que é constituído pela Secretaria de Estado e por 215 postos no exterior, distribuídos por 30 Embaixadas, 22 Legações, 17 Delegações junto a organismos internacionais, 21 Consulados gerais, 42 Consulados de carreira, 21 Consulados privativos e 62 Consulados e Vice-Consulados honorários, conta apenas com um corpo de 1.365 servidores, entre funcionários e extranumerários.

Com o aumento do prestígio internacional do País, a maior participação nossa em organismos internacionais e a extensão a áreas novas do comércio exterior brasileiro, impõe-se, mais do que nunca, a necessidade de uma reforma dos Serviços e Quadros do

Ministério das Relações Exteriores, à qual tive a ocasião de aludir no discurso de Niterói, pronunciado durante a campanha eleitoral.

O texto do projeto de lei de reforma do Itamarati, que está sendo concluído, será apresentado ao Congresso dentro em breve.

NOVO EDIFÍCIO

Exigindo tal reforma a ampliação das dependências do Itamarati a fim de atender à expansão que será proposta para vários serviços, o Govêrno determinou, em 1952, que fôsse dado prosseguimento urgente aos trabalhos relativos à construção do novo edifício, sendo de prever que as obras tenham início ainda êste ano.

POLÍTICA INTERNA

O Clima Político-Social

Continua o País a desfrutar, êste ano, como no anterior, um clima de liberdade e paz social, propício ao congraçamento de esforços para a tarefa de reestruturação econômica em que estamos empenhados. A ordem pública tem sido mantida, sem que se aplicassem sanções especiais ou infringentes da lei. O Govêrno tem assegurado a tôdas as pessoas o gôzo e o exercício das franquias constitucionais.

A par disso, porém, a conjuntura político-social do País, no curso do ano transato, examinada em profundidade, revela certos sintomas de dissociação, alguns dos quais, aliás, já assinalados na Mensagem anterior.

As condições externas e internas que retardaram a vitória sôbre a inflação, favoreceram, por isso mesmo, a formação de um clima propício à propaganda subversiva, só dissipável quando começarem a se fazer sentir os plenos efeitos da política monetária e dos programas de reaparelhamento econômico em curso. Tais condições são evidentemente agravadas pela ação negativista e dissociadora por parte dos interessados na subversão, dos que pensam tirar vantagens eleitorais ou publicitárias da demagogia ou apenas daqueles sobreviventes da época das oposições radicais e pessoais, que se sentem comprometidos com a tese do fracasso do Govêrno.

O Govêrno persistiu, porém, como era do seu dever, no incremento das atividades de base e na reestruturação dos serviços cujas deficiências agravam a carestia; não dispôs, entretanto, de recursos suficientes para aplicar em remédios de emergência.

Urge, agora, mais do que nunca, que os partidos unam seus esforços para manter a vitalidade do regime, polarizando e mobilizando a opinião pública em tôrno de problemas básicos nacionais, como os do reaparelhamento econômico do País, cuja solução

interessa por igual a tôdas as correntes políticas de genuíno espírito democrático e sincero patriotismo, independentemente de suas diferenciações programáticas e partidárias.

Harmonia entre os Poderes e colaboração com os Estados e Municípios

As relações entre os Poderes da União têm-se mantido dentro do espírito da maior independência e harmonia possíveis, como é da essência do regime e preceitua a Constituição. De sua parte, o Executivo tem-se empenhado em tornar cada vez mais profícuas essas relações, prestando ao Legislativo, prontamente, as informações solicitadas e o concurso de sua experiência, expresso em projetos e proposições bem elaborados, e dando às decisões do Judiciário, escrupulosamente, o mais rápido e cabal cumprimento, mesmo quando algumas dessas decisões possam afetar a eficiência da Administração ou o equilíbrio de suas finanças.

Por outro lado, continua o Govêrno Federal a imprimir às suas relações com os Estados e Municípios um acentuado caráter de cooperação prática, nos setores econômico, financeiro, da educação e saúde.

Prosseguem, êste ano, como no ano passado, em pleno e frutuoso desenvolvimento, os acordos da União com os Estados para o fomento agrícola e a produção animal, bem como de defesa sanitária, tanto vegetal quanto animal. Tem o Govêrno Federal prestado auxílio a diversos Estados — como do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará, Pará e Amazonas — para criação, ampliação ou aperfeiçoamento de serviços de eletricidade. Outras formas de colaboração e auxílio federal vêm sendo adotadas e ampliadas, visando, direta ou indiretamente, a aumentar a prosperidade de certas regiões e de suas populações ou a contrabalançar os efeitos de seus infortúnios, como o das sêcas, a que me reporto adiante.

Cumprindo a promessa que fiz em minha primeira Mensagem ânua ao Congresso, tem o Govêrno Federal emprestado todo o apoio possível aos Municípios, dentro dos princípios de sadio e construtivo municipalismo.

Assim é que os compromissos da União para com os Municípios nunca foram cumpridos com tanta pontualidade, como agora. O pagamento da quota-parte do Impôsto de Renda, por exemplo, que era feito com atraso, já se acha normalizado, graças a expressas determinações nesse sentido.

E' pensamento do Govêrno ampliar, tanto quanto possível, sua política de cooperação com os Municípios, com o fim de proporcionar-lhes os recursos de que necessitam para a solução de seus problemas fundamentais.

Ainda recentemente, em discurso proferido na sessão inaugural do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, realizado em São Vicente, Estado de São Paulo, tive oportunidade de levar ao conhecimento do Povo brasileiro as providências que o Govêrno Federal pretende pôr em prática, visando melhorar as condições de vida das populações do interior.

Anunciei, naquela ocasião, como medida já em estudo, o financiamento da construção de sistemas municipais de abastecimento de água.

O plano então delineado despertou vivo interêsse e entusiasmo, tendo sido analisado pelos 2.500 Prefeitos e Vereadores presentes ao conclave.

Compreende êle o financiamento de serviços de água, bem como a prestação de assistência técnica às administrações locais na construção e administração dos respectivos sistemas.

E' a primeira vez no Brasil que se procura dar solução de conjunto a problema dessa amplitude e profundidade. Trata-se, como se vê, de emprêsa arrojada que, para ser realizada com êxito, requer cuidadoso planejamento e consideráveis recursos materiais, técnicos e financeiros.

Na organização do plano, prestes a ser concluída, todos êsses aspetos foram devidamente considerados. Efetuou-se uma estimativa dos recursos disponíveis no meio nacional, bem como das carências a serem supridas.

Haverá uma mobilização geral de recursos financeiros para aplicação em obras de abastecimento de água. Colaborarão nesse empreendimento o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, as Caixas Econômicas Federais, as Instituições de Previdência, bem como as Companhias de Seguros Privados e Capitalização, cujas reservas técnicas serão aplicadas no interior do País, em proveito do confôrto e do bem-estar das respectivas populações.

Também as diversas dotações destinadas a obras de saneamento e dispersas pelo Orçamento Geral da República serão utilizadas de maneira mais racional, dentro do esquema de financiamento, para que possam, de fato, atingir suas verdadeiras finalidades.

O plano, cuja execução se fará em três anos, prevê a construção de sistemas de abastecimento de água em centenas de cidades.

Complementação e atualização da legislação básica.

Na execução do seu programa de colaboração legislativa, manteve-se o Executivo, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em estreito contato com o Congresso Nacional, a fim de atender às necessidades do País no que diz respeito à complementação ou atualização dos textos básicos da legislação ordinária.

Assim é que foram iniciados estudos para a elaboração do projeto do novo Código Comercial. Ademais, o Ministério da Justiça emitiu parecer sôbre todos os projetos de lei em curso no Parlamento, em matéria de direito civil, comercial e trabalhista, destacando-se, entre êsses projetos, os que objetivavam alterar dispositivos do Código Civil, casos em que o Executivo manteve sua orientação de preservar o Código de modificações desnecessárias.

No campo do direito público, foram objeto de cuidadoso estudo todos os projetos de lei em matéria penal, processual e eleitoral.

Encaminhei ao Congresso Nacional, no ano transato, um projeto de lei sôbre a organização do turismo. Tratando-se de atividade incipiente no Brasil e geradora de novas situações jurídicas, o projeto procurou discipliná-las, ao mesmo tempo em que instituiu um órgão próprio para o fomento do turismo — o Conselho Nacional de Turismo — e traçou diretrizes para uma política nacional do turismo, orientada para um duplo objetivo: incrementar o turismo de importação, como fonte de divisas, divulgando no Exterior os atrativos turísticos do País; facilitar o turismo interno, incluindo planos para ensejar a prática do turismo às camadas menos favorecidas da população.

Procedeu-se a novo estudo do instituto do Mandado de Segurança, disciplinado até o presente por lei promulgada em 1951. Daí resultou projeto de lei já encaminhado ao Poder Legislativo

e que objetiva desfazer diversos inconvenientes do diploma legal em vigor, alguns dos quais nocivos à defesa do poder público ou do Tesouro.

ADMINISTRAÇÃO DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS

A situação dos Territórios Federais não apresenta ainda um grau de desenvolvimento econômico e social que permita antever quando poderão êles constituir-se em Estados-membros da Federação ou, pelo menos, retribuir, com resultados proporcionais, os dispêndios da União, embora se deva registrar um certo progresso nesse sentido, maior, aliás, em algumas que noutras dessas unidades administrativas.

No que toca ao plano de obras e equipamentos realizado nos Territórios, logrou-se executar o que pode ser assim resumido:

Amapá: obras públicas e equipamentos no valor de Cr$.... Cr$ 23.500.000,00, incluindo-se: grupos escolares, pôsto agropecuário, desobstrução de cursos d'água, prosseguimento da construção de usina hidrelétrica, captação e distribuição de água potável, isolamento para tuberculosos e trabalhos de recuperação da Fortaleza de São José de Macapá.

Acre: obras públicas e equipamentos no valor de Cr$ .... Cr$ 21.258.000,00, incluindo-se: hospitais, postos de higiene, quartéis, estação de passageiros, rodovias, serviços de águas e esgotos em Rio Branco e aquisição de usina elétrica e conjunto mecanizado para lavoura.

Guaporé: obras públicas e equipamentos no valor de Cr$ Cr$ 17.400.000,00, incluindo-se: estudos e projeto para a usina hidrelétrica da Cachoeira do Samuel, prosseguimento da construção de rodovias e dos serviços de instalação de luz e fôrça nas cidades de Pôrto Velho e Guajará Mirim; conclusão de escolas, hotel e outros prédios destinados às repartições.

Rio Branco: obras públicas e equipamentos no valor de Cr$ 17.400.000,00, incluindo-se: estudos para o aproveitamento da Cachoeira do Paredão; escolas e outros prédios destinados às repartições governamentais e trabalhos relacionados com a distribuição de água potável em Caracaraí, Boa Vista e Boiacu e prosseguimento da construção da rêde coletora de esgotos na capital do Território.

Em obras semelhantes serão investidos, em 1953, Cr$ .... Cr$ 139.430.000,00 — quase o dôbro do ano anterior — sendo

Cr$ 35.030.000,00 no Acre, 36 milhões no Guaporé, 34 milhões no Amapá e 34,4 milhões no Rio Branco.

Com tais serviços públicos básicos — de saneamento, transporte, fomento à produção — vão sendo realizados, ainda que lentamente, os objetivos que ditaram a própria criação dos Territórios: — a vitalização daquelas extensas regiões pela criação de nódulos de povoamento e colonização de onde se irradiem o progresso e a civilização. Em dois dêsses territórios, pelo menos — Amapá e Guaporé — há sinais de promissora atividade econômica: no primeiro, a exploração de minérios, particularmente o grande programa de manganês, tratado na parte especializada desta Mensagem; no segundo, a produção de borracha em nível tal que permitiu um apreciável saldo na sua balança comercial. No Acre também tem sido sensível a elevação da produção da borracha.

De modo geral, porém, muito resta ainda por fazer no sentido de estimular o progresso dos Territórios, pela coordenação e integração dos programas de colonização territorial no Plano de Valorização da Amazônia e no próprio plano nacional de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, aliás, vem agindo o Govêrno Federal. Quando da recente reelaboração do Plano de Valorização da Amazônia, procedida por técnicos e especialistas da maior competência e integridade profissional, foram consideradas as necessidades e possibilidades dos Territórios. Ponto fundamental para êles, é a rêde de transportes da região e a melhor ligação com o resto do País.

Por outro lado, adotou o Ministério da Justiça e Negócios Interiores tôdas as providências administrativas que lhe eram possíveis, tendo em vista melhor orientar e coordenar as Administrações dos Territórios, até que, como foi proposto no Projeto da Reforma Administrativa, venha um novo Ministério do Interior imprimir maior organicidade e dinamismo ao contrôle federal das atividades dos órgãos administrativos territoriais.

SEGURANÇA NACIONAL

E' fato sobremaneira confortante reconhecer que a quase totalidade das nações persiste nos esforços em prol da manutenção da paz. Sem desfalecimentos, o meu Govêrno tem contribuído para alcançar tão almejado objetivo.

Mas, constituindo o Brasil, neste hemisfério, com os demais povos irmãos, uma família de nações que alimenta esperanças de assegurar um clima de tranqüilidade e ordem no Continente, precisamos estar atentos aos elementos de desagregação para que não periclitem aquelas esperanças e se ameace a obra magnífica que a comunidade de povos americanos vem realizando.

No ano findo, encaminhei ao Legislativo, projeto de lei que determina o julgamento de certos delitos de segurança nacional pelo fôro especial, que é a Justiça Militar, de acôrdo com o § 1.º do art. 108 da Constituição Federal.

Estão sendo ultimados os estudos a respeito do serviço nacional obrigatório, conforme os preceitos do art. 181 da Constituição. A convocação total daqueles que constituem a classe em idade do serviço militar objetivará conservar nas zonas de produção e nos afazeres ligados à segurança nacional o maior número possível de conscritos, para não só reforçar a mão-de-obra nos empreendimentos nacionais, como, também, aumentar nas fazendas e nos campos a quantidade de jovens afeitos aos trabalhos de agricultura e pecuária. Os conscritos das cidades serão de preferência encaminhados aos quartéis para o preenchimento dos claros nas unidades das Fôrças Armadas.

PAPEL DAS FÔRÇAS ARMADAS

Além dos seus deveres fundamentais, estipulados na Constituição, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica devem também preparar-se para participar da defesa do Continente americano e ficar em condições de prestar cooperação à Organização das Nações Unidas. As Fôrças Armadas são o instrumento de ação de que

necessitamos para tornar efetivos os nossos compromissos internacionais e por isso devem manter-se em condições de atuar nesse sentido.

Só poderá alcançar bom êxito na luta o povo que estiver organizado e militarmente preparado para enfrentá-la.

O Brasil, mesmo diante da índole pacífica do seu povo, não poderá fugir à regra geral e vê-se na contingência de fortalecer o seu poder militar, organizando, equipando e adestrando as suas Fôrças Armadas de acôrdo com as exigências da guerra moderna, para que possa não sòmente garantir a ordem interna, mas também concorrer para a segurança das Nações do Continente americano e cumprir os compromissos assumidos no âmbito internacional.

Tal é o objetivo que o Govêrno se empenha em alcançar, no limite das atuais possibilidades econômicas e cambiais. Necessàriamente, ainda, devemos contar para isso com substancial cooperação internacional. O programa de reaparelhamento econômico e de indústrias básicas tem, como uma de suas finalidades, a de segurança, cujos aspetos civis são objeto de contínuos trabalhos do Conselho de Segurança Nacional.

ESTADO MAIOR DAS FÔRÇAS ARMADAS

O Estado Maior das Fôrças Armadas, órgão que assiste o Comando Supremo das Fôrças Armadas, prosseguiu em seus trabalhos específicos, a maioria dos quais de caráter sigiloso, e todos referentes ao planejamento da segurança nacional e da segurança do Continente no que toca ao Brasil.

Das atividades dêsse importante órgão, cabe destacar a direção da Escola Superior de Guerra, na qual se diplomaram, no ano findo, 50 estagiários, sendo 15 civis e 35 militares. Além disto, o Estado Maior das Fôrças Armadas dirigiu os trabalhos da delegação brasileira na Junta Inter-Americana de Defesa e os estudos para a elaboração de nova estrutura das Comissões Militares Mistas Brasil-Estados Unidos, de Washington e Rio de Janeiro; bem como elaborou projeto de lei para a organização das zonas de Defesa do Território Nacional, já encaminhado ao Congresso, e colaborou no estabelecimento do Acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos.

A Comissão de Sistematização da Alimentação nas Fôrças Armadas fixou a ração de emergência (abandono de navio ou avião) e a ração individual R-2, ambas já industrializadas e distribuídas convenientemente. Finalmente seis novas comissões de

estudo iniciaram suas atividades no Estado Maior das Fôrças Armadas, sendo de esperar de suas conclusões não só regulamento como doutrina de emprêgo indispensável às operações combinadas.

EXÉRCITO

O Exército Nacional alcançou em 1952 os objetivos programados, organizando, instruindo e administrando suas fôrças, bem como cumprindo os planos parciais em que se desdobrou o plano geral de seus trabalhos.

O Decreto n.º 31.639, de 23 de outubro de 1952, regulamentou o Alto Comando do Exército — já previsto na estrutura do Ministério da Guerra — órgão assessor e auxiliar do ministro, indispensável em vista da amplitude e complexidade dos problemas do Comando e dos encargos afetos aos diversos órgãos do referido Ministério.

O Decreto n.º 31.210, de 29 de julho de 1952, reajustou certos órgãos e comandos superiores do Exército, em cumprimento da Lei n.º 1.632, de 20 de junho do mesmo ano, que reestruturou os quadros de generais.

Por fôrça da mesma lei foram ainda baixados os Decretos números 31.211, de 29 de julho, e 31.392, de 5 de setembro de 1952, designando as funções privativas dos generais do Exército, em tempo de paz, assim como o Decreto n.º 31.452, de 13 de setembro do ano transato, redistribuindo sedes de comandos e beneficiando várias guarnições do interior com um comando de general. A descentralização resultante é vantajosa sob todos os aspetos.

Com as numerosas turmas de oficiais e praças formadas pela Escola de Paraquedistas, tornou-se oportuna a criação do Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre prevista em nossa estrutura militar. Isso foi feito com o Decreto n.º 31.393, de 5 de setembro de 1952.

Estão sendo projetadas medidas tendentes ao encaminhamento da solução de problemas de equipamento do território, mobilização, serviço militar e suprimentos; e ao incremento do preparo e instrução das Grandes Unidades. Por outro lado, procura-se assegurar orientação uniforme e conjugada a todo o sistema de ensino militar, inclusive o de Estado Maior e Técnico, melhorando a atual organização do Ministério da Guerra que, entretanto, é satisfatória.

Providências do Govêrno resultaram já em maior consolidação da estrutura do ensino. Persistem, entretanto, a curto prazo, certas dificuldades no preenchimento de cargos de oficiais de níveis

superior e subalterno. Graças às medidas adotadas, tal crise estará superada por volta de 1955.

A partir de setembro de 1953, a preparação de candidatos aos diversos cursos da Escola Técnica será feita na própria Academia Militar, evitando-se assim o processo oneroso usado até aqui, de desvios de oficiais — já com longo tirocínio e em postos elevados — das armas para a Escola. Por outro lado, já foi aprovada a primeira turma de candidatos aos diversos cursos técnicos para a formação de praças especializadas para o Material Bélico.

O sistema padronizado de instrução de tropa reafirmou seus méritos, que se exprimiram em têrmos de economia de tempo, de homogeneidade e qualidade da instrução. Não foi possível realizar grandes manobras regionais com tropa, limitando-se o programa a algumas manobras de quadro. Entretanto, prossegue o Ministério da Guerra no propósito de dotar as Regiões Militares de campos de instrução, tendo sido dados passos nesse sentido.

Foi melhorada e ampliada a organização do Departamento Geral de Administração do Ministério da Guerra, pelo Decreto n.º 21.210, de 29 de julho de 1952.

Cumpriu-se normalmente o Plano Geral de Convocação de 1952 e procedeu-se ao levantamento estatístico da população mobilizável, inclusive em seus aspetos quantitativos, de valor cultural e distribuição geográfica.

Quanto aos quadros, melhorou consideràvelmente a situação, relativamente aos anos anteriores, mas permanece a necessidade de serem transformados em lei os projetos que regulam as promoções e a inatividade, ora em tramitação no Congresso, pois o sistema em vigor está obsoleto.

No campo da saúde, o trabalho da Administração da Guerra ressente-se da falta de médicos, cujos claros se elevam a trezentos e quarenta e sete. O Govêrno aguarda as providências do Congresso quanto aos vários projetos que lhe foram encaminhados, tendo em vista remediar essa situação.

No tocante à aquisição de material, a política seguida pelo Ministério da Guerra orientou-se para a economia de recursos, particularmente de divisas. Grande parte do material adquirido o foi no mercado interno, recorrendo-se à importação — principalmente dos EE. UU. — sòmente para aquilo que a produção nacional não podia suprir.

Dessa política de aquisições resultou considerável poupança de recursos, cabendo ressaltar a atuação da Fábrica de Calçados, a cargo da Diretoria de Suprimentos, que concorreu para uma baixa superior a vinte por cento nos preços do calçado militar e cuja produção se eleva a 950 pares diários, podendo ser aumentada, se necessário, a preços mais baixos que os cobrados pelo comércio. Mas não se pode deixar de ressaltar o efeito que essa política de aquisição necessàriamente exercerá sôbre a economia nacional, incentivando-a.

Brevemente estarão em funcionamento os Depósitos de Estocagem e Intercâmbio, órgãos subordinados à Diretoria de Suprimentos do Exército. Esses Depósitos serão localizados nas regiões geo-econômicas do território nacional em que haja produção agro-pecuária e industrial que permita atender às necessidades, no mínimo, da Região Militar que lhes corresponda. Destinam-se à aquisição de gêneros nas próprias fontes de produção na época das safras e, se possível, pelo financiamento da produção. Disporão de armazéns com câmaras de imunização, silos, frigoríficos e outras instalações.

A instalação dêsses Depósitos será um benefício considerável introduzido no aparelhamento abastecedor do Exército, além de concorrer para o desenvolvimento econômico das zonas em que forem localizados.

Cumpre referir, ainda, que se obteve um tipo de canhão sem recuo, de 75 mm, e foram ultimados ou continuados vários outros trabalhos, que tiveram início no ano anterior.

MARINHA

No decorrer do ano findo, a Marinha empenhou-se no cumprimento de suas complexas tarefas, tão necessárias à retomada, pelo Brasil, de sua antiga posição de potência naval.

Inicialmente, dois fatos importantes devem ser salientados no que tange à Administração Naval: a reorganização do Ministério da Marinha e o início de execução da lei, sancionada em 1951, que instituiu o Fundo Naval. A primeira ocorrência exprime o interêsse do Govêrno em aperfeiçoar e racionalizar os órgãos de direção de nossa Administração Pública; a segunda, veio trazer à Marinha de Guerra maior parcela de recursos financeiros, com que melhor poderá enfrentar seu árduo trabalho de reconstrução.

A receita do Fundo Naval, em 1952 — somados a dotação orçamentária e o saldo do empréstimo contraído com o Banco do Brasil — atingiu Cr$ 631.670.969,20. Dêsse total, foram empregados, nas diversas obras e aquisições, adiante enumeradas, ... Cr$ 483.244.615,30; estão já comprometidos, para pagamento dos diversos trabalhos em andamento, Cr$ 94.107.315,50, restando um saldo disponível de Cr$ 54.319.038,40, destinado a 1953.

Estuda-se, no momento, a possibilidade de tornar mais flexível a movimentação do Fundo Naval, mediante a abertura, no Banco do Brasil, de uma conta corrente em que se depositará o produto da arrecadação da taxa de 3%.

Apesar das dificuldades financeiras com que vem lutando nossa Marinha de Guerra, é auspicioso constatar que, durante 1952, não sofreu solução de continuidade nenhuma de suas atividades básicas.

Assim é que, no setor da construção naval, foram concluídas as provas finais do contratorpedeiro "Apa", o quarto de sua série, incorporado à Esquadra; foi dado prosseguimento à construção dos contratorpedeiros "Ajuricaba", e "Araguary", bem como de dois navios-cisterna, e de dois petroleiros, que devem ser incorporados no corrente ano.

Por outro lado, de seis rebocadores de alto mar encomendados à Holanda, quatro já foram lançados, sendo de esperar que até maio próximo os dois restantes cheguem ao nosso País.

Como fato mais importante na vida da Esquadra, no exercício findo, é grato mencionar a incorporação do segundo cruzador, dos dois recentemente adquiridos nos Estados Unidos — o "Tamandaré" — que, a par de constituir um excelente reforço à nossa fôrça naval, trouxe mais um grande alento ao pessoal da Armada.

Em quase tôdas as unidades da Federação tiveram início, prosseguimento ou conclusão, obras de vulto, de interêsse para todos os setores da atividade naval, notadamente: a construção da Capitania dos Portos em Manaus e da Base Naval de Val-de-Cães, no Pará; a ampliação da Escola de Aprendizes Marinheiros, em Recife, já ultimada; o prosseguimento da construção da Base Naval de Aratu, na Bahia; a ultimação do dique "Guanabara", de nova usina diesel-elétrica, da nova Estação Norte de compressores de ar, de nova fábrica de oxigênio, no Distrito Federal, tôdas inauguradas, e da "Base Universal" da Marinha, também na Capital Federal.

Tôdas as importantes obras acima referidas, bem como inúmeras outras a que seria fastidioso aludir, compreendem um vasto

plano de construção, modernização e ampliação de nossas instalações navais, visando ao estabelecimento de uma rêde de bases e pontos de apoio logístico, ao longo de nosso litoral, de forma a se assegurarem às nossas Esquadra e Marinha Mercante os serviços e facilidades indispensáveis à sua conservação, manutenção e preparo, tanto em tempo de paz como na eventualidade de uma guerra.

Este plano, de proporções verdadeiramente grandiosas, tem por objetivo primacial a construção de três grandes bases navais, já iniciadas e em franco progresso : em Val-de-Cães, no Estado do Pará; em Recife, no Estado de Pernambuco; e em Aratu, no Estado da Bahia — bases que, em breve, representarão núcleos estratégicos de nossa defesa naval.

No sentido de complementar a eficiência destas três bases fundamentais, está o Govêrno empenhado em ultimar a construção de fábricas e demais benfeitorias de que ainda carece a Base do Rio de Janeiro, e dos pontos de apoio logístico ao longo dos rios Amazonas, Paraguai, Uruguai e Paraná, além de outras localidades do litoral — obras que, após concluídas, representarão um sólido baluarte da segurança nacional.

Mereceu especial cuidado o decisivo problema do ensino naval, estreitamente ligado ao da formação de novos quadros, suscitado não apenas pela expansão de nossa Marinha de Guerra como pela necessidade de substituir os valiosos elementos perdidos, inclusive por fôrça da aplicação da nova legislação, notadamente do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Nesse sentido, foram traçados os planos para nova Escola de Aprendizes Marinheiros, no Pará; ampliaram-se a capacidade e as instalações da Escola do Ceará; ampliou-se a do Recife; estudou-se a criação de outra no Espírito Santo; foi ampliada a capacidade do Colégio Naval, no Estado do Rio; introduziram-se melhoramentos na Escola Naval; concluiu-se a construção do Centro de Instrução de Fuzileiros Navais, na Ilha do Governador, a inaugurar-se no curso do corrente ano. Finalmente, já a partir de 1953, o Centro de Instrução de Oficiais da Reserva preparará maior número de quadros para a Reserva Naval.

Tampouco foi descurado o problema da Saúde, como o atestam os melhoramentos introduzidos no Hospital Central da Marinha, no Hospital da Marinha "Marcílio Dias", e noutros institutos.

No corrente ano, êsse programa prosseguirá, levando-se em conta as dificuldades de cambiais do País.

AERONÁUTICA

No que diz respeito à Aeronáutica, a execução das atividades programadas para o ano de 1952 alcançou pleno êxito.

A instrução geral da FAB foi ministrada com regularidade em todos os escalões e atingiu satisfatòriamente seus principais objetivos, isto é, abrangeu as atividades fundamentais de uma Fôrça Aérea moderna, ou sejam, a caça, o *bombardeio*, o *reconhecimento* e o *transporte*.

Ocorre observar que a renovação do pessoal militar e civil da Aeronáutica está exigindo maior recrutamento, por isso que êsse fluxo vem, de algum tempo a esta data, sendo menor que o dos que deixam aquela arma, atraídos pelas vantagens de atividades mais compensadoras ou da inatividade com proventos muito maiores que os vencimentos da atividade e sem os ônus desta. E como as admissões normais não logram, pelos motivos expostos, preencher os claros existentes, recorre-se a medidas excepcionais e de emergência, a fim de facilitar, dentro dos limites permitidos em lei, os engajamentos de praças especializadas e a movimentação dos civis, segundo as necessidades mais prementes das respectivas organizações e unidades.

Em outro lugar desta Mensagem foi exposta a parte do programa do Ministério da Aeronáutica, relativa à construção de casas para seus servidores.

Com relação aos armazéns, ditos Reembolsáveis, sua rêde tem sido ampliada e envolve hoje várias modalidades, concorrendo para isso a iniciativa de se incrementar a produção das Fazendas e Granjas da Intendência, instaladas em terrenos de propriedade da Aeronáutica, em Pirassununga, no Galeão e em Jacarepaguá.

O serviço de alimentação nos locais de trabalho não tem sido descurado, mas sofre as limitações impostas pelos recursos orçamentários. Todavia, durante o ano de 1952, foi dispendida, nesse serviço, a importância de Cr$ 13.500.000,00, total da respectiva dotação orçamentária.

No setor Saúde, concluíram-se várias obras e instalações destinadas a ampliar e melhorar as condições técnicas e higiênicas dos nosocômios da Aeronáutica e permitir, além disso, a inauguração de novas clínicas e serviços de cirurgia especializados. Foram ainda inaugurados novos órgãos de saúde em estabelecimentos e unidades da Aeronáutica, destinados a atender às necessidades

locais. O chamado "vôo de coqueluche", que se acha atualmente a cargo do Comando de Transporte Aéreo, em colaboração com a Diretoria de Saúde, está em pleno funcionamento em dias fixados e segundo normas preestabelecidas e orientadas no sentido de socorrer, com a máxima eficiência, os enfermos que dêle necessitam. Êsse serviço é de grande alcance social, pelo fato de não beneficiar sòmente às famílias dos servidores da Aeronáutica, mas a todos os enfermos desta Capital que careçam dêsse tratamento. Durante o ano de 1952 êsse serviço atendeu a 4.902 crianças.

As realizações na parte atinente ao material aéreo foram satisfatórias. Não obstante as limitações impostas pela carência de peças e acessórios, na sua quase totalidade procedentes da indústria estrangeira, nossos parques, oficinas e laboratórios funcionaram ininterruptamente, vencendo quase tôdas as dificuldades.

Graças ao trabalho dêsse organismo de manutenção, voltaram ao serviço dezenas de aparelhos de vários tipos, desde caças a bombardeiros, alguns dos quais se consideravam irrecuperáveis.

Foi construída na Fábrica do Galeão e distribuída pelos aero-clubes uma série de 70 aviões "Nice", tipo "Piper", com características que os recomendam para a instrução nos aero-clubes, aos quais serão distribuídos, tão logo se ultimem. Foi celebrado um contrato, segundo o qual a Gloster Aircraft Company Ltd., com a prévia anuência do Govêrno inglês, nos venderá, retirando da linha de produção destinada à Royal Air Force, 70 aviões de caça Gloster Meteor, no prazo aproximado de seis meses, a partir do mês de janeiro do ano corrente, mediante a entrega de três aviões, por semana. Essa operação, segundo o contrato firmado, realizar-se-á sem afetar nossas disponibilidades de divisas na praça de Londres, por isso que foi acordado o pagamento contra a entrega de algodão de propriedade do Banco do Brasil.

Outra providência que se acha em fase de ultimação é a que se refere ao contrato a ser firmado com a N.V. Noninklijke Nederlandsche Vleight-Uigen-Fabriek Fokker da Holanda, segundo o qual aquela fábrica fica autorizada pelo Govêrno a organizar, no Brasil, uma emprêsa industrial para a construção de aviões e atividades correlatas, com a estrutura jurídica das sociedades anônimas, segundo a nossa legislação, e com o concurso de capitais brasileiros.

Uma vez formada legalmente essa emprêsa, na qual nossa colaboração se fará sentir mediante o arrendamento, no todo ou em

parte, da Fábrica do Galeão, o Ministério da Aeronáutica se compromete a dar-lhe encomendas dos tipos de aviões que convierem à FAB, na conformidade dos pareceres do Estado-Maior da Aeronáutica, aviões entre os quais deverá figurar o de treinamento a jato, tipo S-14, sôbre cujas características já se pronunciou favoràvelmente aquêle Estado-Maior e que já foram experimentados, na Holanda, por uma comissão de oficiais aviadores e engenheiros de Aeronáutica, enviados àquele país expressamente para êsse fim.

De entendimentos já havidos com a Fábrica Rolls Royce, em Londres, ficou assentado que aquela emprêsa, tão logo cheguem ao Brasil os aviões Gloster Meteor, instalará aqui uma linha de manutenção para as turbinas "Derwent-8", de seu fabrico, com as quais são equipados os citados aviões Gloster.

Continuaram as obras do Centro Técnico de Aeronáutica, dentro dos planos estabelecidos. Na sua fase final, o Centro deverá compor-se de quatro institutos, o primeiro dos quais — o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, órgão de ensino no qual se prepararam algumas turmas de engenheiros especializados — já está instalado. Os demais institutos, órgãos de ligação do Centro Técnico de Aeronáutica com os setores da indústria aeronáutica, da aviação comercial e da aviação militar, serão oportunamente desdobrados do que se encontra em funcionamento.

O Instituto Tecnológico de Aeronáutica tem uma oportunidade para experimentar novos métodos de educação e de ensino de engenharia entre nós. Montado segundo os mais modernos critérios, pode exigir de alunos, professôres e técnicos um regime de aplicação integral às suas respectivas obrigações.

Já se encontram em fase final de montagem os grandes laboratórios de motores, aerodinâmica, estruturas e eletrônica e estão em curso alguns dos trabalhos de pesquisa de alta relevância.

As atividades da Aeronáutica, relativas a construções e instalações em 1952, incidiram de preferência no setor pertinente à infraestrutura, à segurança e proteção do vôo, aos estabelecimentos de ensino, ao suprimento e manutenção em geral e à habitação dos seus servidores, dentro das prioridades prèviamente estabelecidas e em função dos recursos orçamentários disponíveis.

A vigência da nova Lei de Defesa do Estado é fato da maior importância para a segurança pública. A anterior legislação era suscetível de interpretação contraditória, porque esparsa entre quatro diferentes leis, e de aplicação falha, por estarem várias de suas disposições eivadas de inconstitucionalidade. Tendo a Câmara dos Deputados tomado a iniciativa de preparar um novo projeto de Lei de Segurança, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, dentro do programa de colaboração legislativa do Executivo, procedeu a um completo estudo sôbre a matéria, analisando o projeto da Câmara e aconselhando a adoção de um substitutivo que elaborou. Mas, como houvesse por bem o Congresso manter seu projeto original, foi êste afinal por mim sancionado.

Ainda no campo da segurança pública há que registrar a usual ação preventiva e repressiva do Govêrno contra as atividades subversivas, no curso da qual se empenhou o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de colaboração com as autoridades militares, em reprimir a prática de atividades subversivas nas Fôrças Armadas, especialmente nos contingentes sediados no Distrito Federal. Um inquérito policial militar foi aberto e procedeu-se a várias diligências, tendo-se formado, no Exército, na Marinha e na Aeronáutica, a presunção de culpabilidade de dezenas de indiciados, sendo vários oficiais. Encerrado o inquérito, foi submetida a matéria ao pronunciamento da Justiça Militar.

Providências semelhantes foram adotadas na Polícia Militar do Distrito Federal, apurando-se indícios de culpabilidade de três oficiais e de 14 praças. Como no caso precedente, o processo foi encaminhado à Justiça Militar, aplicando-se desde logo às praças, de acôrdo com o que dispõe o Regulamento Disciplinar, a pena de exclusão, sem prejuízo das penas criminais a que forem judicialmente condenadas.

Paralelamente, o Ministério da Justiça, em colaboração com os governos estaduais, adotou providências para resguardar a ordem pública em todo o território nacional. A fim de centralizar, nesse Ministério, informações atualizadas sôbre a criminalidade política, solicitou-se aos governadores a remessa de relatórios detalhados sôbre a matéria. Essa documentação já se encontra em poder da referida Secretaria de Estado, que assim atualizou e completou seu conhecimento a respeito das atividades comunistas, ostensivas ou clandestinas, em todo o território nacional.

A vigência da nova Lei de Defesa do Estado é fato da maior importância para a segurança pública. A anterior legislação era suscetível de interpretação contraditória, porque esparsa entre quatro diferentes leis, e de aplicação falha, por estarem várias de suas disposições eivadas de inconstitucionalidade. Tendo a Câmara dos Deputados tomado a iniciativa de preparar um novo projeto de Lei de Segurança, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, dentro do programa de colaboração legislativa do Executivo, procedeu a um completo estudo sôbre a matéria, analisando o projeto da Câmara e aconselhando a adoção de um substitutivo que elaborou. Mas, como houvesse por bem o Congresso manter seu projeto original, foi êste afinal por mim sancionado.

Ainda no campo da segurança pública há que registrar a usual ação preventiva e repressiva do Govêrno contra as atividades subversivas, no curso da qual se empenhou o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de colaboração com as autoridades militares, em reprimir a prática de atividades subversivas nas Fôrças Armadas, especialmente nos contingentes sediados no Distrito Federal. Um inquérito policial militar foi aberto e procedeu-se a várias diligências, tendo-se formado, no Exército, na Marinha e na Aeronáutica, a presunção de culpabilidade de dezenas de indiciados, sendo vários oficiais. Encerrado o inquérito, foi submetida a matéria ao pronunciamento da Justiça Militar.

Providências semelhantes foram adotadas na Polícia Militar do Distrito Federal, apurando-se indícios de culpabilidade de três oficiais e de 14 praças. Como no caso precedente, o processo foi encaminhado à Justiça Militar, aplicando-se desde logo às praças, de acôrdo com o que dispõe o Regulamento Disciplinar, a pena de exclusão, sem prejuízo das penas criminais a que forem judicialmente condenadas.

Paralelamente, o Ministério da Justiça, em colaboração com os governos estaduais, adotou providências para resguardar a ordem pública em todo o território nacional. A fim de centralizar, nesse Ministério, informações atualizadas sôbre a criminalidade política, solicitou-se aos governadores a remessa de relatórios detalhados sôbre a matéria. Essa documentação já se encontra em poder da referida Secretaria de Estado, que assim atualizou e completou seu conhecimento a respeito das atividades comunistas, ostensivas ou clandestinas, em todo o território nacional.

ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

A estrutura administrativa do Executivo padece de muitos defeitos que demandam correção. Assiste razão, sem dúvida, às classes produtoras quando reclamam contra a morosidade e as complicações desnecessárias nos serviços públicos, as quais oneram os contribuintes e a produção.

Ao iniciar o período governamental, criei vários órgãos destinados a revitalizar o aparelhamento burocrático do Estado. E' necessário, porém, proceder a uma reforma de base na administração pública, de modo que possa responder pronta e eficientemente aos reclamos da atual fase do desenvolvimento econômico e social do País.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Tendo em vista a relevância da matéria e sua ingente complexidade, logo após haver o Executivo ultimado, a título de sugestão, um amplo projeto de reforma administrativa, solicitei, para seu estudo e discussão, o concurso de representantes das diversas correntes políticas. No momento, encontra-se o referido projeto sob o exame da Comissão Interpartidária para êsse fim constituída, a qual já recebeu dos partidos nela representados pareceres e estudos que deverão facilitar a tramitação legislativa do projeto definitivo.

A colaboração dos diferentes partidos nessa obra de interêsse comum revela o grau de maturidade a que já atingiram nossos costumes e instituições políticas. Sem dúvida, compreenderão as diferentes agremiações partidárias nacionais que, a exemplo do que ocorre nas grandes democracias contemporâneas, há problemas que devem ser estudados e resolvidos sem sectarismo, visto como sua solução, pronta e harmônica, interessa a todos, indistintamente.

Por outro lado, a natureza técnica da questão em pauta, referente a meios de ação administrativa e não a programas ou fins específicos de ação, há de contribuir para que se estabeleça, ràpidamente, em tôrno dela, um consenso fecundo.

Como foi acentuado na exposição que acompanha o aludido projeto, não existe possibilidade de conciliar um Govêrno verdadeiramente democrático com sistemas administrativos ineficientes e incapazes. A essência do regime democrático consiste, não apenas em que as decisões fundamentais e as leis sejam elaboradas pelos representantes do Povo, mas, também, em que essas decisões e essas leis sejam cumpridas e executadas rápida e eficazmente.

A reforma administrativa que o Govêrno se propõe executar tem por objetivo principal fornecer os elementos estruturais e dinâmicos indispensáveis à realização dos fins do Estado brasileiro, capacitando-o, sobretudo, a executar seus planos de desenvolvimento econômico e social, como a atual conjuntura está a exigir.

A criação de novos Ministérios, pelo desdobramento dos atuais e incorporação de órgãos autônomos, a redistribuição e coordenação de serviços e funções correlatos e a racionalização dos métodos de trabalho simplificarão e dinamizarão a ação governamental.

O princípio dominante da nova distribuição administrativa, entre os 16 Ministérios propostos, foi o da semelhança de objetivos, agrupando-se, num mesmo Ministério, os departamentos e serviços cujas atividades estão mais estreitamente relacionadas entre si. Procurou-se, sobretudo, obter coerência e harmonia entre os objetivos dos órgãos integrantes de cada Ministério, o que tornará mais fácil e eficiente a ação dos Ministros.

O projeto estabelece dois sistemas de coordenação: um *direto,* através das comissões interministeriais a serem criadas; e outro *indireto,* através da coordenação geral dos programas de trabalho dos diferentes Ministérios, realizada por um Conselho de Planejamento e Coordenação, que deverá atuar como elemento fundamental à unidade da ação administrativa do Govêrno.

Por outro lado, o estabelecimento de um sistema de coordenação regular dos programas de trabalho permitirá estancar, em sua origem, conflitos de competência, duplicidades e paralelismos do trabalho administrativo.

Outro aspeto essencial da reforma prevista é o da atribuição aos Ministros de uma larga soma de responsabilidade e de autoridade.

Muitos assuntos, meramente de rotina, que atualmente chegam até o Presidente da República, em relação aos quais a

decisão superior não raro é automática e desprovida de significação, passam, com a reforma, à alçada dos Ministérios Ficam reservados ao Presidente apenas os atos administrativos de sua competência constitucional privativa, isto é, aquêles em relação aos quais êle exerce a faculdade de escolha, característica do Chefe do Poder Executivo.

Por outro lado, imbuídos de maior autoridade e responsabilidade, os Ministros poderão dedicar-se mais intensamente à orientação, ao planejamento e à coordenação dos programas dos diversos Departamentos que compõem os Ministérios, participando mais ativamente na programação administrativa do País e na resolução dos problemas específicos de cada setor da Administração.

Esta experiência renovadora, no sentido da descentralização administrativa, será amparada, todavia, por um mecanismo seguro de coordenação, a fim de se resguardarem a unidade e a harmonia da ação governamental. Daí prever-se, no projeto, a criação do já mencionado órgão central de planejamento e coordenação, que tornará possível a atuação harmoniosa e sistematizada de tôda a Administração Federal.

A lei básica sugerida deverá ser completada, se os partidos a aceitarem, por leis complementares, cujos projetos serão a seguir propostos, notadamente para aperfeiçoamento dos sistemas de pessoal, compras, elaboração e contrôle orçamentário.

ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Retrato da política administrativa do Govêrno, a proposta orçamentária, elaborada sob as ordens diretas do Chefe do Executivo, é um empreendimento técnico que exige investigações pacientes, tanto no que se refere à previsão das receitas, como no concernente à fixação das despesas públicas. Importante instrumento de redistribuição de rendas, a sua elaboração tem sempre presentes os objetivos finais da política econômica e social do Govêrno, que se sintetizam na aplicação mais produtiva dos recursos disponíveis e numa distribuição mais equitativa da renda nacional.

A elaboração orçamentária é um esfôrço coletivo de que participam todos os órgãos integrantes de nossa estrutura administrativa e sòmente refletirá os objetivos da política econômico-social do Govêrno, se existir uma coordenação efetiva de todos os planos parciais. Na sugestão encaminhada ao estudo da Comissão Interpartidária para a reforma da administração pública, fiz intro-

duzir vários dispositivos que visam justamente a alcançar uma coordenação mais eficiente da atividade dos diversos setores.

Nesse mesmo documento estão previstas ainda importantes alterações que objetivam a atualização de algumas das normas gerais que disciplinam a administração financeira do País, tornando-as consentâneas com o estágio atual das necessidades da máquina governamental.

Existem questões outras estreitamente ligadas, não sòmente à qualidade técnica da lei de meios, senão também às possibilidades de sua integral execução.

A concepção de orçamento como um programa de trabalho para determinado período é pacífica entre os técnicos. A execução de um programa econômico, como o é o orçamento, está condicionada à organização administrativa de que depende; às suas deficiências; aos elementos humanos e ao equipamento preexistentes, bem como aos capitais já invertidos. Ao programar-se, todo êsse conjunto de limitações tem de ser cuidadosamente ponderado, sob pena de condenar-se ao fracasso o trabalho empreendido.

Precisamente à luz destas considerações, julgo de minha obrigação assinalar a necessidade de se promoverem esforços conjugados, a fim de que a colaboração legislativa, em matéria orçamentária, se processe de maneira mais coordenada em relação às emendas introduzidas na proposta do Executivo. O sentido altamente construtivo de tantas retificações oferecidas pelo Congresso à programação orçamentária não pode ser obscurecido. Decorrem elas, antes de tudo, de quem se acha investido de incontestável autoridade para fazê-las e de um conhecimento íntimo de condições regionais. Convém atentar, porém, em que a capacidade de execução da administração federal, através dos seus vários departamentos, é limitada, e, por isso mesmo, não é possível, sob pena de se malbaratarem os recursos, dar realização imediata a tudo o que não figura na agenda de trabalho do Executivo. Os programas têm desenvolvimento orgânico: é insensato precipitar-lhes as etapas.

Seria, pois, de transcendental significação para a vida política e administrativa do País que se estabelecessem bases de entendimento e harmonização de maneira a se resguardarem os planos de trabalho dos grandes departamenttos federais, com suas etapas de execução prèviamente assinaladas.

A concepção de que o orçamento é uma lei igual às demais aberra de seus limites temporais e da própria idéia de plano.

Não há nação moderna, em verdade, que a perfilhe. A lei de meios consagra o planejamento governamental e atribui-lhe recursos para sua execução. Pode discriminar, especificar alguns aspetos dêsse planejamento, mas não convém que o pormenorize imoderadamente. Nem ganharia com isso o roteiro administrativo do Govêrno, nem as condições de hierarquização de despesa pública seriam sólidas e indiscutíveis.

Quanto à tendência discriminadora e especializadora de tantas emendas legislativas, cumpre estudar o problema detida e longamente. Em princípio, trata-se de um direito inconcusso do Poder Legislativo. O funcionamento harmonioso do sistema democrático tem, nessa prerrogativa do Congresso, uma das suas maiores garantias. Do reconhecimento dêsse direito e das vantagens do seu exercício não se deve concluir, porém, a aceitação completa das eventuais distorções com que é praticado. A experiência vem demonstrando que certas emendas discriminativas nem sempre decorrem do natural e legítimo empenho fiscalizador do Congresso, mas de uma disposição para modificar planos governamentais, porventura incompreendidos na sua finalidade e no seu alcance. Cabe aperfeiçoar, por conseguinte, o sistema de informação e justificação dos créditos solicitados pelo Poder Executivo. Cabe circunstanciar e particularizar, também, a razão de ser de muitas verbas globais, que se encontram no orçamento, para dar aos administradores maior facilidade de realização. Essas providências estão sendo estudadas para a proposta referente ao exercício de 1954, em elaboração.

Tal prerrogativa especificadora, contudo, não pode ser transformada em instrumento de pulverização de recursos, que teriam mais sábia e produtiva aplicação, se concedidos globalmente. O estudo comparativo dos orçamentos dos Estados modernos revela que dificilmente se encontra um documento dessa natureza tão discriminado quanto o do Govêrno Federal brasileiro.

Creio ser inadiável um esfôrço conjunto do Legislativo e do Executivo a fim de aperfeiçoar o orçamento, tornando-o mais flexível e obtendo das despesas públicas maior rendimento. Parece avisado, sem prejuízo da continuidade dos projetos ora em execução, não persistir na tradição de um orçamento dispersivo e pulverizado, no qual milhares de obras e serviços individuados se contemplam, porém com recursos que não permitem a conclusão e frutificação das inversões públicas, representando, pois, encare-

cimento insuportável das obras, desperdício de recursos públicos e retardamento do País.

O orçamento global de obras e outras inversões pode ser calculado, no exercício passado, em cêrca de Cr$ 5,4 bilhões, afora Cr$ 1,8 bilhões para o Fundo Rodoviário. Parece evidente o pequeno rendimento de tão vultosas aplicações em conseqüência dos defeitos apontados.

Outro aspeto de suma importância é o que diz respeito ao contrôle da execução orçamentária, do ponto de vista técnico-econômico. Espera o Govêrno também, em 1953, poder propor ao Congresso medidas que representem um progresso substancial nesse setor.

PLANO SALTE

O Plano SALTE continua a ser normalmente executado dentro da orientação consubstanciada na Lei n.º 1.504, de 15 de dezembro de 1951. Essa nova orientação não só restringiu as tarefas do órgão de administração do Plano que, de executor direto dos empreendimentos previstos, passou a desempenhar apenas as tarefas de supervisão e contrôle, como também condicionou, em face do fracasso do esquema financeiro previsto na lei institucional do Plano, a sua execução às disponibilidades do Tesouro Nacional.

O Orçamento Geral da República para 1952 consignou aos diversos empreendimentos previstos no Plano SALTE a quantia de Cr$ 1.633.248.150,00, dos quais Cr$ 1.251.800.000,00 através do Setor Transportes. Dêsse total, Cr$ 1.559.476.167,00 foram, pela Administração Geral do Plano, colocados no Banco do Brasil, à disposição dos órgãos encarregados da execução das várias partes do programa traçado.

Nos quatro primeiros anos de vigência do Plano SALTE — 1950 a 1953 — foram consignados pelo Congresso Nacional créditos orçamentários no valor de Cr$ 9.593.560.456,00, quantia que representa menos de 50% do total que a lei básica previu para o qüinqüênio a terminar no próximo exercício.

Estruturalmente nunca houve diferença substancial entre as atividades previstas no Plano SALTE e os encargos normalmente deferidos, pela legislação em vigor, aos órgãos tradicionais da administração federal. O objetivo principal do Plano SALTE consistiu em incrementar alguns dos programas de trabalho, concernentes a saúde, alimentação, transporte e energia, por meio de uma conjugação de esforços do Govêrno Federal com os Governos estaduais

e municipais, assim como com as autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais ou particulares, a fim de intensificar certos empreendimentos de especial interêsse público, sem prejuízo das atribuições ordinárias das mesmas entidades públicas ou privadas. Para isso, a lei institucional do Plano SALTE revigorou o Decreto-lei n.º 6.144, de 29 de dezembro de 1943, isto é, restaurou um processo, expedito e excepcional, de movimentação de créditos, além de atribuir ao Chefe do Executivo plenos poderes para tomar tôdas as providências e praticar os atos necessários à execução do Plano.

Com o início das atividades do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, da "Petrobrás" e da execução do Plano do Carvão, é chegado o momento de dar nova feição ao Plano SALTE, articulando-o com a dos outros empreendimentos governamentais. Em breve, o Govêrno proporá ao Congresso Nacional as medidas que julga conveniente sejam adotadas.

ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Fato relevante da administração de pessoal, ocorrido no ano transato, foi a promulgação do "Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União" (Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952), cujo projeto, tão amplamente apreciado pelo Parlamento, recebeu a contribuição do D. A. S. P., órgão que se incumbirá, doravante, para sua correta aplicação, não apenas da regulamentação de numerosos dispositivos da lei em causa, mas, também, da sedimentação de uma jurisprudência austera e racional, atinente à matéria.

A êste respeito, o Govêrno já iniciou, mesmo em 1952, a regulamentação dos institutos e dispositivos estatutários — trabalho exaustivo, mas indispensável à boa aplicação da lei. O recente Decreto n.º 31.922, de 15 de dezembro, regulamentou a concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, prevista nos arts. 145, item XI, e 146 da citada Lei n.º 1.711.

Ainda em 1952, o Govêrno conseguiu atenuar as dificuldades financeiras por que vinha passando o funcionalismo da União, havendo sido promulgada a Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro, que concedeu abono de emergência mensal aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios, e estabeleceu o novo valor do salário-família — elevado a Cr$ 150,00, por dependente.

Complementarmente, o Govêrno empenhou-se, em 1952, na correção dos erros decorrentes das providências isoladas que, a partir de 1945 até o término do qüinqüênio imediatamente posterior, abalaram a estrutura geral do sistema do mérito, inaugurado em 1936.

Os numerosos erros de então — já fartamente apontados à opinião pública — vêm sendo, a pouco e pouco, corrigidos, em virtude das medidas saneadoras tomadas no momento oportuno, que representam, não apenas a contenção das despesas públicas dentro de limites razoáveis, mas também a submissão aos princípios da ética administrativa e dos critérios morais que devem prevalecer no Serviço Púlbico.

Continua sendo preocupação fundamental do Govêrno e um dos objetivos básicos de suas atividades, no setor da administração de pessoal, a elaboração dos Planos de Classificação de Cargos e de Níveis de Vencimentos para os servidores civis federais.

Em verdade, a classificação de cargos e funções, com base nos respectivos deveres, atribuições e responsabilidades, aliada à revisão dos níveis de vencimentos correspondentes, apresenta-se como necessidade imperiosa e inadiável. Não é mister, todavia, repisar a complexidade do assunto. E' patente — e representa mesmo um dos aspetos mais negativos da Administração — a crise dos cargos técnicos e o desinterêsse pelas funções de chefia, resultante, sobretudo, da módica e desequilibrada remuneração que lhes é atribuída.

O Govêrno está convencido, no entanto, de que, mercê dos esforços empreendidos, brevemente o problema terá solução satisfatória.

SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

Em 1952, foram abertas inscrições para 13 concursos e nove provas de habilitação. O total de candidatos inscritos elevou-se a 11.537, o que, sem dúvida, evidencia, não apenas a grande motivação dos jovens para o Serviço Público, mas também a sua confiança nos sadios processos de seleção adotados pelo Govêrno.

Prosseguiram normalmente as atividades dos vários setores de aperfeiçoamento e treinamento de pessoal.

Quanto ao aperfeiçoamento dos servidores, através de viagens ao estrangeiro, adotou-se orientação segundo a qual o treinamento consistiu, essencialmente, em estágios em serviços públicos e organizações particulares, dando-se caráter supletivo à freqüência a cursos teóricos em instituições educacionais.

Com o intuito de promover a divulgação da cultura administrativa em nosso País, foi elaborado um plano de publicação de livros didáticos sôbre matérias lecionadas nos Cursos do D. A. S. P., mediante o aproveitamento das súmulas de aulas existentes em seus arquivos. O alcance prático da publicação de tal série de livros, a sua acessibilidade em preços, a contribuição da medida aos objetivos da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e sua influência na formação de professôres em centros distanciados da capital emprestam à iniciativa um valor considerável na expansão do conhecimento dos princípios e técnicas relacionados com a prática da administração racional.

Regulei por decreto a obrigatoriedade de seleção por meio de concurso do pessoal das autarquias e outras entidades controladas pelo Poder Público, restabelecendo, assim, em relação a elas, o democrático sistema do mérito.

EDIFÍCIOS PÚBLICOS

E' bem conhecida de todos a crônica das obras e edificações na Administração brasileira antes da ação normativa e saneadora do D.A.S.P. Graças aos estudos, sugestões e atividades desenvolvidos por êsse Departamento — a partir de 1939 — são, hoje, fatos rotineiros o planejamento e a ponderação dos fatôres, direta ou indiretamente ligados à adequada localização, construção, instalação e aparelhamento dos serviços públicos. A Divisão de Edifícios Públicos estabeleceu amplas perspectivas em função das quais os problemas peculiares a êsse setor — financeiros, orçamentários, materiais e técnicos — são devidamente examinados, numa busca permanente de melhores níveis de economia e eficiência.

As atividades da Divisão de Edifícios Públicos, no decorrer de 1952, suplantaram, de muito, as do exercício anterior. Além dos trabalhos de revisão dos projetos e orçamentos de obras provenientes dos Ministérios, e dos trabalhos de projeto e construção da grande Cidade Universitária do Rio de Janeiro, estão sendo ultimados os projetos do Hospital de Clínicas da Universidade do Rio Grande do Sul, da Penitenciária de Bangu, do Quartel da Polícia Especial e das obras de ampliação da Casa da Moeda.

Entretanto, é lícito reconhecer, o principal objetivo da referida Divisão, que é o de orientar e normalizar as construções de edifícios públicos, não pôde ainda ser plenamente colimado. Isto porque continuam escassos os meios de ação de que dispõe, não só quanto à fiscalização dos trabalhos dos órgãos técnicos dos

Ministérios, como também no que respeita ao próprio critério de processamento das medidas administrativas relacionadas com a execução das obras projetadas.

Dêsse modo, pensa o Govêrno, ao ensejo da reforma administrativa projetada, rever a legislação sôbre obras, de forma a dar ao sistema a indispensável eficiência e elasticidade.

ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

Quanto às atividades de administração de material, cumpre assinalar que o aparelho burocrático vigente continua a não atender a suas finalidades precípuas. Não existe, a rigor, centralização de compras — como idealmente entendida — isto porque, dada a vastidão territorial do País, não há como conter as injunções permanentes que estão a exigir descentralização imediata da execução de tais atividades, o que, todavia, deverá subordinar-se ao processo da centralização por princípio.

Por esta razão, estuda o Govêrno a possibilidade de reestruturar o sistema, estando em pauta duas hipóteses distintas: ou a criação de Agências do Departamento Federal de Compras, como preceitua o Decreto-lei n.º 2.206, de 20-5-1940, ou a descentralização efetiva das aquisições, remanescendo apenas a centralização das atividades de padronização, especificação e elaboração de critérios que devem nortear as compras de material para os mais variados tipos de consumo estatal, assim como a supervisão e contrôle técnico da administração de material, a par dos serviços de conservação e recuperação, tão úteis como econômicos.

A êste ponto, vale acrescentar que as compras e obras do Govêrno, ou de suas entidades, como bem acentuou uma ilustre Federação das classes produtoras, têm influência marcante sôbre os preços, dado o seu volume considerável. E' necessário que se realizem com o senso de economia e oportunidade, evitando, por exemplo, inflacionar o mercado dos materiais escassos, reduzindo-se os custos das aquisições do Govêrno, pela maior presteza e segurança dos pagamentos, nas épocas próprias. Mas, além disso, é preciso que cada autoridade esteja imbuída do reflexo que suas decisões podem ter sôbre os preços em geral.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Por intermédio de seus órgãos principais — o Conselho Nacional de Geografia e o Conselho Nacional de Estatística — o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística deu prosseguimento, em 1952, às suas atividades, tôdas elas relativas ao conhecimento

do meio físico nacional e à revelação, em sínteses numéricas, dos diferentes aspectos da vida brasileira.

Dêsse modo, a Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia realizou vários trabalhos de campo, inclusive a coleta de elementos básicos para a elaboração da Geografia do Brasil, através de estudos locais, em cada uma das cinco regiões em que se encontra geogràficamente dividido o território brasileiro. Algumas das excursões realizadas tiveram fins específicos, tais como a delimitação da floresta amazônica, o reconhecimento geográfico e econômico dos Territórios do Amapá e do Rio Branco, o reconhecimento geográfico do Vale do Jaguaribe, o levantamento econômico da Bacia do Rio Doce, o estudo comparativo dos processos agrícolas nas áreas de antiga e de recente colonização. Entre os trabalhos de gabinete, da Divisão de Geografia, vale ressaltar o traçado de mapas econômicos, de clima, de solos, de hidrografia, de vegetação, de distribuição de população, bem como a revisão das medidas das áreas municipais do Brasil.

Merecem ainda referência os seguintes trabalhos da Divisão de Cartografia daquele Conselho :

Triangulação Geodésica de 1.ª Ordem : Foi reconhecida uma área de 32.218 km² e triangulada uma de 28.610 km², na qual se mediram 144 vértices geodésicos. As cadeias de triangulação desenvolveram-se ao longo de 1.305 km, interessando os Estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais e estabelecendo ligação, através de uma Cadeia Transcontinental, entre as triangulações brasileiras e as que percorrem a Cordilheira Andina.

Bases geodésicas e astronômicas de 1.ª ordem: foram medidas seis bases geodésicas, cujos comprimentos somam 62,33 km, observados 10 pontos de Laplace e 5 azimutes.

Nivelamento de alta precisão: Foram nivelados 2.391 km, e estabelecidas 1.447 referências de nível. Tais trabalhos interessaram os territórios dos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e Espírito Santo.

Levantamentos topográficos: Os trabalhos de levantamentos topográficos, realizados pelo Conselho em regime de colaboração com os Estados da Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, abran-

geram área de 70.000 km2, tendo sido executados 3.016 km de poligonais taqueométricas e 4.236 km de poligonais expeditas, determinadas 20 coordenadas geográficas, 31 pontos de declinação magnética e 17.346 pontos de altitude.

Preparação de mapas: visando à Carta do Brasil nas escalas de 1:1.000.000 e de 1:500.000, foram restituídas 9.413 fotografias aéreas, cobrindo uma área de mais de 650.000 km2, a qual compreende partes dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás e dos Territórios do Acre e do Guaporé. Foram impressas três fôlhas da Carta do Brasil na escala de 1:1.000.000, seis na de 1:500.000 e quatro na de 1:250.000. Além disso, foram organizadas mais sete fôlhas em 1:500.000 e preparado o Mapa do Brasil em 1:2.500.000, em quatro fôlhas.

As atividades do Conselho Nacional de Estatística abrangeram dois setores: o censitário e o estatístico.

No setor censitário, vale assinalar que os resultados gerais e provisórios do Recenseamento de 1950 foram divulgados, bem como os dos Censos Econômicos do VI Recenseamento Geral do País. Até julho de 1952, foram difundidos os resultados da apuração preliminar dos Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. O Serviço Nacional de Recenseamento está ultimando ainda a série de seleções dos principais dados resultantes dos censos demográficos e organizando uma reedição da "Sinopse Preliminar do Censo Industrial".

No setor estatístico, a par dos inquéritos e levantamentos que realiza em caráter sistemático, segundo o plano geral da estatística brasileira, o Conselho competente teve, em 1952, atuação destacada na colaboração que foi chamado a prestar, não só a outras entidades administrativas e técnicas do País, como na representação nacional em reuniões e conferências internacionais.

Publicaram-se dezenas de estudos, versando temas do maior interêsse, sugeridos pelas apurações do Censo de 1950, dentre os quais a composição da população por grupos de côr, idade, estado conjugal, mortalidade infantil, tábuas de sobrevivência em geral e por sexo, bem como trabalhos acêrca das indústrias brasileiras e sôbre as quantidades e preços das mercadorias produzidas ou negociadas.

Problema de cuja solução depende a maior segurança e exatidão das estatísticas do comércio externo, de cabotagem e por vias internas, a classificação das mercadorias para uniformização e sistematização dêsses levantamentos foi objeto de demorados estudos e, finalmente, aprovada pela Resolução n.º 517, da Assembléia Geral do Conselho.

Empenha-se a nova direção do IBGE na adoção de medidas visando ao aperfeiçoamento administrativo e técnico dos seus serviços.

SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

O progresso do País é bastante considerável, embora possa ser mais rápido e equilibrado. Os índices de produção são animadores, a despeito da expansão, ainda insuficiente, da produção agrícola e da indústria de base, e da carência de recursos de energia e transportes. As estimativas de renda nacional e os índices de consumo popular *per capita* revelam incremento sensível, se bem que as aspirações populares, em geral, estejam crescendo em progressão maior, havendo ainda grandes massas — a maior parte do nosso Povo — que vivem em nível de vida abaixo de qualquer padrão digno, em condições precárias de alimentação, de vestuário e de habitação.

Os problemas do País são grandes, e para êles o Govêrno está atento e atuante, voltado para a melhoria mais rápida das condições de vida do nosso Povo. Mas o Brasil está progredindo a olhos vistos, segundo o mostram os mais insuspeitos e autorizados observadores internacionais, comparando nosso desenvolvimento com o de outros países semelhantes do mundo. Haja vista a Comissão Econômica para a America Latina, da ONU.

Nenhum progresso, entretanto, convence o pessimismo patológico ou o derrotismo intencional; para êles qualquer dificuldade é a ruína. Devemos prevenir-nos contra o otimismo descuidado, mas também combater as fôrças da confusão e da descrença.

Nos capítulos a seguir procuro apresentar ao vivo os problemas do País, sem esconder as dificuldades que desafiam o esfôrço conjugado do Govêrno federal, das instituições e de todo o Povo. Mas é preciso ficar bem claro na consciência pública que a maior ameaça ao progresso econômico nacional está precisamente no ambiente de inquietação, de alarma e de desordem que interêsses políticos inconfessáveis procuram cultivar no País, e fazem ecoar inclusive no estrangeiro. Nenhuma obra construtiva pode resistir à um clima de agitação.

falta de suficiente rendimento dos programas federais de assistência e reabilitação econômica, mas que, em seus têrmos mais profundos, ainda não foi equacionado pela cultura política nacional.

Tal situação toma uma feição muito ampla no indisfarçável problema agrário do País: o de acesso à terra e sua exploração econômica, o do povoamento dos campos em condições de progresso social. O Govêrno está ampliando sua obra de colonização e adotando diversas medidas de amparo ao campo, enquanto constituiu uma comissão de especialistas para elaborar os projetos da reforma agrária. A assistência aos municípios e ao Interior é das linhas marcantes da orientação do Govêrno, infelizmente ainda não obedecida suficientemente por muitos órgãos e entidades públicas.

O planejamento insuficiente e a dispersão de recursos, que reduzem a eficiência das aplicações públicas e da organização estatal para atividades econômicas, são carências das mais importantes, em face da parcela considerável da renda nacional mobilizada pelos poderes públicos e ainda da importância da ação do Estado, num país em nosso estágio de desenvolvimento. O Govêrno, para fazer face a êsse problema, propôs a reforma administrativa, tanto na parte estrutural como na funcional, promoveu medidas de planejamento e de organização da iniciativa pública, e aguarda o pronunciamento dos partidos e do Congresso para prosseguir nesse programa.

Devo salientar que, aos poucos, se vão aparelhando tècnicamente órgãos públicos e privados destinados ao esclarecimento dos nossos problemas econômicos. Assim, o Conselho Nacional de Economia tem prestado a sua colaboração ao Executivo e ao Congresso, contribuindo, com estudos e pareceres oportunos, para o equacionamento dêsses problemas.

A escassez de técnicos e especialistas, enquanto crescem as legiões de candidatos a funções públicas, representa um entrave à maior produtividade, um desestímulo à vinda de capitais e uma limitação da própria capacidade de dar emprêgo melhor a maior número de trabalhadores auxiliares. O ensino técnico é manifestamente insuficiente e perdeu-se grande oportunidade de substancial progresso no ensino superior por ocasião da elevação das despesas da União com a federalização generalizada e quase indiscriminada de faculdades. Para vencer as deficiências mais sensíveis das universidades e dos quadros técnicos, criou o Govêrno a Co-

missão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e deu-lhe recursos iniciais razoáveis. Ao lado disso está animando a imigração de técnicos e especialistas.

O desaparelhamento fundamental da nossa economia em transportes, fontes de energia, equipamento agrícola, silos e frigoríficos, indústrias de base, resultante de falta de previsão e da competição de aplicações secundárias, é dos aspectos mais patentes da economia nacional. Dêle depende todo o sistema de produção e distribuição. A êsse aparelhamento básico, através de um completo elenco de programas específicos que são expostos adiante, dedica o Govêrno todo o seu empenho. Mas, necessàriamente, o tempo de maturação de tais investimentos é demorado, bem como os próprios estudos técnicos e a discussão e votação das leis necessárias. O Govêrno tem caminhado na celeridade que lhe é possível nas circunstâncias: recursos empenhados, carência de técnicos, controvérsia de princípios, demora das deliberações legislativas.

Influindo sôbre todos os aspectos precedentes, ou refletindo-os, apresenta-se o combate à inflação como o problema número um de nossa organização econômica. Não me refiro estritamente à emissão de papel-moeda, mas ao quadro geral da inflação, expresso na elevação e no desequilíbrio anormal dos preços. Muitos dos desequilíbrios sociais, regionais, econômicos, da maior gravidade, que sentimos, e que toldam de apreensão e mal-estar o efetivo progresso do País, decorrem da inflação, cuja fôrça viva, animada pelos fatôres recentes, ainda não pôde ser detida, como é da política do Govêrno. Certamente é a inflação, induzindo às aplicações puramente especulativas de capital, ao consumo suntuário, ao luxo de uma camada privilegiada, ao lucro fácil e à mentalidade de jôgo, um fator decisivo do desvio de recursos que deveriam estar aplicados efetivamente na produção; e assim é responsável pelo retardamento do nosso progresso.

O Govêrno desenvolve seu programa, visando a combater a inflação e a orientar o máximo de recursos para as aplicações de fundamental interêsse para o País, particulares ou públicas.

Já o Govêrno marcou dois *superavits* consideráveis na execução orçamentária e prosseguirá nessa política que convém à atual conjuntura brasileira. Ao lado disso, cuida de medidas de planejamento, de organização executiva e de contrôle de resultados, segundo o critério da maior eficiência das aplicações públicas. A re-

forma administrativa permitirá certamente um progresso maior neste setor.

Visa agora o Govêrno a nova etapa: a da orientação unitária harmoniosa na aplicação dos capitais controlados pela União, fora do orçamento ordinário, tendo em vista a realização da política econômica e social que convém ao País.

A coordenação da política financeira federal com a dos Estados é outro ponto importante sôbre o qual muito há que caminhar. Uma lei federal fixando as "normas gerais do direito financeiro", como é previsto na Constituição, muito contribuiria para isso.

No campo tributário, há muitas imperfeições a corrigir. Por vêzes, as complicações da rotina fiscal oneram mais o contribuinte que o próprio impôsto. O problema não é o de congelar ou não os impostos, mas o de alterar todo o sistema, no sentido de gravar o consumo não essencial e aliviar a tributação sôbre o consumo popular, e taxar com forte progressividade os lucros e rendimentos excessivos que não se apliquem na produção básica para a Nação ou essencial à vida do Povo. Êste desiderato depende, em larga margem, da coordenação que se alcançar entre a tributação federal e a estadual.

Tem a política governamental reduzido o crédito especulativo e ampliado o financiamento à produção, conquanto os resultados ainda não sejam satisfatórios. As medidas já tomadas e as propostas ao Congresso são, entretanto, da maior importância, como se verá no capítulo próprio. Seus efeitos se farão sentir crescentemente no sentido do amparo maior ao produtor e na difusão do crédito pelo Interior, através de todo o sistema bancário e não apenas dos bancos oficiais.

O presente desequilíbrio no balanço de pagamentos já está cedendo ante as providências tomadas e creio estará em breve inteiramente sanado. O financiamento obtido a prazo médio, de US$ 300 milhões, virá apressar esta recuperação. E' de esperar que a Lei do Câmbio Livre venha melhorar as condições de exportação e tornar mais automático o contrôle de importações, — mal necessário que é sempre um ponto vulnerável em todos

os países. Cumpre aperfeiçoar a seleção de importações, reduzir a demanda interna de artigos estrangeiros e produzir exportações e substitutos para importações.

Um longo caminho há a percorrer no sentido de aperfeiçoar o mecanismo de formulação e execução da política comercial; entretanto, um grande passo já foi dado pelo Congresso, atribuindo ao Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito os poderes deliberativos nesse campo.

E' de esperar, outrossim, dessa lei, um influxo considerável de capital estrangeiro produtivo, que provàvelmente trará consigo um contingente de especialistas e de experiência técnica. Esperamos um financiamento global de cêrca de US$ 500 milhões dos bancos de Washington, e um crescente concurso do capital europeu.

Ao lado da organização monetária e da fixação gradativa de uma política econômica definida e segura, fatôres novos estão atuando no sentido da elevação geral da produtividade nacional. Com efeito, a mecanização, a adubação, a defesa contra a erosão e a irrigação apresentam um surto impressionante na lavoura e a difusão de novas técnicas é evidente na indústria. A produção nacional se está expandindo, diversificando e aperfeiçoando muito mais do que é do conhecimento comum.

Culminando tôda essa política, que está sendo seguida com tôdas as fôrças ao alcance do Govêrno federal, ressalta o programa de empreendimentos fundamentais à emancipação econômica do Brasil, a serem realizados pelo capital privado ou pelos poderes públicos. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, ao lado de alguns órgãos da administração, tem elaborado os projetos básicos, para cujo financiamento e assitência técnica foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Em conseqüência da política econômico-financeira do Govêrno, que é mais amplamente exposta nos capítulos a seguir, a despeito de erros secundários que se registrem, os preços deverão se estabilizar, o crescimento da renda nacional *per capita* será mais acelerado, os salários reais subirão, as condições de alimentação, habitação e vestuário melhorarão em todo o País e poderemos ampliar a assistência para a elevação das condições de vida das massas populares.

Certamente maior êxito neste programa nacional depende não apenas dos esforços do Govêrno, mas de uma consciência geral dos problemas econômicos básicos do Brasil e de um clima de cooperação e confiança. Em benefício da economia nacional, é necessário que se defenda o Brasil do divisionismo e da luta interna e se firme uma colaboração das fôrças vivas da nacionalidade para o cumprimento de uma tarefa comum, superando o derrotismo, a demagogia e o particularismo das reivindicações e impaciências grupais e distritais, e conduzindo o nosso povo a um futuro de maior segurança e tranqüilidade. Não tenho dúvida de que, com essa compreensão, o Brasil consolidará sua economia, elevando substancialmente, num ambiente de paz social, os níveis de vida do nosso Povo.

MEIOS DE PAGAMENTO

A expansão do meio circulante foi inferior à observada em 1951, tendo atingido a 11,3% contra 13,2% nesse ano. Em 1950, havia sido de 29,7%. Em valores absolutos, os acréscimos passaram de 7,2 bilhões de cruzeiros em 1950 para 4,1 bilhões em 1951 e 4 bilhões em 1952, atingindo a moeda em circulação um total de 39,3 bilhões em 31 de dezembro último.

O total dos meios de pagamento (moeda em circulação, menos o encaixe dos bancos, mais os depósitos à vista, do público) que havia aumentado de 31,3% em 1950 e 19,3% em 1951, cresceu em 1952 de cêrca de 18,3%, atingindo a 111 bilhões, aproximadamente.

Há esperanças de que no ano em curso, resolvidos satisfatòriamente os problemas criados pela conjuntura externa, inclusive o do algodão, atingindo nova etapa no contrôle e orientação do crédito, prosseguindo na luta contra a inflação, possa a ação governamental obter, na esfera monetária, resultados ainda mais positivos.

Ao iniciar-se o ano de 1953, estão começando a refluir as emissões feitas nos últimos meses do ano passado. Até 25 de fevereiro último já haviam sido retirados da circulação 1.225 milhões de cruzeiros. E' propósito do Govêrno, conforme já afirmei anteriormente, "evitar que a circulação no fim do ano em curso ultrapasse a de 1952, a não ser nos limites justificáveis pelo crescimento da população e das fôrças de produção", refletido no aumento do volume dos negócios.

PREÇOS

Uma comparação dos dados sôbre o custo de vida de diversos países, publicados pelo Fundo Monetário Internacional, mostra as seguintes elevações percentuais em 1952 sôbre 1950:

Paraguai	144
Argentina	85
Chile (Santiago)	47
Austrália	41
Bolívia (La Paz)	34
França (Paris)	31
Japão	29
Uruguai	28
Suécia	26
Brasil (São Paulo)	26
Inglaterra	19
Canadá	14
Itália	14
Alemanha Ocidental	13
Estados Unidos	10

Está evidente neste quadro o impacto de uma conjuntura mundial, sem embargo de que também atuaram, no caso brasileiro, os fatôres internos a que já me referi e que são analisados nos capítulos seguintes. Evidentemente, os preços dependem sobretudo das condições monetárias gerais. E também são particularmente sensíveis aos fatôres que determinam o abastecimento dos artigos fundamentais ao consumo das populações —, cuja demanda é rígida. Neste campo, teve repercussão o fator climatérico que frustrou as expectativas das semeaduras, desde 1951. Ainda agora, quando se esperavam safras jamais atingidas de gêneros básicos, o Nordeste continua com chuvas insuficientes ou faltas e a estiagem novamente atingiu desastrosamente algumas zonas altamente produtivas do Centro e Sul do País. Ainda assim, porém, no conjunto, as safras deverão permitir, quando não a queda, ao menos a estabilidade dos preços, se outros fatôres não atuarem em contrário.

Os preços ainda refletem fortemente as alterações no poder aquisitivo global dos consumidores e os programas mal avisados ou as tendências viciosas de investimentos, como os imobiliários nas grandes cidades, para os quais não há bens físicos de produção disponíveis para atender à inflada procura. A pressão dos aumentos de salários sôbre os preços é fenômeno do conhecimento comum, mas o congelamento dos salários não é possível enquanto há muitos reajustamentos imperiosos a fazer e lucros extraordinários mal aplicados a coibir.

O problema dos preços está atacado nos seus fundamentos, pela política econômico-financeira do Govêrno. A situação internacional e as carências do País, só remediáveis em prazo maior, impediram que as medidas imediatas tomadas resultassem na queda dos preços. Entretanto, como mostra o capítulo próprio desta Mensagem, as condições de abastecimento melhoraram em alguns itens importantes da alimentação, em relação a dois anos passados, ou seja, atenuou-se a tendência a maior elevação de preços. Para isso concorreram medidas prontas de regularização dos transportes, maior assistência creditícia e garantia de preço mínimo ao produtor e a entrada do Govêrno, através da COFAP, no mercado de alguns gêneros. E' certo que ainda temos a lamentar certa descoordenação entre diferentes órgãos públicos. Embora com elevação de preços, as classes populares, salvo nas zonas assoladas pela sêca ou crises de determinados produtos gravosos, melhoraram seu abastecimento, o que foi possível pelo maior suprimento dos mercados, compensados os maiores preços pela elevação dos salários.

Em breve chegaremos ao momento em que, debelada a inflação, resolvidos certos problemas fundamentais e atravessado o período de irregularidades climáticas, os preços poderão ser controlados e melhoradas sensìvelmente as condições de abastecimento popular.

E' com satisfação que registro já haver tomado o Govêrno as medidas fundamentais que as classes produtoras consideram necessárias, de parte da administração federal, para debelar a alta do custo da vida, como se vê nos capítulos sôbre crédito, transportes, produção agrícola e colonização.

FINANÇAS PÚBLICAS

O exercício financeiro de 1952 encerrou-se com um saldo positivo da ordem de Cr$ 2,3 bilhões, sendo êste o segundo *superavit* obtido pela atual administração, conforme se vê no quadro abaixo:

RESULTADOS FINANCEIROS

(Cr$ milhões)

Anos	*Receita*	*Despesa*	*Saldo ou Deficit*
1946	11.569,6	14.202,5	— 2.633,0
1947	13.853,5	13.393,2	+ 460,2
1948	15.699,0	15.695,6	+ 3,4
1949	17.916,5	20.726,7	— 2.810,2
1950	19.372,8	23.669,9	— 4.297,1
1951	27.428,0	24.609,3	+ 2.818,7
1952	30.739,6	28.460,7	+ 2.278,9

Tais resultados, reduzindo a pressão inflacionária interna, muito têm contribuído para os primeiros sucessos da política anti-inflacionária que meu Govêrno vem empreendendo.

O critério de que as despesas estatais devem comportar-se dentro dos limites da receita pública é de indiscutível segurança para o êxito de uma política financeira adequada aos países de menor capacidade econômica, em que o mercado de capitais é incipiente.

Nestas condições, os *deficits* orçamentários constituem ameaça de graves desequilíbrios monetários, com reflexos sôbre o custo de vida e a situação das classes mais humildes, pôsto que não podem ser financiados pela utilização do crédito público. Nossa experiência a respeito é suficientemente ilustrativa. Nos países de maior densidade de capitais, os governos podem angariar recursos para a cobertura dos *deficits* de seus orçamentos, captando, através da

venda dos títulos públicos, em condições razoáveis, parte das economias do povo. Dentro dêsse processo, efetiva-se apenas uma redistribuição dos meios de pagamento.

O *deficit* orçamentário, não coberto pelo crédito público legítimo, pode deixar de causar pernicioso desequilíbrio na economia, se fôr compensado por uma redução do volume de crédito e por um balanço de pagamentos negativo, que resulte sobretudo da importação de bens de consumo ou ainda dos bens de capital, cuja procura é acrescida pelo *deficit* orçamentário. Ora, estas duas condições, em circunstâncias normais, são de notória inconveniência ou impossibilidade. Fora destas hipóteses, o *deficit* ainda é admissível ou até recomendável, se resultante de uma política racional de emprêgo, em época de paradeiro e queda de preços.

No Brasil, a impossibilidade de obter meios pela forma normal impõe o financiamento dos *deficits* orçamentários de maneira desfavorável, pela criação de novas correntes de meios de pagamento, com o apêlo às emissões — recurso que só pode ser justificado em caso imperioso, como o de uma guerra.

Foram estas circunstâncias que me fizeram recomendar medidas tendentes a evitar os desequilíbrios na execução orçamentária e até mesmo forçar a obtenção de *superavits* necessários à formação de um fundo de giro capaz de cobrir os *deficits* de caixa, que normalmente surgem no decorrer do exercício, pela falta de sincronização entre a realização da despesa e a arrecadação da receita.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A obtenção dêsses saldos não sacrificou as obras essenciais, nem tampouco adiou o pagamento de compromissos legítimos.

O orçamento aprovado para o exercício de 1952, fixando a despesa em Cr$ 25,4 bilhões e estimando a receita em Cr$ 25,5 bilhões, previa um pequeno *superavit*. Entretanto, os encargos transferidos dos exercícios anteriores, consubstanciados nos créditos especiais, e os gastos representados pelos créditos abertos durante o exercício, elevavam os compromissos do Tesouro a cêrca de Cr$ 28,6 bilhões, invertendo para um *deficit* de Cr$ 3,0 bilhões as perspectivas iniciais.

Assim, ao começar o exercício, foi mister efetivar-se um planejamento geral, no que respeita à arrecadação e fiscalização das rendas públicas, a fim de obter-se um máximo de produtividade tribu-

tária, bem como estabelecer uma ordem de prioridade para a realização das despesas inscritas no orçamento. Os resultados dessa política são os que seguem :

	Previstos ou Autorizados	*Realizados*
	(*Cr$ milhões*)	
Receita	25.537	30.740
Despesa orçamentária e suplementações	25.431	26.713
Saldo ou *deficit* orçamentário	+ 106	+ 4.027
Créditos especiais	3.135	1.748
Despesa total do exercício	28.566	28.461
Saldo ou *deficit* efetivo	— 3.029	+ 2.279

Ultrapassou a receita, em 1952, de cêrca de 12% o total arrecadado em 1951 e excedeu em Cr$ 5,0 bilhões, aproximadamente 11%, à previsão orçamentária. As causas dêste resultado foram a elevação dos preços, o aumento das taxas dos impostos de sêlo e de renda, autorizado, respectivamente, pelas Leis ns. 1.473 e 1.474, de 1951, e a progressiva eficiência do aparelho arrecadador.

A persistente atenção que vêm merecendo os órgãos exatores por parte de meu Govêrno responde por boa parte da maior arrecadação dos tributos federais. O I Congresso de Arrecadação Federal, realizado em começo de 1952, sob a presidência do Ministro da Fazenda e com a participação de delegados fiscais, inspetores de Alfândegas, diretores de Recebedorias, delegados regionais do impôsto de renda e fiscais do impôsto de consumo, não só muito contribuiu para um contato mais íntimo entre os responsáveis pela arrecadação federal nos Estados, como também foi um incentivo à melhor exação e fiscalização das rendas públicas e ao melhor aparelhamento dos órgãos fazendários.

A política de seleção dos gastos públicos, consoante o critério de condicionar o atendimento das necessidades às possibilidades efetivas do Tesouro, permitiu que as despesas se comportassem dentro dos limites da receita. Das autorizações orçamentárias, o Govêrno realizou cêrca de 94%, e das obrigações decorrentes de outros dispositivos legais sòmente deixou de efetivar 20%, aproximadamente, tôdas relativas a empreendimentos adiáveis ou não essenciais.

O relativo desafôgo financeiro das operações da União no ano passado propiciou, durante o exercício, a seguinte situação das contas do Tesouro Nacional no Banco do Brasil:

POSIÇÃO DA CONTA RECEITA E DESPESA DO TESOURO NACIONAL NO BANCO DO BRASIL EM 1952

Mês	Saldo ou *deficit* (Cr$ milhões)
Janeiro	+ 227,8
Fevereiro	+ 258,9
Março	— 75,1
Abril	— 734,0
Maio	— 1.609,5
Junho	— 2.326,0
Julho	— 1.349,9
Agôsto	— 876,0
Setembro	— 193,7
Outubro	+ 971,1
Novembro	+ 1.900,4
Dezembro	+ 2.582,6

Os *deficits* de caixa, ocorridos de março a setembro, na conta Receita e Despesa da União foram parcialmente financiados com o saldo obtido em 1951, que, ademais, permitiu a liquidação de diversas dívidas do Tesouro, relativas a exercícios anteriores.

Tal marcha da execução orçamentária em 1952, além de ensejar maiores facilidades para a Administração, possibilitou ao Banco do Brasil atender, com maiores recursos, aos reclamos da produção e do comércio legítimo, sobretudo no último trimestre do ano, quando as necessidades de crédito são maiores.

PERSPECTIVAS PARA 1953

No programa de trabalhos para 1953, a despesa é orçada em Cr$ 34,0 bilhões, enquanto a receita prevista é de 34,3 bilhões. Mesmo considerando a inclusão da parcela de Cr$ 1.450 milhões, consignada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a qual, por fôrça da Lei n.º 1.628, de 2 de junho de 1952, é suprida com recursos originários da cobrança do adicional do impôsto sôbre a renda, é forçoso convir que os quantitativos da despesa são bastante elevados. Esta posição ainda mais se agrava em face da não inscrição, na lei de meios, das quantias relativas ao pagamento do abono e da elevação do salário-família aos servidores públicos civis da União, autorizado pela Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, cujo montante atinge Cr$ 3,0 bilhões, aproximadamente, e dos adicionais por tempo de serviço, determinados pelo novo

Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952), cuja despesa atingirá cêrca de Cr$ 500 milhões. Nos casos de alguns serviços, como as estradas de ferro, o aumento das despesas com pessoal chega a atingir a casa dos 80%. Considerando, ainda, os créditos adicionais transferidos para o atual exercício e os que deverão ser abertos no transcorrer do corrente ano, os gastos da União, provàvelmente, atingirão, em 1953, a elevada cifra de Cr$ 39 bilhões.

E' bem verdade que as Leis ns. 1.747 e 1.748, ambas de 28 de novembro de 1952, ampliaram, respectivamente, as receitas dos impostos do sêlo e consumo; entretanto, os recursos oriundos dêsses dispositivos longe estão de cobrir as exigibilidades dos recentes benefícios conferidos aos servidores públicos, para as quais foram precìpuamente destinados.

A conjuntura econômica nacional dificilmente possibilitará, no transcurso dêste ano, aumentos sensíveis dos recursos orçamentários previstos. Mais uma vez o Poder Executivo e o Legislativo deverão coordenar os seus esforços, no sentido de evitar a abertura de novos créditos, para os quais não sejam votados recursos próprios.

Sem afetar os empreendimentos de caráter urgente e de interêsse nìtidamente nacional, nem prejudicar a aplicação dos recursos nos Estados afetados pela sêca, determinei a adoção de providências acauteladoras, a fim de manter o equilíbrio das finanças públicas com o objetivo de atenuar ou mesmo eliminar o presumível *deficit* de cêrca de 5 bilhões de cruzeiros.

POLÍTICA TRIBUTÁRIA

A estrutura básica do sistema tributário nacional em vigor data da última década antes da guerra e algumas reformas técnicas de maior vulto remontam ao período de guerra. Numa economia dinâmica e em plena fase evolutiva, como a nossa, é certo que a estagnação do sistema tributário acarreta grandes inconvenientes e até mesmo, em numerosos casos, chega a entravar o próprio desenvolvimento.

Contudo, antes de alterar fundamentalmente a estrutura atual, o Govêrno vem aplicando seus esforços no sentido de fazer funcionar a pleno rendimento a legislação vigente. Além de aperfeiçoar o aparelho arrecadador existente, mecanizando várias fases do processo de exação fiscal e dotando os órgãos encarregados dessa tarefa do pessoal técnico necessário, elaborou ainda projetos

de lei destinados a simplificar o processo de arrecadação dos principais impostos federais.

Estudos que visam a alterações básicas estão já em fase adiantada de elaboração e espero poder ainda êste ano enviá-los à apreciação do Congresso Nacional. As reformas em elaboração objetivam :

— orientar, em conjugação com as diretrizes adotadas nos demais setores, os capitais privados para investimentos de interêsse fundamental, desencorajando, através de imposição fortemente progressiva, os lucros e rendimentos excessivos que não se apliquem em atividades básicas e na produção de bens essenciais à vida das populações;
— financiar os empreendimentos governamentais básicos que visam a eliminar os pontos de estrangulamento de nosso desenvolvimento;
— facilitar a entrada de capitais e técnicos estrangeiros, que se destinam aos setôres compreendidos na política de investimentos do Govêrno;
— conjugar a ação fiscal com a política monetária, visando sobretudo a reduzir a pressão inflacionária gerada pelo desenvolvimento econômico;
— estimular as exportações e articular o sistema tributário com a política dos órgãos reguladores da política de comércio exterior;
— promover, em articulação com a política de gastos de caráter social do Govêrno, uma distribuição mais equitativa de renda nacional.

Com êsses objetivos, os impostos diretos e pessoais serão preferentemente utilizados. Não devem ser aumentados os impostos que incidem sôbre a produção e a circulação de artigos essenciais à vida do Povo. E' bem verdade que as elevações no impôsto de renda, propostas pelo Govêrno ou deliberadas pelo Congresso, são, em condições inflacionárias, suscetíveis de transferência através do preço das mercadorias. Entretanto, os impostos sôbre os lucros ou sôbre as rendas excedentes são meios clássicos de combate à inflação e, debelada esta, não mais afetam os preços. Os impostos diretos progressivos sòmente são inconvenientes na medida em que retiram poder de investimento e de consumo dos particulares para transferí-lo ao Estado, passando êste a utilizá-lo ainda mais inflacionàriamente, ou com menor eficiência que aquêles.

Impostos de consumo sôbre bens supérfluos ou de luxo também têm um efeito antiinflacionário e social reconhecido, reduzindo a demanda de tais bens ou fazendo os seus consumidores contribuirem, através do impôsto, para os programas do Estado; e assim, de uma ou outra forma, determinando uma transferência dos recursos para aplicações básicas ou produção de bens escassos de consumo essencial.

Ora, o Govêrno Federal conseguiu reduzir as despesas puramente administrativas do orçamento público, aplicando rigorosa política de economia. Por outro lado, como se mostra claramente no capítulo sôbre investimentos, o momento requer que se dê prioridade a grandes investimentos em transporte, energia, indústrias básicas, financiamento agrícola, que em regra só o Estado está habilitado a fazer, e para os quais ainda não pode utilizar o mercado de títulos. Assim, sua fonte de recursos é, de uma forma ou de outra, a tributação.

Alterações tributárias

As alterações do impôsto único sôbre os lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos de qualquer origem ou natureza, introduzidos pela Lei n.º 1.749, de 28 de novembro último, visam não só a fornecer recursos para empreendimentos petrolíferos e rodoviários, mas também, através de taxas diferenciais, a incentivar o refino interno de alguns derivados que a legislação até então vigente pràticamente impedia.

Mais duas leis, ambas de iniciativa do Congresso Nacional, introduziram alterações no sistema tributário vigente. A Lei n.º 1.746, de novembro de 1952, alterou as taxas do impôsto de consumo sôbre cigarros e fumo desfiado, picado, migado ou em pó, e a Lei n.º 1.747, da mesma data, majorou várias taxas contidas na lei do sêlo. Tais leis, de caráter puramente fiscal, visaram a dar recursos ao Tesouro para cobrir as despesas com o "abono de emergência" concedido ao funcionalismo público federal.

Dentro do objetivo de simplificar a exação do impôsto de renda e do impôsto do sêlo foram enviados à apreciação do Congresso dois projetos de lei.

Além de várias outras alterações importantes e que muito facilitarão a aplicação da legislação do impôsto de renda vigente, o projeto do Executivo, ora em estudo na Câmara dos Deputados, altera a técnica de apuração do lucro real das pessoas jurídicas,

estabelece normas para a tributação dos rendimentos decorrentes de atividades exercidas parcialmente dentro e fora do País, exige a demonstração do lucro no caso de vendas de terreno a prestação, disciplina o processo de lançamento, traça normas relativas à fiscalização e prevê a consolidação de tôda a legislação relativa ao tributo sôbre a renda.

No projeto relativo ao impôsto do sêlo, visou o Executivo aperfeiçoar diversos dispositivos da legislação vigente, tornando mais prática a sua execução e mais segura a fiscalização. Pretende, assim, obter substancial aumento de arrecadação dêste tributo sem qualquer majoração das taxas de incidência em vigor. Definindo com clareza vários pontos controversos da lei atual, o projeto de reforma enviado ao Congresso, em fevereiro último, contribuirá, ainda, para a redução substancial do número de ações fiscais e de recursos interpostos pelas partes, aliviando dessa forma os já pesados encargos decorrentes da administração dêste complexo tributo.

Uma redução do impôsto de sêlo foi proposta no projeto de lei sôbre a cédula rural, destinado a abrir novas facilidades ao crédito agrícola.

Tarifa das Alfândegas

O estudo da reforma das tarifas aduaneiras já se encontra em fase adiantada. A parte relativa às alterações da classificação das mercadorias importadas está pràticamente concluída. Começa agora a fase de fixação do ônus fiscal a ser suportado pelos diversos produtos sujeitos ao impôsto alfandegário. Êsse trabalho vem sendo orientado no sentido de incentivar nosso desenvolvimento econômico, aliviando o *deficit* do balanço de pagamentos e a ação dos órgãos de contrôle do comércio exterior.

Outras reformas em estudo

Alterações da atual consolidação do impôsto de consumo, em estudo no Executivo, estão, em linhas gerais, já pràticamente prontas. Vem o Govêrno, no momento, examinando as sugestões enviadas pelos interessados, após a divulgação do projeto para estudo.

Apesar dessas diretrizes da política tributária federal, sòmente se poderá atingir plenamente os objetivos visados, se todos os poderes tributantes as adotarem. Conforme está exposto na parte relativa às finanças estaduais e municipais, a União vem promovendo reuniões no sentido de se estabelecerem normas gerais a serem seguidas pelos três níveis de Govêrno.

DÍVIDA PÚBLICA
Dívida Interna

No após guerra, o montante da dívida interna consolidada da União pràticamente não aumentou. De 1946 a 1952 o crescimento foi de apenas 5%, aproximadamente. Mas, tal evolução não deve ser considerada como indício de que o Govêrno dispensa essa forma de financiamento. O reduzido nível de nossa dívida pública é conseqüência, sobretudo, de limitado e mal organizado mercado de títulos públicos. Atravessamos nesse período, até 1950, fases de elevados *deficits* orçamentários e o Govêrno se viu obrigado a emitir, para seus próprios fins, papel-moeda em vez de títulos de dívida pública.

Logo que assumi o Govêrno, determinei o estudo de medidas tendentes à reabilitação do crédito público, a fim de permitir, em futuro próximo, a sua utilização no financiamento de empreendimentos governamentais básicos.

Em 1951, tomaram-se tôdas as providências indispensáveis para atingir êsse objetivo, as quais estavam dentro da exclusiva competência do Poder Executivo. O pagamento dos juros passou a ser realizado com pontualidade e, para maior comodidade dos portadores dos títulos, através do Banco do Brasil, das Caixas Econômicas e demais bancos.

O saneamento financeiro que o Govêrno vem realizando constitui outro importante fator para a melhoria da posição dos títulos de dívida pública interna.

Em conseqüência destas medidas, já em 1952 observou-se melhoria progressiva na cotação dos títulos federais nas principais bôlsas do País. O aumento de 31 de dezembro de 1951 à mesma data de 1952 alcançou, em média, a cêrca de 10%. As Apólices do Reajustamento Econômico, ao portador, rendendo juros de 5% ao ano, que em 1951 eram cotadas a 75% do valor nominal, já alcançavam na primeira semana de março último a 81%. As obrigações de guerra, ao portador, pagando juros de 6% ao ano, cotadas a 76% em 1951, já haviam atingido 83% nos primeiros dias do corrente mês.

Melhoras mais substanciais, entretanto, sòmente poderão ser obtidas pela regularização do resgate dos títulos em circulação. Um plano com êsse objetivo, elaborado pelo Executivo, foi em janeiro de 1952 enviado à apreciação do Congresso Nacional.

Ao encerrar-se o exercício de 1952, o montante da dívida interna fundada atingia Cr$ 10.450 milhões, permanecendo quase sem alteração em relação ao ano anterior. Esse montante é realmente módico, pois corresponde a cêrca de 3% de nossa renda nacional, enquanto nos países mais desenvolvidos se eleva a mais de 100%. Na Inglaterra a dívida pública fundada interna supera em mais de 200% a renda nacional.

DÍVIDA INTERNA FUNDADA — SALDO EM CIRCULAÇÃO

(EM MILHÕES DE CRUZEIROS)

Categoria	1946	1951	1952
Apólices	4.605	4.909	4.909
Obrigações	5.360	5.537	5.541
Total	9.965	10.446	10.450

Apesar da autorização total para a emissão de apólices ser, em 31 de dezembro de 1952, de Cr$ 7.228 milhões, o montante realizado atingia apenas Cr$ 4.923 milhões. Durante o ano transato as operações de resgates totalizaram Cr$ 14 milhões.

As emissões de obrigações, realizadas até fins de dezembro último, alcançavam Cr$ 6.301 milhões, sendo que dêsse total, no transcurso de 1952, foram resgatados Cr$ 331 milhões, cancelados Cr$ 271 milhões e incinerados Cr$ 158 milhões.

Dívida Flutuante

A dívida flutuante do Govêrno Federal atingiu Cr$ 11.027 milhões, em 31 de dezembro de 1952. As contas que apresentaram as maiores variações foram "Bancos e Correspondentes" (+ 620 milhões) e "Letras do Tesouro" (— 364 milhões de cruzeiros), enquanto as demais permaneceram quase no mesmo nível dos quantitativos atingidos no ano anterior.

À conta de "Restos a Pagar" de exercícios anteriores, foram efetuados, em 1952, pagamentos num total de Cr$ 1.684 milhões e transferidas liquidações de gastos relativos ao exercício encerrado, no valor de Cr$ 1.728 milhões. Destarte, resultou permanecer pràticamente estacionária a parcela referente a esta conta no conjunto da dívida flutuante.

Dívida Externa

Continuou, em 1952, a ser satisfeito, com tôda a regularidade, o Serviço da Dívida Externa do Brasil, compreendendo não sòmente o das obrigações diretas do Govêrno da União, como o dos empréstimos contraídos pelos Governos de Estados e Municípios, abrangidos no Plano "B" dos acordos de regularização e concluídos de conformidade com o Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943. e ainda o dos empréstimos tomados em libras esterlinas pelo Instituto do Café (São Paulo) e pelo Banco do Estado de São Paulo.

O total da Dívida Externa, que era, a 31 de dezembro de 1931, de 276.984.962 libras esterlinas-papel ou 14,5 bilhões de cruzeiros, estava reduzido, em 31 de dezembro de 1952, a 4,7 bilhões de cruzeiros (sendo 2,6 bilhões de cruzeiros de obrigações originais diretas do Tesouro Nacional), como mostra o seguinte quadro nos totais das diversas moedas:

Dólares	US$	131.642.945
Libras esterlinas	£	41.948.839
Francos fr-ouro	Fr Fr	21.970.500
Francos fr-papel	Fr Fr	107.114.115
Florins	Fl	6.037.300

À conta dessa dívida, teve o Tesouro Nacional, no curso do ano passado, de satisfazer prestações de juros e amortizações como se discrimina no quadro abaixo.

UNIÃO	JUROS	AMORTIZAÇÕES	COMISSÕES	TOTAIS
£ (1)	3 25.233-1-3	2.760.604-1-10	33.817-9-11	3.419 904-13-0
US$ (1)	2.877.452,05	4.422.730,00	73.007,81	7.373.159,86
Total Cr$				317.238.553,30
Est. e Municípios				
£ (1)	553.003-19-3	995.821-2-10	23.899-4-11	1.572.775-7-0
US$ (1)	1.577.006,32	2.940.555,34	11.618,45	4.529.180,11
Total Cr$				167.221.841,40
TOTAL GERAL				484.453.397,70

(1) — Libra esterlina — Cr$ 55.416; US$ — Cr$ 18,32

A 31 de dezembro de 1952, os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro e os Municípios de Niterói, Santos e Pôrto Alegre eram devedores ao Tesouro Nacional da importância total de Cr$ 230.705.214,00, por adiantamentos de prestações de serviço de seus empréstimos. O Estado de São Paulo já celebrou acôrdo para a regularização de seu débito e, como reflexo da recente Conferência dos Secretários

de Fazenda, iniciaram-se demarches com os representantes das Unidades que, em atraso, desejam saldar seus compromissos. No exercício de 1952, pôde ser regularizada a aplicação do disposto no artigo 12, § 2.º, do Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943. Pendem ainda de entendimentos para sua final regularização, a substituição, por títulos novos, dos títulos antigos existentes na Inglaterra com carimbos de redução de seu valor nominal e a questão da assinatura de convênio, visando ao lançamento de "General Bonds", semelhantes aos já em vigor na América do Norte, com o fim de introduzir cláusula reguladora da prescrição dos títulos em resgate e dos juros vencidos, quando não reclamados por seus portadores dentro de certo número de anos.

FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS

O Govêrno Federal tem procurado, desde 1951, desenvolver a cooperação financeira com os Estados, mesmo com prejuízo de empreendimentos diretos seus, e é meu desejo avançar nessa diretriz, a fim de proporcionar maiores recursos às administrações estaduais, dentro de uma política de cooperação financeira e administrativa.

Cooperação financeira com os Estados

Conforme determinações minhas, o Ministro da Fazenda promoveu uma conferência dos Secretários da Fazenda, visando à coordenação da política econômica e financeira da União e dos Estados, através de diretriz uniforme, em benefício dos altos interêsses nacionais.

Por um lado, assegurou-se a colaboração prática entre a União e alguns Estados na fiscalização da cobrança dos impostos. Por outro, retomaram-se vários estudos, que foram objeto de conferências interadministrativas no meu Govêrno anterior, no sentido de aperfeiçoar e unificar a nomenclatura e a classificação dos orçamentos públicos e da adoção, pelos Estados, de critérios na graduação dos impostos, particularmente sôbre vendas e consignações, e no lançamento de títulos públicos e manutenção dos respectivos serviços, em moldes que não prejudiquem o conjunto da economia nacional.

Reuniões como essas devem suceder-se periòdicamente, pois é impossível uma política financeira firme e um desenvolvimento mais rápido e equilibrado da economia nacional, sem estreita coordenação entre a política fiscal da União e a dos Estados, notadamente os de maior poder econômico.

POLITICA DE CRÉDITO

A diretriz fundamental da política creditícia do Govêrno consiste em ampliar o crédito legítimo à produção e ao comércio, facilitando-lhes condições mais vantajosas, através de juros módicos e prazos adequados. Para atingir êsse objetivo, é mister persistir num programa continuado de saneamento do crédito e combate a inflação. Assim, é indispensável que seja eliminada a demanda de crédito a qualquer preço, característica dos períodos inflacionários, e que se tomem medidas diretas no sentido de coibir o crédito especulativo, que compete desigual e ruinosamente com o crédito legítimo na aplicação dos recursos bancários. A abundância do crédito à produção depende de que o total dos empréstimos bancários não contribua para a inflação.

E' propósito do Govêrno superar a forte tendência que encontrou, de expansão desmedida do crédito bancário, de efeitos patentemente inflacionários.

A impossibilidade de reduzir bruscamente o montante total dos empréstimos bancários, ou sua taxa de crescimento, levou o Govêrno a adotar uma política cuja linha mestra é o contrôle qualitativo do crédito, orientando-o, com as armas de que dispõe, para a produção dos bens essenciais ao abastecimento e ao nosso desenvolvimento econômico.

Na medida em que vão sendo anuladas as causas da expansão inflacionária do crédito, o ritmo ascendente do total dos empréstimos vai sendo atenuado. Espera-se que no ano em curso o crescimento quantitativo do crédito se situe no nível necessário à movimentação da produção e ao financiamento dos investimentos diretamente ligados ao processo evolutivo de nossa economia.

As recentes normas para a seleção dos títulos redescontados e o saneamento das operações da Caixa de Mobilização Bancária, medidas preliminares adotadas em 1951, foram de grande alcance no sentido de eliminar operações especulativas financiadas com crédito bancário.

Antes de adotar medidas mais diretas e severas, o Govêrno reuniu os banqueiros do País em mesa-redonda, procurando assim obter a colaboração espontânea dos responsáveis pelas entidades bancárias, para o estabelecimento de critérios de seletividade na distribuição dos créditos, atendendo preferencialmente ao produtor e desestimulando aquelas atividades de mera transferência de domínio, que em nada aumentam a produção, as que têm por efeito a manutenção de estoques e sustentação de preços, as que contribuem para manter e acentuar a inflação imobiliária, encarecendo os terrenos urbanos e rurais e as construções, e outras operações meramente especulativas. Em tese, a preocupação era a de manter os tetos atingidos no ano de 1951, salvo a margem suplementar exigida pelo aumento físico de produção. Apesar dêsse esfôrço, os empréstimos bancários, excluindo os do Banco do Brasil, aumentaram de cêrca de 10%.

Como passo seguinte, foram tomadas providências para enquadrar as Caixas Econômicas Federais na política governamental e para orientar a aplicação de parte das reservas técnicas das companhias de seguros e capitalização, para o financiamento de projetos e programas de fundamental interêsse para o País. A Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, autoriza o Govêrno a utilizar até 25% das novas reservas técnicas, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, enquanto, mediante entendimentos com as companhias, espera o Govêrno que outra parcela substancial seja aplicada nesses programas, notadamente o financiamento de obras públicas municipais.

Os efeitos das medidas adotadas vêm sendo sentidos gradativamente, quer na melhor distribuição qualitativa do crédito, quer na atenuação do ritmo do seu aumento quantitativo. Efeitos mais salutares serão obtidos quando fôr transformado em lei o projeto que trata das operações da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, enviado pelo Poder Executivo, em abril de 1952, ao Congresso Nacional, o qual visa a dar bases mais seguras ao redesconto e a orientar os bancos para o financiamento agrícola. Ao lado do aperfeiçoamento de forma, a Câmara dos Deputados introduziu no projeto dispositivos suscetíveis de prejudicar a operação adequada do instituto do redesconto e o aperfeiçoamento do nosso sistema bancário. Em Mensagem, de 3 de dezembro de 1952, apresentei outro projeto de lei que visa a conceder novas facilidades ao crédito rural e constitui peça importante na política

creditícia que vem sendo seguida pelo Govêrno, voltado para o incentivo à produção e o amparo ao interior. Pelo projeto, reformam-se as cédulas rurais, a pignoratícia e a hipotecária, simplificando-se as formalidades, reduzindo-se os custos, prevendo-se ainda condições excepcionais de redesconto para as cédulas pignoratícias.

BANCO DO BRASIL

A política de saldos orçamentários e as conseqüências da conjuntura de nosso comércio exterior canalizaram para o Banco do Brasil cêrca de 9 bilhões de cruzeiros.

Os resultados que passamos a apresentar dão-nos uma idéia mais objetiva da ação governamental nesse setor.

VARIAÇÃO EM 1952

(Cr$ milhões)

	Empréstimos	*Depósitos*	*Variação nos Recursos do Banco*
Tesouro Nacional — Operações de câmbio	— 136	+ 6.664	+ 6.800
Tesouro Nacional — Outras operações ..	+ 710	+ 2.825	+ 2.115
Outras entidades públicas	+ 1.868	+ 1.333	— 535
Bancos	+ 1.342	+ 2.923	+ 1.581
Outras	+ 9.630	+ 1.900	— 7.730
Total	+ 13.414	+ 15.645	+ 2.231

As instruções do Govêrno foram no sentido de que o Banco do Brasil dirigisse a aplicação de tais recursos para o incentivo da produção interna, inclusive as operações comerciais legítimas. Os efeitos dessa diretriz podem ser avaliados pelos dados abaixo, relativos às variações observadas nos empréstimos à produção e ao comércio.

EMPRÉSTIMOS

(Saldos em 31 de dezembro em Cr$ milhões)

Carteiras	1950	1951	1952	*Variação* 1952/1951
Cart. de Crédito Geral	7.832	15.111	20.799	+ 5.688
Cart. Créd. Agrícola Ind. ..	6.846	9.192	12.969	+ 3.777
Cart. Export. e Importação .	223	433	598	+ 165
Total	14.901	24.736	34.366	+ 9.630

O aumento das aplicações da Carteira Agrícola e Industrial já é animador: 41%, em 1952, sôbre 1951; e 89%, sôbre 1950. Esperamos ampliar gradativamente os financiamentos diretos à

produção, particularmente os agropecuários, do Banco do Brasil, para o que muito deverá concorrer a lei pedida ao Congresso, conforme referi acima. Esse projeto prevê, inclusive, a acumulação de um fundo para crédito aos pequenos produtores, com o produto das taxas de inscrição e averbação dos títulos de crédito rural.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

EMPRÉSTIMOS

(Saldos em 31 de dezembro em Cr$ milhões)

Carteiras	1950	1951	1952	*Variação* 1952/1951
Agrícolas	1.130	2.535	3.662	+ 1.127
Agro-industriais	920	29	30	+ 1
Pecuários	2.888	3.303	4.158	+ 855
Agropecuários	21	33	76	+ 43
Industriais	1.856	3.260	4.722	+ 1.462
Outros	—	32	321 (*)	+ 289
Total	6.815	9.192	12.969	+ 3.777

(*) Incluídas as novas modalidades de "Empréstimos a Cooperativas" e "Empréstimos de Investimentos".

O forte aumento das operações das Carteiras de Crédito Geral se orientou, também, para o desconto legítimo e outros financiamentos destinados à produção, não sendo irrelevante, outrossim, o amparo que, embora com sacrifício de sua política financeira, a União, através do Banco do Brasil, procurou dar aos Estados e Municípios. Os empréstimos a tais entidades públicas, obedecendo à orientação federativa de reforçá-las, face a suas dificuldades financeiras, aumentaram em 1951 de 1,3 bilhões e em 1952 de mais de 838 milhões.

O aumento das aplicações das Carteiras de Crédito Geral ainda se impôs, em parte, pela própria rarefação dos meios de pagamento, resultante da sucção de cruzeiros operada pelo Tesouro (saldo) e pelo Banco, por conta daquele, através da venda de cambiais aos importadores, não coberta por uma correspondente compra aos exportadores. Essa sucção de cruzeiros em parte convinha para atenuar ou corrigir a inflação, mas não poderia ser mantida no vulto a que chegou.

Em períodos de equilíbrio do balanço internacional de pagamentos, os cruzeiros pagos pelos importadores voltam à circulação por intermédio dos exportadores. Se, porém, a entrada de cruzeiros, como ocorreu em 1952, supera em 5,6 bilhões de cruzeiros a

respectiva saída, alcançando seu saldo a 7,7 bilhões de cruzeiros, provoca uma sucção de disponibilidades que, não compensada, poderia causar desequilíbrio na economia nacional.

Em tais condições, a única medida era possibilitar, através dos empréstimos, que essas disponibilidades voltassem à circulação, praticando-se uma verdadeira política compensatória.

Entretanto, apesar do aumento de 24,7 para 34,4 bilhões de cruzeiros dos empréstimos do Banco do Brasil à produção e ao comércio, ainda teria ocorrido um aumento de 2,2 bilhões de cruzeiros em suas disponibilidades de caixa, não fôra a necessidade inadiável de adquirir produtos de exportação e de importação que montaram a 5,1 bilhões de cruzeiros. Não fôsse, pois, essa circunstância, não teria o Banco do Brasil apelado para o redesconto.

REDESCONTO E CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCÁRIA

A política da Carteira de Redescontos foi, conforme as instruções do Govêrno, de atender às necessidades legítimas dos bancos, sanear o sistema bancário e orientar-se para o crédito à produção.

Pelas circunstâncias apontadas, o Banco do Brasil foi forçado a aumentar em 3,9 bilhões de cruzeiros o montante de seus redescontos. Até 24 de fevereiro último, êsse total já havia sido reduzido de 649 milhões de cruzeiros.

Dentro da rigorosa seleção imposta aos títulos redescontados, a Carteira de Redescontos forneceu ainda, mais 0,3 bilhões de cruzeiros aos demais bancos.

Para o aumento total de 4,2 bilhões de cruzeiros dos títulos redescontados, o Tesouro Nacional forneceu, através de emissões de papel-moeda, pouco menos de 4 bilhões de cruzeiros, quantia, como se vê, bem inferior ao total dos financiamentos dos produtos gravosos.

Assim, não fôssem as conseqüências decorrentes da conjuntura internacional, nenhuma emissão de papel-moeda teria sido necessária em 1952. Não houve nenhum redesconto de letras do Tesouro, para cobrir *deficit* do orçamento federal, ou outro qualquer encargo do Govêrno.

A manutenção das operações da Carteira de Redescontos e da Caixa de Mobilização Bancária, dentro dos limites legal e técnico, tem sido um dos problemas mais difíceis do setor monetário. E' que os erros de orientação de alguns bancos, inclusive oficiais,

os conduziram a elevadas imobilizações de seus haveres, levando ao congelamento parte apreciável dos recursos dessas instituições.

Visando a regularizar essa situação, encontrada pela atual Administração, e que compromete a necessária flexibilidade dos órgãos básicos garantidores da segurança do sistema bancário, enviei ao Congresso, acompanhado de mensagem de abril de 1952, projeto de lei permitindo a liquidação dos débitos bancários para com a Carteira de Redescontos e a Caixa de Mobilização mediante dação de bens imóveis. Êsse mesmo projeto, prevê ainda a amortização de parte dos débitos da União para com os institutos e caixas de previdência, ou entidades de caráter assistencial, mediante a transferência dos bens imóveis recebidos pelo Tesouro.

Uma vez assegurada a legitimidade das avaliações dos imóveis — o que parece resolvido pela comissão de peritos prevista no referido projeto — a medida legal que solicitei não deve ser retardada, pela sua importância no programa de ordenação financeira do Govêrno.

CRÉDITO COOPERATIVO

A regularização das atividades do Banco Nacional de Crédito Cooperativo representou um grande passo no sentido de criar-se no País um sólido sistema dêste tipo de crédito.

O capital do Banco foi reforçado com a parcela de 150 milhões de cruzeiros, entregues pelo Tesouro Nacional. Muito embora ainda insuficientes, os recursos atuais permitem uma ação mais decisiva dêsse estabelecimento. Aos recursos referidos vieram juntar-se os lucros obtidos nos dois últimos anos, que se elevaram a ..... Cr$ 4.958.891,00.

A liquidação judicial de diversos contratos, na importância aproximada de Cr$ 56.000.000,00, permitiu a recuperação parcial do capital do Banco, imobilizado em operações de difícil liquidação, realizadas pela antiga Caixa de Crédito Cooperativo.

Dando seqüência à orientação já imprimida ao Banco, no exercício de 1951, atendeu-se, preferencialmente, às solicitações de crédito das cooperativas agrícolas que se dedicam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, bem como daquelas cujos produtos exportáveis asseguram divisas para o nosso País.

Assim, em 1952, foram concedidos Cr$ 187.696.397,00 aos diversos ramos de produção cooperativada. Em 1951, as operações do Banco haviam-se elevado a cêrca de Cr$ 115.000.000,00. As

cooperativas de carne bovina e derivados obtiveram o maior montante de créditos, seguidas pelas que se dedicam à produção de cana de açúcar e as ervateiras.

O Banco iniciou ainda a execução de um plano de concessão de empréstimos-auxílios para os agricultores cooperativados que venham a sofrer perdas, decorrentes de fenômeno meteorológico e, para fornecer os recursos necessários, acaba de constituir um fundo especiel com parte de seus lucros anuais.

Cumpre referir que, ao lado do B.N.C.C., desenvolveu também a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, consideràvelmente, no ano findo, o crédito às cooperativas, para o que dispõe de uma seção especial.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Operando dentro de suas finalidades sociais, incentivando a poupança e beneficiando importantes setores da economia nacional, as Caixas Econômicas Federais prosseguem no ritmo de desenvolvimento iniciado em 1934, ano da última reforma de tal organização. Diz bem da solidez tradicional dessa instituição o fato de que a União, embora fiadora dos depósitos há quase cem anos, nunca foi chamada a responder pela fiança.

O saldo dos depósitos recolhidos no ano findo está prestes a atingir a ordem de 14 bilhões de cruzeiros e o total dos empréstimos a de 11 bilhões, contra 12 e 9,5, respectivamente, no final de 1951. Tais cifras bem atestam a importância dêsses institutos em nosso mercado financeiro, sobretudo quando se sabe que 86% dos depósitos são de natureza tìpicamente popular.

A campanha de estímulo à poupança nas cidades menos desenvolvidas do interior do País, através das agências econômicas-postais, vem apresentando já resultados animadores, embora ainda reduzidos. O total recolhido alcançou, no último ano, cêrca de 14 milhões de cruzeiros. Espera-se, no presente ano, através de várias providências já programadas, incentivar êsses depósitos, atendendo à sua importância como meio de mobilizar e tornar produtiva a pequena poupança que, de outro modo, ficaria estéril.

No que tange às aplicações, as normas elaboradas pela 8.ª Reunião Congressual, de acordo com a política financeira do Govêrno, serviram de orientação geral. A concessão de empréstimos hipotecários ficou restrita ao financiamento para aquisição de residência própria até Cr$ 300.000,00 e para a construção de

conjuntos residenciais populares, a serem vendidos pelo preço máximo de Cr$ 200.000,00 por unidade, com prazo de pagamento até 30 anos.

De modo geral, cêrca de 16% dos empréstimos foram concedidos a longo prazo (hipotecas e financiamentos aos Municípios) e o restante a médio e curto prazo (especialmente penhôres e consignações).

Hoje, as Caixas Econômicas Federais possuem a maior e mais profunda rêde coletora de depósitos de todo o País, mantendo 418 departamentos em todo o território nacional. Apesar disso, existe ainda grande número de Municípios não beneficiados pela instituição. Embora não haja atingido o nível desejado, a propaganda educativa de poupança vem sendo executada de forma sistemática por tôdas as Caixas, com reflexo favorável sôbre os depósitos. O plano, que tem por finalidade fazer com que todos os brasileiros se tornem depositantes das Caixas Econômicas Federais, mediante a abertura de cadernetas para os recém-nascidos, será pôsto em execução no corrente exercício.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Três fatos caracterizam a atual conjuntura dos investimentos: a flagrante insuficiência dos investimentos básicos, a fragmentação e dispersão dos investimentos comuns, sobretudo os públicos, e a tomada pelo Estado de maiores compromissos, tendo em vista romper os pontos de estrangulamento que entorpecem a marcha da economia nacional.

Chegamos a um momento em que os novos investimentos privados, nas modalidades comuns, em vez de contribuírem para a queda dos preços, freqüentemente os acrescem, diante da falta de recursos de energia, transportes, serviços públicos urbanos e de indústria de base, além da carência de técnicos e operários qualificados. Apesar de alguns ensaios animadores, como a compra, pelo povo, de ações de uma companhia de eletricidade e de uma refinaria, o capital particular é limitado para investimentos de base, que requerem uma experiência considerável, longo tempo de espera e grandes recursos, e prometem rendimentos baixos, sobretudo em período inflacionário, tanto mais quando não há ainda um mercado de capitais organizado. As emprêsas concessionárias de serviços públicos, em regra, não se têm mostrado capazes de cumprir fielmente seus compromissos, realizando em tempo os investimentos necessários para atender à demanda, embora em certos casos possam alegar dificuldades criadas pelo Poder Público à sua expansão. Enquanto isso, o Estado, nas três órbitas, tem revelado imprevidência e retardo no suprimento dessa omissão do capital privado.

Em vez de concentrar meios na solução dos problemas de base, as entidades públicas espalham suas aplicações em um número demasiado, quando não absurdo, de programas e projetos, que se arrastam, encarecendo desmedidamente as obras, e correspondem a um lamentável desperdício de recursos.

Sem nenhum objetivo de crítica, por dever de sinceridade, cabe apontar o fenômeno, em cuja raiz está o hábito de compo-

sição política entre numerosas correntes e influências pessoais, embora na melhor intenção de defender cada qual uma fatia do bôlo orçamentário para sua zona de representação.

Ora, tanto os investimentos privados comuns não podem ser detidos nos campos em que atendam a necessidades básicas de consumo, ou economizem importações, ou produzam exportações, como os programas e projetos iniciados, com apoio nos orçamentos e órgãos financiadores oficiais, embora sem senso de prioridade, devem agora, em regra, ter continuidade, para que o prejuízo não seja maior. E até não se pode excluir a conveniência ou necessidade de iniciar novos, rigorosamente estudados, que se afigurem de urgência ou de influência decisiva no desenvolvimento econômico.

Mas o que sobrepassa tudo em urgência e fecundidade econômica são as inversões básicas em fontes de energia, meios de transporte e comunicação, serviços públicos urbanos, agricultura e indústrias de base, inclusive as que contribuem para o desenvolvimento da agricultura.

Coloca-se assim um problema de opção, de prioridades, de escalonamento das inversões, já que é contraproducente tentar expandir os recursos monetários de investimento desde que não haja correspondente disponibilidade de recursos físicos (bens de capital) nacionais ou importados.

Cumpre realizar os programas básicos de verdadeira libertação econômica do País, em relação aos pontos de estrangulamento, sem causar as distorções e prejuízos da inflação, notadamente para as classes populares.

Assim, o problema se resolve pelas seguintes medidas:

— orientar, através do crédito, dos licenciamentos, da política tributária, da organização das bôlsas de valores e de estímulos e desestímulos de outra natureza, os capitais particulares para as aplicações de interêsse fundamental, desencorajando e dificultando as aplicações de caráter especulativo ou não essencial;

— ampliar a capacidade de inversão do Estado nos programas básicos de energia, transportes, serviços públicos urbanos, indústrias de base, agricultura, para suprir a insuficiência ou omissão do capital privado;

— prosseguir na luta contra a inflação a fim de desencorajar as inversões especulativas;

— promover uma campanha que leve o público a hábitos de economia, como combate à inflação e mobilização de economias populares para empreendimentos de base;

— realizar uma política de austeridade nas despesas de operação dos poderes públicos, de redução de inversões não essenciais e de maior eficiência nas inversões úteis;

— orientar e coordenar, num sentido seletivo, as inversões dos órgãos de Previdência Social e Caixas Econômicas e, em geral, as dos capitais paraestatais, bem como as do sistema de seguros privados e capitalização;

— obter financiamentos estrangeiros para os programas básicos;

— promover a entrada de capitais e técnicos estrangeiros.

Tal política não deve ser só da União, mas das outras entidades públicas e de todo o País. E' muito importante a parte dos Estados. No que se refere à União, a responsabilidade, outrossim, não cabe apenas ao Executivo.

Há críticas sôbre a tendência à ampliação das inversões governamentais. Não deixam de ser justificadas quando mostram incoerências entre a política tributária e as tendências à socialização. Por outro lado, há críticas, ainda mais justificadas, sôbre o retardo dos poderes públicos em relação às inversões básicas que deve promover, face à ausência ou insuficiência do capital privado. Essa é uma das razões de sofrermos hoje a falta de energia elétrica em todo o País. E' o motivo por que o Govêrno se empenha em fazer tais inversões, visando mais ao futuro do que a resultados imediatos.

A multiplicação dos empreendimentos governamentais não representa um preconceito político ou um desfavor à iniciativa privada. Ao contrário, vem ampará-la. As inversões básicas não podem esperar. Se os particulares não as fazem, ao menos em tempo útil, cabe ao Estado fazê-las. Acresce a poderosa influência monopolista em que elas podem implicar, levando a suspeitas, justas ou não, porém manifestas e atuantes na opinião pública nacional contra o contrôle particular de certos empreendimentos.

Essa política não está mais adiantada, tanto no seu lançamento como na sua execução, pelo atraso e pelas discrepâncias no pronunciamento do Congresso a respeito dos projetos que o Executivo lhe tem encaminhado. Além do programa de reapare-

lhamento econômico estudado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, do programa do petróleo nacional e do plano do carvão, prevêem-se outros programas adicionais de inversões públicas, sobretudo em energia elétrica, e a organização adequada das emprêsas governamentais, passo decisivo para o desenvolvimento das inversões públicas. Deve, necessàriamente, essa política ser completada pela melhor sistematização do orçamento público de inversões visando à sua maior eficiência, o que é objeto de estudos, em seqüência ao anteprojeto de reforma administrativa; e de uma política tributária, visando à limitação relativa e seletiva dos investimentos privados (mais pròpriamente, de sua expansão) durante certo tempo, à redução dos consumos suntuários e à orientação dos capitais para os empreendimentos de fundamental interêsse para o Brasil.

Os investimentos em petróleo deverão atingir um mínimo de 10 bilhões de cruzeiros no próximo qüinqüênio. Os referentes ao carvão, segundo a proposta do Executivo, 800 milhões em quatro anos. Os concernentes ao Fundo Rodoviário Nacional, cêrca de 20 bilhões em cinco anos, sòmente com os recursos do impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes líquidos. Os investimentos outros do orçamento comum já atingem a cêrca de 5,4 bilhões anuais, com uma produtividade evidentemente baixa.

O aumento das inversões governamentais, quando bem planejadas, não será de molde a provocar pressão inflacionária incontrolável, pois se reduz a capacidade investidora da iniciativa privada para o seu financiamento, através de impostos ou empréstimos.

A iniciativa privada, em vez de sofrer ameaça, se beneficiará com a elevação da produtividade dos capitais ora investidos (prejudicada pelas deficiências de energia, transportes e suprimentos básicos) e assim com a elevação da capacidade de capitalizar, apesar da queda de preços. O País lucrará, além disso, com maior entrada de capitais produtivos, que aqui virão fixar-se, ao lado de novos contingentes de técnicos, atraídos pelas condições de produtividade que o Brasil ofereça, através do equipamento básico de nossa economia.

Visando, além de facilitar o escoamento de nossos produtos gravosos, a incentivar a entrada de capitais estrangeiros, a Lei

n.º 1.807, de janeiro de 1953, reintroduziu o regime de liberdade cambial para alguns tipos de nossos pagamentos internacionais.

COMISSÃO MISTA BRASIL-EE. UU. E B. N. D. E.

Os projetos do chamado Plano de Reaparelhamento Econômico, a cargo da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, apresentavam a seguinte situação em fins de 1952:

	Bilhões Cr$	*Milhões* US$
Já financiados nos Estados Unidos da América, quanto à parte em dólares	3,7	119,3
Em estudo de financiamento	3,2	109,6
Em elaboração adiantada	7,3	217,4
Total	14,2	446,3

O B.N.D.E., instalado em 1952, como banco estatal de investimentos, terá sob sua responsabilidade o financiamento dos projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil-EE. UU., com recursos obtidos através do empréstimo compulsório lançado por lei, em fins de 1951. O adicional sôbre o impôsto de renda, cobrado já em 1952, será a base dêsse empréstimo e será exigido até o exercício de 1956.

Por outro lado, o Govêrno não tem esquecido as possibilidades de financiamentos de fontes européias e é de esperar, no corrente ano, uma participação crescente dêsses capitais e da técnica que os acompanha, no desenvolvimento econômico nacional.

BÔLSA DE VALORES E MERCADO DE CAPITAIS

Um dos objetivos do programa antiinflacionário do Govêrno é a organização do mercado de capitais. Na instabilidade e distorção de valores e na sedução de negócios puramente especulativos, que caracterizam a inflação, não pode florescer e muito menos surgir um mercado organizado de títulos, que possibilite a captação de recursos do público para empreendimentos privados e oficiais.

Propôs o Govêrno, em Mensagem de fevereiro de 1952, a sistematização da dívida pública federal interna. Já antes providenciara a regularização e o aperfeiçoamento do sistema de pagamento dos juros das apólices. Outras medidas estão programadas para depois desta, já solicitada ao Congresso, devendo-se, após certo período de saneamento do mercado, tentar a implantação das operações de "mercado aberto".

A União se tem eximido de lançar títulos ao mercado, antes de organizá-lo. Entretanto, a cotação dos títulos estaduais não é de molde a contribuir para êsse objetivo, apesar de haver melhora evidente na situação do Estado de São Paulo.

O Govêrno cogita ainda de aperfeiçoar a legislação sôbre lançamento de títulos privados, a fim de dar maiores garantias ao público.

CÂMBIO E COMÉRCIO EXTERIOR

Cessada a segunda guerra mundial e melhoradas as condições de suprimento externo, entrou o Brasil a expandir suas importações, visando à recuperação do seu parque industrial e à crescente expansão econômica. Todavia, não ocorreu aumento correspondente das exportações e da entrada líquida de capitais alienígenas. Em função dêsse desequilíbrio, passou o balanço de pagamentos, a partir de 1947, a apresentar saldos negativos cada vez maiores, exceção apenas de 1950, quando se verificou pequeno saldo. O *deficit* se agravou em 1952, dada a necessidade de constituição deliberada de reservas de materiais indispensáveis ao parque industrial e agrícola, que a situação internacional nos levara em 1951 a adotar, e, de outro lado, pela impossibilidade, gerada pelo desnível de preços, de colocação, nos mercados internacionais, do algodão — nosso segundo produto de exportação — e, também, de outros que em menor escala concorriam com soma apreciável para as receitas cambiais.

Assim, foram aplicadas em benefício do equipamento do País, daí decorrendo grandes resultados nos anos próximos, as reservas de divisas que havíamos acumulado nos anos de guerra.

SITUAÇÃO CAMBIAL

Com o funcionamento do mercado livre, de que trata a Lei n.º 1.807, de janeiro de 1953, é lícito esperar expressiva melhoria na situação cambial, ainda êste ano. O novo mercado oferece, com efeito, solução para dois graves problemas nacionais: o dos nossos produtos gravosos e o dos capitais e suas rendas, e poderá traduzir-se, a par de maior volume de operações, em uma sensível atenuação da atual carência de divisas.

Ao iniciar-se o ano de 1952, já se tornara imperioso ampliar as restrições à importação e às remessas de divisas. Por isso, decidiu o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, entre outras medidas, suspender a distribuição automática do câmbio em moedas arbitráveis, a qual passou a ser feita por ordem cronológica de entrada dos pedidos, dentro das nossas disponibi-

lidades e em obediência aos critérios de prioridade já estabelecidos. Essa providência se estendeu mais tarde às coberturas de obrigações para com a Dinamarca, a Itália e Portugal, cujos créditos junto ao Brasil, em moedas compensadas ou de convênio, já assumiam proporções muito altas, sem possibilidades de contrapartida de exportações nossas, que as pudesse reduzir, no período de funcionamento dos ajustes.

Ficou ainda resolvido, pela Instrução n.º 44, da Superintendência da Moeda e do Crédito, que a inscrição no Registro Geral de Prioridade de Câmbio, destinado a operações de financiamento ou de concessão de crédito por parte de entidades estrangeiras, em favor de pessoas jurídicas, nacionais ou não, se fizesse apenas no caso de transações de relevante interêsse para o País, representando investimentos que aumentassem em geral o potencial econômico e a produtividade, ou substituíssem, com a produção dêles decorrentes, importações de bens essenciais ao mercado interno.

O deslocamento de nossas compras de trigo para a área das moedas arbitráveis, uma vez que a República Argentina não pôde efetuar os embarques contratuais, explica a elevação das nossas disponibilidades em cruzeiros, que passarem de 1,0 bilhão, em 31 de dezembro de 1951, para 2,3 bilhões, em 31 de dezembro de 1952, registrando-se pequeno decréscimo no total das nossas obrigações em moeda nacional, que passaram de 0,7 bilhões de cruzeiros, em 31 de dezembro de 1951, a 0,6 bilhões, em 31 de dezembro de 1952. A essa acumulação de saldos na República Argentina correspondeu, porém, um grande aumento de nossas obrigações em moedas arbitráveis, provenientes das mencionadas compras. Tudo indica que no ano corrente êste país voltará a ser nosso principal fornecedor de trigo, aliviando assim pagamentos brasileiros em dólares.

O empréstimo de US$ 300 milhões recentemente contraído com o Banco de Exportação e Importação, de Washington, para liquidação dos atrasados em dólares, a ser pago em parcelas semestrais, a partir de 1954, e a adoção de medidas restritivas severas para todos os pagamentos internacionais ao câmbio oficial, limitados por um rigoroso orçamento de câmbio, permitirá ainda êste ano que se volte à regularidade no cumprimento das obrigações internacionais.

A diminuição de nossas reservas em moedas bloqueadas que de 230 milhões de cruzeiros, em 31 de dezembro de 1951, declinaram para 25 milhões, em 31 de dezembro de 1952, decorreu de pagamentos de materiais adquiridos para a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí e para a Rêde Ferroviária do Nordeste, dentro do acôrdo de 1949, firmado com as autoridades britânicas.

Reservas ouro

As reservas-ouro brasileiras, que em 31 de dezembro de 1951 alcançavam 283.706.836,161 g, no valor de Cr$ 6.447.426.542,90, atingiam, na mesma data de 1952, a 284.544.816,248 g, equivalentes a Cr$ 6.464.871.277,30.

Em fins do ano passado, as reservas-ouro pertencentes ao Tesouro Nacional estavam assim distribuídas:

	Gramas	*Valor em Cr$*
Banco do Brasil	53.694.032,912	1.085.656.200,90
Casa da Moeda, à ordem do Banco do Brasil	143.746,107	2.992.449,10
Federal Reserve Bank	230.707.025,503	5.376.222.383,20
Idem, em nome do Fundo Monetário Internacional, à disposição do Tesouro Nacional .	11,726	244,10
	284.544.816,248	6.464.871.277,30

Fundo Monetário Internacional

Em 31-12-1951, montavam a US$ 65.000.000 as nossas obrigações junto ao Fundo Monetário Internacional, provenientes das seguintes compras de divisas: US$ 15.000.000, em 5-4-49, ... US$ 22.500.000, em 18-11-49, e US$ 28.000.000 (£ 10.000.000) em 9-1-51. Nova compra de US$ 37.500.000, em 19-2-52, elevou aquela cifra de US$ 103.000.000.

Em entendimentos da Superintendência da Moeda e do Crédito, com o Fundo, ficou assentado o seguinte esquema de pagamento dessas obrigações:

Em 1-6-52	US$	15.000.000
Em 1-7-52	US$	25.000.000
Em 1-8-52	US$	25.500.000
Em 15-2-53	US$	18.750.000
Em 15-8-53	US$	18.750.000
	US$	103.000.000

As quatro primeiras prestações foram pagas nos prazos convencionados, reduzindo-se o nosso compromisso atualmente ao valor da última delas.

COMÉRCIO EXTERIOR

O sério desequilíbrio verificado em 1952 no comércio exterior do País, deve ser exposto e analisado objetivamente, para que bem se compreendam seus efeitos. A importação em 1952 elevou-se a Cr$ 37,2 bilhões, quantia pràticamente idêntica à do ano anterior. As exportações ficaram em Cr$ 26,1 bilhões, contra Cr$ 32,5, em 1951.

As razões decisivas dessa situação foram as seguintes:

a) conseqüências da política de importações adotada no começo de 1951, conforme foi relatado na Mensagem ânua de 1952, visando a suprir as faltas de matérias-primas e equipamentos de importação no mercado nacional e a prevenir os efeitos da guerra da Coréia e do programa de mobilização industrial dos Estados Unidos da América e da Europa Ocidental, iniciado em 1951;

b) retraimento e queda dos preços nos mercados exteriores para nossas exportações;

c) expectativa do estabelecimento do câmbio livre para escoamento dos gravosos, ao lado da cessação do regime das "operações vinculadas" que havia sido adotado anteriormente;

d) declaração de sobre-preço nas faturas de importação e de preço reduzido nas de exportação, apesar das medidas tomadas para redução de tais fraudes;

e) elevação dos custos internos e desequilíbrio cambial decorrente da situação inflacionária encontrada pela atual Administração e ainda não debelada;

f) tendência secular ao desequilíbrio do balanço do comércio, resultante da crescente propensão a importar, característica do desenvolvimento econômico de países como o Brasil, sem correspondente aumento da possibilidade de absorção de nossas exportações pelos mercados exteriores.

A política de liberação de importações essenciais, mesmo restrita, embora bem inspirada, foi — é certo — além dos limites da prudência, razão por que o Govêrno determinou o estabelecimento de normas adequadas de contrôle. Ela foi retificada em agôsto de 1951, refletindo-se claramente nas importações, a partir de abril do ano seguinte. Mas ainda não era suficiente a correção, em face do desequilíbrio no balanço de comércio, agravado pelo saldo negativo secular de nosso balanço internacional de serviços, resultando daí a absorção das reservas em divisas e a acumulação de atrasados comerciais. Adotou-se, no curso de 1952, uma seleção progressivamente mais rigorosa das importações, tendo em vista a essencialidade, os efeitos da importação sôbre o balanço do comércio em exercícios futuros, as necessidades do mercado e a disponibilidade ou a carência de meios de pagamento. Já no fim do ano de 1952, as importações foram limitadas, de sorte a se verificarem saldos favoráveis ao Brasil.

MÉDIA MENSAL DAS IMPORTAÇÕES

POR TRIMESTRE

(*Em Cr$ milhões*)

	1951	1952
1.º trimestre	2.711	3.874
2.º trimestre	2.829	3.273
3.º trimestre	3.418	2.722
4.º trimestre	3.675	2.190

As importações em dólares, particularmente, estão sendo severamente reduzidas. Já em janeiro último registrou-se uma exportação em dólares de 63 milhões contra uma importação de 31 milhões. Esperam-se, a partir de abril, segundo os cálculos da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, efeitos muito mais positivos dos novos contrôles.

A situação dos atrasados comerciais está sendo corrigida pelas medidas de contrôde das importações, pela adoção do câmbio livre para ampliar as vendas para o exterior e a entrada de capitais e pela obtenção de um financiamento especial nos Estados Unidos da América, no valor de 300 milhões de dólares.

Entretanto, êsse desequilíbrio não pode ser mais encarado segundo critérios mercantilistas. O *deficit* no balanço comercial não

é, em si mesmo, um mal, pois, pelo contrário, significa incorporação de um saldo de bens à nossa vida econômica. Apenas êle é inconveniente na medida em que, por um lado, resultar da importação de simples bens de consumo, ou mesmo de equipamentos que apelem para crescentes importações futuras, transferindo assim as dificuldades; e, por outro, venha criar uma situação de descrédito no estrangeiro — circunstâncias que não ocorreram.

Na verdade, a despeito dos exageros e abusos marginais, que o Govêrno se vem esforçando por evitar, a política seguida continha um risco calculado, e teria sido sábia caso a guerra da Coréia e a mobilização econômica no mundo se tivessem generalizado.

De qualquer sorte, cumpre notar que as maiores importações verificadas, nos últimos trimestres de 1951 e primeiros de 1952, permitiram que as restrições mais recentes pudessem ser suportadas, sem abalos, pela economia brasileira. Enquanto isso, as importações de equipamentos e novos recursos de energia mecânica e de técnica agrícola e industrial, à medida que se montam as novas instalações e se ensaiam e rotinizam os novos processos e métodos, irão fazendo sentir-se poderosamente sôbre a produtividade e o desenvolvimento do País.

Vejamos alguns dados bastante ilustrativos:

MÉDIAS MENSAIS DE IMPORTAÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO ESSENCIAIS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Cr$ milhões

	1949	1950	1951	1952
Máquinas, aparelhos e artigos electrotécnicos	91,2	90,7	156,8	179,0
Máquinas, aparelhos e utensílios para as indústrias	248,5	267,8	427,9	592,1
Outras máquinas e aparelhos	102,2	87,0	195,0	152,4
Veículos e acessórios, exceto automóveis de passageiros	140,8	146,5	377,6	413,3

Outro dado altamente significativo, pelo interêsse que tem para a eficiência da agricultuura e das obras públicas, no Brasil, é o relativo à importação de tratores, desde a terminação da II

Guerra Mundial. Nestes sete anos foram importados tratores assim distribuidos, em toneladas:

Média anual	1946-50	9.695
	1951	28.860
	1952	23.086 (até novembro)

Cabe assinalar que nos dois últimos anos o País recebeu uma quantidade de tratores muito superior a todo o parque de que antes dispunha em trabalho.

Críticos algo sensacionalistas difundiram a versão, segundo a qual o desequilíbrio de nossa balança de comércio se deveria à importação de bens não essenciais. O fato é que as importações de mercadorias menos essenciais da área das moedas conversíveis não chegaram a 3% do total e resultaram de operações vinculadas, anteriores ao meu Govêrno. Na área das moedas inconversíveis, tais licenciamentos atingiram 16%, mas correspondem à exportação de mercadorias não essenciais brasileiras, segundo os esquemas estabelecidos nos acôrdos ou ajustes de comércio. Os abusos ou erros cometidos nas operações vinculadas e na execução dos acordos de comércio têm sido objeto, como é notório, de determinações do Govêrno no sentido de sua correção.

Para enfrentar o problema do desequilíbrio da balança comercial do País, contará o Govêrno, a partir dêste ano, com os novos elementos de ação que lhe proporciona a Lei de câmbio recém-promulgada. Assim, fatôres de melhoria da posição do Brasil foram introduzidos nas trocas internacionais e servirão de base à política oficial de comércio exterior, tais como:

— estímulo às exportações gravosas sem os inconvenientes das operações vinculadas;

— estímulo à entrada de capitais, o que também aumentará nossa capacidade de importar;

— redução dos lucros monopólicos dos importadores de artigos não essenciais;

— atribuição à instância superior do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito do poder de deliberação sôbre os critérios gerais de licenciamento de exportações e importações;

— redução, pela seleção cambial, da área de arbítrio na fixação das restrições quantitativas.

O êxito dessa política não depende de fatôres exclusivamente internos, visto que a conjuntura exterior condiciona grande parte do comércio internacional, especialmente em relação aos países de economia reflexa. Contudo, as perspectivas de melhoria da balança externa de comércio do País se firmam, não só na política de contenção das importações e no fomento das exportações, mas também na expansão do volume das trocas com países com os quais o nosso intercâmbio possa desenvolver-se substancialmente.

Acordos Comerciais e de Pagamento

Em 1952, além de prorrogação por novo período de vários acôrdos existentes, novos foram celebrados. As licenças para importações e exportações concedidas em conseqüência dêsses convênios montavam em janeiro último a cêrca de US$ 280 milhões e US$ 265 milhões respectivamente.

Além do que já foi mencionado na parte relativa à posição do Brasil no panorama internacional, convém fazer ainda uma exposição sucinta das principais ocorrências registradas nos convênios celebrados com os vários países.

Alemanha

O progressivo aumento de nossas importações dêsse país, decorrente do desenvolvimento do parque industrial brasileiro, elevou fortemente o nosso débito no convênio de pagamentos, por não terem as nossas exportações para a Alemanha acompanhado o mesmo ritmo. Em resultado da visita da Delegação Econômica Alemã, em julho do ano passado, foram assentadas, entretanto, mediante troca de notas entre o nosso Govêrno e o da República Federal da Alemanha, medidas visando a eliminar as causas dêsse desequilíbrio. Pelo ajuste comercial firmado em Bonn, a 17 de agôsto de 1950, em execução a partir de 16 de setembro daquele ano, foram concedidas, até janeiro último, licenças de importação no valor de US$ 200 milhões e de exportação no de US$ 138 milhões.

Argentina

Alcançam a fase final os entendimentos entre os Governos do Brasil e da República Argentina para um acôrdo comercial e prorrogação do ajuste de pagamentos em vigor desde 1948. Quanto a êste, a posição argentina tornou-se altamente devedora, em virtude da paralização das remessas de trigo. A nova colheita, das maiores já obtidas por aquêle país, permitirá, entretanto, substan-

cial fornecimento do produto e, portanto, acentuada redução do débito da nação platina para conosco.

Áustria

Tivemos no exercício próximo findo a prorrogação, por mais um ano, do Acôrdo de Pagamentos firmado pelo Banco do Brasil e o Banco Nacional Austríaco. O limite de crédito recíproco foi elevado, conforme cartas trocadas entre os dois bancos, em complemento às notas reversais de 24 de outubro de 1952, de govêrno para govêrno. Alteram-se, também, as condições gerais do ajuste de comércio, com o objetivo de lhe dar maior flexibilidade. Na vigência dessa prorrogação, havíamos obtido, até janeiro do ano corrente um saldo de US$ 1,4 milhões.

Espanha

Ao lado do Convênio Comercial, negociamos um Acôrdo de Pagamentos com o Instituto Español de Moneda Extranjera, a vigorar por um ano, a partir de 24 de julho de 1952. Os saldos do intercâmbio nos têm sido favoráveis, em quase US$ 9 milhões, nos primeiros seis meses da vigência dêsses convênios.

Finlândia

Do crédito concedido à Finlândia, pelo Acôrdo Financeiro de 31 de maio de 1946, foram pagas, no exercício de 1952, as parcelas de US$ 150 mil e US$ 200 mil. O saldo devedor é de US$ 9,5 milhões.

França

Tem-se mantido bastante favorável ao nosso País o saldo do intercâmbio com a França, permitindo a colocação, nesse mercado, de encomendas de materiais da mais absoluta essencialidade, como máquinas industriais e agrícolas e outros. A prorrogação do Ajuste de Pagamentos com o Banco da França, levada a efeito em julho de 1951, entrou em seu segundo ano de vigência. Não tendo sido concluídas, até a data do vencimento do Ajuste firmado em 1951, as novas listas de mercadorias, prorrogou-se a vigência dêste por mais um trimestre, considerando-se uma majoração de 25% no valor das mercadorias.

Grécia

Paralelamente ao Acôrdo de Comércio, visando a disciplinar o intercâmbio com êsse país e que começou a vigorar em 10 de julho de 1952, firmamos um Convênio de Pagamentos com o Banco da Grécia. O intercâmbio vinha apresentando saldos desfavoráveis ao Brasil, o que tornou necessária a elevação do primitivo limite

de giro, de US$ 200 mil para US$ 600 mil, aprovada pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito em sessão de 14 de outubro de 1952.

Holanda

O nosso intercâmbio com êsse país se processa em cruzeiros, regulando-se por ajuste provisório firmado há quatro anos com De Nederlandsche Bank N. V., sem prazo determinado, e, por isso, denunciável a qualquer momento. O saldo do balanço de pagamentos se tem apresentado fortemente desfavorável ao Brasil, o que levou o banco oficial holandês, em 11 de outubro de 1952, apesar da inexistência de limite de crédito que houvéssemos excedido, a instituir um mercado livre para o cruzeiro, a taxas inferiores às da paridade oficial. As medidas então postas em prática do lado brasileiro já começam, porém, a produzir efeito, verificando-se significativo declínio no débito brasileiro para com o banco holandês.

Os entendimentos para estabelecer-se um convênio regulador das importações em trânsito, de mercadorias originárias da Indonésia e, possivelmente de outros países, já estão ultimados.

Inglaterra

Em notas trocadas entre o Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada Britânica em 31 de março de 1952, foi prorrogado para 31 de março de 1953 o vencimento da segunda parte do convênio firmado em 21 de maio de 1948, relativa aos nossos saldos em libras bloqueadas. A primeira parte do convênic se refere aos pagamentos correntes e não tem prazo determinado.

O intercâmbio entre os dois países, que se processa independentemente de convênio bilateral, acusou êste ano forte desequilíbrio contra o Brasil, devido principalmente à virtual paralisação das nossas vendas de algodão.

Itália

Em notas trocadas entre os Governos da Itália e do Brasil, — em 4 de junho de 1952, foram estendidas ao Território Livre de Trieste as condições dos vigentes Acôrdos de Comércio e de Pagamentos.

No momento, estudam-se medidas capazes de regularizar o desnível que contra nós vem apresentando a conta do ajuste bancário.

Iugoslávia

As transações comerciais com a República Popular Federativa da Iugoslávia estão subordinadas a um ajuste bilateral, firmado

em 11 de junho de 1952, com vigência de dois anos, mantendo-se equilibrada a posição, com larga margem de utilização do limite de crédito recíproco nêle fixado.

O ajuste comercial em vigor, com duração de um ano, terminará em junho próximo. Até janeiro último as licenças concedidas para o intercâmbio com êsse país apresentavam um *deficit* de US$ 1,1 milhão.

Japão

Celebramos com êsse país ajustes administrativos de comércio e de pagamentos, que se têm conduzido satisfatòriamente, criando largas possibilidades de incremento de um equilibrado intercâmbio comercial entre o Brasil e o Japão.

De setembro de 1952 a 31 de janeiro último, as licenças concedidas para o comércio com êsse país nos deixaram um saldo de US$ 6,7 milhões.

Polônia

Em outubro de 1952, mediante troca de notas entre os governos brasileiro e polonês, concluiu-se um ajuste comercial destinado a regular e fomentar, através de um instrumento mais flexível de liquidação das transações comerciais, o intercâmbio entre os dois países, o qual vem apresentando até agora o desejado equilíbrio.

Portugal

O atual convênio de pagamentos, paralelo ao Ajuste de Comércio, foi assinado entre o Banco do Brasil e o Banco de Portugal, em 9 de novembro de 1949, pelo prazo inicial de três anos, tàcitamente prorrogável por períodos sucessivos de um ano, à falta de denúncia por uma das partes. Conduzido em dólares, o intercâmbio nos tem sido desfavorável. Autoridades brasileiras e portuguêsas estudam, no momento, através do Ministério das Relações Exteriores, medidas capazes de regularizar a situação, compreendendo o aumento do limite de crédito recíproco e a venda duma grande partida de produtos brasileiros. As licenças de importação e exportação concedidas segundo o acôrdo comercial com êsse país, iniciado em 1.º de janeiro de 1953, nos deixavam, em 31 do mesmo mês, um *superavit* de Esc$ 2,5 milhões.

Outros países

Não sofreram modificação durante o exercício findo os nossos convênios de pagamentos com o Chile, Dinamarca, Noruega, Suécia, Tchecoslováquia e Uruguai.

SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA E DO CRÉDITO

Não dispondo o País de banco central, a Superintendência da Moeda e do Crédito vai preencher-lhe a falta, se suas atribuições legais forem completadas e sua estrutura reforçada e aperfeiçoada. Alguns passos importantes foram dados nesse sentido. Assim, a Superintendência estabeleceu um serviço técnico, recrutando peritos em problemas financeiros como seus assessores permanentes, e reorganizou a Inspeção dos Bancos, que hoje já dispõe de um levantamento da real situação do sistema bancário nacional. Os inspetores têm sido escolhidos com o mais rigoroso critério de idoneidade entre os funcionários mais antigos do Banco do Brasil.

A recente Lei n.º 1.807, de janeiro de 1953, que instituiu o mercado livre de câmbio, atribuiu ao Conselho da SUMOC novas funções do contrôle de câmbio e de estabelecimento de diretrizes para o licenciamento de exportações e importações, o que vem reforçar seus poderes de autoridade monetária. Entretanto, sua organização jurídica ainda se ressente de graves falhas.

A SUMOC, criada como embrião do Banco Central e com o objetivo de preparar-lhe a organização, não teve grandes problemas até 1943. A partir de 1947 nosso País veio sofrendo o impacto da tendência negativa do balanço de pagamentos, sem que houvesse coordenação entre os serviços de câmbio e os de licenças prévias. Os pequenos reflexos provisórios de alta do café observados no ano de 1950 cederam imediatamente à pressão de um sistema que, a partir de 1946, se organizava sem cogitar da menor assistência à exportação. A SUMOC não tinha poderes para realizar essa coordenação. No regulamento da Lei n.º 1.807, estabeleceu-se um princípio salutar, que é a coordenação dos orçamentos de câmbio, de importação e exportação, acôrdos comerciais e acôrdo de pagamentos.

A reorganização dos serviços da SUMOC, para atender aos novos encargos, está sendo feita em caráter de urgência. Na estrutura atual, a Inspetoria Geral de Bancos já está aparelhada para

enfrentar suas novas responsabilidades. Dentro da legislação atual é possível fazer funcionar a Superintendência como Banco Central, enquanto se aguarda o projeto em curso no Parlamento.

Os problemas monetários são de importância vital e todo o esfôrço na luta contra a elevação do custo de vida não é outro que a defesa do valor de nossa moeda. O sôbrepreço especulativo nas importações está sendo corrigido. A coordenação do crédito é árdua tarefa que pesa sôbre êsse organismo. Em todos os setores a especulação vai sendo contida, se bem que causando fortes descontentamentos entre os que já se haviam acostumado ao dinheiro fácil das desvalorizações monetárias. Os trabalhos de ordenação do crédito no setor bancário estão sendo bem recebidos e auxiliados pela cooperação dos bancos em geral, como pode ser verificado pelas declarações autorizadas dos sindicatos. A correção de desvios de contabilidade se vai processando normalmente, desempenhando a Inspetoria uma função altamente salutar de assistência técnica. Já melhorou sensìvelmente nosso sistema de crédito e a seletividade das operações vai sendo determinada criteriosamente sem provocar abalos.

Está sendo elaborado o plano nacional de crédito, que estabelecerá uma sistematização capaz de impedir os abusos. Além deste plano, teremos em funcionamento, ainda êste ano, os orçamentos de câmbio, orçamento analítico de importação e exportação, orçamento de pagamentos internacionais e, finalmente, o orçamento geral de acôrdos internacionais. Êsse conjunto, devidamente coordenado, permitirá ao Govêrno orientar e agir com eficiência no setor monetário, bem como discriminar as necessidades gerais da Nação com critério seletivo, de acôrdo com as possibilidades reais.

PRODUÇÃO

Conquanto em expansão, no conjunto, a atividade produtora nacional acusou, em 1952, ao que indicam os elementos de apreciação ora disponíveis, um declínio em alguns dos setores, por influência da sêca, da retração do mercado internacional e da carência de energia, cujos projetos e instalações não podem ser improvisados.

Defronta a economia nacional, dessa forma, problemas básicos que precisam ser enfrentados resolutamente, sob pena de permanecer comprometido o seu futuro. Nos capítulos próprios desta Mensagem caraterizam-se a natureza e a extensão de tais problemas, no que tange aos transportes, à energia, ao comércio e a outros setores da atividade nacional, a par das providências oficiais em execução ou programadas, para solucioná-los, no que dependam da atuação governamental.

Os elementos estatísticos disponíveis mostram, não obstante, que a produção nacional se expande e diversifica em ritmo acelerado, e não só quanto aos artigos elaborados pela indústria, mas, também quanto aos produtos primários necessários ao consumo nacional. Apesar dos dois anos de estiagem, grandemente danosa para a produção agropecuária nordestina, e também prejudicial às atividades rurais do Centro e do Sul do País, as colheitas nacionais acusaram aumentos substanciais, como adiante se relatará, conquanto não se tenham obtido, òbviamente, os resultados que os esforços despendidos permitiam esperar. A melhoria do poder aquisitivo da população nacional, principalmente da urbana, conduz, entretanto, o mercado interno à posição *de demanda* cada vez mais acentuada, apesar do aumento global da produção e da melhoria dos transportes já conseguidos.

As inversões de capitais em emprêsas produtivas ampliam-se animadoramente. Procura o Govêrno orientá-las para a agricultura e outros ramos básicos ao consumo popular ou à consolidação da economia nacional.

Entretanto, grande obstáculo se nos antepõe: a limitação da capacidade de importar os equipamentos industriais e agrícolas e os outros bens que ainda não produzimos.

FOMENTO AGRO-PASTORIL

Os serviços do Govêrno Federal que têm a seu cargo o fomento da produção agropecuária foram sendo fortalecidos, nos últimos dois anos, principalmente por meio de maiores dotações orçamentárias. Graças a êsses recursos adicionais e à maior receptividade do meio rural, os serviços oficiais conseguiram atuar de forma mais eficiente, em vários setores da atividade produtora agropecuária.

A maior receptividade do homem rural brasileiro às novas técnicas agropecuárias traduz-se, por exemplo, na difusão do trator e no uso crescente dos fertilizantes, e decorre, de certa forma, da expansão do movimento associativista, de que dá notícia esta Mensagem noutro capítulo. Verifica-se, assim, que os problemas rurais do País começam a ser postos, espontâneamente, em novos têrmos, como uma reação ao desenvolvimento industrial, naquilo que êste encerra de perturbador da situação preexistente. Ao Govêrno não poderia, aliás, parecer indiferente o desequilíbrio surgido, entre as atividades industriais, essencialmente urbanas, e as agropecuárias, próprias ao meio rural.

Funda-se essa assistência nos conhecimentos já adquiridos, acêrca dos problemas peculiares à agropecuária nacional, e nas conquistas que o trabalho de pesquisa vai alcançando, no País e no exterior. A rêde de institutos agronômicos, estações experimentais e outros estabelecimentos de pesquisa, inclusive o Instituto de Zootecnia, ampliam o seu trabalho.

O número de postos agropecuários existentes elevou-se, no ano passado, a 188. Nêles, a produção de sementes alcançou .. 2.323 t, contra 2.950 t no ano anterior, acusando queda, embora o trabalho se tenha ampliado para tôdas as unidades federativas. Quanto às mudas produzidas nesses campos, passaram de 1.654.900 para 4.557.600 unidades, de 1951 para 1952.

Nos campos de cooperação com a lavoura particular verificou-se excepcional aumento na produção de sementes, que ascendeu de 6.728 t para 14.353 t, não obstante a redução da área plantada. A produção de mudas frutíferas e outras, por cooperação, passou de 3.500 para 297.900 unidades, caindo, porém, a produção de estacas, de 1.726.000 para 1.582.500.

Em resumo, a produção de sementes dos serviços próprios do Ministério da Agricultura e dos mantidos em cooperação com particulares ultrapassou, em 1952, 17 mil t, contra cêrca de 10,4 mil no ano anterior; a de mudas ascendeu de 2.558 milhares para 2.984 milhares de unidades; e a de estacas passou de 4.371.000 para 5.100.000.

À base dessa produção, e mais de aquisições de sementes selecionadas, processou-se a distribuição dêsses elementos de multiplicação de plantas cultivadas, por todo o território nacional.

Preços mínimos

A ampliação do sistema de garantia de preços mínimos, solicitada ao Congresso em 1951, veio, sem dúvida, abrir novas condições de confiança ao agricultor. Os financiamentos dessa categoria, fora os do algodão, já atingiram cêrca de 3 bilhões de cruzeiros. Só o algodão representou uma aplicação superior a 4 bilhões, pelo Banco do Brasil.

Apesar de certa liberalidade na fixação de alguns "preços mínimos" — a qual, se persistir, poderá comprometer o sistema, os seus resultados já são sensíveis no aumento da produção de gêneros.

E' propósito do Govêrno fixar os novos "preços mínimos" para produtos de exportação na base das cotações internacionais. Em mensagem recente, pedi que êsse critério constasse de lei, e no mesmo projeto solicitei que o fundo legal da Comissão de Financiamento da Produção se elevasse de Cr$ 1 bilhão para Cr$ 3 bilhões, destinados a êsse tipo de financiamento.

Mecanização

Constitui um imperativo da situação geral da economia do País a difusão da máquina nas lidas agrícolas. O processo acelerado de industrialização, a par das dificuldades geradas pela agropecuária rotineira, desloca dos campos para as cidades grandes contingentes de trabalhadores rurais, que deverão ser substituídos pelas máquinas próprias ao trabalho agrícola, e não só pelas máquinas usadas noutros países, mas mesmo por tipos especialmente desenhados para os usos e as condições peculiares ao nosso meio

Enquanto o País não alcança êsse estágio de desenvolvimento técnico, há que colocar ao alcance dos nossos lavradores as máquinas estrangeiras de que êles carecem e que expandir a produção nacional dos tipos aqui fabricados, inclusive tratores. A mecanização

da lavoura nacional não poderá generalizar-se à base exclusiva de aquisições no exterior, dada a limitação das disponibilidades de divisas para a cobertura das importações. Não obstante a rápida difusão do uso das máquinas agrícolas no nosso meio rural não pode ser perturbada, exigindo prioridade para a sua importação, até que a indústria nacional de máquinas possa suprir os setores principais de consumo.

No ano findo, o Govêrno adotou várias medidas com o fim de levar a efeito essa política. Primeiro, não obstante a escassez de divisas, foram mantidas as importações de tratores e outras máquinas agrícolas em níveis ligeiramente inferiores aos do ano anterior; segundo, foi ampliado o crédito rotativo, concedido ao Ministério da Agricultura, para a revenda de máquinas agrícolas, de Cr$ 50 para Cr$ 150 milhões; terceiro, foi negociada uma operação de financiamento, no montante de US$ 18,000,000.00, junto ao Banco de Exportação e Importação, de Washington, para custeio de aquisições de máquinas agrícolas no exterior, destinadas à revenda; quarto, foram acelerados os estudos no sentido da fabricação, no País, do tipo de trator mais usado pelos nossos lavradores, o que deverá ser iniciado êste ano pela Fábrica Nacional de Motores, S. A., num programa de nacionalização progressiva da máquina; quinto, foram adotadas medidas de encorajamento da indústria privada para que se amplie a fabricação de máquinas e implementos agrícolas inclusive, principalmente, dos tipos adequados ao trator a ser produzido pela F.N.M.

Ao Govêrno parece que, dentro da atual estrutura da economia agrária brasileira, a mecanização da lavoura não poderá alcançar os índices atingidos noutros países. Cálculos do Ministério da Agricultura conduzem à conclusão de que, na área ora cultivada com os principais produtos do País, o trabalho poderia mecanizar-se totalmente com o emprêgo de menos de 80.000 tratores, se convenientemente utilizados. Ora, o número dessas máquinas em uso na lavoura nacional deve ultrapassar a cifra de 25.000, ou seja, deve corresponder a cêrca de um têrço da quantidade que a lavoura mecanizável poderia absorver, se tôda ela abandonasse os processos manuais de cultivo dos solos. Não obstante, em face da expansão da atividade agrícola nacional, para atender às necessidades cres-

centes do mercado interno, a saturação do mercado brasileiro de tratores não parece iminente.

Defesa sanitária

Intensificaram-se consideràvelmente, em 1952, os trabalhos da defesa sanitária vegetal, em várias culturas agrícolas onde êles se realizam.

Assim, a defesa dos algodoais do Nordeste foi objeto de campanha especial, que exigiu a importação de 14.500 polvilhadeiras manuais e de 1.848 t de inseticidas, distribuídas em todos os Estados algodoeiros, da Bahia ao Maranhão. Por motivo do retardamento das importações, parte dêsse material não alcançou as plantações na época própria, mas nem por isso a campanha deixou de revestir-se de grande amplitude — sendo mesmo o maior empreendimento já levado a cabo, no País, no campo da defesa sanitária vegetal. Não obstante a intensidade do combate assim dado às pragas dos algodoeiros nordestinos, a campanha terá de prosseguir, para que novo surto não se verifique.

Abrangeu novas áreas a campanha de combate à broca do café, nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, através de serviços articulados, estaduais e federais. A longa estiagem verificada durante o ano favorecera a expansão dessa praga, como da do "bicho mineiro" que também ataca o café e foi igualmente combatida.

Esfôrço especial começa a ser despendido contra a "podridão parda" do cacau, em articulação com a Secretaria de Agricultura da Bahia, o Instituto do Cacau, o Instituto Agronômico do Leste e a Federação das Associações Rurais daquele Estado, resolvendo-se criar um Pôsto de Defesa Sanitária em Ilhéus.

Outros vários serviços se realizaram em defesa das culturas agrícolas nacionais, durante o ano de 1952 — combate às nuvens de gafanhotos que invadiram o Estado do Rio Grande do Sul, vindas da República Argentina; às pragas que danificaram os canaviais do Nordeste; às lagartas que devastaram vastos campos de pastagem no Rio Grande do Sul, Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais, e outros Estados; à lagarta do trigo ,que atacou as plantações da Bahia, do Rio Grande do Sul e, principalmente, do Paraná.

No setor da defesa fitossanitária, instituiu-se uma quarentena no Paraná para 680.000 exemplares de oliveira importados.

Quanto à defesa sanitária animal, setor de atividade dos serviços públicos cuja expansão constitui providência da maior importância para o êxito do fomento da pecuária, o trabalho realizado representa grande aumento em relação ao do ano anterior, bastando ressaltar que o número de Municípios visitados passou de 638 a 1.627.

A revenda de produtos adquiridos atingiu o valor de Cr$ 10,9 milhões, contra Cr$ 7,2 milhões em 1951 e Cr$ 5,3 milhões em 1950. Revenderam-se 2,5 milhões de doses de vacinas, contra 972 milhares no ano anterior.

Comissão Nacional de Política Agrária

O órgão oficial incumbido do estudo dos problemas rurais brasileiros — a Comissão Nacional de Política Agrária — começou a formular sugestões acêrca dos aspetos mais importantes daqueles problemas, como as diretrizes básicas para uma reforma agrária no Brasil, já por mim aprovadas; o projeto de lei destinado a criar o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, enviado ao Congresso Nacional, e o projeto de lei de irrigação para aplicação no Polígno das Sêcas, ainda em estudo. Dedicou-se simultâneamente a Comissão à elaboração de outros trabalhos, não ultimados ainda, como o anteprojeto de lei de acesso à terra própria, o anteprojeto de lei de arrendamento de imóveis rurais e o planejamento do futuro Serviço Social Rural.

Para elaboração dêsses trabalhos, a Secretaria Técnica da Comissão coligiu elementos informativos, em fontes estrangeiras e nacionais, e procede a inquérito em todo o País, com o fim de lhes assegurar a necessária objetividade.

Associações rurais e cooperativas

A ação do Ministério da Agricultura na campanha que empreendeu, visando a estimular o movimento associativo no meio rural brasileiro, tem sido, sobretudo, de assistência e orientação, procurando despertar no homem do campo o espírito agremiativo e levá-lo, persuasivamente, a reconhecer na associação rural o órgão capaz de coordenar e promover a defesa de seus interêsses e aspirações.

As associações rurais, sejam as municipais, regionais ou especializadas — recolhendo e interpretando fatos, aspirações e anseios levados ao exame de suas Diretorias, Conselhos e Assembléias —

são os órgãos que reúnem maior autoridade para falar em nome da classe e representá-la. Daí a importância das Federações de Associações Rurais, no âmbito estadual, e da Confederação Rural Brasileira, no âmbito nacional.

Foram ampliadas as atividades no setor do cooperativismo.

Eleva-se o capital subscrito, pelas sociedades cooperativas de responsabilidade limitada, a Cr$ 1.265.046.549,00; o realizado a Cr$ 785.196.250,00, e a garantia oferecida pelos associados das cooperativas de responsabilidade ilimitada, isto é, caixas rurais tipo Raiffeisen, a cêrca de Cr$ 700.000.000,00.

Do total das cooperativas em funcionamento, 1239 são de produção, 819 de consumo, sobretudo de gêneros alimentícios, 735 são escolares (consumo, sem maior expressão econômica), 382 de crédito e 84 diversas.

Vale observar que as cooperativas de produção, notadamente as agrícolas, inclusive especializadas, podem concorrer, em maior proporção, para a melhoria das condições de abastecimento dos centros populosos. Além disto, as cooperativas de consumo, apesar das dificuldades oferecidas ao seu funcionamento, constituem-se em órgãos reguladores dos preços nas respectivas áreas de influência. Finalmente, as cooperativas de crédito, notadamente as agrícolas, intensificam, com êxito, as relações entre os órgãos financiadores e os produtores rurais.

Tem sido, em conseqüência, bem recebida nos meios rurais, a campanha empreendida a favor do cooperativismo, especialmente, das cooperativas de produção agropecuárias e de crédito agrícola. Acusam as cooperativas de crédito, no País, um volume de depósitos superior a Cr$ 2.000.000.000,00 e de empréstimos a ..... Cr$ 1.300.000.000,00

Outras medidas de política agrícola

Para o desenvolvimento da agricultura nacional, o Govêrno se empenha na realização de um programa de silos e armazéns, que vai sendo projetado e entrando em execução; enviou projeto ao Congresso sôbre seguro agrícola; enviou dois projetos criando facilidades para o crédito agrícola e ampliou consideràvelmente as operações do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo; expandiu o programa de colonização, visando à instalação de granjas em tôrno das cidades ou nos locais convenientes à fixação de retirantes; enviou ao Congresso projeto de lei destinado a criar o Serviço Social Rural.

PRODUÇÃO ANIMAL

Graças à continuidade da política de contrôle dos abates de gado, de restrições à exportação da carne necessária ao consumo nacional, e de incentivo à produção, através da garantia de preço e do financiamento, — melhorou de maneira considerável, em 1952, o abastecimento dos principais produtos de origem animal, nos grandes centros urbanos.

Como é sabido, para cumprimento dos compromissos assumidos pelo País, em virtude da guerra, os rebanhos nacionais foram submetidos a abates superiores ao desfrute normal. A partir de 1943, porém, as matanças restringiram-se em proveito da recuperação dos efetivos desfalcados, dando-se início a uma política de fortalecimento da pecuária, que, após algumas vacilações decorrentes das necessidades do consumo interno, conduziu à atual situação de equilíbrio. A consolidação dos resultados até agora obtidos exige a manutenção do contrôle dos abates e das restrições às vendas para o exterior, para que o abastecimento nacional fique assegurado em futuro próximo.

A manutenção da regularidade dêsse abastecimento, conseguida no ano passado, requer, ainda, a execução do programa de montagem da rêde nacional de frigoríficos, nas zonas produtoras e nos centros de consumo, e a aquisição dos meios de transportes adequados — sem o que ficará comprometida a longo prazo, por motivo da expansão do consumo urbano.

Pecuária

Conta o País, aliás, com reais possibilidades para expandir substancialmente a sua pecuária, não só na região central, mas também no Norte e mesmo no Nordeste semi-árido e no extremo Sul, onde os campos naturais de criação poderiam parecer superpovoados. A superação da crise de abastecimento interno, conseguida não obstante as estiagens dos dois últimos anos, permite antever o fortalecimento da atividade pecuária nacional, pelo crescimento dos rebanhos e melhoria do rendimento unitário.

Apesar do desfalque sofrido logo após a deflagração da guerra, os rebanhos bovinos acusaram um ritmo geral de crescimento de 55,6%, entre 1940 (recenseamento) e 1952 (estimativas), passando de 34,4 milhões para 53,5 milhões de cabeças. Êsse aumento ultrapassou largamente o da população humana nas regiões centro-oeste, sul e leste do País; guardou equivalência quanto ao Nordeste e só se apresentou, de fato, inferior em

relação ao Norte. Ocorrência mais promissora, ainda, verificou-se no concernente à criação do chamado gado menor (ovinos, caprinos e suínos), pois o crescimento dos rebanhos foi, em geral, superior ao dôbro do aumento da população humana das cinco grandes regiões geo-econômicas do País, salvo em relação aos caprinos no Nordeste e no Leste.

A recuperação dos rebanhos do País, no último decênio, constitui acontecimento marcante na evolução da atividade econômica nacional, pois permitiu, ao mesmo tempo que se acelerava a marcha para a industrialização, manter elevados, mesmo em confronto com países desenvolvidos, os índices de consumo de carne em amplos setores da população brasileira. Ao Poder Público deve-se parte do êxito conseguido, fundamentalmente, cumpre assinalar, graças à operosidade dos pecuaristas nacionais; mas as funções orientadora e assistencial da Administração, e mesmo repressora de abusos cometidos em prejuízo dos interêsses gerais, foram exercidas no sentido de, a longo prazo, fortalecer a atividade privada, aumentando os seus rendimentos.

No ano passado os serviços federais responsáveis pelo fomento da produção de origem animal, e da sua industrialização e defesa, lograram ampliar as respectivas atividades à base dos recursos financeiros que lhes foram destinados. Assim, foram adquiridos reprodutores para revenda em número de 1.496 unidades, contra 606 em 1951 e 555 no ano anterior, destinando-se êsses animais às regiões que oferecem melhores possibilidades à criação, em todo o País. Nos trabalhos de fomento articulados com os Estados (Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso), aplicaram-se Cr$ 16,5 milhões, sendo Cr$ 11,0 milhões pela União. Concederam-se auxílios no valor de Cr$ 3,05 milhões, a criadores, para transporte de reprodutores e para construção de silos destinados à conservação de forragens; a associações privadas, para manutenção de registros genealógicos e para realização de exposições regionais de animais e produtos derivados; a 13 Estados, para a realização de exposições, mediante contratos (Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, Goiás e Mato Grosso). Estêve a cargo do próprio Ministério da Agricultura, em cooperação com os Governos dos

Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, a realização da 19.ª Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, realizada em Pôrto Alegre.

Prosseguindo na campanha pela difusão da inseminação artificial, processaram-se mais de 97 mil operações dessa natureza, contra 71 mil em 1951 e 50 mil em 1950. O êxito obtido interessa especialmente à criação de ovinos.

Para incentivo das práticas modernas de agrostologia, organizou-se a primeira patrulha mecanizada para formação de pastagens artificiais de alto rendimento, em cooperação com os pecuaristas interessados. Os trabalhos com essa finalidade, bem como os de proteção de campos naturais, passaram a merecer atenção especial em face da recuperação dos rebanhos nacionais e da necessidade de melhorar o rendimento unitário, em carne e leite, especialmente nas zonas supridoras dos grandes centros urbanos.

Pesca e Pescado

O programa de fomento da atividade pesqueira nacional, cuja execução se iniciou em 1951, continuou em marcha durante o ano passado, assistindo-se o pescador e sua família e proporcionando-se-lhe equipamento na medida dos recursos financeiros a êsse fim destinados.

Sòmente no entreposto do Rio de Janeiro o movimento do pescado alcançou o total de 21.017 t, no valor de Cr$ 120,9 milhões, contra, respectivamente, 15.796 t e Cr$ 91,9 milhões verificados em 1951.

Parte da frota pesqueira foi equipada de rádio, para comunicação com as suas bases.

Verificou-se considerável desenvolvimento dos serviços de assistência ao pescador. Assim, aumentou o número de ambulatórios, de 52 para 56, com um movimento de 53.816 consultas, contra 28.654, em 1951; os serviços odontológicos realizaram, em 1952, 18.644 extrações, contra 3.073; e 3.388 obturações, contra 885, no ano anterior. Aperfeiçoaram-se, também, os serviços da Policlínica e do Hospital dos Pescadores, no Rio de Janeiro. O número de escolas foi elevado de 372 para 388, em funcionamento nas colônias de pescadores.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A produção agrícola brasileira aumentou no ano findo, em relação ao ano anterior, tanto como conseqüência da ampliação da área cultivada quanto da melhoria do rendimento por ha.

Efetivamente, a produção aumentou em cêrca de 6%, correspondendo algo mais de dois terços dêsse aumento à expansão da área, que passou a 18.605.000 ha para os 29 produtos controlados estatisticamente pelo Ministério da Agricultura, e algo menos de um têrço à melhoria do rendimento, que, em média, alcançou 3.792 kg por ha. No conjunto, pois, 1952 se caracterizou por uma animadora conjuntura para a agricultura brasileira.

Apesar disso, essa conjuntura não foi uniforme para todos os produtos estudados. De modo geral, expandiu-se com particular intensidade a produção dos artigos destinados, quer à exportação, quer ao consumo da indústria nacional, ao passo que a dos destinados diretamente ao consumo da população experimentou uma expansão bastante menor. Com efeito, a produção de estimulantes e matérias primas industriais registrou o aumento considerável de 22,4%, enquanto a de cereais, legumes e tubérculos, frutas e hortaliças obtinha o aumento de apenas 4,3% e a de açúcar a de 10%.

Cereais

A produção de cereais manteve-se virtualmente estável em 1952, comparativamente aos anos anteriores, demonstrando, no qüinqüênio 1948-1952, um crescimento de cêrca de 15%, isto é, pouco superior ao crescimento demográfico do País. A produção nacional de trigo, muito prejudicada em 1951 pela estiagem, recuperou o terreno perdido e quebrou o recorde estabelecido em 1949, alcançando o total de 586.000 t. Estamos, entretanto, muito longe ainda da auto-suficiência que, de resto, não pode ser aferida pelo atual consumo aparente do País, notòriamente comprimido pelas dificuldades de importação.

A política de garantia de preços mínimos visa a estimular uma larga produção de cereais, batata e sementes oleaginosas alimentícias.

Legumes e tubérculos

Esta categoria de produtos recuperou igualmente o terreno perdido no ano anterior, embora conservando-se no nível geral do referido qüinqüênio. A mandioca, que representa quase quatro quintos do conjunto e que tem ainda enorme importância na alimentação do nosso povo, seguiu a tendência assinalada. O papel dêsse tubérculo na alimentação nacional, que tendia a declinar com a generalização dos hábitos urbanos, que preferem o pão e as massas de trigo, pode reforçar-se com o enriquecimento da fari-

nha, fato a que me refiro noutro capítulo. A produção da batata inglêsa cresceu em mais de 23% comparativamente a 1948.

Frutas

Em linhas gerais, a produção de frutas, especialmente a destinada ao mercado interno, tem experimentado um ascenso firme e continuado, correspondendo a uma necessidade que não pode senão crescer com o adensamento de populações em grandes centros urbanos. A produção da banana registrou um aumento de 40% sôbre o nível de 1948, alcançando o total de mais de 190 milhões de cachos. A de abacaxi cresceu 34% no mesmo período, alcançando o total de, aproximadamente, 100 milhões de frutos. Quanto à da laranja, estabilizou-se em tôrno de 6 bilhões de frutos, mas a parcela retida pelo mercado interno cresceu, em vista da forte e continuada queda nas exportações.

Cana de açúcar

Contràriamente ao que ocorreu no ano anterior, a produção da cana de açúcar registrou um aumento superior a 2 milhões de toneladas, que, graças a um aproveitamento mais intensivo da matéria-prima, resultou num crescimento de 10,6% da produção de açúcar, sem prejuízo da produção de álcool, que atingiu a cifra de cêrca de 200 milhões de litros. A produção de açúcar montou ao nível sem precedentes de 29,6 milhões de sacos.

Infelizmente não houve, quanto a êsse produto alimentar, o paralelismo que apontei quanto à generalidade dos outros, entre a produção e o consumo. O aumento registrado na exportação, embora percentualmente elevado, pois mais do que dobrou a do ano anterior, não bastou para assegurar colocação para os 4,8 milhões de sacos excedentes, durante o período. Entretanto, as medidas tomadas pelo Instituto do Açúcar e do Álcool estão conduzindo ao escoamento de parte importante dêsse excedente, para o exterior.

Cacau

A produção de cacau, de particular importância para o País, como ganhadora de divisas, atravessou o segundo ano de safra insatisfatória, havendo sido afetada pela estiagem.

Preocupa-se o Govêrno com a defesa sanitária dos cacauais, atacados sobretudo pela "podridão parda", e com a elevação geral da produtividade das plantações.

Café

O café conservou, em linhas gerais, a posição que indiquei em minha anterior Mensagem. A exportação declinou de 16.358.000

sacas para 15.821.000, enquanto, segundo dados provisórios, a produção registrou um aumento da ordem de 10%. Os preços e a procura mantiveram-se firmes no exterior, comparativamente aos de numerosos outros produtos de exportação, ressaltando a posição do café como principal sustentáculo de nossa balança de comércio.

Verifica-se, a par da expansão de novas plantações, a saudável tendência ao tratamento do solo e à irrigação para recuperação dos cafèzais das zonas velhas.

E' de esperar uma influência benfazeja do Instituto Brasileiro do Café, recém-instalado.

Algodão

A safra algodoeira 1951-52, segundo é bem conhecido, foi maior do que as antecedentes, mantendo-se, porém, a tendência anterior para a queda da qualidade, na região meridional.

Para êste resultado contribuiu também uma classificação descurada, em conseqüência do financiamento, sem discriminação dos tipos, pelo Banco do Brasil, que atendeu a uma situação de desencorajamento dos agricultores, desamparados pela falta de fixação, pelo órgão próprio, do preço mínimo para o algodão em caroço.

O distanciamento do preço internacional dificultou o escoamento do excedente da safra — problema para que se está dando agora solução razoável.

Para a presente safra, os preços mínimos foram fixados tendo em vista estimular a melhora da qualidade e manter o algodão brasileiro na cotação internacional. Houve redução de cêrca de 25% na área plantada em São Paulo, resultante da estimulada transferência para a produção de outros gêneros, cujos preços mínimos foram melhorados para o produtor.

O Govêrno amparou, igualmente, os cotonicultores da região norte do País.

PRODUÇÃO FLORESTAL

Em face da conjuntura internacional e da posição cambial do Brasil em relação aos principais países importadores de produtos florestais, as circunstâncias não permitiram que a atividade de exploração das nossas matas apresentasse, em 1952, ritmo semelhante ao verificado no ano anterior. As dificuldades preexistentes ou surgidas então concerniram principalmente aos setores depen-

dentes do comércio de exportação; mas afetaram também a economia das emprêsas dedicadas ao suprimento do mercado interno, especialmente no caso de produções simultâneas destinadas aos dois mercados.

A iniciativa privada nacional que se dedica à exploração dos recursos florestais do País continuou, entretanto, a conduzir-se dentro de normas tradicionais de trabalho que, salvo algumas iniciativas isoladas, implicam em destruir, sem reposição, êsses recursos naturais. Ao lado de uma baixa produtividade econômica, que reduz ou anula os lucros da exploração de valiosas riquezas nacionais, aniquila-se, assim, cada ano, parte considerável do próprio capital florestal. E o enfraquecimento das emprêsas, por motivo da queda das vendas para o exterior, dificulta a instituição de política modificadora da tendência tradicional.

O encerramento do ciclo de exploração predatória dos recursos florestais da Nação, inclusive solos, é tarefa de vulto não suspeitado e para a qual o Poder Público terá ainda de aparelhar-se, administrativa e tècnicamente.

Madeiras

Processou-se de forma regular, em 1952, o suprimento nacional de madeiras. O maior mercado consumidor interno — São Paulo — foi abastecido normalmente, graças à coordenação dos transportes e ao funcionamento do entreposto ali construído e cuja ampliação ora se processa.

A expansão das vendas no mercado interno contrabalançou, de alguma maneira, a queda das exportações, principalmente em relação ao pinho, serrado e compensado. Quase cessaram, mesmo, as vendas nacionais, para o exterior, dos tipos elaborados dessa madeira.

O descenso das exportações florestais, resultante das dificuldades com que se defrontou o comércio exterior do País, veio afetar a economia de algumas regiões tradicionalmente madeireiras. A nova política de câmbio, ora iniciada, deverá ter em conta êsse fato, para possibilitar o soerguimento da atividade produtora em regiões como a amazônica, onde as dificuldades preexistentes quase a fizeram cessar.

Borracha

Diante da marcha ascensional do consumo interno de borracha, apreciada na Mensagem anterior, foram concedidas autorizações para a compra da matéria-prima estrangeira em volume capaz de assegurar a manutenção de estoques garantidores do funcionamento da indústria. Os receios existentes, no início do ano, quanto à insuficiência da produção nacional para atender às necessidades do consumo, cessaram, porém, ao verificar-se que a safra alcançou volume excepcionalmente elevado — 33.330 t, contra 25.770 no ano anterior.

O êxito obtido na política de fomento à produção, durante o ano findo, concita a que se envidem novos esforços no sentido de ampliar a exploração dos seringais nativos, ao mesmo tempo que se desenvolve a cultura racional da seringueira — única política capaz de garantir o futuro suprimento nacional de borracha. Em 1952, tomaram maior vulto os trabalhos com essa finalidade, procedendo-se ao plantio de 344.600 árvores, sendo 300.700 no Estado do Pará e no Território do Amapá, 28.000 no Estado do Amazonas e no Território do Rio Branco, e 15.900 nos Terrritórios do Acre e do Guaporé.

Promove o Govêrno, simultâneamente, a exploração mais intensiva de antigos plantios cujas possibilidades de produção parecem insuficientemente aproveitadas.

Babaçu

A produção nacional do babaçu, em 1952, escoou-se quase integralmente para o mercado interno, não acusando as estatísticas qualquer exportação da amêndoa para o exterior. Diminutas foram, ao mesmo tempo, as vendas do óleo aos mercados estrangeiros.

Conforme está exposto no capítulo pertinente aos programas regionais, dispõe-se o Govêrno a empreender o aproveitamento racional dessa riqueza natural, mediante a adoção de medidas que deverão ser levadas a efeito através de entidade oficial a ser criada.

Mate

Dificuldades cambiais surgidas nos dois maiores mercados importadores do mate brasileiro — Uruguai e República Argentina — motivaram pequeno descenso nas exportações nacionais dêsse produto. Não obstante, a economia ervateira manteve-se estabilizada, graças à expansão do mercado interno, em que o uso do produto se difunde, de ano a ano.

A manutenção dos mercados tradicionais do hemisfério sul constitui, porém, preocupação do Govêrno, que espera expandir o

intercâmbio com o Uruguai, a República Argentina e o Chile, dentro das reais possibilidades de trocas existentes. Nos Estados Unidos da América, e mesmo na Europa, o consumo do mate pode ser difundido e nesse sentido trabalha a autarquia ervateira.

Outros produtos

Tal como em relação às madeiras e à erva-mate, o comércio de exportação de outros produtos florestais do País — a castanha do Pará, as ceras de carnaúba e de ouricuri, os óleos de oiticica, de pau-rosa e de sassafrás — apresentou-se em descenso de 1951 para 1952, como reflexo da recessão do intercâmbio internacional e como decorrência das dificuldades cambiais do próprio País. Êsse fato está sendo devidamente considerado, ao se pôr em prática a nova política de câmbio consubstanciada na Lei n.º 1.807, de janeiro do corrente ano.

PRODUÇÃO MINERAL

Salvo quanto à produção carvoeira, a atividade nacional no setor da mineração, em 1952, continuou a desenvolver-se nos principais setores em que se exerce.

Êsse desenvolvimento decorreu, em parte, da expansão do consumo interno e, em parte, do aumento das vendas para o exterior. O aumento da produção nacional de gusa e aço em lingotes (esta última alcançou cêrca de 930.000 t, ou mais 9,1% que em 1951) exigiu a ampliação da atividade extrativa de minérios de ferro e de manganês, de calcário e de dolomita. Igual fato ocorreu em relação à extração de calcário para a indústria de cimento — material êste cuja produção atingiu cêrca de 1.620.000 t, acusando um aumento de 12,5%, em relação ao ano anterior.

Deve-se ter em conta, aliás, que a expansão da atividade mineira, para suprimento das indústrias nacionais de ferro e aço e de cimento, apresenta reais possibilidades em face do crescimento do mercado consumidor. Com efeito, o consumo nacional de aço bruto em 1952 atingiu cêrca de 1.250.000 t, contra apenas 70.000 em 1930; e o de cimento alcançou 2.440.000 t, a serem confrontadas com as 460.000, aparentemente consumidas em 1930. O consumo *per capita* de aço passou de 2,1 kg em 1930 para 22,9 kg no ano findo, acusando um aumento de 990% no período; quanto ao cimento, o consumo *per capita* aumentou de 225%, passando de 13,7 kg em 1930 para 44,5 kg em 1952.

Para atender, em parte, a êsse consumo, o País teve necessidade de importar, no ano findo, cêrca de 1.320.000 t de ferro e

aço e 820.000 t de cimento, e não teve o seu mercado convenientemente abastecido dêsses materiais. Em face das dificuldades de obtenção de divisas, para cobertura de tais importações crescentes, há que expandir vigorosamente a produção nacional de ferro e aço e de cimento, ou o consumo nacional não poderá ser satisfeito.

Manifesta-se, aliás, real interêsse da iniciativa privada em tôrno da exploração dos recursos minerais do País. No ano passado foram outorgadas 26 autorizações de lavra e 47 de funcionamento de emprêsas de mineração. À medida que o mercado consumidor nacional se expande, novos empreendimentos dessa natureza deverão surgir para abastecê-lo.

Pesquisas minerais

Ao lado das autorizações para pesquisa concedidas a diversas entidades, de que se expediram 386, o Departamento Nacional da Produção Mineral prosseguiu na execução do seu programa pertinente à questão. Isso, malgrado a insuficiência das dotações que lhe têm sido destinadas, em face das tarefas a realizar, e do desinterêsse gerado pelos baixos níveis de salários vigentes nesse setor dos serviços oficiais. Conforme o exposto no capítulo que trata dos problemas da energia, tiveram considerável incremento as pesquisas referentes ao carvão mineral, a cargo do referido órgão do Ministério da Agricultura, assim como as peculiares ao petróleo, realizadas pelo organismo autônomo oficial especializado.

No Nordeste, as pesquisas visam a positivar as ocorrências de minerais estratégicos, orientando ainda a atividade particular no sentido de aproveitá-las racionalmente, sem comprometê-las para o futuro, como tem acontecido em zonas de intensa e desordenada garimpagem. Quanto ao minério fosfatado de Olinda, verificou-se a existência de 40 milhões de toneladas, sòmente da reserva medida e, em face dos resultados obtidos trata-se atualmente de projetar uma usina capaz de fornecer 120.000 toneladas anuais de adubos fosfatados de qualidade, senão melhor, pelo menos igual à dos que o País hoje importa. Chegou-se a resultado positivo no que concerne ao aproveitamento das jazidas de calcário da ilha de Itapessoca, onde está em marcha a montagem de uma fábrica de cimento.

No centro de Minas Gerais, prosseguiram ativamente os trabalhos, em cooperação com o Serviço Geológico dos Estados Unidos da América, para determinação do valor das jazidas de minérios de ferro e de manganês. Realizou-se o levantamento aerofotogramé-

trico de 2.650 km² da região, em mapas originais na escala de 1:10.000, que abrangem cêrca de 40% da área pesquisada.

No planalto de Poços de Caldas, também em Minas Gerais, prosseguiu o trabalho de coleta de dados para a confecção da carta geológica regional e o levantamento pormenorizado dos seus recursos minerais, especialmente o tombamento das reservas de minério de zircônio, de bauxita e de rochas potássicas. Dessa zona sai a bauxita consumida pela indústria de São Paulo.

Em cooperação com o Conselho Nacional de Pesquisas, tiveram maior desenvolvimento os estudos em tôrno das jazidas de areias monazíticas no Estado do Espírito Santo.

Numerosos foram, ainda, em 1952, os trabalhos de pesquisa para confecção da carta geológica do País, nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí.

Exportação de minérios

Registrou-se no ano findo um volume excepcional nas exportações nacionais de minérios: 1,73 milhões de toneladas, ou mais 25% do que em 1951. Quanto ao valor, essas vendas externas somaram 686 milhões de cruzeiros, acusando aumento superior a 40% em confronto com as daquele ano.

Os aumentos mais acentuados corresponderam aos minérios de ferro, com participação muito elevada da Cia. Vale do Rio Doce, S.A.; ao minério de manganês, produzido quase totalmente em Minas Gerais; e ao berilo e à xilita oriundos do Nordeste.

Cia. Vale do Rio Doce, S. A.

Primeira etapa

Em 1952, a Cia. Vale do Rio Doce, S.A., alcançou o objetivo traçado para a primeira etapa do seu programa: a produção, o transporte e a exportação regular mínima de 1.500.000 toneladas de minério de ferro. Com efeito, os embarques realizados pela Companhia atingiram, então, 1.531.120 t, ultrapassando em 18% os do ano anterior, ao mesmo tempo que a produção se aproximava de 1,8 milhões de toneladas, ou mais 8% do volume fixado no referido programa.

Os embarques de minério realizados pela Companhia destinaram-se aos Estados Unidos da América (68,9%), ao Canadá, (8,1%) e à Europa (23%), proporcionando ao País divisas em valor equivalente a US$ 24.000.000,00. Os preços, que se haviam

situado em média inferior a US$ 10,00 no ano de 1951, passaram para US$ 16,00 no ano findo, não se registrando vendas para entrega em 1953 a preço inferior a US$ 18,00/t. Esta cotação se firma na alta qualidade do minério, com as médias de 68,92% de ferro e 0,023% de fósforo, as quais o colocam em posição sem similar no mundo.

Graças ao volume de produção e transporte e à firmeza da cotação do minério vendido, conseguiu a Companhia obter, em 1952, um saldo econômico de Cr$ 194.391.900,00, diferença entre a receita de Cr$ 527.027.900,00 e a despesa de Cr$ ..... 332.636.000,00. Será possível, assim, distribuir pelo segundo ano consecutivo, no corrente exercício, 6% de dividendos aos portadores de ações preferenciais. Os resultados financeiros de 1952 permitiram à Companhia, além disso, realizar investimentos com os seus próprios recursos, no montante de Cr$ 75.623.800,00, sendo Cr$ 10,36 milhões no setor de mineração e Cr$ 64,43 milhões no setor de transportes ferroviários. Isso, sem prejuízo do cumprimento das obrigações financeiras, quer no País, quer no exterior.

A Estrada de Ferro Vitória a Minas, de propriedade da Companhia, continuou em regime de saldo, com elevado coeficiente de operação. Além do minério transportado, para exportação e para consumo interno, a estrada carreou nos dois sentidos grande volume de mercadorias escoadas da região que serve ou reclamadas pelo seu mercado consumidor. Para o preenchimento dessa função de interêsse geral, a Estrada adquiriu, em 1952, material rodante adicional, como 20 vagões para transporte de gado em pé e 30 plataformas para transporte de madeira e outras mercadorias, além de 100 vagões para o transporte de minério. Encomendou, ainda, 21 carros de aço para transporte de passageiros.

Simultâneamente, intensificou-se o serviço de lastreamento da linha, empedrando-se mais 148 km, ou cêrca de cinco vêzes mais do que no ano anterior. As novas variantes entregues ao tráfego somaram 16 km.

A obra de assistência da Companhia aos seus empregados consistiu em aumento de salários, concessão de gratificações, licenças-prêmio, seguro de vida coletivo, seguro contra acidentes pessoais e outros benefícios compatíveis com as possibilidades

da emprêsa. Construiu esta, ainda, uma centena de casas para moradia dos empregados, das quais 70 na ferrovia e 30 nas minas.

Segunda etapa

Para realizar a segunda etapa do seu programa — exportação de 3.000.000 de toneladas de minério por ano —, a Companhia terá de construir um novo silo classificador no pôrto de Vitória, com a capacidade de 110.000 t; uma nova oficina de reparações do material rodante em Governador Valadares; um depósito de locomotivas, carros e vagões em Vitória e outro em Itabira; e substituir os trilhos de 35 kg/m por outros de 44 kg/m, completar o empedramento da linha (33%), adquirir novo material de tração e rodante para a estrada de ferro e novo equipamento para as minas, onde será necessário montar o segundo britador primário com capacidade de 500 t/h de minério e construir cabos aéreos e novos silos de armazenamento e carregamento de vagões.

Êsse programa poderá ser custeado pela Companhia, com seus próprios recursos, no prazo de cinco a seis anos. Para reduzir êsse prazo a cêrca de dois anos, estuda o Govêrno a concessão de recursos em cruzeiros e a obtenção de novo empréstimo em dólares, num montante de investimentos da ordem de Cr$ 700 milhões. A exportação de 3.000.000 de toneladas anuais, programada, proporcionará ao País cêrca de US$ 50 milhões de dólares, aos preços atuais.

Produção de sal

Resolveu-se, totalmente, em 1952, a crise de abastecimento de sal, com que se defrontavam os mercados do Centro e do Sul do País, a qual havia motivado a autorização, em caráter transitório, de transporte do produto em navios sob bandeira estrangeira. Ao findar o ano, a praça disponível na cabotagem tornou desnecessária a manutenção da medida, adotando-se esquema de escoamento em navios brasileiros, conforme programa elaborado pelo Instituto Nacional do Sal e Comissão Nacional de Marinha Mercante.

Estuda-se no momento a possibilidade da construção de moderno pôrto de embarque do produto no mais importante Estado salineiro — o Rio Grande do Norte — bem como a descarga, o armazenamento e a iodetização do sal no pôrto do Rio de Janeiro. Realizaram-se melhorias no serviço de balizamento em Areia Branca e melhoraram-se as instalações de descarga e armazena-

mento no pôrto de Santos. O pôrto de Angra dos Reis passou a receber maior volume do produto destinado aos Estados centrais.

Do conjunto dessas medidas e de outras postas em prática pelo Instituto Nacional do Sal, resultou a estabilização dos preços de venda do produto no Sul e no Centro do País. Essa situação deverá ser consolidada com a execução das medidas de que trata a Lei n.º 1.761, de 15 de dezembro de 1952, relativa à construção adaptação e aparelhamento de armazéns para depósito de sal nos centros consumidores capazes de permitir a formação de estoques regulares que assegurem a oferta nos níveis compatíveis com o consumo.

A autarquia salineira articulou-se com o Banco do Brasil para a ampliação do crédito ao produtor, com garantia das taxas que arrecada, passando o limite do montante dêsses financiamentos de Cr$ 15 milhões para Cr$ 30 milhões. Estenderam-se aos operários da indústria fluminense do sal os benefícios que o Serviço Social da Indústria já vinha prestando aos operários do Nordeste.

INDÚSTRIAS DE BASE

Simultâneamente com os esforços governamentais orientados no sentido de reaparelhar e ampliar a rêde de transportes e de expandir a produção de energia, indispensáveis ao fortalecimento e à expansão da atividade nacional, a Administração vem dedicando especial atenção aos empreendimentos públicos e privados que se destinam a dotar o País das indústrias básicas compatíveis com o seu atual estágio de desenvolvimento econômico ou indispensáveis à conquista de novas etapas.

No ano findo, essa política foi mantida, adotando-se as medidas que as circunstâncias indicam como aconselháveis para o aceleramento do processo de industrialização do País.

Comissão de Desenvolvimento Industrial

A Comissão de Desenvolvimento Industrial realizou, em 1952, alguns trabalhos parciais de grande interêsse, mas ainda não definiu as diretrizes adequadas à política de industrialização do País, levando em conta os problemas do balanço de pagamentos, dos recursos nacionais, da consolidação da indústria básica, da melhoria da qualidade e da redução do custo dos produtos, visando à expansão do consumo popular.

Cia. Siderúrgica Nacional S. A.

A principal emprêsa siderúrgica nacional alcançou, no ano passado, os mais altos níveis de produção, desde o início do seu funcionamento. Em confronto com a do ano anterior, foi a seguinte a produção bruta de 1952, em toneladas:

	1951	*1952*	*Aumento*
Coque	285.604	300.348	5,5%
Gusa	342.087	358.979	4,9%
Aço (lingotes)	465.032	476.234	2,4%

Na laminação, obteve a usina de Volta Redonda um aumento de 5,1%, passando de 342.561 t, em 1951, para 360.088 t, em 1952. Para atender às necessidades internas, no que concerne aos programas de melhoramento das estradas de ferro, a produção de trilhos e acessórios foi aumentada de 84,4% em relação à do ano anterior, alcançando 77.890 t; a de chapas grossas acusou também aumento considerável (14,2%). Os demais itens da produção de laminados (barras e perfilados, chapas finas, a quente e a frio, chapas galvanizadas e fôlhas de Flandres) tiveram, em conseqüência, a sua produção reduzida, em confronto com a de 1951. Quanto aos subprodutos da coqueria, as quantidades postas à disposição do mercado nacional, nesse ano, foram também superiores às de 1951, cabendo destaque à produção de benzol, base de diversas indústrias químicas; à de sulfato de amônio, adubo químico: e à de alcatrão, para estradas — outra contribuição da usina, ao lado dos trilhos e acessórios, para a solução do problema nacional dos transportes.

Mantiveram-se em atividade normal os departamentos da Companhia que têm a seu cargo a mineração de matérias-primas (hematita, itabirito, manganês, dolomita e calcário) e de carvão mineral, bem como o beneficiamento e o transporte dêste e a produção de eletricidade, em Santa Catarina.

O valor das vendas efetuadas pela Companhia atingiu a soma de Cr$ 1.663.999.627,10, ou mais 12,7% do que no ano anterior, sendo de cêrca de Cr$ 1,47 bilhões a parcela correspondente a produtos de aço, de Cr$ 134,79 milhões a do carvão mineral, de Cr$ 30,56 milhões a dos subprodutos do carvão e de Cr$ 14,16 milhões a de energia elétrica. A praça de São Paulo absorveu 46,25% dos produtos de aço; a do Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro, 38,07%; a do Norte do País, 3,71%; e a dos três Estados centrais, 3,24%. Salvo uma venda de naftaleno bruto

para os Estados Unidos da América, tôda a produção da emprêsa, tanto a de aço como a de subprodutos da coqueria, foi consumida pelo mercado nacional, com a conseqüente economia de divisas.

Êsse movimento de vendas assegurou à Companhia a manutenção da sua sadia situação econômico-financeira, acusando o balanço um lucro líquido de Cr$ 240.787.050,50, ou mais Cr$ 10.636.861,80 do que no ano anterior. Manteve-se o mesmo quantitativo destinado, desde 1950, aos dividendos, distribuindo-se, no segundo semestre, quotas correspondentes a 10% a.a. às ações ordinárias, 7,5% a.a. às ações ordinárias pertencentes ao Tesouro Nacional e 6% a.a. às ações preferenciais. A quota destinada ao "Fundo de Renovação" foi a maior até agora alcançada elevando-se o saldo dessa conta a Cr$ 138.464.499,80.

A Companhia continuou a prestar aos seus empregados a assistência que lhes é devida, nos campos social, habitacional, hospitalar, educacional e alimentar. Em 31 de dezembro, havia em Volta Redonda 13 hotéis para solteiros e 3.212 casas residenciais para empregados, das quais 208 foram concluídas no ano passado. Atualmente, estão em final de construção mais 225 casas, além de dois hotéis do tipo mencionado. Constrói a Companhia, ainda, novo hospital e um grande centro de recreio para os seus empregados e operários. Foram distribuídos, a título de participação dos empregados nos lucros da emprêsa, Cr$ 28.500.000,00, afora Cr$ 570.000,00 de pecúlio por morte às famílias que perderam os seus chefes.

Expansão da usina

Como foi assinalado na Mensagem anterior, Volta Redonda atingiu o seu limite de produção, à base do primeiro alto-forno. Os trabalhos de construção e montagem do equipamento para a expansão da usina, autorizados pelo Congresso em 1951, quando foram apenas iniciados, tiveram grande impulso no ano findo, estando bastante avançados em relação à coqueria (construídos 89% das fundações e 11% das obras acima destas), ao alto-forno n.º 2 (79,7% das fundações), à aciaria (73,6% das fundações dos fornos, 36% do edifício dos misturados e 36% do edifício da aciaria) e à fábrica de estruturas metálicas (98% das fundações e 33,6% das obras acima destas).

Paralelamente aos trabalhos de construção e montagem da primeira expansão da usina, que elevará a sua produção para

710.000 t/ano de aço em lingotes, foram ultimados os estudos preliminares e o anteprojeto da segunda expansão, destinada a elevar a produção a mais de um milhão de toneladas por ano. Ambos êsses projetos de expansão visam a atender à crescente demanda de produtos de aço por parte do mercado nacional.

Siderurgia privada

A indústria siderúrgica privada, em funcionamento no País, acusou, de 1951 para 1952, um aumento de produção superior ao verificado na Cia. Siderúrgica Nacional, cuja capacidade se acha esgotada. Passou tal produção de 379 mil para 455 mil toneladas, ou seja, obteve mais de 20% de aumento.

Ao mesmo tempo que o Govêrno envida esforços para duplicar a produção de Volta Redonda e aparelhar a usina da Acesita, novas iniciativas privadas surgem no sentido de ampliar as instalações produtoras de aço existentes e de criar novas usinas. Cabe aqui assinalar o empreendimento da emprêsa "Mannesmann", para a produção de tubos sem costura, no Estados de Minas Gerais. A êsse empreendimento e a outros, o Govêrno prestou a ajuda ao seu alcance, para encorajar a iniciativa privada votada à expansão da indústria siderúrgica no Brasil.

Aços especiais

Através do Banco do Brasil, que atualmente controla a Cia. de Aços Especiais Itabira, S. A., empenha-se ainda o Govêrno em aparelhar essa emprêsa para a produção, em escala adequada, de parte da gama dos aços especiais consumidos pela indústria nacional e indispensáveis à sua expansão, como as ligas com titânio, cromo, tungstênio, níquel, etc. A indústria deverá produzir laminados, lingotes, chapas, cantoneiras, ao lado de artigos como machados, enxadas e outros, num volume total de 70.000 t, quando em pleno funcionamento.

A emprêsa já começou a produzir em pequena escala; mas, para a realização do seu programa, são necessários investimentos adicionais superiores a meio bilhão de cruzeiros. Com a efetivação dêsse empreendimento aliviar-se-ão os encargos do País em divisas, ora despendidas na importação de tal matéria-prima, e as indústrias mecânicas nacionais poderão desenvolver-se com maior segurança para suprimento do mercado interno em expansão.

Fábrica Nacional de Motores S. A.

No decorrer de 1952, a Fábrica Nacional de Motores, S. A., prosseguiu nos seus programas, já lançados em anos anteriores, desenvolvendo-se à base de seus próprios recursos financeiros. Como tais recursos são insuficientes para fazer face não só aos atuais programas, mas principalmente ao da fabricação de tratores, de que trata o Decreto-lei n.º 8.693, de 16 de janeiro de 1946, autorizou o Govêrno, em fins de 1952, ouvido o Consultor Geral da República:

a) a alienação dos terrenos excedentes, dentro do plano de zoneamento estabelecido, para a instalação de indústrias e a localização de bairros de casas populares e de granjas;

b) a constituição de garantia, com êsses e outros bens, para operações de financiamento que reduzam os ônus de juros atuais da emprêsa e lhe facilitem os recursos adicionais de que necessita;

c) a convocação de Assembléia Geral para aumento de capital, caso possam as instituições de previdência, o Banco do Brasil ou o Banco Nacional de Desenvolvimento Económico participar da subscrição adicional ou tomar títulos alienáveis da União.

Com essas medidas visa o Govêrno a uma utilização melhor do patrimônio imobiliário da emprêsa que necessita realizar investimentos complementares e obter capitais de movimento. Com efeito: as atuais linhas de produção da fábrica (revisão de motores de aviação; fabricação de caminhões pesados, tipo dísel; manufatura de peças para auto-veículos, em geral), na escala em que vêm sendo operadas, não bastariam para lhe dar estabilidade econômica. E, para ampliar a sua produção, torna-se indispensável dotá-la de mais recursos financeiros.

Os serviços de revisão de motores de aviação, que abrangem a reparação e a fabricação de peças, propiciaram à emprêsa, em 1952, uma receita de Cr$ 10.034.745,40.

Caminhões

O programa do caminhão, decomposto em etapas sucessivas de nacionalização do material, foi cumprido integralmente em 1952, fabricando-se 800 veículos, com a participação de 31,3% da indústria nacional. Na segunda série de fabricação espera-se levar a nacionalização a mais de 46% do valor do veículo, uma vez que o ferramental — construído nas oficinas da própria fábrica e encomendado na Itália — já se acha ultimado. A expansão dêsse setor da emprêsa exige, contudo, reajustamentos das suas atividades,

principalmente quanto à comercialização, de vez que os concorrentes, com ampla e bem organizada rêde distribuidora, operam à base de vendas a longo prazo. Êsse o principal motivo por que a fábrica vendeu sòmente, em 1952, Cr$ 64.094.769,60 dos caminhões de sua produção, encerrando o ano com um estoque de certo vulto, cujo escoamento ora se processa.

Quanto à fabricação de auto-peças, apresenta índices crescentes, com promissoras perspectivas para o ano em curso. O faturamento, em 1952, atingiu a Cr$ 10.307.085,40, nesse setor de produção.

Ao todo, faturou a emprêsa, em 1952, Cr$ 90.553.838,70, incluídas entregas relativas a outros setores não especificados acima.

Tratores agrícolas

Afora o início de nova etapa de nacionalização do caminhão "Alfa-Romeu", que a emprêsa vem fabricando, a F. N. M. deverá dedicar-se, a partir de 1953, à produção do tipo de trator agrícola escolhido de acôrdo com as especificações fixadas pelo Ministério da Agricultura e com base em duas concorrências públicas que foram vencidas pela fábrica "Fiat", italiana. Os estudos e experiências de campo e de laboratório realizados pelo Ministério da Agricultura e pelo Instituto Nacional de Tecnologia foram concluídos em fins de 1952, estando a F. N. M., assim, tècnicamente capacitada a firmar os contratos necessários.

Nos têrmos do Decreto-lei n.º 8.693, de 1946, o Govêrno deverá reservar mercado para essa produção a iniciar-se no corrente ano.

Indústria de auto-peças

Como etapa preliminar da política de fomento da criação da indústria do automóvel, no País, o Govêrno adotou, no ano findo, um conjunto de providências sugeridas pela Comissão de Desenvolvimento Industrial, no sentido de fortalecer e expandir a produção nacional de peças, acessórios e pertences de auto-veículos, em geral. Vedaram-se as importações das peças já produzidas no País e que se destinem a substituições; e foi programada a restrição às aquisições externas de veículos montados, bem como de peças, acessórios e pertences fabricados ou que o possam ser em prazo curto pela indústria nacional, para emprêgo nas oficinas de montagem. Simultâneamente, estuda-se a criação da indústria do automóvel, no Brasil, mediante a fabricação das partes do veículo ainda aqui não produzidas.

O balanço dado na capacidade produtora nacional de auto-peças levou à conclusão de que a indústria mecânica do País se aproxima ràpidamente do estágio de desenvolvimento compatível com a implantação da indústria do automóvel. A poupança atual de divisas, decorrente da fabricação de auto-peças, poderá ser, portanto, grandemente aumentada com a produção de todo o veículo.

Cia. Nacional de Álcalis, S. A.

As atividades da Cia. Nacional de Álcalis adquiriram, no ano findo, ritmo mais acelerado, conquanto ainda não tenham alcançado a intensidade indispensável à realização do empreendimento a seu cargo. E' que as negociações para a obtenção de financiamento do Banco Internacional se retardaram de forma prejudicial à montagem da fábrica de álcalis dentro dos prazos previstos. Decidiu o Govêrno, por isso, empreender novas negociações, na Europa, as quais se concluíram de forma satisfatória.

Enquanto se conduziam gestões no sentido de obter, por êsse meio, o material estrangeiro indispensável ao empreendimento, a Companhia iniciava algumas das obras programadas para a zona de Cabo Frio, onde se deverá construir a fábrica. Assim, começou-se a preparação da área destinada à construção das salinas; foram atacadas as obras de vários canais de drenagem dessa área, bem como de alimentação das salinas; instala-se uma linha de recalque da lama das algas, necessária à impermeabilização das salinas; terminou-se o projeto da grande estação elevatória de águas da lagoa e foram encomendadas as bombas destinadas a êsse fim.

Em cooperação com o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, começou-se a construção do canal necessário à explonação do calcário da lagoa, realizando-se perto de um têrço da obra.

O Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais ultimou o projeto do pôrto do Forno, indispensável à fábrica, e já passou à fase de sua construção.

Dessa forma, com os recursos postos à disposição da emprêsa, nos têrmos da Lei n.º 1.491, de 12 de dezembro de 1951, a Cia. Nacional de Álcalis marcha para a consecução do seu objetivo, que o Govêrno espera seja atingido em 1956.

Enxôfre

Os estudos realizados pela Comissão de Desenvolvimento Industrial, em tôrno do aproveitamento da pirita residual do carvão

de Santa Catarina para a produção de ácido sulfúrico e enxôfre, conduziram a resultados satisfatórios quanto à viabilidade técnico-econômica do empreendimento, conjugado com a produção de ferro gusa. Examina o Govêrno o trabalho da Comissão, para adotar as providências administrativas ou propor ao Congresso as medidas legislativas que se afigurarem necessárias à implantação dessa indústria no País, em escala adequada.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PESQUISA

Com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas, ora no seu terceiro ano de atividade, os trabalhos de investigação científica e tecnológica iniciaram nova fase cujo desenvolvimento apenas pode ser antevisto. O fortalecimento e a expansão das atividades da economia nacional dependem, òbviamente, da conquista e da difusão de técnicas modernas, capazes de racionalizar a ação prática de quantos se dedicam ou venham a dedicar-se à produção, armazenamento, transporte e distribuição de utilidades no País. Investigações científicas e tecnológicas que, à primeira vista, pouco ou nenhum interêsse econômico parecem apresentar, revestem-se, assim, na realidade, da maior importância para o futuro da Nação.

Continuam desconhecidas, em grande parte, as possibilidades do País, não obstante os trabalhos já realizados, por nacionais e estrangeiros, no sentido de balancear os seus recursos; e a introdução de técnicas modernas, conquistadas noutras condições que não as peculiares ao território nacional, subentende investigações diversas, tendentes a ajustá-las ao nosso meio.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Nos têrmos da sua lei orgânica, o Conselho promoveu a criação de duas instituições de pesquisas, ora em fase de organização: o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, com amplos objetivos ligados ao Plano de Valorização da região Norte do País, e o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, destinado a ampliar os quadros nacionais de pesquisadores nos campos da investigação que dependem do conhecimento da matemática.

Auxiliou, além disso, a criação das seguintes instituições: o Instituto de Pesquisas Radioativas, na Universidade de Minas Gerais; o Centro de Pesquisas Físicas e Matemáticas, na Universidade de Pernambuco, e o Centro de Pesquisas Entomológicas, na Universidade Rural.

Promoveu o Conselho e colaborou na realização de três certames científicos: no Rio de Janeiro, o Simpósio sôbre Normas Téc-

nicas de Pesquisa em Física, em cooperação com a Academia Brasileira de Ciências e a U.N.E.S.C.O., e o Seminário de Microscopia; em Pôrto Alegre, o Primeiro Congresso Estadual de Química do Rio Grande do Sul, em cooperação com a Associação Brasileira de Química. Participou, ainda, através de representantes brasileiros, de conclaves científicos internacionais, como os Congressos de Medicina Tropical, de Radioatividade dos Sólidos, de Geologia, de Bioquímica, de Física.

O intercâmbio externo do Conselho foi desenvolvido, ainda, por meio de viagens de vários dos membros do seu órgão deliberativo à Europa e aos Estados Unidos da América, e mediante o convite a cientistas estrangeiros para visitarem o Brasil.

Concedeu o Conselho 182 auxílios a diferentes instituições científicas, centros universitários e pesquisadores isolados, no valor total de Cr$ 19.293.047,20; e fêz doação de 290 bôlsas, no valor total de Cr$ 2.907.541,00, a cientistas e estudantes, para realização de pesquisas e estudos de aperfeiçoamento no País e no exterior. Reuniu, ainda, os diretores de escolas técnicas com o fim de estabelecer normas destinadas ao desenvolvimento da pesquisa nos meios universitários.

Dessa forma, o trabalho de articulação e incentivo da pesquisa, no País, vai-se estruturando sob a orientação superior do Conselho que, simultâneamente, prossegue no seu programa de investigações em tôrno da energia atômica.

Energia atômica

Nesse campo, afora o levantamento aerofotogramétrico, magnetométrico e cintilométrico de uma área de 7.000 km2, para pesquisas minerais de urânio e tório, em cooperação com o Departamento Nacional da Produção Mineral e os Serviços Geológicos estaduais — o Conselho está adquirindo um ciclotron de 21 polegadas nos Estados Unidos da América, e deu início à construção de um grande sincrociclotron de 170 polegadas no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Adotou, além disso, providências preliminares para a instalação, no Brasil, de uma usina-pilôto destinada à produção de urânio.

Manteve o Conselho, de comum acôrdo com as autoridades bolivianas e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, uma estação em Chacaltaya, para estudo de raios cósmicos.

O incentivo ao estudo da energia atômica traduziu-se ainda na criação, já mencionada, do Instituto de Pesquisas Radioativas da Universidade de Minas Gerais.

Do trabalho pioneiro do Conselho Nacional de Pesquisas, em tôrno do aproveitamento da energia atômica para fins industriais, muito espera o Govêrno em benefício do desenvolvimento econômico do País.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

O aperfeiçoamento e a expansão do sistema nacional de transportes e comunicações — de par com o desenvolvimento da agricultura e da indústria básica — constituem preocupação dominante do Govêrno.

Para tal política, o fator mais importante a considerar é que, tomados em conjunto, os transportes e comunicações sempre dependeram e dependem, em escala ímpar, da importação. Nunca menos de um quarto de nossas importações se destina, de maneira direta, a equipá-los e supri-los. Nenhum setor importante da economia nacional pesa tanto, conseqüentemente, sôbre a conjuntura cambial, ou tanto se ressente de suas flutuações, porque nenhum exprime em divisas, em tal medida, seus custos. Em moeda estrangeira nosso sistema de transportes e comunicações tem que pagar enorme percentagem dos seus custos fixos — como as máquinas e instalações — e também alta percentagem dos seus custos variáveis — como a constituída pelos combustíveis, lubrificantes, peças e até algum pessoal mais especializado.

Êsse fato está a impor-nos um critério de preferência, a saber: entre dois meios de transporte, devemos escolher o que menos nos custe em divisas.

Outro fator a considerar é que o parque nacional de transportes não podia esperar que a formação interna de capitais fôsse capaz do grau de concentração que requer. Conseqüentemente, tinha que ser e foi confiada a sua criação ao capital estrangeiro que alimentou ainda, durante muito tempo, seu desenvolvimento.

Êsse fator não passou sem traços no desenho e função dos meios de transporte e comunicações assim construídos. Refletindo a posição de nossa economia nesse período, as estradas convergiam, não para o centro econômico, político e administrativo do País, mas, simbòlicamente, para o estrangeiro, isto é, serviam para drenar nossos produtos do interior para o mar,

onde navios, também estrangeiros, os recebiam. Assim a economia nacional se desenvolvia não como um todo, mas como um arquipélago de economias quase autônomas, ao longo da costa, quase sem contato entre si. E quando, mais modernamente, o mercado nacional começou a tomar forma e consistência, encontrou-se a braços com um grave problema de transportes. Era mister recomeçar, abandonando investimentos consideráveis ou aceitando os ônus de sua exploração anti-econômica — ônus que aí estão, esterilizando, todos os anos, centenas de milhões de cruzeiros.

Impunha-se, pois, uma reorganização — quase que uma recriação — do sistema, em função do comércio interno, já agora muitas vêzes maior que o externo.

Como é sabido, o capital estrangeiro não tomou interêsse especial por essa tarefa, por motivos que não cabe aqui analisar. Tivemos, conseqüentemente, que atacá-la com os meios ao nosso dispor. Êsses meios têm duas origens: os investimentos privados e os investimentos públicos.

O ritmo de formação de capitais privados é hoje o fato mais importante de nossa vida econômica. Dezenas de bilhões de cruzeiros são acumulados e investidos todos os anos, mas não em grandes concentrações. Daí resulta que o capital privado nacional já se tornou capaz de abordar uma tarefa conjunta gigantesca — com a condição de que se possa desdobrá-la em muitos empreendimentos médios e pequenos. Êsse feitio do capital privado condiciona sua atitude geral.

No campo dos transportes terrestres, por exemplo, essa atitude se traduz numa decidida preferência pela rodovia — em detrimento da ferrovia — mesmo nos casos em que, tecnològicamente, a estrada de ferro seja a melhor solução, como quando se trata de atender a um volume ponderável de carga ou passageiros, a distâncias consideráveis. E' que o investimento exigido por uma ferrovia deve necessàriamente bastar para a construção da via e aquisição do material rodante e trator, e tem que ser feito por uma única emprêsa, ao passo que, no caso do transporte rodoviário, o único investimento fixo importante é o exigido pela construção da via, ficando a aquisição do material rodante a cargo de milhares de particulares.

A recriação do sistema nacional de transportes terrestres está sendo feita, assim, em grande parte, sob o signo do automóvel, mesmo que isso possa implicar em desembolsos totais

muito maiores e, em certos casos, com menor rendimento. E o Poder Público é induzido a chamar a si os investimentos mais importantes, isto é, a construção da via, além de sua conservação, o que alivia consideràvelmente o custo aparente da exploração de tal meio de transporte, tornando-o mais atrativo para o particular do que, no exemplo, o ferroviário.

Êsse fato, sem dúvida saudável, porquanto exprime o admirável dinamismo de nossa economia, não passa sem suscitar problemas: com efeito, somos forçados a esquecer o critério acima indicado — o de preferência pelos meios de transporte cujos custos menos nos pesem em divisas. Mas é meu dever advertir que, ao menos por enquanto, o custo do transporte ferroviário é várias vêzes mais leve, em têrmos de divisas, do que o rodoviário, porque aqui mesmo podemos fazer os trilhos e os vagões e logo estaremos construindo as locomotivas, e porque a estrada de ferro aceita energia como poderemos produzir em quantidades ilimitadas, a exemplo de hidrelétrica ou, em certas regiões, da lenha ou do carvão nacionais.

O mesmo fato podemos surpreender no tocante à navegação, que pressupõe, como a ferrovia, grandes investimentos fixos — em navios, portos e estaleiros — razão por que é, em medida crescente, excluída em favor da rodovia. Essa concorrência se estende ainda ao campo da aviação, que, como a rodovia, é capaz de ter seus investimentos distribuídos em duas parcelas — uma a cargo do Poder Público e outra em aparelhos que utilizam os serviços assim criados e que podem pertencer a emprêsas relativamente pequenas.

Assim, estabelece-se uma competição entre o automóvel e o avião de um lado e o trem e o navio de outro. Não se trata de lamentar êsse fato — o que seria uma posição retrógrada, implicando, em última instância, em lamentar o progresso; mas de definir os problemas que suscita e apontar soluções para êles.

Històricamente, o automóvel e o avião vieram romper um virtual monopólio de que desfrutavam, em seus respectivos campos, o trem e o navio. Êsse monopólio havia dado origem a certas práticas profícuas, como a chamada política de discriminação dos fretes. Com efeito, tendo que assegurar a maior quantidade possível de carga a transportar, a estrada de ferro e o navio, aqui como em todo o mundo, no interêsse de atrair para seu tráfico mercadorias de valor unitário muito baixo, estabeleceram para

elas tarifas especiais, inferiores ao custo real do transporte, ressarcindo-se pela cobrança de fretes mais altos que o custo, para as mercadorias de elevado valor, relativamente à mesma unidade de pêso ou volume. Essa prática só poderia ser útil, para um país em desenvolvimento como o nosso, porque permitia o intercâmbio, entre regiões distantes, de mercadorias de pouco valor, acelerando o processo de formação do mercado nacional, unindo as diversas regiões num complexo único de interêsses pela valorização de riquezas naturais que ficariam inaproveitadas de outro modo. Ora, o transporte rodoviário e aéreo inseriu-se no sistema, absorvendo precisamente as cargas de alto valor unitário, que podiam suportar fretes mais altos, embora condenando o trem e o navio ao regime dos *deficits*.

Levantar os fretes dessas mercadorias de pouco valor, precisamente aquelas que hoje constituem o grosso da carga transportada pelo navio e pela estrada de ferro, longe de constituir uma solução, representaria erguer um grave obstáculo à maior unificação do País, tanto do ponto econômico quanto do político, pois implicaria em isolar dos centros consumidores regiões distantes e pioneiras, impedindo o escoamento dos seus produtos brutos. Abandonar a estrada de ferro e o navio como negócios anti-econômicos — como o fêz e está fazendo o capital privado, nacional e estrangeiro — também não representa solução, porque redundaria igualmente em interromper o processo de divisão nacional do trabalho, sem falarmos no estancamento de fontes preciosas de divisas.

O único caminho possível era, pois, o que foi tomado, isto é, que o Poder Público chamasse a si essa responsabilidade, quer porque só êle, nas nossas condições atuais, é capaz de arcar com os investimentos necessários a êsses serviços, quer porque só êle pode manter e explorar serviços sem finalidade de lucro e até com a certeza de prejuízo, simplesmente para atender a uma inequívoca necessidade social.

Essa orientação necessária, independente de nossa vontade, tem, entretanto, repercussões sôbre a própria estrutura do Estado. Obriga-o a assumir encargos para os quais não está devidamente aparelhado, isto é, a gerir negócios com o auxílio de métodos normais à Administração Pública clássica, mas incompatíveis com o comércio e a indústria, campos até há pouco reservados à iniciativa privada. Isso agrava a situação, já de si difícil, seguindo-se que o Estado tem que aprender a comerciar.

Coordenação dos transportes

Paralelamente com o estudo e a execução de medidas destinadas a reaparelhar e ampliar a rêde nacional de transportes, o Govêrno, sistematizando providências que vinham sendo postas em prática desde o ano anterior, instituiu, pelo Decreto número 31.056, de 30 de junho de 1952, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes, constituída do Ministro da Viação e Obras Públicas, seu presidente; do Presidente da COFAP, seu vice-presidente; e de representantes do Estado-Maior das Fôrças Armadas; do Ministério da Fazenda; do Banco do Brasil; da Comissão de Marinha Mercante; do Comércio, da Indústria e da Lavoura; do Departamento Nacional de Estradas de Ferro; do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; do Departamento de Aeronáutica Civil; do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais; da Contadoria Geral de Transportes; do Departamento Nacional da Produção Animal; e do Departamento Nacional da Produção Vegetal.

Essa comissão tem por objeto melhorar o rendimento dos meios de transporte de que dispõe o País, mediante a coordenação dos serviços portuários e os de transportes marítimos, fluviais, lacustres, ferroviários, rodoviários e aéreos. Além da contribuição já prestada, no sentido de atenuar as deficiências dos serviços nacionais de transporte, espera o Govêrno receber dessa Comissão indicações valiosas para aperfeiçoar a política oficial nesse complemento indispensável do programa de reaparelhamento em execução.

Emprêsas de navegação

Sem retardar o desenvolvimento dos transportes rodoviários e aeroviários, visa o Govêrno aparelhar as ferrovias e a navegação, no sentido de ampliar-se a capacidade geral dos transportes, e a realização de uma contra-ofensiva de concorrência com aquêles tipos de transporte, tornando-os complementares, e de sorte a reduzir potencialmente a dependência de importações.

Para essa política, é indispensável um grande esfôrço de investimento para reequipar e modernizar os sistemas ferroviários e de navegação, inclusive os portos e os estaleiros, e, por outro lado, reorganizar em bases eficientes, administrativa e financeiramente, as emprêsas oficiais encarregadas dêsses tipos de transporte.

Rêde Ferroviária Nacional, S. A.

Os programas ora em efetivação através do Plano de Reaparelhamento Econômico e do orçamento ordinário, e a propositura, ao Congresso, da criação da Rêde Ferroviária Nacional, S. A. — à qual se seguirá o projeto de organização do sistema de navegação — visam a êsse duplo resultado.

Se essa reorganização não tiver o mérito de eliminar os *deficits*, que têm raízes mais profundas, como acima foi exposto, tenderá, por um lado, a aliviá-los, pelo emprêgo de métodos mais econômicos de gestão, e, sobretudo, virá permitir a participação do capital privado nos empreendimentos, mesmo que ao Estado continue a caber a tarefa de cobrir, com suas ajudas, a diferença entre a solvência e a insolvência, como agora ocorre com várias emprêsas privadas em regime de subvenção. Assim, o capital privado, que hoje, no que toca aos transportes, pesa todo do lado do automóvel e do avião, poderá igualmente interessar-se pelo trem e pelo navio, convertidos em investimentos remunerativos, e o Poder Público, com a colaboração das classes interessadas, poderá planejar um aproveitamento mais racional do nosso parque de transportes, articulando os diversos meios, ao invés de permitir que êles se arruínem e arruínem o Estado empobrecendo a Nação, numa concorrência desordenada que a ninguém beneficia, a longo prazo. A rodovia e os transportes aéreos não seriam tão lucrativos se tivessem que transportar não apenas mercadorias de alto valor unitário capazes de suportar tarifas elevadas, mas igualmente as de baixo valor, que não têm essa capacidade.

Preocupação fundamental do Govêrno é também a de assegurar o desenvolvimento das indústrias de equipamentos de transporte — inclusive de cimento, trilhos e outros materiais de construção de vias, e de fontes de energia — como vai relatado noutros pontos desta Mensagem.

Plano Nacional de Viação

Acompanha o Govêrno, com o maior interêsse, o trabalho do Congresso Nacional destinado a atualizar o Plano Nacional de Viação e a criar o Conselho Nacional de Transportes. Foram adotadas medidas para que os órgãos da Administração cooperem com as Comissões Técnicas do Legislativo no sentido de lhes pôr ao alcance todos os elementos disponíveis julgados necessários à elaboração do novo Plano norteador da expansão e do melhoramento da rêde de transportes do País — indispensável à correção das falhas de que se ressentem os sistemas ora em exploração.

Estado dos transportes

Não obstante os óbices criados por uma situação cambial sabidamente difícil, o ano de 1952 assistiu a uma radical mudança no estado geral dos transportes nacionais. De uma insuficiência de praça relativamente ao volume da carga a transportar, passamos a um excesso na oferta de praça. Graças às providências tomadas pelo Govêrno Federal, em colaboração com as autoridades estaduais e municipais e com as classes interessadas, que se traduziram em mais intenso aproveitamento dos recursos de transporte existentes, até março de 1952, início da nova safra, tinham sido escoados, não apenas a safra do ano de 1951 mas ainda os atrasados de safras anteriores. Assim, o transporte da nova safra não apresentou dificuldades nem originou contratempos. Como já assinalado, o ano terminou com excesso de praça e lotações, excetuando-se a demanda para minérios em certas regiões, situação essa que será regularizada êste ano.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO

A situação financeira das estradas de ferro oficiais continuou delicada, com exceção da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, que encerrou o exercício de 1952 com um saldo da ordem de 128 milhões de cruzeiros. Conseguiu a Estrada de Ferro Leopoldina reduzir ainda mais o seu *deficit*. Na Estrada de Ferro Central do Brasil, porém, a situação se agravou.

Não houve, em 1952, ampliação da rêde ferroviária em tráfego no País, que continua a ser de 36.845 km, como em dezembro de 1951. Diversas variantes foram, porém, concluídas e entregues ao tráfego no decorrer do ano, trazendo tôdas elas, com os melhoramentos dos traçados, um maior aproveitamento da tração e, conseqüentemente, um aumento da capacidade de transporte. Não obstante nenhum novo trecho ferroviário ter sido inaugurado, prosseguiram os trabalhos em trechos com a extensão total de 1.971 km, concluindo-se a preparação dos leitos em 255 km e assentando-se trilhos em 48 km. Trabalha-se atualmente em 22 trechos diferentes, em todo o País, esperando-se inaugurar, êste ano, cêrca de 250 km de linha, nas ligações em construção.

No Departamento Nacional de Estradas de Ferro, o esfôrço principal orientou-se para a implantação de ordem financeira, liquidando-se compromissos anteriores e disciplinando-se a marcha dos serviços de modo a enquadrar as despesas dentro dos recursos disponíveis. Isso foi conseguido, chegando o Departamento ao fim do exercício de 1952 com completa ordem em suas contas. E não

fôra a impossibilidade de liquidar, com suas próprias dotações, os atrasados anteriores a 1951 e provenientes de serviços das ligações Norte-Sul (Brumado-Monte Azul), Ubaitaba-Jequié, Belo Horizonte-Itabira e Lima Duarte-Bom Jardim, estaria atualmente o Departamento Nacional de Estradas de Ferro sem dívida alguma a saldar. Para liquidar o restante dos débitos de tais obras ferroviárias anteriores a 1951, o Govêrno autorizou adiantamentos pelo Banco do Brasil, e o orçamento de 1953 consigna nada menos de Cr$ 388 milhões.

Durante o exercício, as estradas de ferro de propriedade da União, sob administração direta do D. N. E. F., receberam 3.725 toneladas de trilhos e talas de junção, encomendados à Companhia Siderúrgica Nacional; 100 vagões fechados, com estrutura metálica e 30 gôndolas de descarga pelo fundo, todos de 30 toneladas, encomendados a fábricas nacionais; 86 locomotivas a vapor, encomendadas na França. A Estrada de Ferro Central do Brasil recebeu 26 locomotivas dísel-elétricas; na Santos a Jundiaí foram postos em serviço três composições elétricas de três carros; a Rêde Paraná-Santa Catarina recebeu duas locomotivas elétricas; a Rêde Ferroviária do Nordeste pôs em tráfego uma composição de aço para passageiros e recebeu seis possantes locomotivas a vapor, do tipo Garratt; finalmente, já chegou a Santos a primeira locomotiva dísel-hidráulica adquirida pelo Brasil, e também a primeira construída no mundo para bitola de 1 metro.

Acham-se encomendadas, ainda, a fábricas nacionais, 1 composição metálica de 7 carros, carros de passageiros, bagagem e correspondência, carros de passageiros, metálico e de madeira; gaiolas; plataformas; vagões com estrados metálicos e caixas metálicas ou de madeira, no valor de Cr$ 39.380.000,00; 4 locomotivas, saldo de uma partida de 90, encomendada na França; 34 locomotivas dísel-elétricas, saldo de uma partida de 60 destinada à Estrada de Ferro Central do Brasil; 8 locomotivas elétricas, saldo de uma encomenda de 10, para a Rêde Paraná-Santa Catarina; 30 locomotivas dísel — sendo 20 elétricas e 10 hidráulicas para a dita Rêde; 10 locomotivas dísel-hidráulicas para a E. F. Leopoldina, encomendadas à indústria nacional.

Além disso, o Departamento Nacional de Estradas de Ferro adquiriu para a E. F. de Bragança 2 locomotivas usadas da E. F. Sorocabana; pagou metade do custo de 3 dísel-elétricas de fabricação nacional, adquiridas pela E. F. São Luís-Teresina, e

várias unidades foram transferidas de umas estradas federais para outras, ou por se terem tornado desnecessárias para as primitivas detentoras ou para atender a prementes necessidades das beneficiadas pelas transferências.

Realizou-se no exercício um amplo esfôrço no sentido da execução de variantes de retificação e melhoria dos traçados, melhoramento das infraestruturas, empedramento de leitos e substituição de trilhos e dormentes. Segundo dados incompletos, relativos a menos de um quinto da rêde nacional, foram assentados, só aí, mais de um milhão de dormentes novos. Prosseguiram as obras da ponte rodo-ferroviária sôbre o São Francisco, com o comprimento total de 801 metros, entre Juàzeiro, na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco. Essa grandiosa obra, em concreto protendido, foi iniciada pelo Govêrno anterior e ficará concluída em meados do ano em curso, inclusive as obras de acesso.

Concluíram-se as obras indispensáveis à eletrificação das linhas que servem os subúrbios de São Paulo, já tendo sido entregue ao tráfego o primeiro trecho; a E. F. Santos a Jundiaí também eletrificou e começou a explorar mais 14,2 quilômetros de linhas principais e 1.892 metros de desvios; a mesma estrada concluiu os estudos e projetos para levar a tração elétrica até o Alto da Serra; concluiu-se a eletrificação dos 30 primeiros quilômetros da linha Curitiba-Antonina-Paranaguá, ultimando-se também a montagem de uma usina dísel-elétrica em Curitiba e duas subestações ao longo da linha.

A Estrada de Ferro Vitória a Minas, de propriedade da Cia. Vale do Rio Doce, S. A., foi uma das poucas ferrovias do País a encerrar o exercício com saldo positivo apreciável, não obstante ter investido recursos próprios consideráveis no melhoramento de suas instalações e linhas e na aquisição de material rodante.

Além de aproximadamente 1,6 milhões de toneladas de minério de ferro, especialmente para exportação, a estrada transportou cêrca de 400.000 toneladas de carga geral, do interêsse da população do Vale do Rio Doce

Financiamento

Simultâneamente com a aplicação de recursos orçamentários no programa de melhoramento e reequipamento da rêde ferroviária nacional, prosseguiram, em 1952, os estudos e as negociações no sentido de se obterem financiamentos externos com essa finalidade, a serem investidos juntamente com recursos oriundos de

empréstimos, em moeda brasileira, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Esses estudos estiveram a cargo da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, conforme convênio firmado entre os Governos dos dois países, em 1951.

Em 31 de dezembro do ano passado, estavam ultimados vinte e três projetos técnicos de financiamentos ferroviários, abrangendo despesas que, sujeitas ainda a retificações, montam a aproximadamente US$ 155 milhões e Cr$ 8,5 bilhões. Para três dêsses projetos, no montante de US$ 30.294.900,00 e Cr$ ..... 1.659.140.578,00 haviam os bancos mutuantes de Washington concedido os empréstimos solicitados; os demais estavam sendo examinados por êsses institutos de crédito ou sofriam, na Comissão Mista, revisão e elaboração final, para o necessário encaminhamento. Os três projetos já financiados, compreendendo a rêde de bitola larga — parte da Central do Brasil, E. F. Paulista e a Santos a Jundiaí — atendem à reabilitação da parcela de nosso sistema ferroviário que tem a seu cargo 35% do transporte ferroviário de todo o Brasil, em grande parte gêneros alimentícios.

Abrangem êsses projetos melhoramentos e reequipamentos básicos, que objetivam colocar as estradas de ferro do País em condições de atender, com segurança e eficiência, ao desenvolvimento dos transportes, consideradas não só as tendências reveladas pelas estatísticas de tráfego, mas também as possibilidades potenciais agro-pecuárias e industriais das diversas regiões servidas. Os melhoramentos programados para as vias permanentes facultarão, de modo geral, às estradas beneficiadas, mais de duas vêzes o volume de tráfego realizado em 1951, o que vale dizer que, em algumas delas, êsses melhoramentos cobrem as necessidades de, pelo menos, um decênio.

Estima-se que, no decorrer dos próximos cinco anos e na execução dos planos traçados, as estradas de ferro do País tenham de empregar em suas linhas cêrca de 700.000 toneladas de trilhos novos, mais de 6 milhões de dormentes e de 15 milhões de metros cúbicos de pedra britada; e de adquirir, aproximadamente, 600 carros, 15.000 vagões e 250 locomotivas, — além de aparelhar oficinas, depósitos de material de tração e outras dependências.

Uma das vantagens mais sensíveis do programa traçado consiste na poupança futura de matas, pela redução do consumo de lenha, decorrente do uso da tração a dísel e da melhoria da tração

a vapor — o que trará benefícios incalculáveis para a conservação dos solos e a preservação dos mananciais.

TRANSPORTE RODOVIÁRIO

O ano de 1952 assistiu ao prosseguimento da expansão da rêde e do transporte rodoviários do País. A rêde rodoviária nacional já em tráfego e mantida pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem registrou um crescimento de 652 quilômetros sôbre o existente em 1951, alcançando o total de 7.952 km, dos quais 887 km já pavimentados. Não será demais frisar que essas cifras sòmente se referem às estradas-troncos de responsabilidade federal, não incluindo as vias, de quilometragem várias vêzes superior, a cargo das administrações estaduais e municipais, e as particulares.

Trabalhou a administração federal, no ano transato, em 103 rodovias e em 46 pontes e viadutos, dez dos quais foram concluídos. O trabalho de pavimentação — indispensável em várias estradas e trechos de tráfego particularmente pesado — viu-se limitado pela estreiteza dos recursos financeiros para êsse fim. Revestiram-se apenas 33 km de estradas, contra quase 400 km no ano anterior, sendo repavimentados mais 55 km.

Estuda atualmente o Govêrno um plano trienal proposto pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, destinado a dotar 2.000 quilômetros de nossas principais estradas ainda não servidas por êsse melhoramento, de revestimento betuminoso, macadâmico ou de concreto, segundo as circunstâncias. Êsse plano se apresenta exeqüível graças ao refôrço dos recursos financeiros do Departamento, com a execução da Lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952.

Foi muito grande o progresso do transporte coletivo rodoviário. Do total de 162 linhas autorizadas, 77 o foram no decorrer de 1952, quando transitaram pelas rodovias federais 20 milhões de passageiros. Nalgumas rodovias, o tráfego alcançou níveis surpreendentes: 7.000 veículos diários, na Rio-Petrópolis; 4.900, na Presidente Dutra e até 728, em média, em certos pontos da Rio-Bahia.

Entre as estradas em construção, destaca-se a BR-55, que ligará São Paulo a Belo Horizonte, encurtando o trajeto atual em quase 400 km, a qual será de fundamental importância para o desenvolvimento do mercado interno. Incluída pela lei que criou o Fundo Rodoviário Nacional no plano de primeira urgência e iniciada pelo

atual Govêrno, a "Rodovia Fernão Dias" estará concluída em 1954, será tôda asfaltada e, apesar de cruzar uma áspera região montanhosa, não terá curvas de menos de 150 metros de raio.

Na rodovia BR-2, do Rio de Janeiro a Pôrto Alegre, também constante do plano de primeira urgência e já em tráfego, realizaram-se obras complementares de vulto que implicaram na remoção de meio milhão de metros cúbicos de terra. A construção da estrada Rio-Belo Horizonte foi incluída no plano de primeira urgência, pela Lei n.º 1.787, de dezembro último, e tomará agora novo impulso. Em 1952 realizaram-se importantes melhoramentos nessa via. Ao cabo das obras em curso, sua extensão será reduzida de 64 km.

A receita do órgão federal para aplicação no programa rodoviário foi, em 1952, de perto de 1 bilhão e 800 milhões de cruzeiros, contra 1 bilhão e 400 milhões no ano anterior. A arrecadação do "Fundo Rodoviário Nacional", constituído pelo imposto único sôbre combustíveis e lubrificantes líquidos montou a cêrca de 2 bilhões 167 milhões de cruzeiros. Dêsse total, cêrca de 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros foram entregues aos Estados e Municípios, nos têrmos da Lei n.º 302 e da Lei n.º 1.749.

O trabalho de articulação com as diversas unidades da Federação continuou a fazer-se satisfatòriamente, através do Conselho Rodoviário Nacional. Deve-se assinalar que, a partir do ano findo, as obras rodoviárias programadas pelos governos estaduais adquiriram novo desenvolvimento, à base de recursos financeiros orçamentários, da ampliação do "Fundo Rodoviário" e de apêlo ao financiamento. As despesas com rodovias — exclusive as aplicações da União e as municipais com fundos próprios — alcançaram Cr$ 3.491.501.062,00 durante o exercício, o que representa um crescimento de 92%, se tomarmos por base o ano anterior, ou de 151,5%, tomando-se por base a média anual do qüinqüênio 1946-1950.

PORTOS

Durante o exercício de 1952 tivemos um considerável desafôgo da situação portuária do País. Desapareceram as longas filas de navios que aguardavam, no ano anterior, dias e dias, uma vaga para atracação, em nossos principais portos, fato que resultou na aplicação de uma sobretaxa aos fretes das mercadorias destinadas ao nosso País, pela Conferência de Fretes. A série de providências

tomadas pelo Govêrno através do Departamento de Portos, Rios e Canais, resultou na completa normalização do funcionamento de todos os portos nacionais, sem que se tivessem alterado sensìvelmente os índices estatísticos do seu tráfego. Conseqüentemente, pleiteamos e obtivemos a retirada da dita sobretaxa, que representava uma considerável perda de divisas para o País, da ordem de 300 milhões de cruzeiros por ano.

Programa quadrienal

Sem prejuízo das medidas de emergência, a atividade do Govêrno concentrou-se especialmente na execução do programa quadrienal de reaparelhamento dos portos, aprovado pelo Decreto n.º 30.334, de 21 de dezembro de 1951, mandando reservar para êsse setor um crédito de 2 bilhões 725 milhões de cruzeiros, do qual 800 milhões — o equivalente a 40 milhões de dólares — se destinam a aquisições no estrangeiro. O custeio dêsse programa correrá, em parte, à conta de recursos orçamentários, em parte deverá ser financiado, conforme projetos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o primeiro dos quais, pertinente ao equipamento de 14 portos, já foi aprovado.

Muito embora tenha passado a angustiosa situação reinante há um ano em nosso comércio marítimo, com portos tomados por dezenas de milhões de metros cúbicos de areia e vasa, limitados em sua capacidade pela insuficiência das linhas de cais, do equipamento de carga e descarga e das disponibilidades para armazenamento, o problema portuário não perdeu em urgência — como não perdeu sua atualidade o programa destinado a resolvê-lo. Tendo sido o passado exercício o primeiro dos quatro do referido programa, não poderia ser longo, porém, o rol das obras de vulto concluídas. Não obstante, o Govêrno pode indicar algumas das obras mais importantes encetadas.

A etapa preliminar do pragrama implica, necessàriamente, num demorado processo de concorrência, registros de contratos, distribuições de verba, movimentação de grande frota de dragas e transferência de pessoal técnico e administrativo. Essa etapa está virtualmente vencida e o trabalho entra agora na fase das realizações.

Mas, nem tudo foram preparativos, em 1952. Trabalhou-se ativamente na construção de mais de 7,5 quilômetros de novos cais em nove portos de norte e sul do País; já êste ano entram em exploração 100.000 m² de novos armazéns, o que representa mais de duas vêzes e meia a área de armazenagem de que dispunha, antes

dessas obras, um pôrto tão importante quanto o do Rio de Janeiro; está terminada a construção do "pier" Mauá, salvo no que toca a obras complementares; terminou a dragagem do pôrto de Natal, com a retirada de mais de 400.000 m³ de areia; terminou a dragagem do cais de São Cristóvão e prosseguiu a do cais da Gamboa, no Rio, com a remoção, para fora da barra, de cêrca de 650.000 m³ de terra; teve início a construção do pôrto de Itaqui, no Maranhão.

O programa de dragagem para 1953 prevê a remoção de 15 milhões de metros cúbicos de areia e vasa dos nossos portos, bacias de evolução, canais de acesso, especialmente os das lagoas Mirim e dos Patos. Isso representa aproximadamente metade do acêrro que vinha estrangulando progressivamente nosso tráfego marítimo.

Para que a Nação e o Congresso possam ajuizar do vulto das obras em curso, basta que consideremos que só o parque de máquinas e instalações de carga e descarga do pôrto de Santos receberá os seguintes reforços: 101 guindastes de diversos tipos; 60 pontes rolantes; 3 descarregadores de trigo com a capacidade global de 350 toneladas horárias; 2 ditos de sal, para 200 toneladas horárias, afora uma instalação especial para descarga e armazenagem de carvão.

Trabalha atualmente uma frota de 12 grandes dragas e de grande número de embarcações auxiliares, na execução do programa de reabilitação do sistema portuário nacional.

Os estudos relativos ao financiamento bancário de parte das obras programadas haviam conduzido, em 31 de dezembro do ano findo, a conclusão de três projetos, no total de US$ 32.595.000,00 e Cr$ 540.084.000,00 e pertinentes à aquisição de equipamento para dragagem de portos e aos melhoramentos de maior urgência de que necessitam os portos do Rio de Janeiro e de Santos, projetos submetidos ao exame dos bancos mutuantes de Washington. Encontram-se em via de conclusão, na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, os projetos relativos aos melhoramentos essenciais de catorze outros portos de menor importância e ao equipamento para dragagem de rios, com o que o montante das despesas programadas, à base de financiamento, se elevará a cêrca de US$ 40 milhões e Cr$ 716 milhões.

TRANSPORTE MARÍTIMO

Para o resultado auspicioso acima indicado, têrmos chegado ao fim do exercício de 1952 com excesso de praça oferecida sôbre a tomada, o que assegurou o oportuno escoamento de nossa pro-

dução, muito contribuíram as medidas adotadas no setor dos transportes marítimos. Durante o ano importamos e entregamos à exploração 25 barcos, deslocando ao todo cêrca de 127.000 toneladas — inclusive seis navios para a Frota Nacional de Petroleiros, com o deslocamento global de cêrca de 89.000 toneladas.

No curso do primeiro semestre, o volume da carga transportada superou, em 109.000 toneladas, o registrado em igual período do ano anterior, mas os resultados relativos ao segundo semestre não corresponderam à expectativa. Com efeito, no período de julho a novembro registrou-se uma queda de 10,4% sôbre igual período de 1951 e de 12,2% sôbre o primeiro semestre, em conseqüência da queda de importações e exportações.

Segundo dados provisórios, a tonelagem transportada pela cabotagem em 1952 apenas montou a 4.922.000 toneladas, contra 5.048.000 em 1951, quando os resultados do primeiro semestre faziam supor que êsse marco seria superado. Em conseqüência da não utilização plena dos recursos da navegação de cabotagem nacional, o Govêrno fêz cessar, a 31 de dezembro último, a permissão para o tráfego de cabotagem, concedida, como medida de emergência, a navios estrangeiros, os quais fizeram cêrca de 100.000 toneladas de frete, durante todo o ano.

Mas seria falso supor que os transportes por água chegaram ao fim de 1952 sem problemas. Na realidade apenas mudaram de caráter, refletindo a insuficiência dos pedidos de praça. Essa mudança, se alviçareira do estrito ponto de vista do transporte, não podia deixar de repercutir prejudicialmente sôbre a economia das emprêsas de navegação, fôssem elas públicas ou privadas, dado o forte pêso dos custos constantes, comparativamente aos variáveis, na composição geral do custo do transporte por água — como reflexo da estrutura da indústria. Noutros têrmos, o custo do transporte de cada tonelada de carga, ou de cada passageiro, para a emprêsa de navegação, não é indiferente ao volume total da carga, ou ao número de passageiros transportados, descendo ao mínimo quando tôda a praça é utilizada e subindo fortemente quando os barcos passam a navegar com os porões não lotados ou quando alguns são encostados.

Lóide Brasileiro, PN

As emprêsas de navegação de propriedade nacional se ressentiram, como as demais, dêsse estado de coisas. O Lóide Brasileiro PN luta, além disso, com a necessidade de substituir suas

unidades antieconômicas, que representam mais de metade da frota. Acresce que a queda do volume do nosso comércio exterior o atingiu com especial dureza, pois privou-o de fretes remunerativos, que contribuíam para compensar o prejuízo deixado pelo transporte de cabotagem — realizado com navios obsoletos —, num momento em que neste último campo a situação se agravava. Em conseqüência, a autarquia encerrou o exercício com um *deficit* da ordem de 10 milhões de cruzeiros, depois de fechar o primeiro semestre com o saldo de cêrca de 7,6 milhões.

Sua receita alcançou o total sem precedentes de Cr$ ..... 1.006.252.000,00, como fruto das 384 viagens iniciadas no exercício por seus barcos, contra 375 no exercício anterior. O transporte de passageiros declinou de 100.294, em 1951, para 88.641 no último ano, e o de carga, de 2.172.000 toneladas para 1.890.000.

O Lóide Brasileiro PN explorou no exercício vencido apenas 71 navios — dos 88 que constituem sua frota — destinando 50 dêles ao tráfego de cabotagem, 20 ao de longo curso e 1 ao lacustre. Dos outros 17, 2 foram cedidos à Cia. Nacional de Navegação Costeira, 2 estão em obras e os 13 restantes aguardam baixa. Mantiveram-se linhas regulares para os portos do Mediterrâneo, até Nápoles, para os da Europa do Norte, até Hamburgo, para os da costa atlântica dos Estados Unidos da América e para todos os portos nacionais. Êsses resultados representam fruto de notável esfôrço, tendo em vista que apenas 39 dêsses navios se encontram em bom estado.

Cia. Nacional de Navegação Costeira

Esta emprêsa pública especializada em transporte de cabotagem, encerrou o exercício com um *superavit* de mais de 8 milhões de cruzeiros, não obstante o fato de também ela ter sido atingida pela retração dos pedidos de praça. Foram transportadas cêrca de 490.000 toneladas de carga, representando um declínio da ordem de 19,8% sôbre o exercício anterior. A receita global da emprêsa montou a Cr$ 461.571.966,62, correspondendo Cr$ 238.034.924,04 à navegação e o restante aos estaleiros. Foram ainda transportados mais de 33.000 passageiros.

A Cia. Nacional de Navegação Costeira explora atualmente uma frota de 20 navios, dos 25 de que dispõe, encontrando-se os cinco restantes sofrendo reparos na Ilha do Viana. Durante o

ano esforçou-se por comprimir suas despesas, principalmente reduzindo seu pessoal tornado excessivo em vista da redução da frota, que era primitivamente de 45 barcos. Foram suprimidos 475 cargos.

TRANSPORTE FLUVIAL
S. N. A. P. P.

Os Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará lutam com a falta de uma frota fluvial eficiente e econômica. Com fundos do Plano de Valorização da Amazônia, realizou-se a compra de mais três unidades mistas de 1.500 toneladas e seis de 250, estas para os altos rios; e com recursos oriundos da Taxa de Emergência, vêm os SNAPP fazendo obras em suas instalações portuárias de Belém. Além daquêles nove barcos, cuja aquisição foi autorizada no exercício, aguardam os SNAPP a entrega de um navio de 1.300 toneladas, para passageiros, um misto de 1.500 toneladas e outro de 250, os quais se encontram em construção, na Holanda. O objetivo principal dêsse esfôrço renovador da frota é a passagem do consumo de lenha, paradoxalmente difícil e cara, ao longo dos rios amazônicos, para a de óleo. Ao mesmo tempo, trabalha-se na modernização das instalações fixas.

A situação financeira dos SNAPP viu-se abalada, porém, pelo aumento dos vencimentos do seu numeroso pessoal. A receita estimada montou, no exercício, a Cr$ 112.814.638,20, superando-se a do ano anterior em 14,5%, enquanto a despêsa subia a Cr$ 146.578.793,40, ultrapassando a de 1951 em 27,7%. O *deficit* da ordem de 45 milhões explica-se principalmente pela aludida alta de salários, imposta pela elevação do custo da vida, num momento em que persiste a tendência para a queda do volume de carga transportada, tendência que se afirmou desde 1946, em conseqüência da concorrência crescente da navegação particular. Com efeito, a tonelagem transportada no exercício corresponde a apenas 53,8% do resultado de 1946.

Bacia do Prata

Em 1952, o Serviço de Navegação da Bacia do Prata, recebeu e entregou ao tráfego dois bons navios de passageiros, o "Guarapuava" e o "Guaraicá", que haviam sido encomendados a estaleiros holandeses e que fazem respectivamente as linhas Corumbá-Assunção e Pôrto Mendes-Assunção. Êsse melhoramento

foi saudado pelo Govêrno da República irmã, o Paraguai, como de "transcendência nacional para nós e de profundo espírito americanista".

Ne presente exercício entrará em serviço novo rebocador.

São Francisco

Os serviços de navegação do rio São Francisco, ora a cargo de duas emprêsas estaduais, mineira e baiana, e da Cia. Indústria e Viação de Pirapora, deverão fundir-se numa só emprêsa de capital misto, conforme negociação levada a efeito pela Comissão do Vale do São Francisco, que custeará o reaparelhamento da frota para habilitá-la ao preenchimento da sua função acrescida em virtude da execução do programa de valorização regional.

TRANSPORTE AÉREO

O Govêrno, especialmente por intermédio da Diretoria de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica, continua a prestar ativa assistência ao desenvolvimento do transporte aéreo nacional, quer criando e melhorando as instalações fixas, quer disciplinando a atividade das companhias comerciais, quer subvencionando-as, quer, ainda, isentando-as de impostos, como o de combustíveis. Durante o exercício foram pagas subvenções no montante de Cr$ 72.387.803,00 e abriram-se ao tráfego aéreo 60 novos aeroportos, elevando-se o total da rêde nacional de aeroportos a 437.

O tráfego aéreo comercial continua com tendência a aumentar. Dados relativos ao primeiro semestre do ano revelam que, não obstante a greve geral dos aeronautas e aeroviários e a concorrência do transporte rodoviário de passageiros — especialmente o exercido pela recém-inaugurada Rodovia Presidente Dutra — o aproveitamento dos assentos disponíveis se manteve em 66% contra 68% em igual período de 1951.

Durante o ano, as companhias nacionais voaram 362.000 horas, percorrendo aproximadamente 90 milhões de quilômetros e transportando cêrca de 77 milhões de quilos de passageiros, carga, bagagem e correspondência, tendo, porém, a lamentar 161 acidentes, 48 dos quais resultaram na perda total dos aparelhos, morrendo nos desastres 149 pessoas e ficando feridas mais 61.

Para coibir certos efeitos da concorrência comercial entre as diversas emprêsas, inconvenientes e perigosos em se tratando de transporte aéreo, e para assegurar o melhor aproveitamento

possível dos recursos totais da frota, o Govêrno interveio, disciplinando e organizando o comércio de passagens. Vinha-se notando considerável malbarato dos recursos aeronáuticos do País, com aviões trafegando, não raro, completamente vazios.

No momento, estuda-se uma solução definitiva para o problema criado pelo abuso de parte de emprêsas dos países signatários do Acôrdo das Bermudas — EE.UU. e Inglaterra — abuso que tem redundado em prejuízo para as emprêsas nacionais. Trata-se de problema de grande relevância para o País, especialmente se considerarmos que há emprêsas daqueles países que já dedicam 80% do seu tráfego aéreo à América do Sul.

Uma das maneiras mais eficientes pelas quais o Poder Público auxilia o comércio civil do transporte aéreo, embora seja impossível de contabilizar, mas nem por isso menos proveitosa para as emprêsas ou menos onerosa para o Estado, é a preparação de quadros para a Fôrça Aérea Nacional, os quais, atraídos pelas melhores remunerações oferecidas pelas companhias particulares, deixam o serviço ativo, pois a legislação vigente, sabidamente liberal nessa matéria, o permite. O estímulo ao desenvolvimento da mentalidade aeronáutica de nossa juventude, através da criação de aeroclubes e facilidades para o curso de pilotagem elementar ou para a prática do vôo desportivo é outra maneira de ajudar o comércio privado do transporte aéreo a resolver seu problema de pessoal qualificado, sempre decisivo em matéria aeronáutica.

COMUNICAÇÕES

Persiste a deficiência do sistema nacional de comunicações, ante uma economia que ganha todos os anos em profundidade e complexidade, e que se espraia geogràficamente, com a incorporação de regiões distantes, algumas das quais, mesmo em mapas recentes, figuram ainda sob a indicação da "Territórios não explorados". E, como frisei em minha anterior Mensagem ânua, não surpreende, nessas condições, o aparecimento de *deficits* no custeio de tais serviços.

Se as condições do território explicam de certa forma a insuficiência do nosso sistema de comunicações por outro lado requerem dêle uma alta eficiência. Esta é uma preocupação do Govêrno. Os esforços de reequipamento ainda estão em começo. Entretanto, apesar dos melhoramentos materiais introduzidos no serviço, sua organização administrativa continuou muito precária sendo manifesta a incapacidade do sistema para atender ao aumento da demanda nacional.

Correios e Telégrafos

Dentre os melhoramentos introduzidos no sistema postal-telegráfico nacional, durante o exercício, salientam-se: a instalação de 24 agências postais-telegráficas, criação de mais 36 agências e transformação de 35 agências postais em postais-telegráficas; criação de 121 postos de correio e de 26 novos distritos de distribuição domiciliar; ampliação do Serviço de Agências Postais-Telegráficas Ambulantes, utilizando ônibus adaptados, no Distrito Federal e, a título experimental, em vários pontos da zona rural; conclusão de 22 novos prédios do Departamento dos Correios e Telégrafos, achando-se em via de conclusão mais 83, afora obras de reforma de prédios antigos; incorporação à rêde telegráfica nacional de 1.669 km de linhas, com o desenvolvimento de 2.804 km, elevando o total da rêde a 70.056 km, com o desenvolvimento de 155.822 km; inauguração de 39 novas estações telegráficas no interior, 89 estações rádio-telegráficas, 36 estações de aeronaves comerciais e 32 de navios mercantes; inauguração do sistema VHF, de ondas ultra-curtas, para o tráfego de teleimpressores entre o Rio e Niterói; construção e inauguração da rêde de teletipos para serviço direto entre a estação Capanema e as sedes das agências noticiosas, na Capital Federal, empreendendo-se agora a extensão do serviço às redações dos jornais; prosseguimento da construção da rêde Carrier Rio-São Paulo-Santos, tendo sido entregue pelos construtores o primeiro trecho.

O movimento de Reembôlso Postal alcançou o extraordinário volume de mais de um milhão de objetos, no valor de 277 milhões de cruzeiros; o Serviço de Vales Postais movimentou cêrca de 280 milhões de cruzeiros; o Correio Aéreo Nacional transportou cêrca de 6,9 milhões de objetos, pesando mais de 55 toneladas, e 45.215 malas de correspondência, pesando cêrca de 497 toneladas; o telégrafo veiculou perto de 30 milhões de mensagens para o interior, 346 mil outras para o exterior e cêrca de 19 mil radiogramas, êstes pelo serviço radiocosteiro.

Radiocomunicações e televisão

A Delegação Brasileira à Conferência Administrativa Extraordinária de Radiocomunicações, reunida em Genebra, em fins de 1951, verificou o quanto era precária a situação do Brasil nesse setor, orientado e regido por normas e prescrições internacionais, pois desde 1946 deixara nosso País de fazer registros e notificações de freqüência, servindo-se de 458 freqüências não registradas e que, portanto, nos podiam ser retiradas.

De modo geral, o Brasil mantivera-se, durante aquêles anos, alheio às atividades e deliberações da entidade internacional e teve que pleitear uma tolerância, obtendo a concessão de prazos, embora breves, para regularizar sua situação. Foram realizados os estudos e tomadas tôdas as providências necessárias para tal regularização, em cumprimento do plano proposto pela Comissão Técnica de Rádio e aprovado pelo Govêrno.

Entre outubro e dezembro, nosso País participou proveitosamente da Conferência Plenipotenciária Internacional de Telecomunicações, tendo-se oposto vitoriosamente ao ponto de vista do bloco soviético, que queria a extinção da Junta Internacional de Registro de Freqüências.

A referida Comissão Técnica de Rádio organizou o Plano de Distribuição e Atribuição de Canais de Televisão e as normas respectivas, aprovados pelo Decreto n.º 31.835, de 21 de novembro.

ENERGIA

Constitui preocupação constante do Govêrno assegurar ao País o suprimento de energia das diversas origens, não só na fase atual, em que a produção não satisfaz a demanda, mas também no futuro, uma vez que o desenvolvimento da economia nacional não se poderá processar sem que a expansão da procura seja prevista e se ampliem, em conseqüência, as fontes produtoras.

O País se exaure com a cobertura cambial dos derivados do petróleo que importa em quantidades crescentes; a expansão das indústrias, siderúrgica e outras, reclama suprimentos cada vez maiores de carvão mineral; a carência de reservas naturais adequadas dêsse combustível, a par da necessidade inadiável de se pouparem as matas nativas, devastadas para a obtenção de lenha, exige a criação de fontes artificiais de suprimento do combustível vegetal de que a Nação não pode prescindir; o *deficit* de suprimento de energia elétrica, de origem hidráulica e térmica, e as perspectivas de uma demanda cada vez maior, tornam premente a necessidade da elaboração e do cumprimento de um amplo programa de produção e de distribuição de eletricidade, não só na região já desenvolvida do País, mas também nas áreas em que as atividades econômicas devam expandir-se e intensificar-se nos anos próximos. Mas a execução eficiente do conjunto de medidas destinadas a eliminar tais deficiências subentende a possibilidade de investimentos vultosos, públicos e privados, a par de organização administrativa e técnica capaz de desincumbir-se de amplas tarefas.

Esfôrço considerável do Govêrno foi despendido, nos dois últimos anos, para encaminhar a solução dêsse problema, pelo estabelecimento de uma verdadeira política nacional de energia.

PETRÓLEO

De acôrdo com a orientação traçada, no sentido de imprimir maior desenvolvimento às atividades oficiais relativas ao petróleo, foi possível obter, em 1952, resultados melhores do que os do ano anterior, nos serviços que se ocupam de tal problema.

Entretanto, a exigüidade dos recursos orçamentários, em face da magnitude dos empreendimentos em vista, e a falta de flexibilidade no emprêgo dêsses recursos e na aplicação da política econômica, racional e eficiente, capaz de ajustar os problemas técnicos da descoberta e da industrialização do petróleo aos aspectos puramente administrativos de suprimento de materiais e de seleção, admissão e remuneração de pessoal especializado, impediram a execução de mais amplo programa, e de modo mais intenso, por parte do órgão específico da economia petroleira nacional.

Conselho Nacional do Petróleo

Apesar dêsses óbices, removíveis com o advento da "Petrobrás", expandiram-se os serviços oficiais a cargo do Conselho Nacional do Petróleo, principalmente no setor de sondagem, no qual o número de poços concluídos, a metragem perfurada e a percentagem de produtores de óleo apresentam sensível aumento em confronto com os anos anteriores.

Pesquisa

Prosseguiram as atividades de pesquisa nas várias bacias sedimentares do País.

No setor de geologia, as investigações abrangeram afluentes do rio Madeira, no Estado do Amazonas; áreas situadas ao norte, a nordeste, leste e sudeste de Teresina, nos Estados do Piauí e Ceará; novas áreas do Estado da Bahia; áreas entre Capão Bonito e Itapeva, no Estado de São Paulo; região norte do Estado do Paraná; e zona compreendida entre Lajes e Mafra, no Estado de Santa Catarina.

No setor da geofísica, seis turmas sísmicas operaram em 1952, distribuindo-se as suas atividades por várias regiões, dentre as quais, no Estado do Amazonas, as do rio Arari, Município de Maués, e do rio Purus, Município de Codajás; no Estado do Pará, os Municípios de Chaves, Vigia, Maracanã, Marapanim, Belém e Muaná; no Estado do Maranhão, bacia de São Luís, entre Alcântara e São João de Côrtes, e as regiões de Guimarães, bacia de Cumã, e, no sul do Estado, a zona de Riachão e Balsas; no Estado da Bahia, as áreas de São Sebastião do Passé, Aliança, Dom João e Água Grande.

Os resultados dessas prospecções foram auspiciosos, de vez que se determinaram, tanto no Norte como no Sul do País, algumas

áreas promissoras que serão testadas oportunamente para verificação das suas reais possibilidades oleíferas.

O programa de pesquisas elaborado para 1953 prevê a formação de novas turmas de geologia e o contrato, nos Estados Unidos da América e na Europa, de novas turmas de geofísica, de forma a estender a rêde de trabalhos essenciais ao desenvolvimento de uma campanha racional de perfurações.

Perfuração

O Conselho Nacional do Petróleo concluiu, em 1952, 64 poços, dos quais 44 se revelaram produtores de óleo e dois de gás, elevando-se, assim, a 311 o total de poços perfurados por êsse órgão desde o início das suas atividades. Dêsse total, 180 produzem óleo, 24 gás e 107 são secos; 295 estão localizados no Estado da Bahia, 7 em Alagoas, 4 em Sergipe, 2 no Território do Acre, 2 no Pará e 1 no Maranhão. O número de poços concluídos no ano anterior fôra de 34.

E' grato assinalar que, se compararmos os resultados do trabalho de perfuração realizado pelo Conselho até 1951, inclusive, com o referente ao ano transato, ressalta, em primeiro lugar, que a percentagem de poços secos caiu de 36,0 para 28,1 enquanto que a percentagem dos que produziram petróleo subiu de 55,0 para 68,7. Isso atesta o gradual amadurecimento da pesquisa brasileira de petróleo, como resultado de sedimentação da experiência e dos conhecimentos sôbre o subsolo brasileiro, fruto dos esforços anteriores.

Em outubro de 1952, terminou a perfuração do poço pioneiro de Cururu, na ilha de Marajó, o qual se revelou improdutivo após ter alcançado a profundidade de 4.040 metros. E' o poço mais profundo do Brasil.

A metragem perfurada em 1952 pelo Conselho alcançou 40.932,74, isto é 71,7% mais do que no ano anterior. O programa já estudado para 1953 prevê a aquisição de 15 novas sondas, que tornarão possível ampliar consideràvelmente o setor de sondagens, com o desenvolvimento dos campos ora em exploração no Estado da Bahia, e a sua expansão a outros pontos do território nacional.

Produção de óleo

A produção de óleo bruto acusou, em 1952, o acréscimo, considerável para as circunstâncias, de 8,6%, sôbre o ano anterior, atingido o total de 119.290 m³ (750.248,66 barris).

Essa produção deverá ser duplicada em 1953, de modo que atenda à ampliação da capacidade da refinaria de Mataripe.

Tal refinaria, atualmente abastecida pelo campo de Candeias e, em pequena parcela, pelos de Itaparica e Dom João, contará, ao ser duplicada, com intensa exploração de óleo no último campo mencionado, já ligado a Mataripe por um oleoduto recém-inaugurado.

Xisto pirobetuminoso

Foram concluídos os principais estudos e sondagens realizados pelo Conselho Nacional do Petróleo na região do vale do Paraíba, Estado de São Paulo, dependendo a possibilidade do aproveitamento econômico das jazidas de xisto pirobetuminoso, ali existentes, dos resultados de ensaios tecnológicos e semi-industriais em andamento.

Entre essas providências, tratou-se do cumprimento do acôrdo celebrado com a Union Oil Co. of California para a realização de experiências com uma retorta semi-industrial de sua propriedade, montada na Califórnia, e especialmente adaptada para o xisto de Taubaté. Essas experiências ainda não apresentaram resultados animadores, aguardando-se os relatórios finais para posterior decisão.

Transporte do petróleo e derivados

Durante o ano de 1952, foram executados diversos trabalhos na região do vale do Paraíba, visando à coleta de dados necessários à industrialização do xisto, os quais abrangeram: levantamento aerofotogramétrico da área que se estende entre as serras do Mar e da Mantiqueira, de Quiririm a Roseira; trabalhos de perfuração para estudos de mineração; análises da água do rio Paraíba para determinação da temperatura, percentagem e natureza do material em suspensão, tendo em vista seu aproveitamento na industrialização do xisto.

Durante o ano de 1952, foi concluído e entregue à exploração o oleoduto Santos-São Paulo, operado em parte no ano anterior, iniciando-se o transporte regular de todos os combustíveis líquidos, por êsse meio, entre aquelas cidades, o que, sem dúvida, contribuiu para o descongestionamento do pôrto de Santos. O Conselho estuda, no momento, a construção de outros oleodutos, incluindo-se entre os novos projetos, o prolongamento São Paulo-Campinas e as linhas para gasolina e óleo dísel entre Paranaguá e Curitiba.

A Frota Nacional de Petroleiros operou em 1952 com bastante eficiência, apesar de ainda se achar em fase de incorporação de unidades e de organização de serviços.

No decurso do ano, a Frota recebeu os navios restantes da encomenda feita em 1949, em número de nove, com o total de 154.400 toneladas, completando-se, assim, a frota de navios-tanques nacionais, constituída de 12 unidades de grande porte, para navegação de longo curso, e 10 de pequeno porte, para cabotagem. Êsses navios, que serão oportunamente utilizados no abastecimento da refinaria de Cubatão e no transporte costeiro, carregaram, em 1952, 1.316.081 toneladas, das quais 77.462 em cabotagem e 1.238.619 em longo curso.

A receita total arrecadada pela Frota, no exercício passado, elevou-se a Cr$ 190.000.000,00, tendo sido entregues ao Banco do Brasil divisas equivalentes a US$ 7,162,144.80, de fretes auferidos pelos petroleiros. As despesas em moeda estrangeira atingiram US$ 2,011,832.30, tendo a Frota contribuído, assim, com um saldo de divisas de US$ 5,150,312.50 para o balanço de pagamentos do País.

Formação de técnicos

Outro ponto que mereceu a atenção do Conselho em 1952 foi o da formação e preparo de técnicos especialistas em petróleo, inclusive pessoas estranhas aos quadros daquele órgão, tendo em vista o convênio nesse sentido celebrado com a Universidade do Brasil.

O primeiro Curso de Refinação de Petróleo, destinado a engenheiros, químicos e químicos-industriais, está em funcionamento, devendo ainda ser iniciados os de Geologia do Petróleo e Geofísica. Na Bahia, funciona um curso sôbre produção de petróleo, que está sendo ministrado na Escola Politécnica do Estado.

Além dêsses cursos de nível superior, procura o Conselho promover aulas práticas para o preparo de pessoal técnico-industrial no ramo do petróleo, tais como sondadores, torristas, operadores de retorta, etc. Com tal objetivo, foi assinado um acôrdo com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia para a instalação de cursos destinados aos alunos recém-formados no curso secundário, aos quais serão transmitidos conhecimentos básicos e essenciais para o treinamento prático posterior, a ser feito nos próprios campos de petróleo.

As possibilidades da indústria nacional de fornecer equipamentos para petróleo está sendo considerada, a par da conveniência de se obterem fornecimentos de várias fontes estrangeiras.

Realizaram-se também diversos estudos técnicos sôbre organização e rendimento dos serviços, com o que, ao lado da formação de técnicos, foram sendo preparados a instituição e o funcionamento da "Petrobrás".

Fábrica de fertilizantes

Visando ao aproveitamento dos gases residuais da Refinaria de Cubatão, o Conselho Nacional do Petróleo estudou a construção de uma fábrica de fertilizantes nitrogenados, com capacidade para produzir 91 toneladas diárias de amoníaco, ou 330 toneladas de adubos nitrogenados (mistura de nitrato de amônio e calcário).

Os contratos para o projeto e execução dessa usina já foram assinados com as firmas norte-americanas The M. W. Kellogg e Foster Wheeler Corp., cabendo parte do empreendimento à firma alemã Friedrich Uhde K. G. e ao grupo francês Batignolles, mediante pagamento em marcos alemães e francos franceses e com financiamento para liquidação em prazo de quatro anos.

Os estudos preliminares foram concluídos, devendo-se êste ano iniciar as obras, que poderão estar concluídas em fins de 1954. A construção da usina será de indiscutível vantagem para o País, possibilitando o desenvolvimento da produção agrícola e proporcionando, até certo ponto, a obtenção de elements básicos para a defesa nacional.

Refinação

O ano de 1952 foi de intenso trabalho no setor a cargo da Comissão da Refinaria de Petróleo de Cubatão, cuja sede foi transferida, nos primeiros meses do ano, para o próprio local das obras, para melhor coordenação entre os trabalhos de direção e administração e os que se desenvolvem no terreno.

Teve início a fase da montagem da refinaria, sendo instalados, entre outros equipamentos integrantes das unidades do processamento, 14 tôrres, 30 balões e 58 permutadores. Foi ainda começada a montagem de seus acessórios e, bem assim, o assentamento das tubulações do sistema complementar.

Em 1952, receberam-se 18.278 toneladas de materiais e equipamentos, no valor total de US$ 8,542,207.63. O material recebido corresponde a cêrca de 90% do equipamento especializado de produção e tratamento e de grande parte do destinado à estação termelétrica e à unidade de tratamento de querosene.

A Comissão despendeu em aquisição, no País, de materiais necessários ao andamento dos trabalhos, a importância de ....

Cr$ 17.502.555,80, e na desapropriação amigável de terrenos incluídos na área da refinaria, a de Cr$ 459.987,40.

Os trabalhos de construção prosseguiram com intensidade, tendo sido executados 4.941,99 metros (42.781,55 metros quadrados) de pistas permanentes e provisórias, além de obras de terraplenagem no volume de 26.560 metros cúbicos. Concluiu-se, em 1952, o ramal ferroviário da linha tronco da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí até a área da refinaria. Executou-se o acabamento dos edifícios destinados à entrada e contrôle, administração e almoxarifado de materiais leves, concluindo-se, também, a construção dos que se destinam à carpintaria e à oficina mecânica. Do programa de tanques de armazenamento, foi terminada a montagem de 28, com a capacidade total de 221.407,5 m³.

Executaram-se, ainda durante o ano, trabalhos de sondagem e provas-de-carga em diversas áreas; assentamentos de tubos para os sistemas de esgotos industrial e sanitário e para água potável; construção de valetas para escoamento de águas pluviais e de fundações das unidades de processamento, além de outros serviços de pequena monta.

O programa para êste ano prevê o prosseguimento dos trabalhos de construção e montagem, de modo que possa a refinaria entrar em funcionamento em meados de 1954.

Quanto às atividades da refinaria de Mataripe, em 1952, repartiram-se entre a operação normal de refino e os trabalhos de ampliação.

A produção dessa usina, que apresentou sensível aumento em relação ao ano anterior, foi de 112.353 m³. Ao lado das unidades principais, funcionou na refinaria uma pequena unidade, projetada e construída em Mataripe, para obtenção de solventes industriais e líquido para isqueiro.

Na elaboração dos derivados foram consumidos 760.504 barris (120.920 m³) de petróleo bruto, fornecido pelos campos de Candeias e Itaparica. O valor bruto, global, da produção da refinaria em 1952 montou a cêrca de noventa e cinco milhões de cruzeiros.

Os trabalhos de ampliação, conduzidos sob a integral direção de pessoal técnico nacional, estão adiantados, devendo a nova unidade de polimerização catalítica, destinada à produção de gasolina com alto índice de octana e de gás liquefeito, entrar em funcionamento ainda no primeiro trimestre dêste ano. A con-

clusão das obras de duplicação da capacidade de refino de Mataripe está prevista para o mês de maio próximo.

Já se iniciaram os estudos preliminares para a terceira etapa da ampliação da refinaria com a construção de novas unidades para produção de óleos lubrificantes e elevação da capacidade para cêrca de 2.400 m³ diários, o que poderá acarretar uma economia anual de divisas da ordem de US$ 40,000,00.00.

Refinarias privadas

Estão sendo ultimados os trabalhos de ampliação da refinaria da firma Ipiranga S. A., do Rio Grande do Sul, para perto de de 800 m³ diários de capacidade em "topping", e 365 em "chacking", conforme autorização do Conselho, de 1948. Não sofreram modificação as instalações da Destilaria Riograndense de Petróleo, S.A., de Uruguaiana, e das Indústrias Matarazzo de Energia (IME), de São Paulo.

Começaram a chegar ao Brasil os materiais destinados à usina da Refinaria de Petróleo de Manguinhos, S. A., a ser montada no Distrito Federal conforme autorização em 1946. O Conselho autorizou, ainda, em março de 1952, a montagem, em Manaus, ou arredores, de uma refinaria de perto de 400 m³ diários, da Companhia de Petróleo da Amazônia.

A capacidade de refino das emprêsas privadas, autorizadas pelo Govêrno, totaliza 38.630 barris diários, com que deverá contar o País até fins de 1954.

Petróleo Brasileiro, S. A.

As proposições encaminhadas ao Congresso Nacional, em dezembro de 1951, para a instituição da emprêsa de capital misto público e privado, Petróleo Brasileiro, S. A., e para a mobilização de recursos financeiros destinados a custear o programa nacional do petróleo, suscitaram demorados e acesos debates na Câmara dos Deputados, no decorrer do ano findo, tendo sido encaminhadas ao Senado, em outubro.

Com a promulgação da Lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952, foi reajustado o imposto único sôbre lubrificantes e combustíveis líquidos, ampliando-se consideràvelmente os recursos públicos destinados à construção, pavimentação e conservação da rêde rodoviária do País e iniciando-se a captação de parte dos recursos fiscais com que a União, os Estados, o Distrito Federal e

os Municípios deverão integralizar o capital da "Petrobrás" e das suas subsidiárias.

A ampliação e a aceleração do ritmo dos trabalhos pertinentes ao petróleo, à base dêsses recursos financeiros e de outros, de que trata o projeto de Lei da "Petrobrás", aguardam, porém, a ultimação dos estudos que o Congresso realiza a tal respeito. Dentro dos recursos financeiros e humanos disponíveis, a Administração imprimiu à questão o cunho que os dados acima caracterizam. Tão logo seja habilitado o Govêrno com os elementos de ação solicitados ao Congresso, o problema do petróleo será enfrentado na escala compatível com as possibilidades nacionais.

CARVÃO MINERAL

A produção carvoeira nacional manteve-se, em 1952, nos mesmos níveis dos dois anos anteriores, mas, graças à coordenação de esforços realizada pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, foi possível melhorar o fluxo ferroviário e marítimo do carvão catarinense.

Não tendo havido melhoria considerável na produtividade da indústria, quase totalmente a cargo da iniciativa privada, viu-se a Administração Pública compelida a rever os preços de venda do produto, de há muito tabelados, pois a elevação geral dos custos nominais ameaçava levar tal indústria a uma situação insustentável. O reajustamento de preços concedido, a par de medidas destinadas a possibilitar a liquidação dos débitos das entidades oficiais, que consomem o carvão, para com as firmas fornecedoras, facultará o prosseguimento da atividade produtora, até que a sua racionalização seja empreendida, com a execução do Plano do Carvão Nacional.

Os estudos realizados pelo Poder Executivo, em 1950 e 1951, com o fim de encaminhar a solução dos problemas com que se defronta a economia carvoeira — consubstanciados no referido Plano, encaminhado ao Congresso em 3 de agôsto de 1951 — ainda não propiciaram os frutos a que visam, pois o Govêrno não foi dotado dos meios de ação de que necessita para atuar de forma eficiente nesse campo de atividade.

Entretanto, no decorrer do ano findo, agravou-se de alguma forma, o problema do carvão nacional, não obstante os esforços do Poder Executivo no sentido de encaminhá-lo para a solução adequada às necessidades do País e às possibilidades dêsse combustível.

Reserva

A prospecção das jazidas carboníferas de Santa Catarina, realizada pelo D. N. P. M., em cooperação com as emprêsas carvoeiras regionais, permitiu reavaliar, em bases quanto possível seguras, as reservas do Estado em 1 bilhão 250 milhões de toneladas, das quais 900 milhões na camada "Barro Branco" e 350 milhões na camada "Rio Bonito". Realizaram-se, igualmente, em 1952, prospecções no Estado do Rio Grande do Sul, acusando mais 28,7 milhões de toneladas de reserva na bacia de Gravataí, e no Estado do Paraná, com mais 1 milhão na região do rio Tibagi.

CARVÃO VEGETAL E LENHA

O problema da produção racional de lenha e carvão vegetal — cuja magnitude deve ser antevista em face do consumo brasileiro, superior a 100.000.000 de metros cúbicos, por ano — permanece pràticamente no mesmo pé em que foi colocado pela tradição. Ressalvadas algumas iniciativas de vulto, à base de culturas florestais com espécies exóticas, principalmente nos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, não se processam empreendimentos sistemáticos, tendentes a poupar as matas nativas do perigoso desgaste a que vêm sendo submetidas, para a obtenção de lenha. Torna-se necessária a elaboração de programas destinados à solução de tal problema, sob a égide do Poder Público.

A política nacional da energia permanecerá falha, porém, enquanto não fôr devidamente equacionado e resolvido o problema da produção racional de combustíveis vegetais, de que a Nação dificilmente poderá prescindir. Ao lado da expansão do consumo de eletricidade e de carvão mineral e da difusão do uso do gás liquefeito que as refinarias de petróleo irão produzir em quantidades consideráveis, há que cuidar da produção racional de lenha e carvão vegetal, não só para fins domésticos, mas também para emprêgo em indústrias consumidoras de energia térmica.

Voltado para as questões do petróleo e da energia elétrica, ainda mais prementes do que a dos combustíveis vegetais, e limitado pela carência de técnicos, o Govêrno viu-se impossibilitado, em 1951 e 1952, de tomar iniciativas de maior expressão, nesse sentido.

Os serviços oficiais realizaram, contudo, em 1952, alguns trabalhos de cooperação destinados a criar florestas produtoras de lenha, dentro dos recursos financeiros e técnicos disponíveis.

Conquanto tenha aumentado em cêrca de 8,6% a produção nacional de energia elétrica, de 1951 para 1952, quando alcançou perto de 9,4 bilhões de kWh o *deficit* de suprimento não foi coberto e a demanda continua insatisfeita em todo o País.

Os grandes sistemas do Sul, notadamente os do Rio de Janeiro e São Paulo, permanecem deficitários, exigindo que, em 1952, se prorrogassem as medidas de racionamento anteriormente adotadas, a fim de se evitarem conseqüências ruinosas da crise que se verifica. Ao mesmo tempo, porém, a Administração providenciou o rápido andamento das obras em execução, no vale do Paraíba e em Cubatão, as quais, uma vez concluídas, hão-de permitir que os respectivos sistemas atendam às solicitações mais prementes dos principais centros consumidores. E' de esperar, dado o desenvolvimento das obras em curso, que a sua inauguração se efetue antes do fim de 1953, aliviando-se de modo sensível a situação de carência ora existente.

Mas o problema não estará definitivamente solucionado, com a execução de tais serviços, pois o progresso do Rio e de São Paulo e das zonas intermediárias, dada a concentração industrial que aí se opera, exigirá, dentro em pouco tempo, maior potencial de energia elétrica do que o previsto nos planos em realização. E, por isso, o Govêrno, atento à situação, instituiu, no Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, uma comissão especial incumbida de promover os estudos necessários ao aproveitamento da energia hidráulica do rio Paraíba, bem assim de sugerir as providências adequadas para a solução do problema de energia elétrica na Capital da República, com a utilização dos recursos oriundos daquela fonte e de outras existentes nas proximidades do Rio de Janeiro. Essa Comissão, de que fazem parte representantes dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, do Ministério da Agricultura, do Ministério da Viação e Obras Públicas e da Estrada de Ferro Central do Brasil, está ultimando os seus trabalhos e deve indicar ao Govêrno, como fruto da colaboração de todos os órgãos interessados, a solução mais adequada para o problema.

Outros estudos se realizam em relação ao potencial hidráulico, aproveitável para a produção de energia elétrica, dos rios Grande e Paranaíba, tendo em vista a necessidade de criar novas fontes de energia, que alimentem o progresso acelerado do País.

Enquanto isso se faz no plano federal, onde também se realizam, com o maior empenho, as grandes obras do aproveitamento de Paulo Afonso, a cargo da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco; enquanto as emprêsas privadas — com o impulso que lhes dá a Administração Pública e com os recursos hauridos de empréstimos aprovados pelo Govêrno — promovem a expansão dos seus sistemas, é de assinalar-se o esfôrço que envidam, com o mesmo interêsse, as administrações estaduais, especialmente as de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Os planos de eletrificação regional, por elas estabelecidos e aprovados pela União, que as favorece com o necessário apoio para a obtenção de recursos financeiros internos e externos, estão em fase de auspiciosa execução; e, uma vez concluídos, assegurarão a êsses Estados uma expansão cada vez maior da sua economia.

Enseja-se, com a efetivação dêsses trabalhos e a organização dos serviços técnicos e administrativos estaduais que os executam e supervisionam, a oportunidade de investir êsses Estados das atribuições que lhes confere o § 3.º do art. 153 da Constituição de 1946, na conformidade do que estabelece também a legislação ordinária em vigor. Assim se fará, gradativamente, a descentralização dos serviços, transferindo-os aos Estados que se achem bem aparelhados para executá-los, sem prejuízo da unidade de orientação; e a providência redundará em proveito da Administração em geral, pois será mais fácil aos Estados realizarem, com eficiciência, a fiscalização e a assistência técnica que as leis em vigor cometeram aos órgãos federais.

Com referência à unidade de orientação, é de acentuar o empenho, que anima o Govêrno, de estabelecer, em bases justas e consentâneas com as necessidades nacionais nesse setor, a regulamentação dos serviços de eletricidade. O assunto tem sido objeto de demorado estudo, da parte da Administração Federal, que o submeteu à apreciação de todos os interessados, a fim de ir recebendo sugestões; e fê-lo examinar pelo Conselho Nacional de Economia, cujo relatório está sendo analisado, para oportuna expedição dos atos necessários ou para o oferecimento ao Congresso dos projetos de lei que parecerem convenientes ao bom encaminhamento do problema.

O Govêrno está convencido de que não basta regulamentar a legislação vigente, embora essa regulamentação seja indispensável para permitir a disciplina dos serviços de eletricidade em anda-

mento. E' mister reformar, em parte, as leis que dispõem sôbre os serviços públicos de eletricidade, no sentido de atualizá-las e adaptá-las ao regime constitucional em vigor, dando-se execução ao que preceitua o art. 151 da Constituição de 1946. E, além dessa reforma da legislação, importa dar nova estrutura aos órgãos da Administração Pública que orientam e disciplinam os problemas de energia elétrica, permitindo-lhes, com a reorganização por que passarem, que possam atuar com maior eficiência e rendimento.

Esse aspecto da questão, que tem sido encarado em vários projetos de lei em andamento no Congresso Nacional, será objeto de cuidadoso estudo do Govêrno na reforma administrativa em elaboração.

Por outro lado, diante do esgotamento para que tendem as emprêsas particulares — esgotamento dos recursos financeiros a investir em obras de eletrificação, cujo rendimento, dada a sua natureza de serviço público, não pode ser altamente compensador — é cada vez mais imperiosa a necessidade de assumir o próprio Estado, como já vem fazendo, o encargo de construir grandes sistemas de produção de energia elétrica, ou, pelo menos, de fazer o financiamento, em larga escala, daqueles cuja execução se afigure mais urgente, ainda que entregues a concessionários. Daí a conveniência da criação do Fundo Nacional de Eletrificação que, como foi assinalado na Mensagem anterior, se enquadrará no conjunto de providências da Administração relativas a êsse setor.

Em 1953, ao que tudo indica, teremos dado impulso considerável à solução do problema da eletricidade, que está no primeiro plano das cogitações do Govêrno. O aceleramento das obras de construção dos novos sistemas custeados pela União, os Estados e as emprêsas privadas, a ampliação das usinas existentes, a reforma da legislação e regulamentação dos serviços, a reestruturação dos órgãos administrativos atuantes e a mobilização de recursos financeiros de vulto constituem um conjunto de providências que, devidamente concebidas e postas em execução, de forma segura e sem falhas de continuidade, permitirão ao País libertar-se da atual crise de energia elétrica e assegurar os suprimentos que a expansão da atividade econômica nacional reclama.

Capacidade de geração

A capacidade das instalações geradoras de eletricidade, em todo o País, passou de cêrca de 1,94 milhões de kW, em 1951, para cêrca de 2,08 milhões, em 1952. Espera-se que essa capacidade

atinja 2,32 milhões ao fim do corrente ano, com o funcionamento de quatro novas unidades no sistema do Rio de Janeiro (190.000 kW) e outras de menor vulto noutros sistemas. As previsões para 1954 alcançam 2,85 milhões de kW instalados, com mais uma unidade no sistema do Rio de Janeiro (60.000 kW), duas no de São Paulo (160.000 kW), três em Paulo Afonso (180.000 kW) e várias outras menores, no interior de São Paulo, no Rio Grande do Sul e demais Estados.

Financiamento

Participou o Govêrno, durante o ano, do estudo de vários projetos de produção de energia elétrica, submetidos ao exame da Comissão Mista-Brasil EE. UU. Foram concluídos e aprovados, pela Comissão, oito projetos que objetivam a capacidade global de 684.000 kW, com despesas estimadas em cêrca de US$ 110 milhões e mais Cr$ 3,3 bilhões. Dois dêsses projetos, de interêsse da Comissão de Energia do Rio Grande do Sul e das Emprêsas Elétricas Brasileiras, correspondem a empréstimos, já concedidos, no montante de, respectivamente, US$ 66,91 milhões e Cr$ 2,44 bilhões. Êsses empreendimentos interessam aos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Além dos oito projetos aprovados pela Comissão, três outros se encontram em elaboração, para aproveitamento de 203.000 kW, pressupondo investimentos de US$ 38 milhões e mais Cr$ 730 milhões.

Paulo Afonso

Prosseguiram vigorosamente, em 1952, os trabalhos a cargo da Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco, S. A., para aproveitamento da energia de Paulo Afonso. Os volumes de escavações e concretagem, nos vários setores abrangidos pela obra, somaram 39,8 mil m^3 e 75,3 mil m^3, respectivamente, no decorrer do ano, alcançando os totais de 262,7 mil m^3 e 234,2 mil m^3, desde o início do empreendimento.

Iniciou-se a montagem da primeira turbina de 60.000 kW; ultimou-se a construção da linha de transmissão para o Recife, devendo-se concluir os trabalhos na do Salvador até agôsto do corrente ano; foram atacados os serviços nas linhas para Maceió e Aracaju; concluíram-se várias obras integrantes do conjunto. Em virtude de perturbações ocorridas no recebimento de mate-

riais, principalmente estrangeiros, a fase inicial da primeira etapa do projeto, com duas unidades de 60.000 kW, deverá concluir-se sòmente no início do ano próximo, ou seja, com um atraso de seis a oito meses no andamento da obra. Isso, não obstante todos os esforços envidados para superar as dificuldades com que se defrontaram os responsáveis pela sua execução, e o empenho do Govêrno de afastar quaisquer entraves surgidos, no País e no exterior.

Aprovou o Govêrno, no ano findo, o programa de expansão do Sistema de Paulo Afonso, o estudo e a realização dos Sistemas do Cariri e do São Francisco, numa segunda fase da primeira etapa da obra. A Comissão Mista Brasil-EE.UU. aprovou a concessão de um empréstimo de US$ 7,7 milhões e de Cr$ 282,3 milhões para execução dêsse novo programa. Estuda a Cia. Hidro-Elétrica a ampliação da sua capacidade produtora, numa segunda etapa do empreendimento, para que, em face da demanda previsível, a emprêsa possa acompanhar o desenvolvimento da economia regional, quanto ao suprimento de energia elétrica. Há conveniência em se processar essa ampliação com a organização e o equipamento de que ora dispõe a Companhia, para obras dessa natureza, os quais permitirão obter custos mais baixos do que os acessíveis após a extinção dos serviços de construção em marcha.

Como emprêsa do Estado, a Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco tem prestado tôda assistência ao pessoal por ela empregado, e mesmo às populações que afluíram para o local das obras a seu cargo.

Empreendimentos regionais

Ao lado de iniciativas regionais de vulto, como as em que se lançam os Governos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, outras unidades da Federação empreendem a solução dos seus problemas de eletricidade mais prementes. Esforços consideráveis se envidam mesmo, nesse sentido, nos Estados do Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia.

Mediante convênio celebrado com o Estado do Rio Grande do Sul, o Govêrno Federal está cooperando, na efetivação do Plano regional de eletrificação, com a construção de barragens destinadas simultâneamente à regularização do regime dos rios e à produção de energia. A Viação Férrea do Rio Grande do Sul

empreende, com dotações federais, o aproveitamento do carvão mineral de Candiota, numa usina térmica que permitirá a eletrificação de parte da linha de Bagé e o suprimento de energia a extensa zona do Sul do Estado.

Na Bahia, além dos empreendimentos de Paulo Afonso e da Comissão do Vale do São Francisco, que inicia o aproveitamento do rio Corrente, a União, através da Viação Férrea Federal Leste-Brasileiro, apresta-se para o aproveitamento do gás de Aratu, numa usina térmica destinada à produção de energia para a eletrificação de parte da rêde ferroviária. O Estado estuda o aproveitamento de desníveis no rio de Contas, para servir a uma zona de grandes possibilidades econômicas, contando com todo o apoio do Govêrno Federal.

Coopera a União, ainda, com os Governos regionais e locais no encaminhamento da solução dos problemas de eletricidade de Fortaleza, Belém e Manaus, onde estão em marcha projetos de montagem de usinas térmicas capazes de atender às atuais necessidades de energia elétrica dessas capitais.

Potencial hidráulico

Além de outros trabalhos de menor significação, os órgãos técnicos oficiais realizaram estudos, em 1952, para o aproveitamento de energia hidráulica, visando à produção de eletricidade, nos seguintes pontos do território nacional :

a) transposição do divisor dos rios Canoas e Itajaí, em Santa Catarina, para uma instalação de cêrca de 35.000 kW;

b) alto rio Negro, no mesmo Estado, para instalação de cêrca de 60.000 kW;

c) rio Uruguai, lugar denominado Estreito, na fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, para obtenção de potência que será determinada êste ano, ao se ultimarem as pesquisas ;

d) alto Paraíba do Sul, em estudos ainda não concluídos ;

e) rio Paranaíba, na fronteira de Goiás e Minas Gerais, para aproveitamento da Cachoeira Dourada ;

f) desníveis da serra da Ibiapaba, na fronteira Piauí-Ceará, em estudos ainda não ultimados, mas que indicam possibilidades consideráveis de produção de energia ;

g) conjunto de açudes construídos ou ainda em construção, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, com um total presumível de cêrca de 60.000 kW;

h) vale do rio Corrente, no Estado da Bahia, para um aproveitamento total, futuro, de cêrca de 70.000 kW;

i) alto São Francisco, em estudos ainda não ultimados, mas que indicam a possibilidade de captação de centenas de milhares de kW;

j) Salto Grande da Divisa, no rio Jequitinhonha, entre Minas Gerais e Bahia, com estudos ainda não ultimados.

PROGRAMAS REGIONAIS

À União incumbe, sem dúvida, atuar no sentido de acelerar o desenvolvimento das regiões que se retardaram na conquista de melhores condições de vida, e de reduzir os desequilíbrios inter-regionais, sem prejuízo de seus esforços nas áreas mais desenvolvidas, de onde emanarão òbviamente os recursos indispensáveis à realização dessa obra de integração de tôdas as regiões do País num conjunto harmônico. Para isso, precisa o Govêrno Federal armar-se dos instrumentos de ação de que ainda carece, em algumas regiões, e de um organismo central capaz de comandar a política de desenvolvimento das economias regionais, em especial, das retardadas.

Essa orientação coaduna-se, aliás, com o espírito da Constituição de 1946, que prescreve encargos financeiros vultosos para a União, em prol do desenvolvimento de três das regiões mais carecidas de recursos — a Amazônia, a área das sêcas periódicas e o vale do São Francisco. Parece óbvio que a aplicação dêsses recursos deve processar-se sem qualquer perturbação da vida político-administrativa das unidades da Federação que essas regiões abrangem; e que, por outro lado, não pode ser indiferente aos Governos regionais a orientação adotada pelo Govêrno central, no cumprimento dos dispositivos constitucionais pertinentes à matéria. Daí a necessidade de uma articulação de esforços, para o desenvolvimento regional, objetivo comum a ambas as órbitas governamentais.

No anteprojeto de reforma da Administração Federal, essa questão foi devidamente encarada, prevendo-se um novo Ministério, o do Interior, a ser integrado por vários órgãos que venham a ter a seu cargo a solução de problemas regionais. A administração dos Territórios federais e a política das entidades oficiais de âmbito regional, como o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste do Brasil e a Fundação Brasil Central, ou mesmo de âmbito nacional,

mas de caráter federativo, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, deveriam ser supervisionadas pela nova pasta.

Ao mesmo tempo que, dessa maneira, o Govêrno envidava esforços no sentido de imprimir organicidade aos serviços federais de âmbito regional, conseguiu melhorar, em 1952, o rendimento das atividades dos órgãos existentes, dentro dos recursos financeiros e humanos com que contou.

AMAZÔNIA

Enquanto o Congresso Nacional prosseguia no estudo dos problemas da Amazônia, de que resultou a Lei n.º 1.806, de 6 de janeiro do corrente ano, o Poder Executivo levou a efeito naquela região, em 1952, os empreendimentos a seu alcance, conforme os programas parciais já em execução e as indicações da conferência técnico-administrativa referida na Mensagem anterior.

Assinalam-se, mesmo, dois êxitos dignos de nota, nos esforços envidados pela União, tendo em vista o desenvolvimento da Amazônia : expansão substancial na coleta da borracha e aumento considerável na produção de juta.

A garantia de preço, a regularidade do financiamento, a segurança da colocação do produto no mercado nacional, a par de outras medidas de fomento postas em prática, tiveram como resultado a obtenção, em 1952, de uma das maiores safras de borracha já alcançadas no País — 33,5 mil toneladas, contra 25,8 mil no ano anterior e 23,1 em 1950. Como a expansão do consumo nacional de borracha não manteve o mesmo ritmo de 1951, e houve uma importação de 10,7 mil t, os estoques dêsse produto se acumularam, imobilizando alta percentagem dos recursos do Banco de Crédito da Amazônia.

Quanto à juta, alcançou a sua produção cêrca de 40 mil toneladas, contra 32,5 mil no ano anterior e 19,6 mil em 1950. Acha-se o País, assim, pràticamente emancipado da importação dessa fibra, cuja importância não precisa ser ressaltada. Resta conseguir a melhoria da qualidade e do sistema de classificação da fibra.

Nos dois setores de atividade referidos, como em vários outros, muito há que fazer para imprimir novo ritmo de desenvolvimento à economia regional. A necessidade de assegurar o suprimento futuro de borracha ao País, tendo em vista a expansão e o crescimento da sua indústria, levou o Govêrno a concitar os consumidores atuais dessa matéria prima a inverterem parte dos seus lucros na criação de grandes culturas da seringueira, principalmente na região

em que essa árvore tem o seu *habitat*. A montagem da indústria de fiação e tecelagem da juta, para atender às necessidades regionais, foi igualmente encorajada pelo Poder Público, estando em fase de realização.

Prosseguiram na região os trabalhos de pesquisa a cargo do Instituto Agronômico do Norte e do Conselho Nacional do Petróleo. Pelo Decreto n.º 31.673, de 29 de outubro de 1952, foi criado o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, como organismo regional do Conselho Nacional de Pesquisas, que cra trata da sua organização e funcionamento.

Os Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará mereceram atenção especial, no sentido do seu reaparelhamento, conforme se expõe no capítulo sôbre navegação.

Banco de Crédito da Amazônia, S. A.

No último triênio, o Banco da Amazônia realizou operações nos seguintes montantes:

Ano	*Número de operações*	*Valor — Cr$*
1950	5.249	377.959.225,50
1951	6.407	585.901.452,30
1952	8.278	737.500.495,10

O valor dos empréstimos destinados ao fomento da produção elevou-se, entre 1951 e 1952, de Cr$ 4.793.000,00 para ..... Cr$ 126.334.021,90; o dos empréstimos em conta corrente, a produtores de borracha e juta, aumentou de Cr$ 109.651.500,00 para Cr$ 132.130.968,60; o dos rurais, também a produtores de borracha e juta, passou de Cr$ 264.153.251,20 para ..... Cr$ 331.455.137,60. Além disso, fêz o Banco adiantamentos por conta de borracha, no valor de Cr$ 179.286.587,50, contra .... Cr$ 97.376.023,90 concedidos no ano anterior.

Não obstante a duplicação do valor das operações realizadas, de 1950 para 1952, o Banco não pôde atender, no ano findo, as solicitações de financiamento para atividades produtoras do maior interêsse para o desenvolvimento econômico regional. E' que grande percentagem dos recursos à disposição do Banco foi absorvida pelo financiamento da borracha, em virtude de determinações legais cuja revogação depende de decisão do Congresso, conforme Mensagem de 23 de outubro de 1951.

Como resultado do exercício ,obteve o Banco o lucro líquido de Cr$ 39.488.370,70, não obstante a redução, de 7 para 4%,

da taxa de juros dos empréstimos destinados a fomentar a produção de borracha, juta, malvas, cereais, etc.

Superintendência do Plano de Valorização

Os esforços no sentido da recuperação de tôda a região amazônica deverão entrar em nova fase, com a instalação, já autorizada pelo Congresso, da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia, servida por uma Comissão de Planejamento, e tendo como finalidade inicial elaborar e apresentar ao Congresso, por meu intermédio, o Plano a que se refere o art. 199 da Constituição.

E' de esperar, desta forma, que a aplicação do fundo constitucional na área se liberte, o quanto antes, do regime que vem da legislatura passada, de rateio e pulverização de verbas, segundo o entrechoque de influências locais, com grande perda de sua produtividade global.

REGIÃO DOS COCAIS

O desenvolvimento da região situada entre a Amazônia e o Nordeste sujeito às sêcas não poderia ser descurado. Particularmente os problemas do babaçu mereceram acurados estudos promovidos pelo Executivo, durante os anos de 1951 e 1952. Pesquisa realizada pelo "Southwest Research Institute", investigações *in loco* procedidas pelo Conselho Nacional de Economia, pronunciamentos da Associação Comercial do Maranhão e da Comissão de Desenvolvimento Industrial, constituíram contribuições valiosas para o equacionamento não só do problema da valorização racional do babaçu mas, também, dos problemas econômico-sociais da zona localizada entre a Amazônia e o Nordeste semi-árido.

À base dêsses elementos, decidiu-se o Govêrno a propor ao Congresso a criação de uma entidade federal autônoma para atuar na região em aprêço, com o objetivo principal, no início, de fortalecer e expandir a economia babaçueira, mas orientada para finalidades mais amplas, em fases posteriores do seu trabalho: o desenvolvimento sistemático do conjunto da economia regional. A consecução de tal objetivo implica necessàriamente na aplicação racional de consideráveis recursos federais, por período que os estudos realizados levaram a fixar em um decênio; e reclama, além disso, organização capaz de congregar os esforços dos serviços oficiais empenhados na execução de programas específicos. Daí a concepção de uma entidade capaz de congregar, para execução de programas de interêsse geral, serviços estaduais e municipais, e articular iniciativas privadas, conquanto o custeio de tal entidade fique a cargo fundamentalmente da União.

POLÍGONO DAS SÊCAS

Como no ano anterior, os trabalhos a cargo dos serviços federais, em 1952, realizados na área sujeita às sêcas periódicas tiveram duplo objetivo: o prosseguimento dos programas preestabelecidos e a manutenção de empreendimentos de emergência. E' que, conquanto menos grave, não desapareceu a calamidade sobrevinda em 1951, principalmente nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e da Paraíba; e, na Bahia, a situação, pelo contrário, se agravou em 1952, só se suavizando no fim do ano. A sobrevivência da anormalidade climática traduziu-se, aliás, em baixos índices de produção agrícola, não obstante mais elevados do que os de 1951, salvo na Bahia, e na persistência das migrações rumo ao Sul do País, com intensidade maior do que a comum aos anos de chuvas regulares, como se vê no capítulo sôbre população e migrações internas.

Programa de emergência

O combate aos efeitos da sêca parcial, mais uma vez surgida, consistiu essencialmente na execução de obras selecionadas sob o mesmo critério fixado no Programa de Emergência de 1951, ou seja, o de compreenderem "obras que, capazes de admitir, sem enormes concentrações, grande número de operários não especializados, com eliminação quase completa da mecanização, se situassem o mais próximo possível das zonas mais sêcas, de modo a reduzir ao mínimo o percurso dos retirantes e que, devidamente estudadas e projetadas, apresentassem valor econômico permanente, entrosando-se e enquadrando-se nos Planos Federais ou Estaduais respectivos, evitando-se assim sua perda, passada a crise". A consecução dêsse objetivo, de absorver em serviços públicos fração considerável da mão de obra deslocada das atividades rurais prejudicadas pela sêca, traduz-se nas cifras médias diárias de freqüência de trabalhadores, nas obras em andamento, totalizadas em 45.950 homens, no mês de janeiro, 30.000 em abril, 12.935 em julho, 15.171 em outubro e 17.242 em dezembro.

Deve-se considerar, para caracterização da extensão da crise e da amplitude das medidas postas em prática para enfrentá-la, que a mão de obra empregada nos serviços permanentes de combate às sêcas alcançava sòmente 4.597 operários, em janeiro de 1951, isto é, antes de se manifestar a crise climática do último biênio.

Atingiram os recursos de emergência a Cr$ 256.971.000,00, dos quais Cr$ 30 milhões destinados exclusivamente ao Estado da Bahia. Dessa última quantia, Cr$ 3 milhões foram postos à disposição do Govêrno baiano, para socorros médicos e distribuição de água; Cr$ 5 milhões constituíram auxílio à Secretaria de Agricultura do Estado, para construção de pequenos açudes; Cr$ 2 milhões custearam reparos na linha da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, região de Brumado; Cr$ 20 milhões foram aplicados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, na construção de rodovias do Plano Estadual, na zona sêca, por delegação ao D. E. R. baiano. Os Cr$ 226.971.000,00 restantes foram aplicados em todo o Polígono das Sêcas, inclusive a Bahia.

As obras de emergência estiveram a cargo essencialmente do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, que acelerou, com recursos de socorro, a execução de parte do seu Plano Permanente; mas, receberam também incumbências especiais os Departamentos Nacionais de Estradas de Rodagem e de Ferro.

Ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que já tem a seu cargo a conservação de 4.000 km de rodovias, no Nordeste, serviço que absorveu parte da mão de obra disponível, coube ainda a construção de quarenta rodovias do Programa de Emergência. Seis dessas estradas foram atacadas sob o regime de administração direta; três, contratadas com tarefeiros; e trinta e uma confiadas, por delegação, aos serviços rodoviários estaduais. O Departamento Nacional de Estradas de Ferro foi incumbido de aplicar recursos em construções destinadas às ligações ferroviárias programadas para a rêde do Polígono.

Entre os serviços de emergência realizados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas contam-se os campos de aviação, em parte necessários aos seus próprios serviços de aerofotogrametria, em parte reclamados pela expansão do tráfego aéreo comercial. Nessas obras cooperaram, aliás, o referido Departamento, o de Estradas de Rodagem e o de Aeronáutica Civil.

Comissão de Abastecimento do Nordeste

A crise alimentar com que se defrontaram as populações flageladas pela sêca de 1951 levara o Govêrno, conforme assinalado na Mensagem anterior, a criar, por decreto de 5 de novembro dêsse ano, a Comissão de Abastecimento do Nordeste, sob a orientação do Presidente da Comissão Federal de Abastecimento e Preços.

Em face do agravamento da situação na área afetada pelo flagelo, especialmente no Estado da Bahia, ampliaram-se as medidas de socorro, em 1952, à base de um crédito rotativo de Cr$ 50 milhões aberto em janeiro, posteriormente aumentado para .... Cr$ 70 milhões e para Cr$ 110 milhões. Com êsses recursos foram adquiridos, transportados e distribuídos na região gêneros alimentícios, como arroz (11.760 t), feijão (7.416 t), farinha de mandioca (3.628 t), milho (3.600 t), charque (1.409 t) e outros, no valor total de Cr$ 110.116.634,40. As distribuições se fizeram por todos os Estados do Polígono: Ceará (Cr$ 32,6 milhões), Bahia (Cr$ 21,5 milhões), Paraíba (Cr$ 18,2 milhões), Rio Grande do Norte (Cr$ 16,8 milhões), Piauí (Cr$ 13,0 milhões), Pernambuco (Cr$ 4,1 milhões), Sergipe (Cr$ 1,8 milhões), Alagoas (Cr$ 1,4 milhões) e Minas Gerais (Cr$ 0,7 milhões). Foram aplicados, ainda, Cr$ 11,0 milhões na compra e distribuição de sementes e ferramentas agrícolas, sendo Cr$ 6,0 milhões para a Bahia, Cr$ 1,5 milhões para o Ceará, Cr$ 1,0 milhão para o Rio Grande do Norte e Alagoas e Cr$ 500 mil para o Piauí, a Paraíba e Sergipe.

Para distribuição dos auxílios federais de emergência, assim mobilizados, foi criado, em cada Município socorrido, um Comitê presidido pelo prefeito municipal e composto do juiz de direito, do vigário da Paróquia, do presidente da Câmara dos Vereadores e de um agente da Legião Brasileira de Assistência. Êsses comitês foram incumbidos de distribuir os gêneros alimentícios enviados, em troca de trabalhos úteis à coletividade, sob a supervisão do representante da C. A. N. no Estado. Reuniram-se, dessa forma, figuras representativas de cada comunidade para o trabalho de assistência social e material às populações flageladas, colocando-o acima de interêsses partidários; e, conhecedores das necessidades locais e interessados em realizar o máximo com os gêneros recebidos, executaram, em geral, obras públicas de vulto considerável em face da pequenez dos recursos. Estradas vicinais e pequenos açudes, construídos ou melhorados, foram as obras mais freqüentemente realizadas, ao lado de outras, como limpeza e terraplenagem de logradouros públicos, melhoria em campos de aviação, construção de prédios escolares, de pontes, etc.

A experiência foi boa onde o C. A. N. contou com a diligência do representante estadual e com o funcionamento do Comitê municipal. Apresentou, porém, graves falhas noutros casos.

Ação do Ministério da Agricultura

O Ministério da Agricultura contribuiu também com a distribuição de sementes e a instalação de moto-bombas, em zonas próprias, para êsse programa de emergência, além de iniciar, com um melhor aproveitamento dos núcleos coloniais existentes e a criação de vários outros, um novo programa de fixação do nordestino, no qual deposito grande esperança.

Terceiro ano sêco

Ao se elaborar a presente Mensagem, acentuaram-se os indícios de que a região sujeita às sêcas periódicas se defrontaria com a calamidade no terceiro ano consecutivo. Retardaram-se as chuvas; e se estas não sobrevierem até a passagem do equinócio, ensina a experiência que o flagelo estará declarado, com a gravidade de que deverá ter conhecimento tôda a Nação. Atingirá cêrca de um quinto da população brasileira, já combalida por dois anos de estiagens que prejudicaram substancialmente as atividades econômicas de vasta região, com reflexos nas áreas não atingidas diretamente.

Está o Govêrno ciente da gravidade da situação já criada pelo retardamento das chuvas e da que surgirá por motivo de um novo ano de más colheitas no Nordeste e no Leste. A história registra as ocorrências próprias a tais calamidades, a que está sujeita a brava gente nordestina; e a marcha dos acontecimentos, de dois anos a esta data, denuncia a extensão e a agudeza dos problemas a enfrentar, para reduzir quanto possível os efeitos do flagelo, desta vez.

As primeiras providências já foram tomadas, para redobrar os esforços no sentido de absorver a mão-de-obra deslocada e prestar assistência às vítimas do flagelo. Os recursos financeiros e humanos disponíveis estão mobilizados; recursos extraordinários o serão, na medida das necessidades e possibilidades. Entidades assistenciais de natureza privada dispõem-se a cooperar com os Poderes Públicos, federal, regionais e locais, aliás igualmente articulados para o desempenho da tarefa de prover o Nordeste e o Leste septentrional dos recursos de que carecem nesta emergência.

O abastecimento alimentar distribuído através de Comitês municipais superintendidos pela C. A. N., durante o ano de 1952, revestiu-se de falhas, em muitos casos, por motivo da preponderância de interêsses individualistas sôbre os de populações que o Poder Público pretendeu assistir com a ajuda dos próprios conter-

râneos. A distribuição de alimentos terá que prosseguir, porém, enquanto perdurar a sêca e ao Govêrno pareceu conveniente incumbir dêsse encargo a Legião Brasileira de Assistência, conforme decreto de 27 de fevereiro último.

Da mesma forma que em relação aos outros problemas básicos que a Nação ainda não conseguiu resolver, ao Govêrno se afigura indispensável a cooperação de quantos detenham uma parcela de poder ou de recursos, para fazer face ao flagelo nordestino.

Serviços permanentes

Ao lado das medidas de emergência, adotadas para enfrentar o segundo ano de crise climática, o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas prosseguiu na execução do seu programa permanente, ampliado, aliás, em virtude da calamidade.

Prosseguiu a construção de 18 açudes públicos, para acumulação de cêrca de 2.750.000.000 m³; iniciou 10 outros, para represarem cêrca de 3.921.000.000 m³; o que significa estarem em construção açudes públicos com a capacidade total de 6,67 bilhões de metros cúbicos. Essas obras destinam-se não só a beneficiar excelentes áreas irrigáveis, mas também à produção de energia elétrica, avaliada inicialmente em, pelo menos, 40.000 HP instalados. Os açudes públicos em construção, ou reparo, agrupam-se da seguinte forma, por Estado: Piauí, um com cêrca de 24,7 milhões de metros cúbicos; Ceará, dez com cêrca de 3,16 bilhões; Rio Grande do Norte, quatro com cêrca de 1,36 bilhões, Paraíba, dois com cêrca de 1,18 bilhões; Pernambuco, três com cêrca de 511 milhões; Alagoas, dois com cêrca de 1,97 milhões; Bahia, seis com cêrca de 437 milhões.

Quanto aos açudes construídos pelo Departamento em cooperação com particulares, em todo o Polígono, foram concluídos catorze, com cêrca de 22,8 milhões de metros cúbicos de capacidade; prosseguidos, trinta e sete, com 95,3 milhões; e iniciados vinte e dois, com 38,7 milhões. A Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, em parte com recursos federais, construiu ainda vinte e nove pequenos açudes em cooperação, com a capacidade de 9,1 milhões de metros cúbicos.

Os trabalhos pertinentes à construção da rêde de irrigação dos açudes públicos foram prosseguidos no "General Sampaio" e no "Aires de Sousa", Estado do Ceará, e no "Piató", Estado do Rio Grande do Norte. Perfuraram-se, ao mesmo tempo, 170 poços profundos, para aproveitamento das águas subterrâneas.

Teve o Departamento a seu cargo os serviços de conservação de 3.500 km de rodovia, dos 7.500 km da rêde federal da região, que deverá ser conservada totalmente, no futuro, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Continuaram em construção dezessete estradas e ramais, sendo uma no Maranhão, três no Piauí, quatro no Ceará, duas no Rio Grande do Norte, cinco na Paraíba, uma em Pernambuco e uma na Bahia. Concluiu-se a grande ponte de concreto armado, com 585 m de vão total, sôbre o rio Açu, e, além de outras, prosseguiram as grandes obras de construção das pontes sôbre o Potí, Piauí, na rodovia Fortaleza-Teresina; o Piranhas, Paraíba, no ramal de Catolé do Rocha; o Jacurici e o Itapicuru, Bahia, na Estrada Euclides da Cunha-Queimadas.

Banco do Nordeste do Brasil, S. A.

Com a expedição da Lei n.º 1.649, de 19 de julho de 1952, ficou o Govêrno autorizado a constituir o Banco do Nordeste do Brasil, S.A., cuja criação foi proposta ao Congresso pelo Poder Executivo, em outubro de 1951. Entretanto, não foi votado para o Banco nenhum recurso específico. E, na lei, o Congresso introduziu um dispositivo segundo o qual os recursos destinados ao socôrro não poderiam ser utilizados para aquêle fim, enquanto o fundo respectivo, "sem qualquer aplicação", não atingisse 1% da receita tributária.

Aliás, o socôrro ao Nordeste esgotou em 1952 o saldo dos recursos respectivos votados desde 1947, e ainda exigiu adiantamento por conta das futuras incorporações do Fundo. Por outro lado, os recursos novos do Fundo de Socôrro, consignados no orçamento de 1953, não chegam para os programas de emergência iniciados pelos Ministério da Viação, Agricultura, Educação e pela Legião Brasileira de Assistência.

Não obstante tais dificuldades, o Govêrno determinou a completa programação das medidas que permitam rápida implantação e funcionamento do Banco, tanto quanto possível articulado com a ação de outros órgãos e entidades que atuam na região. E espera instalá-lo o mais cedo possível.

Contará, dessa forma, o Poder Público, com valioso instrumento de ação na área sujeita às sêcas periódicas, no sentido da expansão dos empreendimentos rentáveis regionais. Constitui preocupação do Govêrno a organização da entidade em bases racionais, capazes de preservá-la de vícios de origem e de habilitá-la para a expansão segura e fecunda de suas operações.

Planejamento e reorganização dos Serviços

O êxito da política oficial de combate às sêcas do Nordeste e do Leste do País requer não só uma revisão de suas diretrizes gerais, para ajustá-la ao desenvolvimento nacional, mas também a reorganização dos serviços governamentais que têm a seu cargo a execução de tal política, especialmente com o fim de coordenar os esforços e de melhorar o rendimento dos órgãos de execução.

Como assinalou a Mensagem de 1951, já acumulou o País, no trato do problema das sêcas, uma experiência capaz de evidenciar não bastarem as obras de engenharia civil ora em execução ou programadas, para assegurar resultados satisfatórios à política de combate ao flagelo. O fortalecimento e a expansão das atividades econômicas regionais, em bases tais que ponham os habitantes da área sujeita às sêcas a coberto das estiagens periódicas, terão de ser obtidos através de medidas que transcendem ao âmbito daquelas obras. Dentro dessa concepção da amplitude do problema é que o Govêrno promoveu a criação do Banco do Nordeste do Brasil, S. A., para proporcionar à iniciativa privada elementos novos, até agora não postos ao seu alcance, para habilitá-la a aproveitar melhor os recursos disponíveis.

Mas, os serviços oficiais destinados a investimentos não diretamente rentáveis deverão aparelhar-se para a realização de programas bem definidos em que se articulem os empreendimentos federais e regionais, conforme o espírito da Constituição de 1946. O aproveitamento econômico dos rios, dos açudes, das águas subterrâneas, dos vales úmidos, com um programa racional de irrigação; um programa mais amplo e sistemático de reservas de água; um sistema de silos, armazéns e frigoríficos para a reserva de alimentos e sementes e estímulo ao produtor; a organização do crédito e a implantação da garantia de preços mínimos para os produtores de gêneros alimentícios, na região; um programa de fomento agropecuário adequado à região; o beneficiamento e industrialização de matérias primas locais; a utilização dos recursos de energia, inclusive os ventos regulares da região; a educação das populações para a defesa contra a sêca e sua previsão; o exame da experiência da luta contra a sêca e o desenvolvimento das pesquisas científicas sôbre os recursos e os problemas climáticos, agrícolas, industriais e humanos do Nordeste; enfim, a reorganização dos serviços oficiais relacionados com a área das sêcas, para ação mais coordenada e eficiente, constituem preocupação do Govêrno desde 1951.

Os recursos técnicos dos serviços federais acham-se, porém, absorvidos nas tarefas de emergência. Encontrei, aliás, o DNOCS completamente desaparelhado. Assim, para apressar a revisão da experiência administrativa sôbre o Nordeste, e, sem perturbar as atividades em curso, fixar sem mais demora uma política mais orgânica de combate às sêcas e valorização do Nordeste e Leste Septentrional, o Govêrno vai constituir uma comissão especial de personalidades de notória competência.

VALE DO SÃO FRANCISCO

A execução de um plano de desenvolvimento de território tão vasto como o do Vale do São Francisco requer o maior cuidado na programação dos serviços, não só por motivo da limitação de recursos financeiros e técnicos, mas também em face da necessidade de se evitar a realização extemporânea de obras que sòmente poderão apresentar resultados satisfatórios com a execução de serviços correlatos. Por isso, o programa de trabalhos da Comissão do Vale do São Francisco, para o qüinqüênio 1951-1955, estabeleceu a necessária ordem de urgência para os seus diversos itens, visando em primeiro lugar as obras já iniciadas e as de caráter fundamental, e relacionando as demais em função do grau de importância para o desenvolvimento racional da região.

Estudos

A execução de empreendimentos previstos para o qüinqüênio 1951-1955, como a programação de nova etapa, subentende a realização de uma grande série de estudos, levantamentos e observações, do meio físico e das populações já fixadas no Vale. E' indispensável o conhecimento da meteorologia, da hidrografia, da pedologia, da sociologia regionais, para a elaboração de projetos pertinentes aos vários setores de atividades da Comissão.

No ano de 1952 foram intensificados os estudos necessários aos projetos relativos à regularização do regime fluvial, à navegação e à irrigação, considerados problemas-chave a serem enfrentados com prioridade.

Regime fluvial

Como a regularização do regime fluvial do São Francisco constitui questão fundamental para o desenvolvimento do Vale, os trabalhos da Comissão, com essa finalidade, orientaram-se no sentido da elaboração de projetos dos principais reservatórios de acumulação — a grande represa da cachoeira das Três Marias, no curso superior do rio, três barragens no rio das Velhas e a barragem do Cajuru, no rio Pará. Conquanto destinadas funda-

mentalmente à regularização da descarga do rio, servirão também, essas obras, para melhoramento das condições de sua navegabilidade e para ampliação do potencial hidrelétrico da região.

Os estudos realizados durante o ano, no curso superior do São Francisco, permitem esperar uma capacidade de geração de energia elétrica, na cachoeira das Três Marias, da ordem de 700.000 HP, além dos reflexos nas condições de navegabilidade do rio, no contrôle das enchentes e na capacidade da usina de Paulo Afonso. O sistema de barragens-eclusas no rio das Velhas permitirá estender a navegação até as proximidades de Belo Horizonte. A barragem do Cajuru, no rio Pará, possibilitará o pleno aproveitamento da usina do Gafanhoto, cujas máquinas não são utilizadas, a pleno, na época de estiagem.

Navegação

Os trabalhos destinados a melhorar as condições de navegabilidade do rio principal foram iniciados e acham-se em marcha, independentemente das grandes obras programadas para regularização do regime fluvial da bacia. Assim, prosseguiram, em 1952, os serviços de desobstrução dos canais de proteção dos portos e de construção da barragem-eclusa do Braço do Sobradinho. E' esta, aliás, a obra de maior significação em marcha, no momento, para conclusão em 1953, a ser completada com outras, de regularização do canal navegável, a montante e a jusante da barragem, inclusive revestimento das margens do rio. Outro trecho em que as obras mereceram prioridade é o constituído pelas corredeiras de Curralinho.

Nos portos de Pirapora, Januária, Lapa, Santa Maria da Vitória, Petrolina, Propriá e Penedo prosseguiram as obras de proteção e acostagem.

Foi levantado o acervo das duas emprêsas estaduais, mineira e baiana, que exploram o tráfego fluvial no médio São Francisco, bem como o da Cia. Indústria e Viação de Pirapora, para efeito da eventual constituição de uma emprêsa mista que unifique o transporte pelo rio.

Rodovias e aeroportos

Na execução do plano de rodoviação do São Francisco, com emprêgo das verbas constantes do Orçamento, foram prosseguidas as seguintes estradas:

a) Januária — Bocaiuva, São Francisco — Coração de Jesus e Pirapora — Patos, no Estado de Minas Gerais;

b) Ilhéus — Barreiras, Ipirá — Xique Xique e Jacobina — São Raimundo Nonato, no Estado da Bahia ;

c) Petrolina — Remanso e Floresta — Petrolina, no Estado de Pernambuco;

d) Santana do Ipanema — Pão de Açúcar, no Estado do Alagoas; e

e) Tamanduá — Pôrto da Fôlha, no Estado de Sergipe.

Quanto ao programa de aeroportos e campos de pouso, que integram a rota do São Francisco, prosseguiram as obras nos de Carinhanha, Lapa, Barra, Forquilha, Petrolina e Penedo. Iniciou-se a construção das pistas dos aeroportos de Pirapora e Januária.

Outros serviços

Encontram-se em marcha os trabalhos de construção dos sistemas de abastecimento d'água das cidades de Pirapora, Juàzeiro e Petrolina e realizaram-se estudos com idêntica finalidade, em relação às cidades de Propriá e Penedo.

Providenciou-se o equipamento da "Rêde Hospitalar do São Francisco" e o funcionamento das unidades equipadas, por intermédio do Serviço Especial de Saúde Pública. O Serviço Nacional da Malária manteve em marcha os trabalhos de profilaxia realizados nos têrmos do convênio com a Comissão do Vale do São Francisco.

SANEAMENTO E IRRIGAÇÃO

Obras públicas de significação considerável para o desenvolvimento do País vão-se realizando no domínio do saneamento e da irrigação, as quais se refletem, de modo benéfico, nos sistemas elétricos que se expandem e na navegação fluvial, além de estimular a formação de áreas de cultura agrícola mais intensiva. Êsses empreendimentos públicos acham-se a cargo, em especial, dos Departamentos Nacionais de Obras de Saneamento e de Obras Contra as Sêcas; quanto à irrigação, porém, outros órgãos oficiais estão realizando serviços pioneiros, como os do Ministério da Agricultura e a Comissão do Vale do São Francisco. O Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais atua, igualmente, em campo correlato ao dos referidos serviços federais.

Cabe assinalar, entretanto, que a falta de coordenação superior da ação dêsses vários serviços oficiais, no sentido de articular os seus programas específicos, tem resultado em rendimento não satisfatório das realizações governamentais. Aos trabalhos de saneamento de grandes áreas adaptáveis às culturas agrícolas não se sucede a ocupação efetiva de tais áreas. Falha semelhante, na condução dêsses empreendimentos, tem-se verificado em relação às poucas áreas do País em que trabalhos de irrigação se realizam. A solução do problema assim criado reclama, portanto, o planejamento orgânico dos serviços de saneamento e de irrigação, a par dos programas de povoamento e de racionalização das atividades rurais.

Não obstante êsse baixo rendimento, os trabalhos oficiais de saneamento e irrigação têm proporcionado a algumas regiões do País condições mais propícias ao seu desenvolvimento econômico.

OBRAS DE SANEAMENTO

As obras federais de saneamento, limitadas de início à Baixada Fluminense, estendem-se hoje a grandes áreas, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, e tendem a abranger novas zonas, no sentido do Norte e do Oeste do País.

No Nordeste Oriental, essas obras compreendem os trabalhos de dragagem dos vales úmidos do Ceará-Mirim, Santo Alberto, Gra-

mame e Coruripe; o atêrro dos alagados do Recife, ativado no ano findo com a entrada em serviço duma nova draga, e a construção do canal de Tacaruna, destinado a ligar as bacias dos rios Capibaribe e Beberibe, em Pernambuco; a recuperação dos brejais da região do rio Boacica, em Alagoas, realizada mediante convênio entre o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e a Comissão do Vale do São Francisco; o revestimento do Canal do Reginaldo, também no Estado de Alagoas, concluído em 1952. Registra-se, na área saneada do vale do Ceará-Mirim, Rio Grande do Norte, que a produção de cana de açúcar ascendeu de 64 mil para 132 mil toneladas, entre os anos de 1944, quando se iniciaram as obras, e 1950.

No Leste Setentrional, os empreendimentos em marcha compreendem a recuperação dos brejais próximos a Aracaju, na bacia do rio Poxim, com a construção de diques e canais para a defesa das culturas de arroz; e os trabalhos de recuperação dos férteis vales dos rios Jacu, Santa Maria, Benevente e Novo, no Estado da Bahia, trabalhos que beneficiarão grandes áreas agrícolas e foram intensificados em 1952, com o emprêgo de mais ampla aparelhagem.

No Leste Meridional, ultimaram-se as obras de retificação do rio Paraibuna, para defesa da cidade de Juiz de Fora, já agora livre das catastróficas inundações que a flagelavam até há poucos anos. Numa segunda etapa, que se inicia, o programa de obras do Paraibuna consiste na construção de uma barragem no lugar Chapéu d'Uvas, para regularizar o regime do rio, conseguindo-se: *a*) completar a defesa das populações ribeirinhas contra as cheias, de até 500 m³/s, ou o dôbro da descarga máxima conhecida do Paraibuna, nesse trecho; *b*) fornecer água para irrigação de grandes áreas, entre a barragem projetada e Benfica; c) elevar a descarga mínima do rio de 3 m³/s, com o correspondente aumento da energia hidráulica de cachoeiras utilizadas ou ainda por utilizar, a jusante da barragem, por usinas de eletricidade.

Ainda em Minas Gerais, estão em marcha obras de defesa das cidades de Muriaé, Rio Novo e Cataguases, bem como as de regularização do rio das Antas, em Poços de Caldas, compreendendo duas barragens de acumulação.

Iniciou-se o atêrro da área conquistada pelo Cais da Lapa, em construção, para defesa da cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, e tiveram ativo andamento, em 1952, as obras de recupe-

ração das terras da Baixada Fluminense, dragando-se mais cinco milhões de metros cúbicos.

Na região Sul do País, realizam-se consideráveis obras de saneamento.

Essas obras visam, em São Paulo:

a) à conquista de terras na Baixada de Santos, tendo sido instalados seis conjuntos de comportas para o escoamento dos "polders" construídos, e se iniciado o levantamento aerofotogramétrico da litoral sul;

b) à limpeza de rios na Alta Paulista, em parte ultimada;

c) à regularização do Ribeirão Prêto, na cidade dêsse nome;

d) à dragagem de um canal na cidade de Sorocaba, intensificada para que se ultime no menor prazo possível;

e) ao estudo do regime do rio Paraíba, com o objetivo de regularizá-lo e utilizá-lo racionalmente.

Nos Estados do Paraná e Santa Catarina continuaram-se as obras nos rios da baixada e as do Itapocu e do Piraí. Concluíram-se as comportas do "polder" do Camarão e iniciaram-se a canalização do rio do Chumbo e a dragagem do médio Iguaçu.

No Rio Grande do Sul, prosseguiu no ano passado, a construção, em Pôrto Alegre, do Cais Marcílio Dias e do terrapleno do Cais dos Navegantes, vigorosamente atacado, com possante draga de sucção e recalque; vários canais estão sendo revestidos e sôbre êles se constroem pontes; progridem os trabalhos de recuperação dos banhados do Taim e o revestimento de canais de defesa contra inundações, nos centros urbanos de Santa Maria, Ijuí e Taquara; iniciou-se a dragagem dos banhados do Colégio. Além disso, estão em andamento as obras de construção das barragens de "Ernestina", "José Maia Filho" e "Canastra", em colaboração com a Comissão Executiva do Plano de Eletrificação do Estado, nos têrmos de convênio celebrado para aplicação, durante cinco anos, de Cr$ ..... 125.000.000,00.

OBRAS DE IRRIGAÇÃO

Os trabalhos de irrigação em marcha, no País, consistem em vários empreendimentos de certa monta, já realizados, em execução ou programados em diferentes regiões. Como foi assinalado no capítulo correspondente aos programas regionais, a maior parte dêsses empreendimentos se executa no Polígono das Sêcas e no Vale do São Francisco, a cargo dos serviços federais com jurisdição

nessas áreas. Outros órgãos federais, porém, incumbem-se de parte dessa tarefa, cuja importância não precisa ser ressaltada, em face da necessidade de aumentar o rendimento das culturas agrícolas nacionais, não só nas zonas sujeitas às estiagens periódicas, mas onde quer que a estabilidade da agricultura seja comprometida por irregularidades de precipitação pluvial.

Irrigação por gravidade

Em 1952, além da manutenção dos serviços nos açudes, cuja rêde de canais de irrigação foi anteriormente completada, o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas prosseguiu nos trabalhos do "General Sampaio", Ceará, em que ficou concluída a parte situada na margem esquerda do rio Curu, entre a barragem de derivação e a confluência do rio Caxitoré, permitindo a irrigação de área superior a 1.200 ha., já em parte aproveitada; do "Aires de Sousa",Ceará, avançando os canais principais e secundários: e do "Piató", Rio Grande do Norte, com obras destinadas à irrigação do Baixo Açu. Os serviços já existentes situam-se em "Lima Campos", "Forquilha", "Joaquim Távora" e "Santo Antônio de Russas", no Ceará; "Itans" e "Cruzeta", no Rio Grande do Norte; "São Gonçalo" e "Engenheiro Arcoverde", na Paraíba; "Icó", na margem do São Francisco, em Pernambuco.

Outros empreendimentos em execução, a cargo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, visam à irrigação de terras agrícolas, especialmente as do Paraibuna, em Minas Gerais, e diversas outras, no Rio Grande do Sul. Com êste último Estado, foi estabelecido um convênio para obras com tal finalidade, mas cuja efetivação está condicionada à autorização legislativa solicitada em Mensagem ao Congresso, de setembro do ano findo.

Irrigação mecânica

A cargo da Divisão de Águas, do Ministério da Agricultura, está a operação de campos de irrigação em próprios nacionais e a construção de campos de irrigação em cooperação com particulares, empreendimentos ambos de finalidade educativa, qual seja a de demonstrar os benéficos resultados das culturas agrícolas irrigadas, principalmente nas regiões onde as chuvas são escassas ou mal distribuídas. No caso da construção de campos em cooperação, fomentam-se diretamente as técnicas próprias às culturas irrigadas, mediante o ressarcimento das despesas, pelo proprietário assistido, em prazos que variam de cinco a dez anos.

São em número de oito os campos operados pela Divisão, no ano findo: "Apolônio Sales", em Teresina, Piauí; "Itans" e "Gadelha", em Iguatu, Ceará; "Juàzeiro", "Salitre" e "Lapa", na Bahia; e "Pirapora", em Minas Gerais. Em 1952, foram ultimados mais dois campos em próprios nacionais: o de "Januária", em Minas Gerais, e o de "Paratinga", na Bahia.

Além disso, operou a Divisão alguns sistemas de irrigação coletiva, mediante o fornecimento de água a preço inferior ao custo. Entre êles, incluem-se os sistemas de "Bugi", "Penha Nova", "Itans" e "Gadelha", no Município de Iguatu, e o de "Palmeirinha", no Município do Crato, ambos no Estado do Ceará. Os sistemas de "Jaguaruana", no Município de Russas, e o de "Limoeiro", no Município de igual nome, foram cedidos ao Govêrno do Estado do Ceará.

Quanto aos campos de irrigação, em cooperação com particulares, foram construídos doze, sendo dois no Maranhão (Municípios de Araioses e Caxias), quatro no Piauí (dois no Município de Parnaíba, um no de Teresina e outro no de José de Freitas), cinco no Ceará (três no Município de Iguatu, um no de Jucás e outro no de Lavras da Mangabeira) e um no Estado do Rio de Janeiro (Município de Resende).

Em 1952 foram ultimados os estudos para melhor aproveitamento das águas do sopé da Serra do Araripe, Município do Crato, Ceará, bem como outros trabalhos que vinham sendo realizados desde 1951. Êste ano serão concluídos os projetos das obras e iniciar-se-á a construção do canal principal de irrigação.

De acôrdo com o convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e a Comissão do Vale do São Francisco, a Divisão de Águas montou no ano findo 33 rodas-d'água e 24 conjuntos de moto-bombas, para irrigação de terras às margens do grande rio.

Expandiu-se, aliás, em 1952, o programa de difusão do uso de moto-bombas, elaborado pelo Ministério da Agricultura no ano anterior, como medida de emergência no combate à sêca. Empregou-se, então, cêrca de uma centena de conjuntos de moto-bombas de irrigação. A campanha suscitou tal interêsse entre os agricultores regionais que o Ministério resolveu adquirir partidas consideráveis dêsses conjuntos mecânicos, para revenda a prazo, pelo preço de custo.

A primeira remessa, constituída de 250 conjuntos de moto-bombas de irrigação, foi quase totalmente vendida e uma segunda remessa, do mesmo porte, está em via de processar-se, para o Nor-

deste. Além dessas aquisições para revenda, de início mediante financiamento do Banco do Brasil, depois à conta de dotações orçamentárias, adota atualmente o Ministério da Agricultura providências no sentido de adquirir mais 1.500 grupos de moto-bombas, que permitirão atender parte das solicitações da região semi-árida do País e iniciar as vendas noutras áreas em que a irrigação mecânica se afigura aconselhável. Sòmente nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia há pedidos de cêrca de 2.000 grupos dessa natureza.

No seu programa de aquisições, considerou devidamente o Ministério da Agricultura as possibilidades de a indústria nacional suprir parte do material que integra cada conjunto, verificando haver capacidade, no País, para a produção de cêrca de 800 bombas, por mês, e de cêrca de 100.000 metros mensais de tubos de aço. Dessa forma, mesmo enquanto não se fabricam, no País, motores fixos próprios para os conjuntos de irrigação mecânica, a aquisição do material deverá processar-se, em parte, sem o dispêndio de divisas, permitindo maior expansão dêste programa.

PROGRESSO SOCIAL

POPULAÇÃO

Segundo cálculos realizados pelo Laboratório de Estatística do I.B.G.E., a população do Brasil, a 31 de dezembro de 1952, deveria exceder, muito provàvelmente, de 55 milhões de habitantes.

A estimativa autoriza a crer num aumento considerável da população brasileira, nos próximos anos, fenômeno decorrente, de maneira preponderante, do excesso dos nascimentos sôbre os óbitos. Ainda segundo estudos efetuados pelo Laboratório de Estatística do I. B. G. E., vem-se mantendo bastante elevada a freqüência média anual dos nascimentos (nascidos vivos) em nosso País. Oscila a taxa, respectiva em tôrno de 42 a 44 por 1.000 habitantes, enquanto a freqüência média anual dos óbitos se situa entre 18 a 20 por 1.000 habitantes. Sem dúvida, não estamos em face de uma mortalidade moderada, mas de um nível de natalidade excepcionalmente elevado.

Bem conhecida é a desigualdade da distribuição da nossa população pelo território nacional. Segundo as apurações do censo de 1950, a concentração maior se verifica na região Leste — Estados de Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal. Somava, aí, 18.936.609 o número de habitantes, a 1.º de julho de 1950. Mas se levarmos em conta a população relativa, isto é, o número médio de habitantes por quilômetro quadrado, a densidade, enfim, veremos que a região Sul — Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — apresenta o nível mais elevado: 21 habitantes por quilômetro quadrado, contra 15 na região Leste, 13 na região Nordeste, 0,9 na região Centro-Oeste e, finalmente, 0,5 na região Norte.

Êsse quadro geral, evidenciando o contraste entre as regiões Norte e Centro-Oeste, quanto à densidade demográfica, e as res-

tantes, acompanha o processo secular de ocupação do nosso território.

A distribuição pelas chamadas grandes regiões geo-econômicas não basta, todavia, para uma compreensão menos vaga do modo extremamente irregular em que se reparte a população do País. Mister se faz descer à verificação da densidade em zonas menores, embora ainda relativamente vastas, como as Unidades Federadas e, no interior destas, à identificação dos agrupamentos populacionais mais densos e das áreas em que se mostra mais rarefeita a população.

Caso expressivo, neste particular, é o do Nordeste, que reúne os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, e mais o Território de Fernando de Noronha. A região possuía, a 1.º de julho de 1950, ... 12.494.477 habitantes, distribuídos numa área de 696.704 quilômetros quadrados. A densidade era de 13 habitantes por quilômetro quadrado. Se, porém, excetuarmos o Maranhão e o Piauí, que são os Estados mais extensos e menos povoados da mencionada região, ficará esta, com 25 habitantes por quilômetro quadrado.

Desequilíbrios idênticos ocorrem noutras regiões, embora menos acentuados. Mas, dentro de cada Estado, são êles mais sensíveis, principalmente no tocante ao Nordeste, em virtude da existência, ali, de largas faixas quase anecumênicas como as inscritas no Polígono das Sêcas. Pernambuco, por exemplo, que apresenta, no conjunto, densidade das mais altas no país — 35 habitantes por quilômetro quadrado, — possui, em sua zona sertaneja, menos de 10 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto na zona da mata e no litoral, onde se localiza o parque agro-industrial do açúcar e do álcool, reunindo dezenas de Municípios, se adensam mais de 100 habitantes por quilômetro quadrado.

Nos Estados da região Sul, a população se distribui menos irregularmente. Quanto aos de Leste, é a Bahia que mais se aproxima dos desníveis apontados na região nordestina.

Os resultados do censo de 1950 vieram confirmar o sensível acréscimo dos movimentos migratórios internos no último decênio, dos quais o de maior importância, pelos seus efeitos sôbre o equilíbrio econômico das zonas interessadas, é o que se refere aos deslocamentos de núcleos do Nordeste para o Centro-Sul.

Não obstante tais movimentos, a população das cidades com mais de 2.000 habitantes não chega a constituir um têrço dos efetivos demográficos do País. Os dois terços restantes incluem a população dos centros menores e das áreas rurais. O quadro a seguir reproduzido oferece uma visão de conjunto da distribuição da população presente no Brasil, em 1.º de julho de 1950, segundo a localização do domicílio.

LOCALIZAÇÃO	NÚMERO	POPULAÇÃO	
		HABITANTES	%
Aglomerações urbanas com mais de 500.000 habitantes	3	4 841 530	9,31
Aglomerações urbanas com 100.001 a 500.000 habitantes	11	2 371 603	4,56
Aglomerações urbanas com 50.001 a 100.000 habitantes	19	1 384 734	2,66
Aglomerações urbanas com 10.001 a 50.000 habitantes	100	3 675 291	7,07
Aglomerações urbanas com 5.001 a 10.000 habitantes	265	1 823 938	3,51
Aglomerações urbanas com 2.001 a 5.000 habitantes	707	2 119 627	4,07
Centros menores e habitações esparsas	—	35 799 504	68,82
TOTAL		52 016 227	100,00

Do exposto, vê-se que apenas 13,87% da população total se encontram nas grandes cidades com mais de 100.000 habitantes; 9,73% nas cidades médias, com 10.001 a 100.000 habitantes; e 7,58% nas pequenas cidades, com 2.001 a 10.000 habitantes. O resto da população, ou seja, 68,82%, estava nos centros com menos de 2.000 habitantes e em habitações esparsas.

MIGRAÇÕES INTERNAS

As migrações internas constituem o fato mais transcendente da demografia nacional e o mais dramático aspeto do problema social brasileiro.

Não é de hoje que a mão-de-obra de diversos Estados da União vem contribuindo para o desenvolvimento da economia de São Paulo e regiões adjacentes e do Distrito Federal.

Tais movimentos de população decorrem de vários fatôres, dentre os quais a imperiosa necessidade de mão-de-obra para as prósperas lavouras do Sul e para a industrialização, bem como para o comércio, os transportes, a construção civil e os serviços nas cidades. Sôbre terem um relevante papel no processo de estruturação da Nação brasileira, promovendo o caldeamento sempre mais completo dos múltiplos e díspares elementos que a constituem, assumem decisiva importância econômica, no sentido de que asseguram uma distribuição melhor da fôrça de trabalho nacional, orientando-a para onde é mais produtivamente utilizada, como é o caso das novas terras férteis no sudoeste de São Paulo, no Paraná, no oeste de Santa Catarina, em Goiás e em Mato Grosso.

O sistema de propriedade vigente no Nordeste, conduzindo ao minifúndio incapaz de manter uma família, ou ao latifúndio improdutivo, um e outro assolados pela irregularidade das precipitações pluviométricas, contribui para que os Estados daquela região tenham provàvelmente atingido o limite de capacidade demográfica, nas condições atuais. Assim, e não ocorrendo clima propício para uma ampla e imediata industrialização, o aumento

rápido dos efetivos populacionais só poderia ocorrer mediante a diminuição dos já baixos níveis de vida.

Tais fatos explicam por que são escassos os efeitos de medidas diretas tendentes a modificar o fenômeno em aprêço. Providências restritivas de ordem policial para impedir as migrações, além de inconstitucionais, pois cerceariam o direito individual de locomoção dentro do território nacional, o qual é garantido a todo cidadão, não proporcionariam senão o impedimento ao progresso que, em todo o mundo, tem sido uma verdadeira marcha constante para a urbanização e a industrialização. Determinariam, por outro lado, essas providências a diminuição do ritmo de desenvolvimento das zonas pioneiras do Paraná, de Goiás e de outras regiões. Finalmente se traduziriam em maiores dificuldades econômicas e sociais para os Estados emigrantistas, visto como tenderiam a fixar em zonas de menor índice de desenvolvimento eco- reduzindo assim, relativamente, os bens de consumo disponíveis.

Sòmente medidas de longo alcance, que promovam a modificação da estrutura econômica dos Estados emigrantistas, podem, a longo têrmo, reduzir as correntes migratórias internas.

Tais medidas não têm sido descuradas pelo Govêrno.

As obras da hidrelétrica de Paulo Afonso, os programas do DNOCS e de outros departamentos federais na área sujeita às sêcas, as atividades de irrigação e colonização do Ministério da Agricultura e da Comissão do São Francisco, além dos estudos de novas leis agrárias da Comissão Nacional de Política Agrária, criam à fixação do novo destino, em condições produtivas, na região.

MIGRAÇÕES PARA O SUL

Nos últimos meses de 1951 e nos primeiros de 1952, 25.000 migrantes brasileiros, em média mensal, passaram pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, média essa que de abril a dezembro de 1952 baixou para 16.000, figurando os baianos em 1.º lugar, com mais de 40%.

Comparando-se o número de pessoas que deixaram o Nordeste e o relativo às que regressaram àquela região, no segundo semestre de 1952, só pela rodovia Rio-Bahia, obtêm-se os seguintes totais :

ESTADOS	SAÍRAM PELA RIO-BAHIA	VOLTARAM PELA RIO-BAHIA	PERMANECERAM NO SUL
Piauí	174	—	174 (100%)
Ceará	6.810	1.444	5.366 (78%)
Paraíba	10.247	6.825	3.422 (33%)
Rio Grande do Norte	1.445	787	658 (45%)
Pernambuco	18.579	8.275	10.304 (55%)
Alagoas	4.325	1.124	3.201 (74%)
Sergipe	4.677	1.592	3.085 (66%)
Bahia	15.801	1.468	14.333 (90%)
Espírito Santo	15	—	15 (100%)
TOTAL	62.073	21.515	40.558 (65%)

MIGRAÇÃO PARA O NORTE

Faltam dados exatos sôbre a migração nordestina para a Amazônia, mas releva notar que, só no biênio 1951-52, passaram 5.123 imigrantes pela Hospedaria de Tapanã, em Belém, contra 1.069 em todo o qüinqüênio 1946-50, ao passo que o movimento de retôrno foi de apenas 542 no biênio, contra 6.017 no qüinqüênio.

As novas condições da economia da borracha e o maior amparo ao seringueiro nordestino, acrescidas das providências que determinei ao Banco de Crédito da Amazônia, influíram de maneira importante para êsse novo influxo.

A migração via Manaus e a direta ao Amapá, ao Guaporé e outros pontos, parece ter crescido também ponderàvelmente, embora esteja longe ainda de alcançar o nível do quadriênio 1942-45, quando passaram pela Hospedaria de Tapanã 48.201 imigrantes para a Amazônia.

Tem sido sensível também o movimento migratório de nordestinos, particularmente de cearenses, para o Maranhão.

Através das várias medidas tomadas em favor do Nordeste, o Govêrno pretende estabelecer ali condições de vida que permitam fixar o máximo de trabalhadores na região e manter um equilíbrio razoável entre as necessidades dos trabalhadores nas zonas

de emigração e nas de imigração, a fim de que o excesso de mão-de-obra nos Estados emigrantistas não chegue a aviltar o salário dos nossos operários.

Neste terreno, o programa de ação imediata para o Govêrno será estudar um meio capaz de evitar que os brasileiros que se deslocam dentro do seu próprio País tenham dificuldades maiores no ajustamento de sua nova vida do que os estrangeiros que aqui aportam.

IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Conquanto a imigração continue a ser um dos elementos fundamentais ao desenvolvimento técnico e econômico de países jovens como o Brasil, não conseguimos auferir dos movimentos emigratórios da Europa, neste após-guerra, o máximo de seus benefícios. Lembre-se, por exemplo, que, ainda em 1952, o Brasil não chegou a receber, pela imigração dirigida, 10.000 alienígenas, o que representa uma cota diminuta para um país de riquezas inexploradas, extensão quase continental e com população rarefeita e carente de experiência técnica.

O Govêrno, porém, está disposto a encerrar o longo e anacrônico período de restrições à entrada de estrangeiros em nossas fronteiras. E, como resultado das iniciativas já tomadas, é confortador salientar que a delegação brasileira junto ao Comitê Internacional para as Migrações da Europa conseguiu elevar, para 1953, a cota destinada ao Brasil para 23.000 imigrantes. A imigração espontânea que, em 1950, foi de 35 mil, em 1952 ultrapassou 55 mil. Todavia, não é demais insistir em que tal cifra é ainda insuficiente e inexpressiva, frente às elevadas cotas destinadas a outros países sul-americanos.

Dentre os fatôres que entravam a expansão de nosso sistema imigratório, avulta, em primeiro lugar, a escassez de recursos financeiros com que nos temos defrontado na manutenção de uma corrente imigratória contínua e racional, destinada a deslocar para as mais variadas regiões do País a experiência e o espírito de iniciativa de outros povos.

Por outro lado, é lícito ressaltar os graves defeitos de que ainda se ressente nosso aparelho burocrático, quanto às atividades de imigração. A pluralidade dos órgãos que integram o sistema os conduz não raro a conflitos, que lhes baixam o rendimento.

Para obviar a êsses males, que vêm há muito influindo negativamente em nossa prática imigratória, o Govêrno enviou ao Con-

gresso, no ano findo, projeto de lei unificando o aparelho imigratório do País, através da criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e estabelecendo ainda um instrumento especializado de financiamento — a Carteira de Colonização do Banco do Brasil. Só mediante aquela iniciativa será possível elimniar os conflitos entre os vários órgãos que atuam nesse campo, ensejando ao Govêrno traçar e executar um programa federal de imigração e colonização tendo em vista, não só a fixação de imigrantes, mas, sobretudo, o maior acesso dos nacionais à pequena propriedade agrícola.

Daí ser pensamento do Govêrno conciliar harmoniosamente o problema da colonização interna e o da absorção de imigrantes, pois seria inconcebível que se aventurasse, como no passado, a lançar no País uma corrente imigratória caudalosa, sem pensar, pelo menos concomitantemente, na solução dos angustiosos problemas da fixação de nossos imigrantes domésticos.

A menos que as entidades internacionais competentes, compreendendo a perfeita reciprocidade de interêsses do Brasil e da Europa — se decidam a financiar em maior escala, através do Govêrnc brasileiro, empreendimentos dessa natureza, nossos recursos serão muito reduzidos para fixar alienigenas. O Govêrno determinou o estudo de um plano misto de colonização, ao lado do normal ora a cargo da Divisão de Terras e Colonização a ser executado em colaboração com o Comitê Intergovernamental para as Migrações da Europa. Como providência inicial, em fins de 1952 foram enviadas duas missões ao norte e sul do País, com a finalidade de estudar as regiões apropriadas à colonização em aprêço.

Como fruto do conjunto de medidas tomadas pelo Govêrno, e muito embora as dificuldades apontadas, são de salientar alguns fatos auspiciosos, ocorridos, em relação ao binômio imigração-colonização, em 1952. Assim, no setor da imigração de origem européia, releva mencionar, inicialmente, os esforços conjuntos do Brasil e Itália, para disciplinar a imigração italiana. Para tanto, foi assinado com aquêle país um acôrdo, do qual resultou a formação da Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana, entidade mista, cujas atividades já tiveram início virtual com a organização de núcleos agropecuários nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Goiás e Rio de Janeiro. Tem havido, entretanto, insuficiente seleção dos emigrantes na Itália.

Vale realçar, também, os entendimentos havidos entre o Brasil e a Holanda, de que resultou a fixação, nos Estados de São Paulo e Paraná, de núcleos de imigrantes holandeses, que exploram a agricultura em proveitoso regime cooperativo. O conjunto de bens trazidos por êsses imigrantes, sem ônus para o País, é da ordem de 35 milhões de cruzeiros, inclusive 1.000 cabeças de gado de alto *pedigree*, cuja influência no melhoramento dos rebanhos leiteiros dêsses Estados é das mais promissoras.

Outro fato a salientar, ainda no setor da imigração européia, é o pleno êxito alcançado pela Colônia de Entre Rios, em Guarapuava, no Paraná, onde 500 famílias de descendentes alemães do Danúbio se estabeleceram em cooperativa, juntamente com 100 famílias brasileiras. Essa Colônia está produzindo trigo em larga escala, apresentando os mais altos índices de rendimento por hectare já obtidos no País.

A par destas animadoras experiências com imigrantes europeus, deve ser referido o restabelecimento, em bases racionais, da corrente imigratória japonêsa, que tem revelado sobretudo sua capacidade de adaptação às nossas regiões equatoriais e até mesmo insalubres, geralmente rejeitadas pelo europeu, como a Amazônia. Tendo em vista os serviços prestados à economia nacional por aquela corrente imigratória, dentre os quais avulta, sem dúvida, a contribuição para libertar o Brasil da importação de juta, decidiu o Govêrno reconsiderar sua política restricionista quanto ao Japão, autorizando a imigração de dois contingentes iniciais. O primeiro, de 5.000 famílias, destinado aos jutais e outras culturas do Amazonas, Amapá e Maranhão; o segundo, de 4.000 famílias, destinado a diversos Estados, visando principalmente ao abastecimento de nossos centros urbanos.

O Govêrno não se dispôs apenas a oferecer projetos de fixação para os imigrantes, mas os vem orientando dentro de um largo plano de colonização, concretizado na instalação de numerosos núcleos coloniais, mistos, para nacionais e estrangeiros. Êsse tipo de colonização pioneira objetiva, simultâneamente, promover o progresso e o desenvolvimento de determinadas regiões, o melhor abastecimento das populações e, ao mesmo tempo, possibilitar a fixação do migrante nordestino, banido de suas terras pelo fenômeno cíclico das sêcas.

Neste sentido, a nova política pretende evitar as tumultuadas migrações internas, pela fixação do trabalhador nordestino no seu próprio meio. Para tanto, já se iniciou, em caráter experimental,

a instalação de diversos núcleos de colonização na própria região sêca ou em zonas convenientes vizinhas, aproveitando-se ao máximo os poucos elementos de vida proporcionados pelo meio.

Considerando também a necessidade de modificar o sistema até então adotado pela Divisão de Terras e Colonização, na admissão de colonos para suas dependências, foi baixada a Portaria Ministerial n.º 739, de 9 de julho de 1952, que estabelece a localização de colonos sob duas modalidades: ou individual, em lotes isolados; ou mista, em Centros de Colonização.

Para que os princípios consubstanciados na aludida portaria possam ser postos em prática, estão em construção seis Centros de Colonização, sendo três na Baixada Fluminense (Sapucaia, Santa Alice e Macaé); dois na Bahia (Queimadas e Una); e um em Jaíba, no Estado de Minas Gerais, os quais já estão pràticamente concluídos.

Por outro lado, visando a ministrar ensinamentos práticos ao colono e ao mesmo tempo a intensificar a produção de sementes e mudas selecionadas dentro de cada núcleo, estão sendo instalados lotes-modelo nos Núcleos Coloniais e Colônias do Ministério da Agricultura. Tal experiência visa à implantação de novos métodos de cultura, demonstrando-se aos colonos os processos da agricultura moderna e econômica, em suas próprias terras, ora desgastadas pelo efeito da erosão, ora carentes de irrigação ou de boa drenagem.

Dentro do plano traçado, o Govêrno criou, ainda em 1952, três núcleos coloniais e iniciou os trabalhos de fixação de nordestinos na própria região sêca, — através das chamadas "colônias-sêcas" — que se vêm realizando no Município de Queimadas. Estado da Bahia, em cooperação com a iniciativa privada.

Dos núcleos acima mencionados dois estão situados na Baixada Fluminense — Macaé e Sapucaia — e o terceiro no Município de Una, na Bahia.

Conta o Núcleo de Sapucaia com mais de 13.000 hectares de terras férteis e capacidade para receber 600 famílias.

Nêle já foram construídas 20 casas para colonos, o edifício-sede, e o Centro de Colonização, com 30 residências, que deverá receber as famílias alemãs encaminhadas pelo Conselho Mundial das Igrejas, organização que colabora, inclusive financeiramente, para o estabelecimento de um núcleo modêlo experimental.

Quanto ao Núcleo de Macaé, as atividades de colonização iniciaram-se com a concessão de áreas devidamente preparadas a todos que demonstraram interêsse imediato pelas lides do campo. A êsses, deram-se casas, sementes, assistência médica, máquinas, adubos e outros recursos indispensáveis às suas atividades.

Com essas providências, conseguiu o Govêrno atrair para aquêle Núcleo 56 colonos, selecionados entre nacionais e estrangeiros, que cultivaram 410 hectares com lavouras de subsistência. Ainda nesse Núcleo, instalou-se uma cooperativa mista, com o objetivo de congregar servidores e colonos, em tôrno dos seus problemas.

Os trabalhos de instalação do Núcleo Colonial de Una tiveram início em agôsto último, e já apresentam resultados surpreendentes.

Aberta uma clareira de cêrca de 50 hectares nas densas matas do Município, eis que, em poucos meses, surgia ali verdadeira cidade, com ruas arborizadas, casas confortáveis, igreja, restaurante, cantina, barbearia, pôsto médico, estádio, luz elétrica e abastecimento d'água, cinema e mais o Centro de Colonização.

Além dessas realizações indispensáveis à vida das 700 almas que acorreram para local até então completamente despovoado, notam-se trabalhos agrícolas, que giram em tôrno da produção hortícula e de mudas de cafeeiros, para distribuição aos colonos.

Por outro lado, os trabalhos já iniciados em Queimadas, em plena região sêca da Bahia, obedeceram a outra modalidade de colonização, ou seja, a cooperação do Govêrno com o particular interessado na solução dos problemas nacionais.

Os serviços estão sendo conduzidos na margem do rio Itapicuru e em tôrno de um açude com capacidade para cem mil metros cúbicos d'água.

As granjas irrigadas, situadas à margem do rio, visam à produção de hortaliças, frutos e aves para o abastecimento da cidade, enquanto o Centro de Colonização, construído em tôrno do açude, tem como finalidade defender os nordestinos ali fixados dos efeitos maléficos das sêcas, ensejando-lhes condições próprias de subsistência.

Além das promissoras iniciativas já referidas, o Govêrno, dentro de suas possibilidades, continuou em 1952 a auxiliar genè-

ricamente os colonos, com o fornecimento de sementes mudas, enxertos, ferramentas, provendo-os na aração, dando-lhes farmácia e escolas para seus filhos. Como tais auxílios, de origem estritamente orçamentária, se mostrassem insuficientes, no decorrer do exercício, o Govêrno conseguiu ainda, do Banco do Brasil, S. A., por intermédio de sua Carteira de Crédito Agrícola, créditos sôbre safras pendentes e início de safra, medida cujos benefícios resultados levaram o Govêrno a ampliá-la, no corrente exercício.

Mesmo antes da criação do projetado Instituto Nacional de Imigração e Colonização, êsse programa de colonização já está experimentando grande expansão no ano de 1953.

SAÚDE

Antes de 1930, nossa projeção, no campo sanitário, limitou-se à descoberta de doenças e agentes de doenças, que fizeram o renome de alguns de nossos mais ilustres pesquisadores. Mas, no sentido prático e realístico das campanhas contra essas doenças, os resultados obtidos, até 1940, foram bastante escassos.

A partir daquela data, o Govêrno Federal organizou numerosos planos de campanhas contra nossas principais endemias, sendo criados, para sua execução, os Serviços Nacionais de Saúde, cujo acervo de trabalhos e resultados práticos os tornaram credores da gratidão nacional.

A campanha contra o *gambiae* no Nordeste, de 1938 a 1940; a erradicação do *estegomia* em grande parte do território nacional e da febre amarela urbana de tôdas as cidades brasileiras assoladas; a redução da peste a focos isolados no Nordeste; as campanhas contra a malária, cujos resultados, verdadeiramente espetaculares, são notórios; a Campanha Nacional contra a Tuberculose; a rêde de Hospitais e Preventórios contra a Lepra, isolando, tratando os doentes e protegendo seus filhos, e, ùltimamente, o combate ao nosso crônico problema rural, as verminoses, e especialmente a esquistossomose; a vacinação antiamarílica, em massa, notadamente nas regiões de febre amarela silvestre; a vacinação pelo BCG, protegendo contra a tuberculose as novas gerações; o encaminhamento da solução, em bases sistemáticas, do problema da instalação de serviços de saneamento básico (abastecimento d'água e remoção de dejetos) em todos os municípios da área rural, revelam, por parte do Govêrno, a preocupação constante pela saúde e bem-estar das coletividades, deixadas, anteriormente, à mercê de suas próprias possibilidades.

Malária

Justamente considerado o mais grave do País, até há pouco mais de um qüinqüênio, o problema da malária está hoje em vias de solução. A doença incidia em cêrca de 75 por cento dos muni-

cípios do País, correspondentes a uma área de 7.500.000 km2 aproximadamente, onde residia uma população superior a 20 milhões de habitantes. O número de casos de malária, por ano, era de 8 milhões, segundo estimativa razoável, e os óbitos se elevavam de 50 a 80 mil. Fácil será imaginar os prejuízos econômicos advindos de tal estado de coisas.

Com a descoberta do D.D.T. e as grandes campanhas desenvolvidas contra a malária pelo Govêrno, deixou ela de ser um problema de saúde na maior parte do território nacional e a redução já obtida na morbidade é de 90% ou mais. A doença já não constitui causa de óbito nas áreas protegidas e nem obstáculo ao trabalho de seus habitantes. A campanha contra a malária, cobrindo uma área superior a 6 milhões de quilômetros quadrados, protegeu com o D.D.T. mais de 23 milhões de habitantes em todo o território nacional.

O número dos domicílios tratados, com aplicações de inseticidas de ação residual, elevou-se a 2.026.796, em 1952, o que representa uma área interna dedetizada de 388.107.638 metros quadrados, com um consumo de 18.919.404 litros de inseticidas.

Paralelamente a êsse trabalho, funcionaram 22.762 unidades de medicação, que assistiram 1.000.725 indivíduos, em 942 municípios com um consumo de 3.244.196 comprimidos antimaláricos, especialmente a cloriquina.

Tuberculose

O rendimento do trabalho sanatorial no País teve considerável acréscimo, graças à decisão governamental fixada em 1951, no sentido de associar contribuições financeiras dos organismos da Previdência às possibilidades de internamento imediato dos doentes dos hospitais construídos pela Campanha Nacional Contra a Tuberculose. Inauguraram-se em 1952 mais dois hospitais, aptos a recolher cêrca de 1.500 enfermos.

Expandiu-se a imunização contra a tuberculose, notadamente no Estado de São Paulo, onde se fizeram mais de 400.000 vacinações, e no do Rio Grande do Sul, onde se realizaram mais de 200.000 vacinações. No Distrito Federal, as vacinações BCG de recém-nascidos ultrapassaram 40.000 em 1951 e 47.000 em 1952, ou seja mais de 3/4 ou 4/5 dos nascidos vivos. O número total de vacinações BCG no Brasil ultrapassa já o de 2.000.000,000, o que

atesta o grau do nosso adiantamento em matéria de imunização contra a peste branca.

Febre Amarela

Face aos surtos, mais ou menos periódicos, da modalidade silvestre da febre amarela que, nas épocas estivais, faz um número variável de vítimas entre as populações do campo, impôs-se a reorientação da política do Govêrno nesta esfera do trabalho de saúde. A erradicação, pràticamente total, dos *Aedes aegypti* deixou o Brasil indene das antigas explosões do mal. Entretanto, nas áreas florestais do nosso interior, êle persistiu e, transmitido por espécies silvestres de mosquitos, continuou a arrebatar vidas e a causar pânico entre os rurícolas. Assim é que em 1952 ocorreram 206 casos fatais, em 6 unidades da Federação.

Graças a recursos especiais, atribuídos ao Ministério da Educação e Saúde no valor de Cr$ 10.000.000,00, estabeleceu-se um plano de cobertura imunizante que atingiu o total, em 1952, de 4.703.703 indivíduos vacinados. O ataque principal recaiu nas populações rurais de Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, ao passo que outros ataques combinados procuraram cercar, sobretudo nas rodovias da Bahia e de Minas, os imigrantes nordestinos, a caminho do Sul do Brasil. Para êste novo tipo de atividade permanente, as turmas de vacinação contra a febre amarela aumentaram de oito para duzentas, aproximadamente, as quais atuam nas zonas mais distantes do País, devidamente providas de meios de transporte e material necessário às suas finalidades.

Esquistossomose

As pesquisas feitas pelo Ministério da Educação e Saúde sôbre a doença de Manson-Pirajá da Silva possibilitaram uma visão realista dessa endemia rural.

O total de 44.478 exames positivos, em uma amostra de 440.786 pessoas, de 612 localidades em cidades de 1.500 habitantes e realizados em 11 Estados da Federação, constitui um valiosíssimo índice para se aquilatar a devastação e os prejuízos ocasionados pela referida helmintose. As estimativas para todo o Brasil, segundo os dados daquele inquérito, promovido pela Divisão de Organização Sanitária, aproximam de 3 milhões o número dêsses verminóticos em nosso País. Além disso, observa-se a tendência à expansão da doença em inúmeras localidades da re-

gião centro, oeste e sul do País, devida às intensas migraçoes internas de nordestinos, altamente infestados, para aquelas regiões.

O conhecimento dêsse quadro impunha o combate à esquistossomose, por meio de uma campanha de grande envergadura, de âmbito nacional.

Em setembro de 1952, confiou o Govêrno esta campanha ao Serviço Nacional de Malária, modificando o seu regulamento para atender a êsse novo encargo.

Doenças Mentais

Pelos dados disponíveis, o número de psicopatas em todo o Brasil, internados em estabelecimentos psiquiátricos, públicos e particulares, elevou-se, em 1952, para 35.687, sendo 19.743 do sexo masculino. Neste total o número de estrangeiros, internados, foi de 2.239. Nas internações, predominam, em freqüência, a esquizofrenia com 27,7% e as psicoses exotóxicas (alcoolismo), com 9%. O número de hospitais para psicopatas registrados no Ministério da Educação e Saúde, é de 112, correspondendo a uma média em leitos de 0,68 por mil.

Organização Hospitalar

O último censo hospitalar (1951), efetuado pelo Ministério da Educação e Saúde, registrou um total de 1.791 hospitais, com um total de 162.515 leitos. Os recursos hospitalares do País se medem pela razão de 1,8 leitor por mil habitantes, excluídos do cálculo os destinados às doenças mentais, tuberculose e lepra.

Em 1952, novos hospitais foram cadastrados, e os trabalhos efetuados no setor de projetos, para atender a solicitações de órgãos oficiais ou mesmo de particulares, acusam um total de 42 projetos de construção, reforma e ampliação hospitalares, tudo indicando que muito em breve o Brasil verá a razão leito-população atingir uma cifra satisfatória.

Proteção à Maternidade e à Infância

Os auxílios distribuídos pelo Govêrno, através da Campanha de Proteção à Maternidade e à Infância, já atingiram Cr$ ..... 76.000.000,00, e foram aplicados em construção, equipamento e ajuda na manutenção de Maternidades, Postos de Puericultura, Hospitais Infantis e órgãos congêneres.

Em 1952, o auxílio do Fundo Internacional de Socorro à Infância foi ampliado aos Estados do Piauí, Maranhão, Alagoas, Bahia e Sergipe, tendo-se restringido, em 1951, apenas aos Es-

tados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Nos últimos dois anos, elevou-se a Cr$ 7.600.000,00 a cota do Govêrno para o FISI, atingindo a US$ 1.100.000,00 a importância despendida no Brasil pela referida entidade internacional.

Serviço Especial de Saúde Pública

Com a cooperação de alguns Estados, Territórios e Municípios, mas, sobretudo, com a participação da União, através dos recursos orçamentários fornecidos ao SESP e de verbas específicas, além das contribuições do Plano SALTE, da Comissão do Vale do São Francisco e da Valorização Econômica da Amazônia, concluíram-se, no ano findo, serviços de abastecimento d'água em Esperança (Est. da Paraíba), Gameleira (Est. de Pernambuco), Baixo Guandu, Santa Teresa e Vila de Marataizes (Est. do Espírito Santo), bem como foram iniciados ou tiveram prosseguimento idênticos serviços em Manaus, Manacapuru, Tefé e Maués (Amazonas). Colônia Agrícola, Santarém e Óbidos (Pará), Guajará-Mirim e Pôrto Velho (Território do Guaporé), Macapá (Território do Amapá), Areia (Est. da Paraíba), Palmares e Petrolina (Estado de Pernambuco), Juàzeiro, Vitória da Conquista e Feira de Santana (Est. da Bahia), Pirapora (Est. de Minas Gerais) e Colatina (Est. do Espírito Santo).

Sob a administração e assistência técnica do SESP foi terminado o sistema de esgotos em Macapá, e com a participação da Prefeitura de Colatina foi concluída a ampliação da rêde de esgotos dessa cidade.

Comemorou o SESP, em julho de 1952, 10 anos de existência no Brasil. As despesas totais do SESP atingiram, nos 10 anos, Cr$ 560.000.000,00, despendidos em benefício de cinco milhões de pessoas, ou seja um "per-capita" de Cr$ 41,44, excluídas as despesas de administração, construção, treinamento de pessoal e pesquisas aplicadas. Nesses 10 anos, as contribuições financeiras dos Estados Unidos e do Brasil foram de Cr$ 175.427.416,80 e Cr$ 380.000.000,00, respectivamente. As dotações do Govêrno Federal, dos Estados e Municípios para obras e projetos especiais atingiram Cr$ 167.821.326,70 e despendeu o Instituto de Assuntos Americanos Cr$ 53.991.563,17 com o pagamento do seu pessoal, à conta, exclusivamente, do Govêrno Americano, que ainda gastou cêrca de Cr$ 18.000.000,00 com bôlsas de estudos na América do Norte, concedidas a profissionais graduados. As outras contribuições do Govêrno Brasileiro — doações de terreno,

custo de transporte reduzido, isenções de impostos e serviço livre postal e telegráfico — estão estimadas em Cr$ 18.710.840,00.

Os programas de demonstração que, por solicitação dos Estados, vêm sendo realizados, deverão ser progressivamente integrados no órgão local de saúde pública. Esta diretriz é tanto mais justa se considerarmos que alguns Estados vêm deixando de satisfazer total ou parcialmente, já há alguns anos, seus compromissos financeiros com o SESP, acarretando desequilíbrio na aplicação orçamentária destinada à realização dos seus programas.

Campanha de Proteção Sanitária aos Flagelados das Sêcas

Organizados em equipes, médicos e enfermeiros de repartições federais, articulados com autoridades sanitárias da Bahia, sediaram-se em quatro pontos estratégicos — Conquista, Caculé, Bonfim e Itaberaba, tendo por objetivo realizar um programa de proteção sanitária aos flagelados das sêcas.

A complexidade do trabalho adveio dos dois tipos de flagelados existentes na região: o flagelado retirante, em trânsito permanente, atraído pela riqueza ou suposta riqueza de outras regiões e o flagelado local, sedentário, conformado. Um recenseamento de retirantes, num período de 23 dias, em Conquista e Caculé, acusou a movimentação de 12.284 indivíduos, de várias idades.

As equipes realizaram 12.985 vacinações antivariólicas, com 1.922 revacinações; 4.290 vacinas antitíficas foram consumidas e distribuíram-se 16.517 latas de leite em pó.

Paralelamente aos trabalhos das equipes, outros foram executados por organismos oficiais, autárquicos e particulares, que contaram, quando necessário, com a ajuda financeira do Ministério da Educação e Saúde. Com a mesma finalidade, o Ministério auxiliou várias organizações dos Estados em que ocorreram migrações de populações flageladas pelas sêcas.

Nos outros setores do trabalho de saúde, as atividades dos vários órgãos específicos prosseguiram normalmente, dentro de programas prèviamente delineados.

ALIMENTAÇÃO E ABASTECIMENTO

A alimentação, quer encarada do ponto de vista individual, quer do coletivo, é o mais importante problema de todos os agregados humanos. O crescimento das populações, coisa de que tanto necessita o Brasil para compor os seus vazios demográficos, como as condições de saúde, maior bem do homem, dependem fundamentalmente dos recursos alimentares com que possam contar as coletividades, sejam provenientes de produções próprias, ou adquiridas em troca de outros bens.

Não poderia, por isto, o meu Govêrno, cujos compromissos com a massa trabalhadora são notórios, deixar de interessar-se profundamente pelos problemas alimentares da população brasileira.

Um exame da situação alimentar das concentrações humanas brasileiras, sôbre as quais se dispõe de dados estatísticos, revela que, dentro das limitações impostas por uma conjuntura mundial dificílima, foi produtiva a ação do Govêrno no setor da produção de alimentos. A verdade é que no problema da alimentação dois fatos fundamentais têm de ser encarados: o da quantidade e o da qualidade, sendo que êste só se apresenta quando o primeiro está em parte solucionado. Por outro lado, a maior ou menor importância de um ou outro aspecto da questão está na dependência do nível de vida das populações, isto é, da renda nacional e de sua distribuição.

Antes de 1930, e na primeira metade da década iniciada naquele ano, eram tão precárias as condições de vida do Povo brasileiro que nem se discutia o problema da qualidade de gêneros alimentícios disponíveis para as nossas populações e estas eram tão despojadas de direitos que nada reclamavam. Nessa época, todos os que dispunham de alguns mil réis podiam comprar a carne que quisessem; nos açougues, na parte da tarde, era vendida ao preço vil de Cr$ 1,00 o quilo e, apesar dêsse preço, o consumo médio anual de carne por habitante, no Distrito Federal,

estava em tôrno de 40 quilos. E assim para os gêneros alimentícios de valor qualitativo e não quantitativo. Todos se devem lembrar de que a base da alimentação dos nossos trabalhadores era a farinha de mandioca e cereais de baixo custo. Acresce que algum suplemento proteínico e vitamínico da dieta, insatisfatório embora, era assegurado por uma produção marginal doméstica, muito mais generalizada então do que hoje, e não constituía problema administrativo algum, porque nem era objeto de comércio. A economia brasileira era essencialmente agrícola e a renda nacional, como em todos os países de estrutura econômica semelhante, muito baixa.

Com o esfôrço de industrialização e o progresso observados de então para cá, e com a conseqüente passagem de uma economia agrícola para uma economia, a esta altura, já de predominância industrial, a renda e o nível de vida das populações, principalmente as urbanas, têm melhorado aos saltos e, como teria fatalmente de acontecer, iniciou-se uma verdadeira revolução nos hábitos alimentares de nosso Povo, que passou a ter exigências qualitativas, em vez de simplesmente quantitativas em matéria de alimentos. E' inteiramente falso pensar que, quer em valor real, quer em volume, tenha diminuído a produção agrícola do País. Ao contrário, a despeito da anormal estiagem dos dois últimos anos, essa produção aumentou em 14%, de 1951 para 1952, em volume, sendo que, em relação aos gêneros alimentícios, êsse aumento foi de 10%, enquanto a população crescia em cêrca de 2,4%. O mesmo fato se havia observado no ano anterior.

E' certo que essas cifras refletem fortemente o aumento da produção de açúcar, mas a generalidade dos produtos alimentares denuncia a mesma tendência.

A produção de cereais manteve-se relativamente estacionária, registrando um crescimento de apenas 0,5%, mas a de legumes e tubérculos, que com a primeira concorre para a satisfação das mesmas necessidades dietéticas, obteve o considerável aumento de 5%, de modo que, no conjunto, êsses produtos conseguiram um aumento sensivelmente superior ao da população, isto é, de 3,3%.

Se considerarmos que a importação de gêneros dessas categorias aumentou ligeiramente durante o ano transato — tomando-se por base as cifras relativas ao nosso comércio externo para o período janeiro-setembro —, enquanto diminuía fortemente a exportação dos produtos similares, constataremos que o mercado

nacional deve ter absorvido, durante o ano, uma quantidade vizinha de 250.000 toneladas de cereais, legumes e tubérculos (ou seus derivados alimentares) a mais do que teria sido o caso se nossas importações e exportações tivessem mantido os níveis de 1951. Noutros têrmos, o crescimento do consumo efetivo foi aparentemente maior que o da produção, nesse setor.

Resta considerar que o nível geral dos estoques visíveis de 10 gêneros alimentícios de origem vegetal (arroz, batata, cebola, feijão, farinha de mandioca, farinha de trigo, fubá de milho, milho em grão, óleos, trigo em grão), em todo o País, se manteve abaixo do de 1951 — sugerindo um consumo efetivo mais forte ainda que o consumo aparente a que acima aludi. Com efeito, os níveis mínimos e máximos dêsses estoques, em 1952, mantiveram-se abaixo dos de 1951 em 34,9% e 13,3%, respectivamente. Essa aparente liquidação parcial de estoques durante o exercício deve ser interpretada como conseqüência da normalização dos transportes, permitindo o escoamento dos produtos para os centros consumidores, conjugada a um crescimento do poder aquisitivo bem mais rápido que o da própria produção e que a estimula a crescer, por sua vez.

Escolhi os cereais, legumes e tubérculos para êste exame por se tratar de produtos de economia mais bem conhecida no estado atual de nossas estatísticas, mas o comportamento geral do mercado sugere que o estado da produção alimentar foi fundamentalmente o acima descrito. Dois setores fundamentais do abastecimento — o da carne e o do açúcar — melhoraram consideràvelmente, chegando o último a uma situação de grande excedente exportável. O suprimento do pescado também apresentou sensível elevação, graças às providências de fomento que têm sido tomadas pelo Govêrno.

Em conjuntura mundial mais favorável, que possibilitasse a colocação remunerativa, nos mercados externos, dos excedentes de nossa produção e a conseqüente importação de gêneros alimentícios, com as divisas obtidas, não apenas o *deficit* alimentar de nossas populações se auto-corrigiria, como seria possível assegurar-lhes uma dieta mais balanceada. Mas, não sendo essa a conjuntura do momento e sendo indispensável reservar as escassas disponibilidades em moeda estrangeira para atender às crescentes necessidades de nossa industrialização e também da mecanização da lavoura impossível se tornou aumentar a importação de produtos alimentares, ainda mais do que foi conseguido.

Salvo no caso especial do trigo, em que a produção nacional é notòriamente insuficiente, as importações de alimentos se fizeram com a preocupação de não frear o desenvolvimento de nossa própria produção agrícola, e, em geral, atingiram sua finalidade principal de reduzir os preços muito elevados de alguns gêneros.

No conjunto, pois, o suprimento de produtos alimentares tem melhorado, quer quantitativa, quer qualitativamente. O crescimento da quota de proteínas pode ser exemplificado pelo aumento do consumo de carne no Distrito Federal — de cêrca de 40 quilos por habitante, em 1930, para mais de 50 quilos, nos últimos anos. A verdade indiscutível é que a capacidade de compra e, em última análise, o nível de vida das nossas populações tem subido. Aliás, todos os índices sociais disponíveis vêm revelando esta verdade indiscutível. O aumento da população do Brasil que, no período de 1920-1940 foi de 35%, ou 1,7% por ano; no período de 1940-1950 foi de 26,7% ou 2,4% ano a ano. A mortalidade geral que, no Distrito Federal, antes de 1930, flutuava em tôrno de 20, e ainda era em 1941 de 19, atingiu 12,8 em 1951 — mais baixa do que a de Londres, que para o mesmo ano foi de 13,1 e do que a de Montevidéu, que foi de 13,6. Também têm decrescido de modo notável a mortalidade pela tuberculose e outras infecções e a mortalidade infantil, dois índices que são considerados como os verdadeiros barômetros das condições econômico-sociais das populações. A vida média provável ao nascer que, no Distrito Federal, oscilava, em 1940, em tôrno de 42 anos, passou, em 1950, a 53 anos, e a idade média de morte, que era de 31 anos, passou a 37 anos.

Não é só em relação ao Distrito Federal que tal progresso se tem verificado. Todo o Brasil revela semelhantes condições de melhoria. Examinem os estudiosos o desenvolvimento demográfico do Brasil, a partir de 1920, e concluirão no mesmo sentido. A composição da dieta de tôda a massa da população brasileira tem-se modificado para melhor e foi êste fato que primordialmente permitiu o notável crescimento da população nacional na década 1940-1950.

No capítulo relativo ao desenvolvimento econômico, foram expostas as medidas, que estão sendo executadas, para que a nossa produção agrícola possa atender às exigências decorrentes do nosso progresso industrial e da conseqüente elevação dos

níveis de consumo das populações. Certamente, só pelo incentivo à produção é que um problema de tal magnitude poderá encontrar uma solução justa, que atenda aos interêsses nacionais.

Um imperativo humano leva o Govêrno a realizar, além das medidas anteriormente assinaladas, um programa de providências diretas, tendo em vista minorar os sofrimentos de apreciável massa de pessoas. Essas providências abrangem o fornecimento de certos alimentos a preços mínimos, por intermédio da Comissão Federal de Abastecimentos e Preços (C.O.F.A.P.) e o de refeições balanceadas e econômicas, através da rêde de restaurantes controlados pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.), tendo sido tomadas medidas prontas de transporte e de organização da distribuição, as quais aliviaram muitas dificuldades.

Serão, igualmente, levados a têrmo, através da cooperação entre o Govêrno Federal e as unidades federativas, planos regionais de política alimentar, atendendo às peculiaridades de cada região do País, segundo os estudos do órgão especializado de planejamento, cujas funções restabeleci — a Comissão Nacional de Alimentação.

Constituem ponto importante do programa de melhoria das condições de nutrição os projetos de enriquecimento nutritivo de certos alimentos de base, como a farinha de mandioca, o milho e o arroz. Já foram completados os estudos técnicos para o enriquecimento da farinha de mandioca em vitaminas e sais minerais, transformando êste alimento deficiente, embora de uso generalizado em larga extensão do território nacional, num alimento de alto valor nutritivo.

Cogita o Govêrno, igualmente, do enriquecimento, em determinadas regiões, da dieta em ferro, para combate às anemias chamadas tropicais, e em iodo, para combate ao bócio endêmico.

Todo o amparo financeiro e assistência técnica serão prestados às iniciativas que visem à criação de novas indústrias alimentares que venham, realmente, contribuir para a melhoria das condições de alimentação do Povo brasileiro.

Entretanto, o desenvolvimento das indústrias de alimentos não pode ficar exclusivamente na dependência de interêsses comerciais, presos ao lucro. Mais do que em qualquer outro setor, esta industrialização tem de ser orientada no sentido das

reais necessidades da coletividade brasileira, porquanto se destina a atender a exigências biológicas, específicas e inadiáveis, e que, sintetizadas nos requisitos nutritivos individuais, expressem, no seu conjunto, as necessidades básicas de sobrevivência de tôda a Nação.

Incentivando a investigação de novos recursos alimentares no País, a cargo do Instituto de Nutrição e de outros órgãos de pesquisa, facilitando a produção agrícola dêstes recursos e orientando sua industrialização racional, o Govêrno visa à revalorização do homem brasileiro e do seu potencial produtivo, através da boa alimentação e da nutrição equilibrada.

EDUCAÇÃO E CULTURA

O Govêrno prosseguiu na ação estimuladora do desenvolvimento da educação e da cultura, assegurando recursos a órgãos especializados, de caráter público ou privado, dentro das possibilidades do Tesouro.

E' digna de nota e incentivo a recente transformação operada, entre nós, no modo de ver os problemas de educação e de cultura. Procura-se relacioná-los com o estágio econômico e social do País. Efetivamente, em matéria de educação e cultura, urge uma revisão dos métodos e práticas até aqui adotados, no sentido de dotar o País de um arcabouço institucional ajustado às suas peculiaridades sociais e necessidades de desenvolvimento.

Ensino Superior

Ampliou-se consideràvelmente a rêde de estabelecimentos de ensino superior com o reconhecimento federal de numerosas escolas, embora muito haja ainda que fazer para que rendam o que delas se espera. Neste ponto, merece referência especial a instalação da Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas, nos moldes mais avançados, e a da Escola de Administração de Emprêsas, que a mesma Fundação pretende levar a têrmo no corrente ano, em São Paulo.

Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Iniciou suas atividades, no ano findo, a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que o Govêrno criou pelo Decreto n.º 29.741, de 11 de julho de 1951. Preliminarmente, a Comissão propôs-se atingir os seguintes objetivos:

1. fazer o levantamento geral das necessidades nacionais, em técnicos e pessoal de qualificação superior, nos diversos setores, bem como estudar nosso sistema de ensino superior; e

2. promover o aperfeiçoamento do sistema de formação e de especialização do quadro técnico, cultural e científico de nível superior, através de assistência aos estabelecimentos de ensino e da concessão de bôlsas de estudo, no País e no estrangeiro.

A CAPES executa suas atividades sob a forma de projetos que abrangem os diversos problemas a resolver. Do programa em execução, salienta-se o *Inquérito sôbre deficiência de Pessoal de nível superior*, que objetiva proceder ao balanço das necessidades de pessoal para as diversas especialidades, sob os pontos de vista da quantidade, variedade e qualidade e apontar as falhas e o modo de saná-las, à luz de um *Estudo da situação econômica do Brasil;* de um *Censo Universitário*, para completar as falhas dos dados colhidos nas repartições de estatística; de um *Levantamento da situação do ensino superior*, para organizar um "dossier" sôbre cada um dos estabelecimentos arrolados, e de um *Levantamento das escolas superiores existentes no País*, que, realizado em colaboração com a Diretoria do Ensino Superior e com o IBGE, já resultou num cadastro dos estabelecimentos de ensino superior, segundo o qual funcionavam, em dezembro último, 263 dessas escolas, 49 das quais no Distrito Federal e 52 em São Paulo.

Ao lado dêsses projetos de escopo geral, empreendeu a CAPES *estudos* especiais sôbre a *situação do ensino* da medicina, mediante convênio com a Associação Médica Brasileira, o qual deverá estar concluído até 30 de julho próximo; sôbre a *situação* do *ensino da engenharia*, arquitetura e química, mediante convênio com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, e sôbre o *ensino de engenharia sanitária*, em cooperação com o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e com o Institute of Inter-American Affairs (IIAA).

Além disso, a CAPES elaborou um projeto de *intercâmbio* com universidades e entidades educacionais estrangeiras, de que já resultou o contato com 143 universidades francesas, italianas, canadenses, britânicas e norte-americanas e com 16 associações de educação e institutos científicos.

O objetivo central do Govêrno, em matéria de ensino superior, é dar-lhe um cunho mais funcional, isto é, orientá-lo para preparar, antes de tudo, os quadros de que carece a economia brasileira, ao invés de formar, sem plano algum, especialistas, certamente sempre úteis, mas nem sempre os mais úteis, dentro de uma escala de prioridade das necessidades de crescimento do País.

Ensino Secundário

Durante o exercício passado foram instaladas duas novas seções do Colégio Pedro II, que assegurarão ensino médio, com

o mais elevado padrão, a cêrca de 3.000 alunos. Além disso, em todo o País, abriram-se 115 novos ginásios.

Ensino Comercial

Foram também adotadas medidas tendentes a promover a expansão e o aperfeiçoamento do ensino comercial. Dentre elas, cumpre destacar o programa de seminários de orientação técnico-pedagógica do ensino comercial, que vem sendo levado a têrmo pelo Ministério da Educação e Saúde em colaboração com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

Assistência Federal ao Ensino

O Govêrno Federal, através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Saúde, prestou, durante o exercício anterior, ativa assistência financeira e técnica às entidades locais de ensino, orientando-as para a descentralização, como o recomenda a Carta Magna, dentro de um sistema de acordos com os Estados, os Territórios e o Distrito Federal, o qual conserva a iniciativa e a responsabilidade das unidades e concorre para a ampliação e elevação dos seus padrões de ensino, sem prejuízo da progressiva integração do sistema nacional.

Enquanto pelos estudos e inquéritos do INEP, o Govêrno assegura orientação uniforme e profícua a todo o ensino nacional, estende também sua ajuda material aos Estados, cooperando com êles num sistemático programa de construção de educandários que, tendo começado por escolas isoladas para zonas rurais, abarca hoje grupos escolares, escolas normais e centros regionais de educação, interessando a educação média em todos os seus ramos. Além disso, vem o INEP cuidando do equipamento e da manutenção dêsses prédios, com o que poderá levar sua influência à melhoria dos padrões de funcionamento das escolas.

Em 1952, foram concluídas 1.010 escolas isoladas, 102 grupos escolares e 5 escolas normais, em todo o País, com a ajuda e assistência do Govêrno Federal, prosseguindo a construção, sob o mesmo regime, de mais 936 escolas isoladas, 167 grupos escolares e 41 escolas normais e centros regionais de educação. Foram ainda assinados convênios para a construção de 173 escolas normais, 131 grupos escolares, 11 centros regionais de ensino médio e para a ampliação de 11 escolas normais. Finalmente, um plano lançado no exercício passado abrange a construção de mais 10 grandes grupos escolares, 79 grupos de tipo médio e 467 escolas rurais.

Êste esfôrço deve prosseguir e mesmo intensificar-se. Basta considerar que o Estado de São Paulo, a mais rica das unidades da Federação, careceria ainda de 10.000 salas para atender a tôda a sua população em idade escolar, em regime de meio-dia para cada turma, o que implicaria investimento da ordem de 1 bilhão de cruzeiros.

Não obstante dispor o País de cêrca de 600 escolas normais, perdura o problema dos quadros para o ensino, especialmente no que toca ao preparo dos professôres para as referidas escolas. Para resolvê-lo, o Govêrno Federal, através do INEP, concedeu, no exercício anterior, aos serviços educacionais dos Estados, 211 bôlsas para o aperfeiçoamento de professôres, enviou missões pedagógicas aos Estados, organizou seminários e cursos de renovação pedagógica, distribuiu livros e material escolar aos educandários, inclusive particulares.

Deve-se, especialmente, aprofundar e estender a experiência do empreendimento tentado, já em 1952, na Bahia, onde funcionou um centro estadual de preparo do professorado normal. Para o corrente ano, o INEP projeta outro centro idêntico — o Instituto do Professor Primário de São Paulo.

Completando o sistema, criar-se-ia, no Rio de Janeiro, um centro nacional de preparo de professôres e especialistas de educação, para abastecer os centros regionais. A criação de tal centro já está em estudos, com a colaboração da UNESCO e do Instituto dos Negócios Interamericanos.

De futuro, porém, o aperfeiçoamento do magistério deverá obedecer a plano mais amplo e sistemático, partindo desde a formação dos professôres.

Torna-se recomendável, também, o estudo do melhor meio de aperfeiçoar o professor primário já em serviço, evitando-se, sempre que possível, seu deslocamento para a Capital Federal, conservando-o em seu próprio meio, para furtá-lo a desajustamentos prejudiciais e, sobretudo, estendendo o programa de aperfeiçoamento a camadas bem mais consideráveis do magistério.

Outro aspeto da ação do Govêrno no terreno educacional foi a aprovação da Campanha do Livro Didático e de Manuais de Ensino, visando, inicialmente, à elaboração de guias ou manuais para os professôres que não dispõem de oportunidade para a freqüência a cursos de aperfeiçoamento e não tiveram uma formação profissional nas Faculdades de Filosofia.

A reforma iniciada, porém, não tenhamos ilusões, só lentamente produzirá seus efeitos. Trata-se de operar uma transformação radical na delimitação do que deve ser ensinado e na adoção de métodos de ensino.

Campanha de Educação Rural

A Campanha Nacional de Educação Rural, iniciada experimentalmente, em 1951, teve considerável incremento em 1952. Seu objetivo consiste em minorar os males do abandono de nossos rurícolas, levando até êles educadores, médicos sanitaristas, assistentes sociais. Fundou Centros Sociais Rurais e Missões Rurais, instalou Centros de Treinamento para a formação de professôres e líderes rurais, firmou 17 acordos com várias administrações estaduais e organizações governamentais ou particulares, cívicas e religiosas.

Campanha de Educação de Adultos

A Campanha de Educação de Adultos, sob a superintendência do Departamento Nacional de Educação, desenvolveu intensa atividade no ano de 1952.

O reconhecimento da importância dos serviços, que a Campanha vem prestando, já ultrapassou as fronteiras do nosso País e a experiência brasileira continua a figurar como uma das mais vastas e de resultados mais positivos que já se realizaram no mundo. Os processos que adota têm sido consagrados em recomendações aprovadas por congressos internacionais, o que demonstra o seu alto mérito.

Planejada, para 1952, a instalação de 17.000 cursos de alfabetização de adultos e adolescentes, variando seu número, em cada município, segundo o índice de analfabetos na população adulta; graças à valiosa colaboração de pessoas e de instituições, que, voluntàriamente, se filiaram ao programa do Govêrno, o número dos cursos, que tiveram funcionamento efetivo, superou aquêle inicialmente fixado.

Estados, como o de São Paulo, não se limitaram ao número programado, tanto que, ao invés de 2.000, funcionaram em terras bandeirantes, no ano passado, 3.000 cursos, sendo de realçar a economia realizada nesse Estado, graças ao apoio do público, ali tão sensível às iniciativas patrióticas, o qual se traduziu no elevado número de 1.500 professôres voluntários de 3.000 classes instaladas. Isto permitiu que se empregasse o saldo da respectiva verba no desenvolvimento do ensino de

iniciação profissional para os recém-alfabetizados, tendo-se criado cursos para tal fim em 20 escolas rurais, construídas pelo Ministério da Educação e Saúde, naquele Estado.

Não se preocupou o Ministério da Educação e Saúde apenas com essa iniciativa de adestrar as populações das zonas rurais, através de Centros de Iniciação Profissional — unidades educativas para o preparo básico de adolescentes e mesmo de adultos — em São Paulo, pois estendeu suas vistas além dêsse Estado com a instalação dêsses Centros, também, em Pernambuco (20 unidades), no Ceará (15), em Sergipe (8), no Território do Amapá (4) e de 1 Centro em cada um dos seguintes Estados: Mato Grosso, na Base Fluvial do Ladário; Rio Grande do Norte, no Patronato de Ponta Negra, sediado em Natal; e no Espírito Santo, através da Campanha de Alfabetização e Assistência Social de Cachoeiro do Itapemirim.

Justo é realçar o papel que a imprensa escrita e falada de todo o País vem desempenhando na campanha contra o analfabetismo. Mais de 200.000 centímetros quadrados foram cedidos, gratuitamente, por 1.663 jornais de tôdas as unidades da Federação, para a propaganda do movimento, e ainda alto-falantes e 230 estações rádio-difusoras cooperaram efetivamente, para tanto, em 1952. Tal colaboração da imprensa fêz com que se pudesse desdobrar a campanha contra o analfabetismo, através dos seguintes aspetos, de execução autônoma, embora conexos e solidários em seus objetivos: o da realização governamental direta e o da cooperação popular.

Rêde Federal de Ensino Industrial

E' uma das maiores preocupações do meu Govêrno a formação do nosso operário. No ano de 1952, as escolas federais de ensino industrial receberam Cr$ 9.997.000,00 para equipamentos, Cr$ 26.800.000,00 para construções. Mas ainda há muito que fazer em matéria de expansão e eficiência dêsse sistema de ensino.

Para o ano corrente, planeja-se a instalação de uma rêde de cursos artesanais dentro da área de influência da Hidroelétrica do São Francisco e da bacia petrolífera do Salvador, e estuda-se a instalação de uma Escola de Formação e Treinamento de Professôres do Ensino Industrial no Estado de São Paulo, unidade da federação onde mais se avoluma a indústria e onde é mais premente a necessidade de mão-de-obra de maior qualificação.

Pesquisa sôbre evasão nas escolas de aprendizagem industrial

Iniciou o SENAI a publicação dos resultados de pormenorizada pesquisa sôbre as causas da evasão de alunos, verificada em suas escolas de aprendizagem; tal pesquisa foi realizada, simultâneamente, no Distrito Federal e nas cidades de São Paulo, Recife e Pôrto Alegre, e abrangeu, além de pequeno número de alunos dos cursos vocacionais, 935 aprendizes de ofício e aspirantes à indústria eliminados e 75 concludentes de curso que serviram de grupo de contrôle.

Feita segundo as mais modernas normas científicas, essa pesquisa demonstrou que o fenômeno observado resulta, quase exclusivamente, da influência de fatôres sociais e econômicos que escapam às medidas ao alcance de um estabelecimento educacional como o SENAI. Provou-se, em última instância, que o problema da evasão escolar — inclusive de outros sistemas de estabelecimentos de ensino — não pode ser resolvido isoladamente, mas apenas mediante a promoção de mudanças simultâneas e articuladas nos vários setôres da vida nacional e na atitude das elites dirigentes.

Por si mesma, a iniciativa dessa pesquisa já representa, entretanto, uma inequívoca mudança na maneira como os problemas da escola vêm sendo encarados em nosso País.

Ensino emendativo

No terreno do ensino emendativo, a cargo de dois institutos oficiais — o Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Surdos-Mudos — ocorreram apreciáveis progressos, tendo-se adotado medidas que muito contribuíram para uma assistência mais efetiva àqueles que carecem do ensino especializado para atender às suas condições peculiares de cegos e surdos-mudos.

Cooperativa Distribuidora de Material Escolar

A campanha do barateamento do livro escolar, iniciada em 1951 com a organização da Cooperativa Distribuidora de Material Escolar do Distrito Federal, tomou maior vulto em 1952, com a criação de novas unidades.

Em julho, foi constituída a Cooperativa de Belo Horizonte. Com o apoio do Govêrno do Estado do Rio de Janeiro, a campanha foi levada a Niterói, Petrópolis, Campos e Paraíba do Sul, onde já foram constituídas as respectivas cooperativas locais. No Estado de São Paulo, a campanha oferece boas perspectivas, com a próxima instalação das cooperativas na sua capital e nas cidades de Campinas, Ribeirão Prêto e Pinhal.

No Estado de Minas Gerais, planeja-se a constituição de entidades cooperativas do mesmo gênero nas cidades de Juiz de Fora, Uberaba e Itajubá. Serão organizadas, pròximamente, cooperativas, também, em Recife e em Salvador.

Radiodifusão Educativa

No que se refere à radiodifusão educativa, houve a preocupação de se manter o nível educativo e cultural da sua ação, desenvolvendo os programas de divulgação destinados a entreter e a instruir o maior número possível de ouvintes.

Funcionou com êxito crescente, em 1952, o "Colégio do Ar", que pode já ser incluído no patrimônio da educação e da cultura do Povo brasileiro. No ano findo, seus cursos alcançaram cêrca de 4 mil alunos inscritos. O Curso de Divulgação Científica, que funciona anexo ao Colégio do Ar, continuou, em 1952, a difusão de conhecimentos gerais, em forma de palestras acessíveis, por técnicos e cientistas das nossas faculdades e de instituições técnicas e culturais.

O Serviço teve melhorado o seu equipamento, com o acréscimo de duas ondas curtas, devendo, dentro de alguns meses, ser inaugurados dois transmissores de 7,5 kW cada um, nas faixas de 31 e 25 metros, o que possibilita cobertura nacional para as respectivas irradiações, tendo sido, ainda, recebido material completo para reforma dos seus estúdios.

Cinema

Em minha anterior Mensagem ânua, referi-me a estudos que estavam sendo levados a têrmo sôbre o aperfeiçoamento técnico e artístico da produção cinematográfica brasileira.

De tais investigações resultou o projeto de lei que cria o Instituto Nacional de Cinema, ora em tramitação na Câmara dos Deputados.

A medida em aprêço atende ao imperativo de estruturar as atividades cinematográficas no País, as quais, pelo seu volume e variedade, bem como por suas repercussões econômicas e culturais, necessitam de orientação racional com o propósito de reduzir a dependência do nosso mercado consumidor de filmes em relação às importações estrangeiras.

Teatro

As concessões de auxílios às organizações teatrais importaram em Cr$ 3.000.000,00, verificando-se um acréscimo de Cr$ ..... 1.000.000,00 com relação ao ano de 1951. Foram contempladas 62 organizações teatrais e concedidas várias bôlsas de estudos.

O Conselho Consultivo de Teatro, órgão criado em abril de 1951, estabeleceu as normas para a distribuição da subvenção especial concedida pelo Govêrno às emprêsas teatrais, com o fim de baratear o preço dos ingressos.

Essa subvenção atingiu o total de, aproximadamente, 700 mil cruzeiros para uma temporada de 6 meses.

No ano de 1952, funcionou, com regularidade, o Curso Prático de Teatro, com a freqüência de 111 alunos.

Foram iniciadas, em 1952, as atividades da Comissão de Teatro Infantil, planejando-se a organização de espetáculos infantis, em praças públicas, destinados aos menos favorecidos de recursos financeiros, principalmente nos bairros proletários nos patronatos congêneres e nas organizações fabris.

Patrimônio Histório e Artístico Nacional

No que se refere ao patrimônio histórico e artístico nacional, foram realizadas atividades diversas, com o objetivo, sobretudo, de assegurar a efetiva proteção do acervo.

Executaram-se obras de conservação, reparação e restauração em 93 edifícios, sendo 23 civis e 70 religiosos. O serviço de restauração de pinturas recuperou 97 obras, nos seguintes Estados: na Bahia, 18 telas e 62 painéis; em Goiás, 6 telas; em Santa Catarina, 11 telas; além de 6 telas no Distrito Federal.

Museus

Os museus cumpriram satisfatòriamente a missão cultural que lhes incumbe.

O número de visitantes ao Museu Histórico Nacional foi de 26.447, total até agora não registrado, o que demonstra o crescente interêsse público pela instituição. O Museu da Inconfidência, com sede em Ouro Prêto, foi visitado por 14.810 pessoas durante o ano de 1952, enquanto o Museu do Ouro, instalado em Sabará, teve 11.674 visitantes, e o Museu das Missões, em São Miguel, Rio Grande do Sul, 2.802, durante o mesmo período.

O Museu Nacional de Belas Artes funcionou com regularidade no ano de 1952, executando normalmente os trabalhos que lhe estão afetos. Foi enriquecido com várias aquisições, que importaram em Cr$ 700.000,00. Experiência nova e digna de louvor foi a exposição itinerante da pintura brasileira, constituída sòmente de telas pertencentes ao Museu, a qual visitou os Estados de

Pernambuco, Paraíba e Bahia, motivando extraordinário interêsse nas capitais dos mesmos. Durante o ano de 1952, visitaram o Museu 9.233 pessoas.

Casa de Rui Barbosa

A Casa de Rui Barbosa desempenhou normalmente suas atividades, no ano de 1952, quer como museu, quer como centro de estudos, quer como editôra. O museu foi visitado por 1.448 pessoas.

Pelo Decreto n.º 30.643, de 20 de março de 1952, foi instituído o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa com o objetivo de realizar estudos e trabalhos no domínio do direito e da filologia, tendo por campo de pesquisa a biblioteca e os arquivos da Casa de Rui Barbosa. Dando início às suas atividades, o Centro de Pesquisas realizou, no ano passado, um curso sôbre *Sociedade e Liberdade*, que estêve a cargo de um professor da Sorbonne e despertou o mais vivo interêsse nos meios culturais do Brasil.

Estímulo à criação de bibliotecas e à difusão do livro

No ano findo, atingiu 6.123 o número de bibliotecas registradas no Instituto Nacional do Livro — 342 mais que em 1951 — as quais receberam, no exercício, a doação de 1.229.955 livros.

Biblioteca Nacional

A Biblioteca Nacional teve em 1952 um ano de notáveis atividades, a começar pela freqüência, que atingiu 67.758 consultantes de livros e periódicos, os quais pediram 83.132 obras, 40% das quais de cunho científico, fato que testemunha uma auspiciosa tendência da parte do público.

Foram registrados 38.165 livros, folhetos e outras peças, 62.576 periódicos nacionais e 12.686 estrangeiros; encadernadas e restauradas 7.943 obras; executadas 2.520 reproduções fotográficas e 5.081 microfilmes e adquiridas 2.300 peças, inclusive 2.226 livros, 5 folhetos, 21 partituras musicais, 35 autógrafos e 13 gravuras.

Refletindo a atividade editorial do País, as publicações recebidas dos editôres pela Biblioteca Nacional, por efeito de exigência legal, alcançaram 5.431 peças — 1.815 mais do que em 1951.

Com o mesmo êxito verificado no ano anterior, realizaram-se, por iniciativa própria, em 1952, na Biblioteca Nacional, quatro exposições de caráter educativo e cultural, as quais atraíram grande número de visitantes, ensejando comentários e aplausos dos meios intelectuais e da imprensa desta capital.

TRABALHO

A legislação do trabalho não é um sistema estático e perfeito. Sòmente será possível obter os melhores resultados de sua aplicação através da ação flexível de órgãos especializados como o Departamento Nacional do Trabalho, ao qual incumbe, na defesa do trabalhador, ajustar os interêsses de acôrdo com o espírito conciliador que preside a paz social preconizada pelo meu Govêrno.

Aproximando o capital e o trabalho, reunindo patrões e empregados para apreciação conjunta de seus problemas, o Govêrno torna evidente o propósito de criar um sistema de boas relações entre os fatôres de produção, contribuindo para a melhor compreensão da lei e seu perfeito ajustamento à realidade social.

O objetivo do Ministério do Trabalho é, resguardando a paz social, o de defender para o trabalhador melhores condições de salário, de trabalho e de vida. Implantada a legislação de amparo ao trabalhador, ao lado do zêlo pelo seu cumprimento, cumpre ao Ministério cuidar de outros meios de atingir sua finalidade.

Dentro dessa ordem de idéias, o Departamento Nacional do Trabalho, durante o ano de 1952, além da execução de seus serviços de rotina, procurou cumprir um programa tendo em vista o bom preparo dos servidores técnicos e de assistentes sindicais, através de seminários de cultura e de debates sôbre sociologia industrial, sindicalismo e problemas econômicos; a formação de uma equipe para o "trabalho de campo"; o incentivo às chamadas "escolas sindicais", destinadas a proporcionar aos líderes e dirigentes sindicais a oportunidade de realizarem estudos de caráter social e econômico; o aperfeiçoamento das técnicas de administração, aplicadas às entidades sindicais; bem como oferecer a empregados e empregadores o ensejo de, com a assistência

técnica da autoridade especializada, realizarem "mesas redondas", para estudo, debate e solução de problemas de interêsse mútuo.

A necessidade imperativa de acompanhar a evolução das relações de trabalho e as questões sindicais impõem ao Departamento Nacional do Trabalho o dever de dedicar considerável parcela de suas atenções a êsses problemas.

Ao lado da identificação profissional, além da fiscalização das leis trabalhistas, inclusive as disposições relativas à higiene e segurança do trabalho, além da instrução e julgamento dos processos de interêsse sindical, inclusive propostas orçamentárias e balanços, além de tantas tarefas dos serviços de rotina, é necessário promover a efetiva proteção das atividades produtivas, em todos os sentidos, o que exige a presença do delegado do Govêrno, onde se processam os fenômenos da vida quotidiana da produção.

Escritório Técnico de Produtividade

Cabe ainda uma referência especial aos estudos empreendidos na Comissão Nacional de Bem-Estar Social sôbre o problema da produtividade, a que dedicam hoje particular atenção os especialistas em organização do trabalho, em virtude do alcance e repercussão dêsse fenômeno no seio da comunidade. Êsses estudos, de que participaram técnicos brasileiros e americanos, foram levados a bom têrmo, resultando no Acôrdo recentemente firmado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos para a criação, em nosso País, de um Escritório Técnico de Produtividade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política de assistência social que o Govêrno vem realizando tem evoluído no sentido de tornar-se, cada vez mais, um fator de aceleração do progresso econômico e social do País.

Tal política não se tem afirmado apenas pelas medidas diretas de auxílio e amparo ao trabalhador, ao homem do campo ou às famílias numerosas, mas também por medidas outras, cujos benefícios indiretamente recairão sôbre os menos favorecidos da fortuna.

Assim é que o Govêrno tem desestimulado aplicações dos recursos financeiros em obras assistenciais, de efeito meramente demagógico, visando com tal orientação a vincular qualquer de suas iniciativas, no setor em aprêço, ao propósito precípuo de valorizar social e econômicamente a grande massa de trabalhadores.

Auxílio federal às entidades assistenciais

Cumpre assinalar que, no ano findo, o Conselho Nacional de Serviço Social concedeu registro a 748 novas entidades assistenciais, havendo distribuído, até 31 de dezembro próximo passado, a soma de Cr$ 175.704.050,00, sendo Cr$ 58.664.400,00 em subvenções ordinárias e Cr$ 117.039.650,00 em subvenções extraordinárias.

Serviço Social Rural

E' preciso, porém, que o Serviço Social Rural, cuja criação vos solicitei há dois anos, com o objetivo de alcançar o homem do campo através de suas próprias instituições representativas, venha consolidar e ampliar os esforços do Govêrno no sentido de levar aos trabalhadores rurais os benefícios da Assistência Social.

Abono familiar

O Govêrno se tem empenhado no estudo da palpitante questão de generalizar-se no País, em bases racionais e duradouras, a concessão do abono familiar.

Entre nós, apenas duas modalidades dêsse gênero já são praticadas: o salário-família aos servidores públicos e o abono às famílias numerosas.

O "salário mínimo familiar", como está previsto na Constituição Federal (art. 157, item I), ainda não pôde ser instituído, em virtude das grandes dificuldades que o assunto encerra. Entre estas, salienta-se, por exemplo, a determinação do caráter absoluto ou relativo do salário, a fixação do seu montante, e, ainda, o estabelecimento do sistema de financiamento e de pagamento que poderá ser feito diretamente pelos empregadores ou por um fundo geral de compensação — questões cuja complexidade exige cuidadoso pronunciamento da Administração.

Todavia, enquanto não se torna entre nós realidade a concessão do "salário mínimo familiar" — difícil de lançar num País que ainda não chegou à maturidade econômica — o Govêrno vem ampliando seu sistema de concessão de salário-família aos servidores públicos e abono às famílias numerosas.

Assim é que a concessão de salário-família aos servidores públicos, expressamente incluída entre as *vantagens* a êstes atribuídas, já foi objeto de substancial reforma, consubstanciada na recente lei que concedeu "abono de emergência" aos servidores civis, disposição que, além de elevar o respectivo valor para .... Cr$ 150,00 por dependente, sem limitação, incluiu a espôsa no número dos dependentes.

Quanto ao abono às famílias numerosas, instituído pelo Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941 — e expressamente consagrado pela Constituição Federal de 1946, em seu art. 164 — o Govêrno vem ampliando paulatinamente seu campo de aplicação. Lembre-se mesmo que, para atender às despesas decorrentes de seu pagamento, a distribuição de créditos feita aos diversos Estados da Federação, em 1952, importou em ..... Cr$ 128.118.860,00, restando ainda Cr$ 15.240.380,00, correspondentes a resgates de cheques a serem posteriormente emitidos.

Assim, a dotação orçamentária de Cr$ 135.000.000,00, destinada a tal setor assistencial, foi inteiramente esgotada, havendo-se mesmo revelado insuficiente.

O Govêrno estuda, no momento, os meios para evitar tais embaraços, cogitando de tornar mais flexível e expedito o regime de pagamento do abono.

PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEGUROS PRIVADOS

A análise do organismo da Previdência Social deve processar-se permanentemente, em confronto com a realidade, tendo em vista adaptá-lo a esta, sob pena de tornar-se obsoleto e incapaz de atender aos seus encargos, cada vez mais relevantes.

Tal consideração, verdadeira, no momento, para todos os países do mundo, mostra bem como é inadiável, para o ano corrente de 1953, em que completa trinta anos o nosso sistema de previdência social, criado pela Lei n.º 4.682, de 24 de janeiro de 1923, seja êle convenientemente aparelhado em face dos imperativos da atual conjuntura do País.

Em minhas duas Mensagens ânuas anteriores, já tive ocasião de salientar essas circunstâncias e de exprimir, em indicações gerais, o ponto de vista do Govêrno a êsse respeito.

As condições em que surgiram e, posteriormente, se desenvolveram nossos organismos de previdência social, marcaram-nos profundamente, dando-lhes a fisionomia peculiar com que, ainda hoje, passados trinta anos, se apresentam.

Um dêsses característicos, de influência fundamental para a evolução do sistema, é o da sua base *grupal*, diversamente da *geral*, adotada, de início, ou posteriormente, em numerosos outros países.

Assim foi que surgiram, de começo, em 1923, as primeiras Caixas de Aposentadoria e Pensões sòmente para os *ferroviários*, depois, em 1927-28, estendidas aos *portuários*.

A reforma de 1931, a primeira do Govêrno Provisório, estendeu o âmbito da previdência aos empregados nas *emprêsas de serviços públicos* e, mais adiante, aos das emprêsas de *mineração*.

À base grupal, assim adotada, acrescia-se a de "emprêsa", ainda mais dispersiva, a ponto de chegarem a constituir-se 183

Caixas de Aposentadoria e Pensões, algumas com irrisório número de segurados.

A criação, em 1933, do primeiro dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, para os *marítimos*, substituindo, embora, a base de "emprêsa" pela "nacional", de tendência mais concentradora, manteve, contudo, o característico "grupal", seguido, sucessivamente, para os *bancários, comerciários, industriários e empregados em transportes e cargas.*

Passados, contudo, êsses primeiros anos de formação, o desenvolvimento crescente dos grupos profissionais, a penetração paulatina do sistema no interior do País, a criação de novos e diferentes serviços, a interpretração das atividades por êles realizadas, foram tornando patente a inconveniência da multiplicidade de instituições e, ainda mais, a de regimes diferenciados.

De 1941 a 1944, verificaram-se duas tentativas para pôr côbro a êsse estado de coisas: a primeira, em 1941, com a elaboração, pelo Conselho Atuarial do Ministério do Trabalho, do que então foi chamado "Plano único de benefícios"; a outra, em 1943, contemporânea da Consolidação das Leis do Trabalho, consistente em um Projeto de "Lei Orgânica da Previdência Social", também preparado pelo Ministério do Trabalho, o qual encampava e ampliava a proposta do Conselho Atuarial, em uma reforma de maior proporção de todo o sistema.

A idéia não estava, contudo, ainda bem amadurecida, pelo que continuaram os estudos, que vieram a resultar, afinal, na expedição do Decreto-lei n.º 7.526, de 7 de maio de 1945, chamado de "Lei Orgânica dos Serviços Sociais", pela qual se estabeleciam a unificação de todos os organismos da previdência social e a coordenação do sistema assistencial com a criação de uma entidade de âmbito geral, abrangendo todos os grupos profissionais já anteriormente amparados e, mais, estendendo-se a todos os que exercessem atividade remunerada, de caráter particular. A par disto, ampliava êsse diploma legal, consideràvelmente, a proteção dispensada pela previdência social, de modo a cobrir todos os eventos previsíveis do exercício do trabalho, considerado êste em sua mais alta expressão, e que fôssem suscetíveis de cobertura em bases econômico-financeiras.

Com êsse plano, colocava-se o Brasil novamente na liderança dos sistemas de previdência social, antecipando, e superando-as

em muitos pontos, as reformas no mesmo sentido empreendidas na França, na Austrália, na Checoslováquia e em outros países europeus, inclusive o famoso "Plano Beveridge", na Inglaterra.

Circunstâncias por demais conhecidas não permitiram, porém, concretizar êsse grandioso projeto no meu anterior período de Govêrno; e, malgrado os estudos preliminares de organização, já pràticamente concluídos, foi a idéia abandonada, permanecendo o sistema previdenciário nas mesmas condições, cada vez, porém, mais agravadas pela longa ausência das medidas capazes de dar-lhe novos e promissores rumos.

Justo é salientar-se a retomada, em 1947, pela Comissão de Legislação Social da Câmara dos Deputados, embora parcialmente, dos estudos anteriores, com o intuito de, pelo menos, uniformizar e melhor coordenar o sistema, por meio de um novo Projeto de "Lei Orgânica", sôbre o qual me deterei mais adiante.

Situação atual do sistema

Ao completar, a 24 de janeiro de 1953, seus trinta anos de existência, apresentava a nossa previdência social o panorama que, em largos traços, vou expor, a seguir.

Tem, a seu cargo, a administração direta do sistema, cinco Institutos de Aposentadoria e Pensões e 27 Caixas de Aposentadoria e Pensões, destinados essencialmente às atividades privadas, embora a tais organismos ainda se filiem diversos grupos de servidores autárquicos, ou mesmo de funcionários públicos; bem como o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE); podendo acrescentar-se o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e as diversas comunidades regionais de serviço denominadas "Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência" (SAMDU).

Regulam-se essas instituições por um conjunto de mais de duzentas leis e regulamentos, além de outras tantas portarias normativas dos órgãos de contrôle.

À exceção de um único tipo de benefício, que é igual para todos os Institutos e Caixas, o "auxílio-doença", cada grupo profissional, inclusive os servidores públicos, tem um plano próprio de benefícios, diferente dos demais, desde o mais antiquado, como é o dos Marítimos, a outros mais evoluídos.

Diferente é o valor das contribuições pagas, assim como diversos são os respectivos sistemas de arrecadação.

São variadas, outrossim, as formas de administração, as condições de inscrição de segurados e dependentes, as atribuições de vantagens, tais como empréstimos em dinheiro e financiamentos imobiliários, bem como se diversificam os critérios de prestação da assistência médica.

Dada a interpenetração das atividades, sucede muitas vêzes que, na mesma emprêsa, trabalham lado a lado empregados submetidos a regimes de contribuição e de benefícios diferentes, bastando uma simples mudança de seção para aumentar ou reduzir a proteção atribuída ao empregado, acontecendo, paradoxalmente, que, por vêzes, ao aumento da contribuição corresponde uma redução de benefícios.

Alinha-se entre os fatôres negativos do sistema a pluralidade de instituições de previdência social, principalmente de Caixas de Aposentadoria e Pensões, que, embora obedecendo a um mesmo diploma legal, não prestam com a mesma regularidade e amplitude os benefícios e a assistência a seus segurados, dada a diversidade da situação econômico-financeira das mesmas.

Controlando o sistema estão os órgãos próprios do Ministério do Trabalho: o Departamento Nacional da Previdência Social e o Serviço Atuarial; todos com estrutura obsoleta e desaparelhados de pessoal, especialmente técnico, e de outros meios para o desempenho de sua importante missão, que só conseguem parcialmente efetivar.

Do ponto de vista econômico-financeiro, é de acentuado desequilíbrio a posição do sistema e, em especial, a de determinadas instituições, em razão, notadamente, das seguintes causas:

I — falta de pagamento, em parte substancial, da contribuição da União, determinando a contínua descapitalização dêsse montante;

II — a elevação constante que se vem verificando nas despesas com benefícios, principalmente nas CAP, sem a indispensável cobertura;

III — falta de obtenção de juro atuarial indispensável (5% líquidos, no mínimo), em razão de:

a) inexistência ainda de um plano de aplicações que, embora reservando os recursos da previdência para inversões de interêsse social ou básico para a economia brasileira — como me parece essencial — assegure ao total das aplicações o rendimento mínimo necessário à solidez financeira do sistema de previdência;

b) dificuldade de aplicação das reservas em ritmo suficiente, provinda, seja do próprio meio financeiro, seja de entraves burocráticos intrínsecos às instituições, em sua forma atual;

c) atraso, total ou parcial, no pagamento dos rendimentos relativos a investimentos já realizados em algumas indústrias estatais.

IV — falta de recolhimento, por vêzes total, incluindo consignações de empréstimos das contribuições descontadas aos empregados e das por elas mesmas devidas, além da própria "cota de previdência" arrecadada do público, da parte de autarquias ou repartições estatais, com relação a determinadas instituições, tais como: o Lóide Brasileiro e a Companhia Costeira, para o IAPM; a Estrada de Ferro Central do Brasil, a Rêde Mineira de Viação, a Leopoldina Railway, a Viação Férrea do Rio Grande do Sul e outras, para as respectivas Caixas;

V — excesso dos encargos correspondentes às despesas administrativas com relação à sobrecarga que, neste ponto, poderiam suportar.

Abrangidos já mais de 3.000.000 de segurados, que, com os respectivos dependentes, fazem aproximar-se de 12.000.000 o número de pessoas amparadas pelo nosso sistema previdenciário, restam, contudo, não beneficiados 40.000.000 de brasileiros, entre os quais, sobretudo, os que compreendem as classes rurais, além dos empregados domésticos e dos trabalhadores autônomos, aí incluídos os profissionais liberais, assim como todos os que exerçam atividade remunerada de qualquer natureza.

Nada obstante a êsse quadro sincero e realístico da situação atual da nossa previdência social, há que se levar em conta também o que de positivo vem sendo por ela realizado, e se pode traduzir pelos dados abaixo.

Em 1952, em números redondos, sôbre uma despesa total de cêrca de Cr$ 7.400.000.000,00, pagaram os Institutos e Caixas de Aposentadoira e Pensões, em seu conjunto, Cr$ 5.100.000.000,00 de benefícios, o que representa 70% sôbre o total. Daquele montante, cêrca de Cr$ 2.200.000.000,00 correspondem a "aposentadorias" e Cr$ 1.100.000.000,00 a "assistência médica".

As despesas administrativas montaram a Cr$ 1.000.000.000,00, sendo que, destas, Cr$ 780.000.000,00 correspondem a pessoal. Percentualmente, representam aquelas 13% da despesa total e estas 10%, o que parece demasiado.

Tomando-se êstes dados em percentagens sôbre a fôlha de salários dos segurados, considerada a base de 6% para taxa média de contribuição, e uma receita de previdência de cêrca de ..... Cr$ 12.000.000.000,00, temos que, em benefícios, foi consumida a contribuição integral paga pelos segurados e mais uma quarta parte da cota paga pelos empregadores. Com pessoal, foi despendida uma quantia equivalente à percentagem de 1,2% da fôlha de salários, ou seja, uma quinta parte da contribuição dos segurados.

No orçamento geral para 1953, as despesas previstas, nas mesmas rubricas acima indicadas, são as seguintes : a parcela de benefícios é de Cr$ 5.652.174.000,00, representando 74,7% sôbre a despesa total. As "aposentadorias" correspondem a 45%, aproximadamente, da despesa com benefícios, e a "assistência médica" a cêrca de 25% da referida despesa ; as "despesas administrativas" estão orçadas em Cr$ 1.280.177.000,00, ou seja, 16,9% da despesa total, sendo a rubrica "pessoal", naquelas compreendida, correspondente a cêrca de 13% da despesa total.

As inversões da Previdência Social em habitação são indicadas no capítulo próprio.

Sem embargo das limitações já expostas, foi possível ampliar-se o campo de proteção aos segurados e aos respectivos dependentes, seja pela implantação de alguns tipos novos de benefícios, já autorizados pela legislação vigente, seja pela extensão dos já concedidos.

Assim, coube ao IAP dos Industriários desenvolver seu plano de benefícios, passando a conceder a "aposentadoria por velhice" e o "auxílio-natalidade", satisfazendo assim velha aspiração de seus

segurados. Aumentado foi também o valor do "auxílio para funeral". E, mais importante que tudo o mais, foi estendida, finalmente, sua "assistência médica" — ou está sendo, através da criação de postos médicos, hospitais e contrato de médicos no interior, — a todos os segurados e dependentes, completando-se, assim, a cobertura, com êste benefício essencial, de tôda a massa atualmente amparada pela previdência social.

As Caixas de Aposentadoria e Pensões foram autorizadas a dar assistência médica ao parto normal e a ampliar as facilidades de internação hospitalar.

Os "serviços médicos", em todos os Institutos e Caixas, foram consideràvelmente desenvolvidos, notadamente no IAP dos Comerciários, que instalou bom número de postos médicos em cidades do interior e adquiriu dois hospitais, um no Distrito Federal e outro em São Paulo.

Novos "Serviços de Assistência Médica Hospitalar e de Urgência" (SAMDU) foram instalados para atender a todos os segurados e dependentes, em diversas capitais dos Estados.

A cobertura dos "acidentes do trabalho", por meio das Carteiras respectivas já instaladas em todos os Institutos e na CAP dos Serviços Aéreos e Telecomunicações, assumiu proporções consideráveis, sem embargo de continuar ainda, para a maior parte das instituições, em caráter facultativo, preparando-se tôdas para a exclusividade que lhes é garantida, pela legislação vigente, a partir do próximo ano de 1954. Já para 1953, ficou determinado que todos os seguros, referentes ao pessoal de obras da União, a empregados das autarquias, sociedades de economia mista e emprêsas concessionárias dos serviços públicos, bem como aos previdenciários, fôssem, desde logo, realizados com exclusividade, nos Institutos a que essas entidades públicas estivessem filiadas.

Dentro das possibilidades que lhe dá a legislação vigente, não obstante os inúmeros problemas que a afligem, pode verificar-se bem que a previdência social brasileira, em seu conjunto, assegura um efetivo e considerável amparo aos que estão por ela presentemente servidos.

A Lei Orgânica da Previdência Social

Na minha precedente Mensagem ânua dei especial destaque aos trabalhos que estavam sendo realizados, pela Comissão Nacional de Bem-Estar Social do Ministério do Trabalho, para a ultimação de um Projeto de "Lei Orgânica da Previdência Social".

No decorrer do ano, foram feitos os estudos e apresentados os respectivos resultados, que mereceram minha aprovação.

Concluíram êles, pela uniformização dos planos de benefícios e sua melhoria, pela criação de comunidades de serviços e de aplicação de capitais, visando à unificação progressiva das instituições de previdência.

A orientação seguida foi a de preparar o referido Projeto em colaboração com a Comissão de Legislação Social da Câmara dos Deputados, a fim de aproveitar os trabalhos e estudos já realizados ali pelo relator da matéria, bem como valiosas sugestões de técnicos, associações e interessados de tôda a natureza.

O Govêrno renunciou a apresentar projeto seu; preferindo, ao invés, apoiar o já existente, oferecendo a cooperação dos melhores técnicos de que dispõe no assunto, para sua atualização e revisão.

A melhoria e ampliação dos benefícios se deve fazer progressivamente, como se está fazendo, segundo se mostrou anteriormente; mas é indispensável que tenham bases atuariais sólidas, pois do contrário as instituições de previdência não serão capazes, no futuro próximo, nem mesmo de atender aos benefícios que atualmente asseguram. E' grave responsabilidade a de estatuir compromissos para as organizações de previdência, sem dar-lhes os recursos necessários. Nesse sentido, determinei o cuidadoso estudo das condições nas quais será possível atualmente ao sistema da previdência social assegurar a aposentadoria integral e outros benefícios previstos no antigo projeto do I.S.S.B., e que constituem aspiração dos trabalhadores e do Govêrno.

Providências que se fazem necessárias

De tudo o que ficou exposto tenho que resultam claramente necessárias, no setor da previdência social, as seguintes medidas:

1) rápido andamento e aprovação do Projeto de Lei Orgânica da Previdência Social, apresentado, como substitutivo, pela Comissão de Legislação Social, mantidas as linhas mestras que presidiram à sua elaboração;

2) abandono dos projetos parciais de alteração dêste ou daquele texto legal referente à previdência social, em benefício do plano de conjunto representado pelo Projeto de Lei Orgânica;

3) passagem integral, para os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, no fim do prazo estabelecido na legislação vigente, do seguro de acidentes do trabalho, de modo que assegure

a êste o caráter eminentemente social que lhe é peculiar, tal como está consagrado nos mais modernos sistemas de previdência social do mundo;

4) adoção de medidas realísticas para solução do débito da União, e o de determinadas emprêsas públicas, para com a Previdência Social, com o propósito de assegurar a esta os meios totais indispensáveis à consecução dos seus fins, o que tanto mais se impõe, agora, em face das graves responsabilidades que lhe estão sendo atribuídas, no Projeto de Lei Orgânica, já mencionado; êsse débito foi-se acumulando, no tempo, e supera hoje a casa dos 8 bilhões;

5) realização, pelos órgãos técnicos, de acurados estudos antes da adoção de providências de que decorram novas responsabilidades e encargos financeiros para as Instituições;

6) prosseguimento dos estudos pertinentes ao agrupamento de Instituições, visando sempre à economia administrativa do funcionamento dos serviços, à uniformidade na concessão dos benefícios e ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

A regularização das finanças das instituições de previdência, a que alude o item 4 acima, constitui o maior problema a resolver no momento. O Govêrno o tem encarado decisivamente. De um lado, como parte do seu programa financeiro, tem promovido a organização financeira das entidades públicas que devem à previdência, permitindo-lhes progressivamente saldar seus débitos. De outro lado, encaminhou ao Congresso um projeto de lei que autoriza o Govêrno a dar em pagamento às instituições de previdência credoras da União os bens que o Tesouro receber em liquidação dos débitos de bancos à Caixa de Mobilização Bancária. Avaliados e transferidos tais bens, a União cobrirá o restante do débito pelo método mais adequado. Determinei, neste sentido, a realização, desde já, de estudos a respeito da integral liquidação do débito da União, de forma que preserve a solidez das instituições, que seja suportável ao Tesouro e que não danifique o mercado de títulos públicos.

SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO

Prosseguindo no seu promissor ritmo de desenvolvimento, a indústria do seguro, no País, revelou, no último exercício, índice de grande capacidade técnica e financeira. O Instituto de Resseguros do Brasil, o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização e o Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho

têm realizado um contínuo esfôrço, visando a dotar o seguro brasileiro de instrumentos condizentes com o seu desenvolvimento.

Concluiu-se em 1952 a reforma das tarifas de seguros de incêndio, em número de onze, que se acham agora consubstanciadas em uma única, com as condições de cobertura ampliadas e taxas adequadas para tôdas as regiões do País.

No que respeita aos seguros de viagens internacionais, procedeu-se à adaptação de cláusulas especiais de cobertura genérica no ramo transportes, a fim de colocar o nosso mercado em igualdade de condições com os seguradores do exterior. Igual providência foi também estendida à cobertura, ainda pouco usual no Brasil, dos riscos de greves, motins, tumultos e comoções civis.

Atendendo a que, no ano em curso, se processará a passagem dos seguros contra acidentes do trabalho dos seguradores privados para as instituições de previdência social, conforme está determinado na Lei n.º 599-A, de 26 de dezembro de 1948, baixei, em fins de 1952, o Decreto n.º 31.984, regulamentando os têrmos dessa transição, de modo a permitir, sem abalo para a economia das emprêsas privadas que operam nesse ramo, a integral, observância do disposto na legislação vigente.

Já em meu govêrno anterior, com o Decreto-lei n.º 7.036, de 1944, lancei as bases gerais da exclusividade estatal do seguro contra acidentes do trabalho, por se tratar de seguro tìpicamente social, ligado ao amparo e à segurança do trabalhador brasileiro. A transferência, que deveria estar completada em 1952, foi, por uma lei de 1948, prorrogada por mais dois anos, tendo em vista não estarem, àquela época, os institutos de previdência social suficientemente aparelhados para suportar as responsabilidades dêsse importante ramo do seguro social.

Imediatamente após assumir o Govêrno, em 1951, determinei as providências necessárias no sentido de dotar as organizações estatais de previdência social da indispensável rêde de assistência médico-sanitária, capaz de atender aos encargos decorrentes dessa nova atividade. Hoje, tais instituições se encontram perfeitamente aparelhadas para realizar com pleno êxito o seguro contra acidentes do trabalho, não havendo mais motivos que impeçam a transferência determinada pela legislação vigente.

Essa transferência permitirá estender a todos os trabalhadores o regime da manutenção dos salários, já em vigor no IAPM e

IAPETC, livrando-os, dêste modo, dos baixos níveis em que atualmente se situam as coberturas dos acidentes do trabalho.

Seguro Agrícola

Em Mensagem de julho de 1952 ao Congresso Nacional, apresentei projeto de lei que objetiva a implantação e o desenvolvimento, no País, do seguro agropecuário. Trata-se de uma das peças importantes da política de amparo ao homem do campo que o Govêrno está promovendo.

Sempre considerei dever do Govêrno promover as medidas necessárias para impedir que o progresso do homem do campo fique sujeito a fatôres aleatórios que, isoladamente, êle não pode enfrentar. Tratando-se de ramo de seguro pouco compensador, e que envolve uma série de precauções técnico-financeiras, a que não se aventuraria o capital privado, cresce em importância a responsabilidade estatal.

Esta medida, garantindo estabilidade à renda dos produtores rurais com a cobertura dêsses riscos, constituir-se-á em mola propulsora de créditos à produção agropecuária, complementando assim as providências já tomadas pelo Govêrno, no sentido de orientar o crédito, para o incentivo à produção e amparo ao campo.

Operações com o Exterior

No tocante às operações com o exterior, algumas importantes alterações foram também introduzidas O seguro no Brasil, de modo geral, atravessa uma fase de franco progresso. Entretanto, embora a capacidade de absorção do mercado brasileiro o reflita, a necessidade da colocação de excedentes no exterior acompanhou tôda essa grande expansão. Assim é que foram creditados, durante o exercício de 1952, cêrca de 46 milhões de cruzeiros em prêmios de resseguros resultantes de contratos automáticos e avulsos mantidos pelo IRB com emprêsas seguradoras e resseguradoras sediadas no exterior. Tal montante corresponde a um acréscimo de 26% em relação ao exercício de 1951.

Um fato que muito contribuiu para esta expansão foi a mudança na interpretação de alguns dispositivos legais relativos ao impôsto de renda. Os prêmios de seguros e resseguros remetidos para emprêsas sediadas no exterior, referentes a operações que não encontram cobertura no País ou excedem a capacidade de retenção do mercado nacional, deixaram de ser considerados

abrangidos pela tributação a que estão sujeitos os rendimentos, no País, de residentes ou domiciliados no exterior, removendo-se, desta forma, um dos mais sérios obstáculos ao desenvolvimento das operações de seguros e resseguros com o exterior.

Outra providência que atuou no mesmo sentido foi a concessão de prioridade no fornecimento de câmbio para o pagamento de prêmios e sinistros de seguros e resseguros no exterior.

Reservas

As emprêsas de seguros e capitalização, que operam no País, dispõem, entre capitais e reservas técnicas, de valor aproximado de 9 bilhões de cruzeiros, o qual tende a elevar-se anualmente, em mais de um bilhão de cruzeiros, por efeito do incremento das operações e das novas modalidades de seguro surgidas com o desenvolvimento do País.

A aplicação de importância tão vultosa não poderia deixar de ser enquadrada na política antiinflacionária e de mobilização de recursos para aplicações básicas, que meu Govêrno adotou. Assim, conforme dispositivos constantes da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, que criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, parte do aumento dessas reservas técnicas será utilizada por êste estabelecimento de crédito para financiar os empreendimentos constantes dos projetos estudados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Espero ainda que outra parte, respeitados os limites mínimos de rentabilidade necessários às emprêsas, seja aplicada em outros empreendimentos de nítido interêsse econômico e social, sobretudo no financiamento de serviços públicos nos Municípios do interior.

HABITAÇAO

A despeito da importância que já alcançam as inversões federais em habitação, e que se pode aferir pelos exemplos adiante apresentados, ainda é muito insuficiente a ação oficial no sentido de melhorar as condições de moradia do nosso povo. Trata-se, no entanto, de problema difícil, pelos seus aspectos social, técnico e financeiro. Por isso, determinei à Comissão Nacional de Bem-Estar Social o acurado reexame do problema da casa popular no Brasil, a fim de agir, direta e indiretamente, para aliviar a carência da habitação que aflige principalmente as classes desfavorecidas.

Levantamentos, recentemente realizados, indicam ter crescido de 9,3 milhões, em 1940, para 11,6 milhões de pessoas, em 1950, a superlotação habitacional, considerando-se como desejável uma média de 2 moradores por quarto. Nesta mesma base, estimou-se que o País carecia, em 1950, de cêrca de 1.861.000 casas, à base de 3 dormitório por unidade residencial.

Essa situação, segundo os técnicos, tem suas causas profundas nas próprias condições estruturais da economia brasileira, que conduziram à aplicação de recursos, talvez desproporcionados ao potencial econômico e às necessidades reais do País, de modo pouco produtivo, em vultosas edificações de luxo nas grandes cidades, absorvendo meios materiais e financeiros que deveriam ter-se destinado, em maior medida, a afrontar o problema da habitação popular — rural e urbana — problema que se vai agravando com o crescimento demográfico.

Reforça-se, nos meios especializados, a concepção segundo a qual os programas de melhoria das condições de habitação devem estar vinculados ao propósito de minorar o êxodo rural e estribar-se na ação conjunta dos Estados, dos Municípios e das fôrças representativas da sociedade local.

E' mister se procurem os remédios para a carência de moradia no próprio ambiente rural, pois quanto mais as instituições de pre-

vidência ou as caixas econômicas construam ou financiem edificações nas grandes cidades, tanta mais atrativos serão oferecidos às massas que emigram dos campos.

Os trabalhos técnicos preliminares, neste setor, realizados com a cooperação permanente da Fundação da Casa Popular, evidenciaram a conveniência da realização de uma mesa-redonda, com a participação de estudiosos do assunto e de representantes de governos regionais. A reunião dêsses especialistas, no Rio, na Semana de Estudos sôbre Favelas, em começo de setembro, ofereceu resultados plenamente satisfatórios, pelas informações e conclusões práticas que apresentou.

Atualmente, organizada em grupos de trabalho que contam com a colaboração de diversos técnicos sob a orientação da Associação Brasileira de Normas Técnicas, a Subcomissão de Habitação e Favelas, da Comissão Nacional de Bem-Estar Social, empreende estudos especiais sôbre o desenvolvimento das indústrias de materiais de construção e sua padronização, a fim de que se possam racionalmente reduzir os custos de construção nas diversas áreas do País.

A Subcomissão, em relatório que elaborou sôbre o problema, formulou as indicações de uma política habitacional digna de apoio. Preconiza, neste sentido, o referido órgão:

— reforçar medidas tendentes a estancar o financiamento para construções urbanas, acima de níveis predeterminados;

— conjugar ou coordenar todos os programas federais de habitação e colonização, procurando evitar o agravamento do problema da habitação pelo combate ao êxodo rural;

— alterar o sistema atual de financiamentos concedidos pelos institutos e caixas econômicas, e mesmo da Fundação da Casa Popular, no sentido de se desenvolverem pequenos financiamentos para habitações realmente econômicas (10, 20, 30 contos), o que só pode ser feito racionalizando-se os métodos rústicos de construção, ajudando-se os interessados a construírem suas próprias casas, com orientação técnica e materiais baratos, agindo os órgãos federais através de entidades locais responsáveis;

— promover, através de financiamentos, garantia de compra, e outros meios, a solução de problemas básicos, como o barateamento do terreno e a abundância de materiais de construção a preços populares e alterar neste sentido os planos atuais de inversões;

— desenvolver, mediante assistência federal, a criação de órgãos locais responsáveis — estaduais e municipais — que concedam financiamentos, assumam o risco das inversões no local, organizem o "esfôrço próprio" dos beneficiários e dos vizinhos, difundam entre êstes melhores métodos de construção, mantenham armazéns para fornecimento de materiais a preços módicos, produzam os ditos materiais, preparem e vendam terrenos mais baratos, e construam para aluguel;

— centralizar os recursos federais para habitação popular num programa comum, o que importará na alteração dos estatutos da Fundação da Casa Popular, para que esta adquira maior amplitude e flexibilidade. Desta maneira, se tornaria ela uma verdadeira comunidade de serviço de Previdência Social para inversões em habitação.

Em consonância com essas diretrizes, foram estudadas as bases para o início de atividades da Fundação da Casa Popular no meio rural, mediante colaboração com a Divisão de Terras e Colonização, entidades locais e até particulares.

Por outro lado, de acôrdo com proposta da referida Subcomissão, a Comissão Nacional de Bem-Estar Social elaborou os seguintes trabalhos:

a) anteprojeto de decreto federal que autoriza e recomenda às instituições federais financiadoras a assistência financeira e técnica a entidades de ação local, públicas, mistas e até privadas, uma vez que não tenham fins lucrativos, e que se proponham a colaborar na solução do problema da casa econômica e proletária;

b) anteprojeto de lei da Prefeitura do Distrito Federal sugerindo, para o caso do Rio de Janeiro, a criação de uma entidade local capaz, administrativa e patrimonialmente, de tomar a si a solução progressiva do problema das favelas e de receber cooperação financeira, oferecendo garantias suficientes, de entidades financiadoras federais.

Fundação da Casa Popular

Solicitei ao Congresso, em 24 de agôsto de 1951, a aprovação de um plano decenal de recursos mínimos deferidos pelo Tesouro à Fundação da Casa Popular. Êsse projeto se tornou lei em 24 de novembro de 1951 (Lei n.º 1.473). Não foi, porém, incluída no Orçamento para 1952 a dotação respectiva.

Assim, só recentemente pôde a Fundação da Casa Popular receber 200 milhões de cruzeiros, votados em crédito especial no

fim do ano, e ver inscrito no orçamento de 1953 mais 180 milhões de cruzeiros para seu novo programa. Enquanto isso, seu maior esfôrço foi necessàriamente o de rever a experiência, reduzir despesas gerais e planejar em bases mais seguras para êste exercício e os próximos.

Entretanto, embora apenas contando com os recursos provenientes de sua própria arrecadação imobiliária, a Fundação concluiu, em 1952, 265 unidades residenciais, correspondendo a uma inversão de Cr$ 11.848.000,00. Outras 604 unidades acham-se em fase final de construção, representando uma aplicação de Cr$ Cr$ 36.600.000,00. Em início, contam-se 120 prédios, no valor de Cr$ 5.800.000,00.

A Fundação entregou ainda, para outras entidades de objetivos afins, 84 unidades, e ora ultima outras 187, num volume de investimentos de Cr$ 28.980.000,00. Outrossim, concedeu a Fundação empréstimos a outras entidades, no valor de Cr$ ..... Cr$ 19.220.000,00, destinados à edificação de 1.065 casas operárias.

Em 1953, será iniciado, de acôrdo com as diretrizes fixadas pelo Conselho Central da Fundação da Casa Popular e as sugestões da Subcomissão de Habitação e Favelas, da Comissão Nacional de Bem-Estar Social, um programa de habitação rural, destinado a combater o êxodo dos campos. Para tanto, a Fundação, de início, contará sobretudo com a cooperação da Divisão de Terras e Colonização, do Ministério da Agricultura, no sentido de intensificar a obra de fixação do rurícola e fomentar o desenvolvimento dos "cinturões verdes", em tôrno das cidades.

IAP dos Industriários

No que concerne às operações imobiliárias de sua própria iniciativa, o IAPI imprimiu, no ano de 1952, notável desenvolvimento à política de locação de unidades residenciais a segurados seus, elevando-se a 7.886 o número de contemplados, sendo 4.494, no Distrito Federal, e os 3.392 restantes distribuídos entre os radicados nos Estados de maior densidade demográfica.

Acham-se, outrossim, pràticamente concluídas outras 2.172 unidades erguidas no Estado de São Paulo (Capital e 6 cidades do interior) e que serão dadas por locação dentro de curto prazo.

As bases locativas, atenta a finalidade social objetivada, foram fixadas de forma que proporcionassem uma rentabilidade líquida de 5% ao ano, mínimo admitido pela base atuarial da Instituição.

Ainda no rol dos empreendimentos de iniciativa direta da Instituição, destaca-se, no exercício de 1952, a conclusão de obras relativas à construção de 2.128 unidades e à instalação de serviços correlatos, em conjuntos residenciais disseminados pelo Distrito Federal, São Paulo, Pernambuco e Pará.

No que respeita à iniciativa dos segurados, com a reabertura, em outubro de 1952, dos financiamentos para a aquisição de casa própria, o total das solicitações, em todo o País, ascendeu à casa dos Cr$ 700.000.000,00, havendo a Instituição logrado atender, até o final do exercício, a 636 financiamentos no valor global de Cr$ 48.776.624,30, distribuídos entre todos os Estados da Federação e o Distrito Federal.

O programa de aplicação em Obras, Financiamentos e Aquisição de Bens, para o ano de 1953, está orçado em Cr$ ..... Cr$ 1.200.000.000,00, o que expressa o esfôrço a que se propõe a Instituição, para imprimir aspeto ainda mais destacado à política de aplicação de suas reservas constituídas em operações prediais a favor de segurados seus.

IAP dos Comerciários

No campo de sua iniciativa direta, empenhou-se o IAPC em colocar ao alcance de maior número possível de segurados habitações higiênicas, confortáveis e compatíveis com os salários da classe. Seguindo essa diretriz, foram inaugurados e locados, em todo o País, 9 conjuntos residenciais, totalizando 5.387 unidades, capazes de abrigar uma população provável de 26:595 habitantes; e custo total dêsses conjuntos montou a Cr$ 712.224.481,10, e as bases locativas foram fixadas em limites compatíveis com a rentabilidade mínima permissível.

Outrossim, tem o Instituto, em fase de construção, conjuntos residenciais situados em quase todos os Estados da Federação.

Quanto aos empreendimentos de iniciativa dos próprios segurados, autorizaram-se, no correr do ano de 1952, financiamentos no montante de Cr$ 755.118.938,40 sendo que, dêsses, foram efetivamente concluídos contratos de 619 empréstimos, no valor de Cr$ 122.416.073,80.

IAP dos Empregados em Transportes e Cargas

Apesar da instabilidade a que estêve sujeita a sua administração, nos últimos 2 anos, o IAPETC concluiu, por sua iniciativa direta, e atendendo a pedidos de financiamento de segurados seus, 1.062 unidades residenciais em imóveis e conjuntos disseminados por quase todo o território nacional; em adiantada fase de construção, contam-se 828 unidades autônomas, incluídos nesta cifra os edifícios entregues ao Instituto, em pagamento de parte do débito da União.

IAP dos Marítimos

Malgrado as dificuldades financeiras, o IAPM logrou concluir, no Distrito Federal, o primeiro grupo de casas do conjunto de Irajá, num total de 147 unidades, cuja entrega aos segurados já se vem processando. As obras relativas ao segundo grupo, num total de 208 casas, serão concluídas no primeiro semestre de 1953.

Por iniciativa dos segurados, concedeu a Instituição 65 financiamentos para fins de aquisição de casa própria, representando uma inversão de Cr$ 7.461.000,00.

Outrossim, lavraram-se escrituras relativas à venda de 156 unidades, integrantes de um conjunto concluído no Distrito Federal.

Para o primeiro semestre do ano de 1953, programou o Instituto o início da construção de 2 grandes conjuntos, localizados em Realengo e São Gonçalo, totalizando cêrca de 600 casas operárias, de baixo custo.

Prossegue, outrossim, a edificação do grande e moderno Hospital da rua Leopoldo, no Distrito Federal, cuja capacidade será de 500 leitos, e que representará, tècnicamente, um dos maiores e mais bem aparelhados da América do Sul.

IAP dos Bancários

Apesar do limite de disponibilidade, o IAPB concluiu e locou, durante o ano findo, 334 unidades residenciais, assim distribuídas: 272, no Distrito Federal; 44, no Pará; 12 em Belo Horizonte; e 6 em Nova Iguaçu.

Foram ainda concluídas as obras relativas a dois outros Conjuntos — Vila Mariana, com 282 apartamentos; e Afogados, com 32 casas.

Em prosseguimento, conta a Instituição com 5 grandes conjuntos, totalizando 860 unidades residenciais, em 5 Estados distintos, e que deverão estar concluídos no primeiro semestre de 1953.

No que tange à iniciativa dos próprios segurados, o movimento da Carteira Imobiliária do Instituto foi bastante promissor, elevando-se a Cr$ 42.495.201,00 o total dos financiamentos deferidos.

Outrossim, atendendo a pedido dos segurados locatários, foram alienados 3 conjuntos localizados, respectivamente, em Belo Horizonte e Pôrto Alegre, num total de 177 unidades residenciais.

IPASE

Após um período relativamente longo de completa paralisação, reencetaram-se as atividades imobiliárias do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, em quase todos os Estados, notando-se, em 1952, operações no valor global de ... Cr$ 34.872.174,50, correspondentes a 208 operações ultimadas.

Grande é, outrossim, o volume das obras em fase de execução, registrando-se, no Distrito Federal, a construção de edifícios e conjuntos com um total de 965 unidades domiciliares.

Caixas de Aposentadoria e Pensões

Essas entidades autárquicas, em número de 30, disseminadas por todo o território nacional, imprimiram também, no seu conjunto, um surto bastante apreciável à sua política de aplicação de reservas em imóveis destinados a segurados seus, concedendo um total de 3.418 financiamentos, o que corresponde a uma inversão de Cr$ 334.456.537,00.

Desde a data de sua implantação, essas entidades já concederam 16.188 financiamentos, num total de Cr$ 1.247.392.942,00, cifra sem dúvida bastante significativa.

Diversos órgãos da administração

O Govêrno tem promovido — através dos serviços interessados — a construção de casas para seus servidores com funções em locais distantes dos grandes centros, com o duplo propósito de aliviar a carência habitacional e contribuir para maior eficiência das atividades, civis ou militares, a que se dediquem.

Dêsse modo, tem o Govêrno Federal propiciado alojamento para engenheiros e operários que constroem rodovias e ferrovias, particularmente o pessoal de linha, bem como para o pessoal que

trabalha na construção de usinas, refinarias e em outros empreendimentos públicos.

No setor militar, o Govêrno também se tem preccupado ativamente com o problema. Assim é que, de acôrdo com a Lei número 1.086, de 19 de abril de 1950, a União contribui anualmente com Cr$ 100.000.000,00 para as operações de financiamento de habitação propiciado pelo Clube Militar.

O Exército carece de 13.000 casas para alojar seus oficiais e sargentos, para não precisar concorrer com a população civil nos centros onde se localizam as unidades militares.

No que tange à Marinha, foi terminada, em 1952, a construção de vários prédios para residência de oficiais, suboficiais e primeiros-sargentos solteiros, para técnicos, encarregados de estações de rádio e agentes de portos. Instalaram-se, ainda, dois parques infantis, na Vila e Base Naval, no Rio Grande do Norte, e o parque infantil do Colégio Naval.

E' oportuno salientar que prosseguem com intensidade os trabalhos de preparo do terreno para a construção da Vila Operária, no Rio de Janeiro, tendo sido feito o atêrro de mais de 7 milhões de m3 e 630 metros de enrocamento.

No tocante à Aeronáutica, em 1952, foram concluídas, no Galeão, 100 casas de tipo popular: 50, para servidores civis; e 50, para sargentos. Também se encontra em fase final a construção de um grupo de 400 casas: 200, para operários; e 200, para sargentos. Além destas iniciativas, o Govêrno realiza várias obras congêneres, nas múltiplas dependências da Aeronáutica, em quase tôdas as unidades federadas.

BEM-ESTAR SOCIAL

O bem-estar social não é coisa física de que disponha fartamente o Govêrno para distribuir ao Povo. Resulta dos esforços conjuntos de particulares e de órgãos das várias esferas governamentais, no sentido de promover o desenvolvimento econômico e social do País.

Na verdade, é velha entre nós certa tendência para atribuir aos governos a culpa de todos os males — o que implica admitir depender da simples vontade dos que legislam ou administram fazer desaparecerem as dificuldades que afligem as populações brasileiras.

O meu Govêrno não se furta ao imperativo humano de, nos limites das possibilidades do Tesouro, custear a realização de programas que, diretamente, e a curto prazo, diminuam os efeitos dos desajustamentos sociais, peculiares à fase de desenvolvimento em que se encontra o País.

Todavia, cumpre realizar um esfôrço objetivando, não só a coordenação dos recursos assistenciais, como a sua vinculação ao processo de desenvolvimento da economia nacional.

Para êste fim, criei a Comissão Nacional de Bem-Estar Social, órgão que tem realizado estudos que abrangem os diversos setores da atividade governamental, todos sob o ângulo da conjuntura nacional em seus vários aspetos.

Em capítulos próprios desta Mensagem, relatei as atividades da Comissão Nacional de Bem-Estar Social, entre outros, nos setores da previdência social, da alimentação, da habitação e da produtividade do trabalho.

Vale, porém, destacar neste capítulo outras providências que se passam a expor.

Plano nacional de merenda escolar

Um trabalho digno de nota é o da elaboração, segundo o melhor critério científico e com o aproveitamento de recursos naturais, de um plano nacional de merenda escolar, tendo por

objetivo a melhoria das condições de nutrição da população escolarizada do País, com a utilização, sempre que possível, de produtos locais e mediante uma distribuição mais equilibrada e equitativa de elementos nutricionais. Planeja-se, além disso, uma organização melhor das Caixas de Merenda, conforme as possibilidades do respectivo meio e os recursos alimentares das diferentes regiões.

Levantamento de orçamentos familiares

Realizou-se, em todo o País, a Pesquisa de Padrão de Vida, que anunciei em Mensagens anteriores, abrangendo, pela primeira vez, cêrca de 100 Municípios, distribuídos por tôdas as zonas geeconômicas do território nacional.

Os resultados dêste trabalho permitirão mais objetivo conhecimento das condições de vida de apreciável parcela da nossa comunidade operária.

A C.N.B.S. já iniciou a publicação de sinopses dos resultados da Pesquisa, que representa a providência preliminar para a implantação, no País, de um sistema de levantamentos permanentes de orçamentos familiares e de custo da vida, necessários para o objetivo conhecimento das condições existenciais de grupos bem caracterizados da população brasileira.

Cogita-se de, na base do exame dos informes colhidos através de questionários e cadernetas familiares, encaminhar os primeiros estudos tendentes a formular escalas brasileiras de consumo, no que dizem respeito à alimentação, vestuário, habitação, recreação e cultura. Não se faz preciso acentuar o mérito dessa iniciativa, bastando observar que até o momento estão sendo aplicadas no País escalas de países estrangeiros na análise dos orçamentos familiares.

Rio de Janeiro, D.F., em 15 de março de 1953.

GETULIO VARGAS

INDICE

PANORAMA INTERNACIONAL E POSIÇAO DO BRASIL

	Pág.
PANORAMA INTERNACIONAL E POSIÇÃO DO BRASIL	15
VII SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS	18
RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O PERU E CUBA ..	19
RECONHECIMENTO DE GOVERNOS	20
A QUESTÃO DE LIMITES PERU-EQUADOR	20
ACÔRDO MILITAR BRASIL-ESTADOS UNIDOS DA AMERICA	20
ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS	21
O.I.T.	21
F.A.O.	21
O.M.S.	22
F.I.S.I.	22
U.N.E.S.C.O.	22
O.E.A.	22
G.A.T.T.	22
C.I.M.P.	23
POLITICA DE PREÇOS-TETO	23
C. E. P. A. L.	24
COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	24
COMISSÃO DE EXPORTAÇÃO DE MATERIAIS ESTRATÉGICOS	25
COMISSÃO DE REPARAÇÕES DE GUERRA	25
ACORDOS COMERCIAIS	25
POLÍTICA AERONÁUTICA	26
DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS	27
ESTRADA DE FERRO BRASIL-BOLÍVIA	27
PETRÓLEO BOLIVIANO	27
LIGAÇÃO RODOVIÁRIA BRASIL-PARAGUAI	28
AÇÃO CULTURAL	28
CORTESIA INTERNACIONAL	29
VISITANTES ILUSTRES	29
NOVAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS	30
ELEVAÇÃO DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS À CATEGORIA DE EMBAIXADA	30
RÊDE CONSULAR	30

	Pág.
REFORMA DO ITAMARATI	30
NOVO EDIFÍCIO	31

SITUAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

POLÍTICA INTERNA	35
O CLIMA POLÍTICO-SOCIAL	35
HARMONIA ENTRE OS PODERES E COLABORAÇÃO COM OS ESTADOS E MUNICÍPIOS	36
COMPLEMENTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BÁSICA	38
ADMINISTRAÇÃO DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS	39
SEGURANÇA NACIONAL	41
PAPEL DAS FÔRÇAS ARMADAS	41
ESTADO MAIOR DAS FÔRÇAS ARMADAS	42
EXÉRCITO	43
MARINHA	45
AERONÁUTICA	48
SEGURANÇA PÚBLICA	51
ADMINISTRAÇÃO FEDERAL	53
REFORMA ADMINISTRATIVA	53
ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO	55
PLANO SALTE	58
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	59
SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO	60
EDIFÍCIOS PÚBLICOS	61
ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL	62
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA	62

SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA	69
MEIOS DE PAGAMENTO	75
PREÇOS	76
FINANÇAS PÚBLICAS	79
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	80
PERSPECTIVAS PARA 1953	82
POLÍTICA TRIBUTÁRIA	83
Alterações tributárias	85
Tarifas das Alfândegas	86
Outras reformas em estudo	86
DÍVIDA PÚBLICA	87
Dívida Interna	87
Dívida Flutuante	88
Dívida Externa	89
FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS	90
Cooperação financeira com os Estados	90

Pág.

POLÍTICA DE CRÉDITO 91
BANCO DO BRASIL 93
REDESCONTOS E CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCÁRIA . 95
CRÉDITO COOPERATIVO 96
CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS 97
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 99
COMISSÃO MISTA BRASIL-EE.UU. E B.N.D.E. 103
BÔLSAS DE VALORES E MERCADOS DE CAPITAIS 103
CÂMBIO E COMÉRCIO EXTERIOR 105
SITUAÇÃO CAMBIAL 105
Reservas-ouro 107
Fundo Monetário Internacional 107
COMÉRCIO EXTERIOR 108
Acordos Comerciais e de Pagamento 112
Alemanha 112
Argentina 112
Áustria 113
Espanha 113
Finlândia 113
França 113
Grécia 113
Holanda 114
Inglaterra 114
Itália 114
Iugoslávia 114
Japão 115
Polônia 115
Portugal 115
Outros países 115
SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA E DO CRÉDITO 117
PRODUÇÃO 119
FOMENTO AGROPASTORIL 120
Preços mínimos 121
Mecanização 121
Defesa sanitária 123
Comissão Nacional de Política Agrária 124
Associações rurais e cooperativas 124
Outras medidas de política agrícola 125
PRODUÇÃO ANIMAL 126
Pecuária 126
Pesca e pescado 128
PRODUÇÃO AGRÍCOLA 128
Cereais 129
Leguminosas e tuberculos 129
Frutas 130
Cana de açúcar 130
Cacau 130

	Pág.
Café	130
Algodão	131
PRODUÇÃO FLORESTAL	131
Madeiras	132
Borracha	133
Babaçu	133
Mate	133
Outros produtos	134
PRODUÇÃO MINERAL	134
Pesquisas minerais	135
Exportação de minérios	136
Cia. Vale do Rio Doce, S. A.	136
Primeira etapa	136
Segunda etapa	138
Produção de sal	138
INDÚSTRIAS DE BASE	139
Comissão de Desenvolvimento Industrial	139
Cia. Siderúrgica Nacional, S. A.	140
Expansão da usina	141
Siderurgia privada	142
Aços especiais	142
Fábrica Nacional de Motores, S. A.	143
Caminhões	143
Tratores agrícolas	144
Indústria de auto-peças	144
Cia. Nacional de Álcalis, S.A.	145
Enxôfre	145

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PESQUISA	149
CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS	149
Energia atômica	150
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	153
Coordenação dos transportes	157
Emprêsas de Navegação	157
Rêde Ferroviária Nacional, S. A.	158
Plano Nacional de Viação	158
Estado dos transportes	159
TRANSPORTE FERROVIÁRIO	159
Financiamento	161
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	163
PORTOS	164
Programa quadrienal	165
TRANSPORTE MARÍTIMO	166
Lóide Brasileiro, P.N.	167
Cia. Nacional de Navegação Costeira	168
TRANSPORTE FLUVIAL	169

	Pág.
S.N.A.P.P.	169
Bacia do Prata	169
São Francisco	170
TRANSPORTE AÉREO	170
COMUNICAÇÕES	171
Correios e Telégrafos	172
Radiocomunicações e televisão	172
ENERGIA	175
PETRÓLEO	175
Conselho Nacional do Petróleo	176
Pesquisa	176
Perfuração	177
Produção de óleo	177
Xisto pirobetuminoso	178
Transporte de petróleo e derivados	178
Formação de técnicos	179
Fábrica de fertilizantes	180
Refinação	180
Refinarias privadas	182
Petróleo Brasileiro, S.A.	182
CARVÃO MINERAL	183
Reserva	184
CARVÃO VEGETAL E LENHA	184
ELETRICIDADE	185
Capacidade de geração	187
Financiamento	188
Paulo Afonso	188
Empreendimentos regionais	189
Potencial hidráulico	190
PROGRAMAS REGIONAIS	193
AMAZÔNIA	194
Banco de Crédito da Amazônia, S. A.	195
Superintendência do Plano de Valorização	196
REGIÃO DOS COCAIS	196
POLÍGONO DAS SÊCAS	197
Programa de emergência	197
Comissão de Abastecimento do Nordeste	198
Ação do Ministério da Agricultura	200
Terceiro ano sêco	200
Serviços permanentes	201
Banco do Nordeste do Brasil, S.A.	202
Planejamento e reorganização dos Serviços	203
VALE DO SÃO FRANCISCO	204
Estudos	204
Regime Fluvial	204
Navegação	205
Rodovias e Aeroportos	205
Outros Serviços	206

	Pág.
SANEAMENTO E IRRIGAÇÃO	207
OBRAS DE SANEAMENTO	207
OBRAS DE IRRIGAÇÃO	209
Irrigação por gravidade	210
Irrigação mecânica	210

PROGRESSO SOCIAL

POPULAÇÃO	215
MIGRAÇÕES INTERNAS	219
MIGRAÇÃO PARA O SUL	220
MIGRAÇÃO PARA O NORTE	221
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO	223
SAÚDE	229
Malária	229
Tuberculose	230
Febre amarela	231
Esquistossomose	231
Doenças Mentais	232
Organização Hospitalar	232
Proteção à Maternidade e à Infância	232
Serviço Especial de Saúde Pública	233
Campanha de Proteção Sanitária aos Flagelados das Sêcas	234
ALIMENTAÇÃO E ABASTECIMENTO	235
EDUCAÇÃO E CULTURA	241
Ensino Superior	241
Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	241
Ensino Secundário	242
Ensino Comercial	243
Assistência Federal ao Ensino	243
Campanha de Educação Rural	245
Campanha de Educação de Adultos	245
Rêde Federal de Ensino Industrial	246
Pesquisa sôbre evasão nas escolas de aprendizagem industrial	247
Ensino emendativo	247
Cooperativa Distribuidora de Material Escolar	247
Radiodifusão Educativa	248
Cinema	248
Teatro	248
Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	249
Museus	249
Casa de Rui Barbosa	250
Estímulo à criação de bibliotecas e à difusão do livro	250
Biblioteca Nacional	250

	Pág.
TRABALHO	251
Escritório Técnico de Produtividade	252
ASSISTENCIA SOCIAL	253
Auxílio federal às entidades assistenciais	253
Serviço social rural	253
Abono familiar	253
PREVIDENCIA SOCIAL E SEGUROS PRIVADOS	255
Situação atual do sistema	257
A Lei Orgânica da Previdência Social	261
Providências que se fazem necessárias	262
SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO	263
Seguro Agrícola	265
Operações com o exterior	265
Reservas	266
HABITAÇÃO	267
Fundação da Casa Popular	269
IAP dos Industriários	270
IAP dos Comerciários	271
IAP dos Empregados em Transportes e Cargas	272
IAP dos Marítimos	272
IAP dos Bancários	272
IPASE	273
Caixas de Aposentadoria e Pensões	273
Diversos órgãos da administração	273
BEM-ESTAR SOCIAL	275
Plano nacional de merenda escolar	275
Levantamento de orçamentos familiares	276